




MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Unidade Setorial da Diretoria de Licenciamento Ambiental



TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos 21 dias do mês de maio de 2014, procedemos a abertura deste volume nº LIV do processo de nº 02001.001848/2006-75, que se inicia com a página nº 12288. Para constar subscrevo e assino.


LENIVALDO SILVA DE JESUS
Técnico Administrativo do(a) /IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



DESP. ABERT. VOL. 000652/2014 COHID/IBAMA

Brasília, 20 de maio de 2014

Ao Arquivo Setorial do SETORIAL DILIC

Solicitamos a abertura de volume LXIV no processo nº 02001.001848/2006-75.
Após abertura, tramite o processo à Coordenação de Energia Hidrelétrica.

EDUARDO TRAZZI MARTINS
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

EM BRANCO

CE 127/2014 - DS

Brasília, 07 de fevereiro de 2014

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental Substituto
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, bloco A – 1º andar, Brasília - DF
70.818-900

Assunto: Errata do 5º Relatório Consolidado de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes

Referencia: CE 025/2014-DS

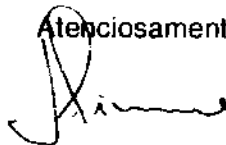
Senhor Diretor,

1. No dia 31 de janeiro de 2014 foi protocolado neste órgão o 5º Relatório Consolidado de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes da UHE Belo Monte pela comunicação externa 025/2014-DS.

2. Foi verificado, após esta entrega, que no Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4), no anexo 12 – Análise dos indicadores (Cap. 2 – 7.4 – 5RC, Anexo 7.4 – 12, do *pen drive* entregue) que as figuras localizadas entre páginas 8 e 11, apresentaram problemas de formatação.

2. Por tanto, solicitamos que este arquivo seja substituído para que as figuras corretas constem no referido anexo.

Atenciosamente,



João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental

Anexos:

Pen Drive – 5º Relatório Consolidado de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes

AO analista Eduardo
Traggi para substituição do
arquivo mencionado.

12 2 14



Frederico Queiroga do Amaral
Matricula nº: 1.512.156
Chefe
COHID/COGEN/MI/DIRAMA

DIGITALIZADO NO IBAMA



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS
Esplanada dos Ministérios, Ministério da Saúde Bl. G Sobreloja
Telefones: (0XX61)3315-3646/3213-8083
CEP: 70.058-900 – Brasília/DF



25000.022379/2014-43
25000.022379/2014-43
14.02.2014

Ofício nº 12/DEVEP/SVS/MS

Brasília, 11 de fevereiro de 2014.

A Sua Senhoria, a Senhora
GISELA DAMM FORATTINI
Diretora de Licenciamento Ambiental – IBAMA
SCEN Trecho 2 Ed. sede do IBAMA
70818-900 Brasília - DF

Assunto: Parecer Técnico em resposta ao relatório complementar ao 4º Relatório Semestral do Plano de Ação para o Controle da Malária (PACM) da UHE Belo Monte.

Senhora Diretora,

Em resposta à carta CE 0400/2013, encaminho parecer técnico nº 008/2014-CGPNCM/DEVIT/SVS/MS contendo a documentação sobre o “*Relatório Complementar ao 4º Relatório Semestral do Plano de Ação para o controle da malária – da empresa Norte Energia/ UHE Belo Monte*”. A Coordenação Geral do Programa Nacional para o Controle da Malária – CGPNCM informa que está de acordo com as informações apresentadas no documento mediante a adequação dos itens descritos para a continuidade das ações de monitoramento pelo referido empreendimento.

2. Para informações adicionais, favor contatar a Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária – CGPNCM, pelo telefone: (61) 3315 3295.

Atenciosamente,

Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis

Luiz Carlos de Almeida
Diretor de Vigilância das Doenças Transmissíveis
Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis

Ao analite Rafael
Vino para a presidência
relatada no Deyabo no
reino da correspondência

CF 057/2014 - DS.

21/12/14

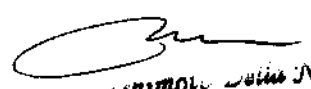


Frederico Queiroga do Amaral
Matricula nº: 1.512.158
Chefe
COHID/GENE/DILICIBAMA

Ao TRP MATHEUS LOURDA,

PARA AMENAR AO PROCESSO
UMA VEE JÁ INCORPORADA NADA
NO 5º RC.

em 25.06.14



Frederico Queiroga do Amaral
Matricula nº 1.513.000



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS
COORDENAÇÃO GERAL DO PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA MALÁRIA
Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, Edifício Principal, 6º Andar.
Telefone: (0XX61) 32138083
CEP: 70.304-000 – Brasília DF

PARECER TÉCNICO Nº.008/2014-CGPNCM/DEVIT/SVS/MS

Referência: SIPAR 25000.178238/2013-01

Solicitante: Norte Energia

Assunto: UHE Belo Monte – Relatório Complementar ao 4º Relatório Semestral do Plano de Ação para o Controle da Malária (PACM) da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Em resposta à carta CE 0400/2014 – DS de 04 de outubro de 2013 que encaminha o Relatório Complementar ao 4º Relatório Semestral do Plano de Ação para o Controle da Malária (PACM) da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária (CGPNCM) informa:

2. O referido relatório encaminha os documentos assinados pelos secretários municipais de saúde excluindo a necessidade de ampliação da estrutura de laboratórios, pontos de apoio e de laboratórios de entomologia nos respectivos municípios. Dessa forma, esta CGPNCM está de acordo, com a ressalva de que a Norte Energia deverá participar com o aporte necessário na implantação de novas unidades de diagnóstico e tratamento (fixas ou volantes) com diagnóstico microscópico ou por teste rápido, em caso de surtos ou epidemias, ou quaisquer outras situações que coloquem a população em área de influência do empreendimento em risco de adoecer por malária.

3. A CGPNCM está de acordo com o protocolo para monitoramento da residualidade e durabilidade dos mosquiteiros impregnados encaminhado como modelo no referido relatório, e recomenda que o empreendedor adequue esse protocolo à área contemplada com instalação de mosquiteiros, garantindo a inclusão de todos os municípios na amostra definida, e das demais informações relevantes ao monitoramento como: cronograma de execução e plano amostral, identificação dos responsáveis pelo treinamento, bem como informações atualizadas sobre a gestão dos dados coletados. A frequência das avaliações deve ser semestral. A adequação do monitoramento da durabilidade e residualidade dos mosquiteiros por meio de bioensaios de cone,

testes colorimétricos e avaliação da integridade física, sendo necessária a aprovação de comitê de ética em pesquisa e, juntamente com a execução, são de completa responsabilidade do empreendedor.

4. A CGPNCM está de acordo com as coletas de vetores e com as análises dos dados apresentados no Relatório Complementar ao 4º Relatório Semestral.

5. As instalações de mosquiteiros, bem como o levantamento de dados entomológicos, devem ser registradas no Sistema de Informação de Vigilância Entomológica e Controle Vetorial para Malária do Ministério da Saúde, o vetores_malaria.

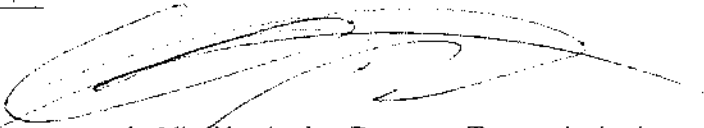
6. A CGPNCM está de acordo com o 4º Relatório Semestral do Plano de Ação para o Controle da Malária (PACM) da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Brasília, 10 de fevereiro de 2014.


Ana Carolina Faria e Silva Santelli
Coordenadora Geral do PNCM

De acordo.

Em 11/02/14

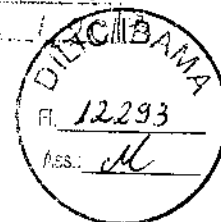

Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis


Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis



Centro de Referência em Saúde Ambiental

SIPAC - Sistema de Arquivos
Registro Único
25000.175238/2013-03
07/10/13



CE 0400/2013 – DS

Brasília, 04 de outubro de 2013

A Sua Senhoria o Senhor
Jarbas Barbosa Junior
Secretário de Vigilância em Saúde
Ministério da Saúde
Esplanada dos Ministérios, Bloco G – 2º andar
70058-900 – Brasília – DF

Assunto: Resposta ao Parecer Técnico

Referência: Parecer Técnico nº 08/2013/CGPNM/DEVIT/SVS/MS

Senhor Secretário,

Encaminhamos, em anexo, 01 (uma) via impressa e 01 (uma) via digital do Relatório Complementar ao 4º Relatório Consolidado Semestral do Programa de Ação para o Controle da Malária (PACM), com as informações solicitadas no Parecer Técnico acima mencionado.

Atenciosamente,

João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental
DSJRP/jbi

C/C
A Sua Senhoria a Senhora
Mariana P. Verotti
Diretora Substituta
Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis

EMERGENCY



DESPACHO Nº 3541 /2013/GAB/SVS/MS


Ao: Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis – DEVIT

Referência: SIPAR nº 25000.178238.2013-01 ✓

Assunto: **Encaminha resposta ao Parecer Técnico nº 08/2013-CGPNCM/DEVIT/SVS/MS.**

Encaminho a esse Departamento o Ofício CE 0400/2013-DS, referente ao assunto supracitado, de interesse da Empresa Norte Energia/ Usina Hidrelétrica Belo Monte, para conhecimento e providencias no que couber.

Brasília, 07 de outubro de 2013.


Cristiano Costa
Divisão de Apoio Administrativo
Secretaria de Vigilância em Saúde

EMERGENCY



Usina Hidrelétrica Belo Monte

02001.003227/2014-36
19.02.2014



CE 057/2014 – DS

Brasília, 19 de fevereiro de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor

Thomaz Miazak de Toledo

Diretor Interino de Licenciamento Ambiental do

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A - 1º andar.

70.818-900 Brasília / DFF

Assunto: Análise do 4º Relatório Consolidado Semestral do Plano de Ação para o Controle da Malária (PACM) da UHE Belo Monte.

Referência: Ofício nº 011/DEVIT/SVS/MS e Parecer Técnico nº 008/2014-CGPNCM/DEVIT/SVS/MS

Senhor Diretor,

1. Encaminhamos Parecer Técnico nº 008/2014-CGPNCM/DEVIT/SVS/MS, anexado ao Ofício nº 011/DEVIT/SVS/MS, que atualiza a análise do Relatório Complementar ao 4º Relatório Consolidado Semestral do Plano de Ação para o Controle da Malária (PACM) da UHE Belo Monte.
2. O Parecer refere que a CGPNCM está de acordo com o 4º Relatório Consolidado Semestral do Plano de Ação para o Controle da Malária.
3. Desta forma, não há pendências relativas à implantação do Plano de Ação para o Controle da Malária.

Atenciosamente,

João dos Reis Pimentel


Diretor Socioambiental

Em anexo:

- Ofício nº 011/DEVIT/SVS/MS
- Parecer Técnico nº 008/2014-CGPNCM/DEVIT/SVS/MS

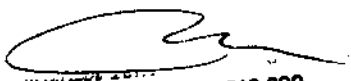
Do analista Rafael Neres
para conhecimento e acompanhamento.
Sugiro utilizar este material nas
análises do 5º relatório mensal,
tendo em mente os pontos de atenção
apresentados em reunião com o Provedor.

20/7/14


Frederico Queiroz do Amaral
Matricula nº: 1.512.158
Chefe
COHID/GENE/DILIC/IBAMA

AO TRP MATHEUS COSTA,
PARA ANEXAR AO PROCESSO, UMA VEZ
QUE SOLICITAÇÃO SUA FOI ATENDIDA.

em 25-06-14


Matheus Costa
Matricula nº 1.513.000

029
RECEBEMOS
41.02.2014
Newberg
Diretoria Socioambiental
Norte Energia S/A



022367/2014-10



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS
Esplanada dos Ministérios, Ministério da Saúde Bl. G Sobreloja
Telefones: (0XX61)3315-3646/3213-8083
CEP: 70.058-900 – Brasília/DF

Ofício nº 11 DEVEP/SVS/MS

Brasília, 11 de fevereiro de 2014.

A Sua Senhoria, o Senhor
JOÃO DOS REIS PIMENTEL
Diretor Socioambiental da Norte Energia
SCN quadra 04, bloco b salas 904 e 1004
Centro Empresarial Varig
70714-900 - Brasília -DF

Assunto: Parecer Técnico em resposta ao relatório complementar ao 4º Relatório Semestral do Plano de Ação para o Controle da Malária (PACM) da UHE Belo Monte.

Senhor Diretor,

Em resposta à carta CE 0400/2013, encaminho parecer técnico nº 008/2014-CGPNCM/DEVIT/SVS/MS contendo a documentação sobre o "Relatório Complementar ao 4º Relatório Semestral do Plano de Ação para o controle da malária – da empresa Norte Energia/ UHE Belo Monte". A Coordenação Geral do Programa Nacional para o Controle da Malária – CGPNCM informa que está de acordo com as informações apresentadas no documento mediante a adequação dos itens descritos para a continuidade das ações de monitoramento pelo referido empreendimento.

2. Para informações adicionais, favor contatar a Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária – CGPNCM, pelo telefone: (61) 3315 3295.

Atenciosamente,

Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis

EMERSON



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS
COORDENAÇÃO GERAL DO PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA MALÁRIA
Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, Edifício Principal, 6º Andar.
Telefone: (0XX61) 32138083
CEP: 70.304-000 – Brasília/DF

PARECER TÉCNICO Nº.008/2014-CGPNM/DEVIT/SVS/MS

Referência: SIPAR 25000.178238/2013-01

Solicitante: Norte Energia

Assunto: UHE Belo Monte – Relatório Complementar ao 4º Relatório Semestral do Plano de Ação para o Controle da Malária (PACM) da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Em resposta à carta CE 0400/2014 – DS de 04 de outubro de 2013 que encaminha o Relatório Complementar ao 4º Relatório Semestral do Plano de Ação para o Controle da Malária (PACM) da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária (CGPNM) informa:

2. O referido relatório encaminha os documentos assinados pelos secretários municipais de saúde excluindo a necessidade de ampliação da estrutura de laboratórios, pontos de apoio e de laboratórios de entomologia nos respectivos municípios. Dessa forma, esta CGPNM está de acordo, com a ressalva de que a Norte Energia deverá participar com o aporte necessário na implantação de novas unidades de diagnóstico e tratamento (fixas ou volantes) com diagnóstico microscópico ou por teste rápido, em caso de surtos ou epidemias, ou quaisquer outras situações que coloquem a população em área de influência do empreendimento em risco de adoecer por malária.

3. A CGPNM está de acordo com o protocolo para monitoramento da residualidade e durabilidade dos mosquiteiros impregnados encaminhado como modelo no referido relatório, e recomenda que o empreendedor adequue esse protocolo à área contemplada com instalação de mosquiteiros, garantindo a inclusão de todos os municípios na amostra definida, e das demais informações relevantes ao monitoramento como: cronograma de execução e plano amostral, identificação dos responsáveis pelo treinamento, bem como informações atualizadas sobre a gestão dos dados coletados. A frequência das avaliações deve ser semestral. A adequação do monitoramento da durabilidade e residualidade dos mosquiteiros por meio de bioensaios de cone,

EMERGENCY



testes colorimétricos e avaliação da integridade física, sendo necessária a aprovação de comitê de ética em pesquisa e, juntamente com a execução, são de completa responsabilidade do empreendedor.

4. A CGPNCM está de acordo com as coletas de vetores e com as análises dos dados apresentados no Relatório Complementar ao 4º Relatório Semestral.

5. As instalações de mosquiteiros, bem como o levantamento de dados entomológicos, devem ser registradas no Sistema de Informação de Vigilância Entomológica e Controle Vetorial para Malária do Ministério da Saúde, o vetores_malaria.

6. A CGPNCM está de acordo com o 4º Relatório Semestral do Plano de Ação para o Controle da Malária (PACM) da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Brasília, 10 de fevereiro de 2014.

Ana Carolina Faria e Silva Santelli
Coordenadora Geral do PNCM

De acordo.
Em 11/02/14

Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis

Diretor do Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis

EMERGENCY



DESPACHO Nº 354 /2013/GAB/SVS/MS


Ao: Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis – DEVIT

Referência: SIPAR nº 25000.178238.2013-01

Assunto: **Encaminha resposta ao Parecer Técnico nº 08/2013-CGPNCM/DEVIT/SVS/MS.**

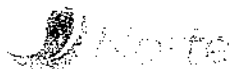
Encaminho a esse Departamento o Ofício CE 0400/2013-DS, referente ao assunto supracitado, de interesse da Empresa Norte Energia/ Usina Hidrelétrica Belo Monte, para conhecimento e providencias no que couber.

Brasília, 17 de outubro de 2013.


Cristiano Costa
Divisão de Apoio Administrativo
Secretaria de Vigilância em Saúde

EM BRANCO

EM BRANCO



Ministério da Saúde



SIPAC: 175235/2013-03
Regional: 07/10/2013
Ass.: *ml*

CE 0400/2013 – DS

Brasília, 04 de outubro de 2013

A Sua Senhoria o Senhor
Jarbas Barbosa Junior
Secretário de Vigilância em Saúde
Ministério da Saúde
Esplanada dos Ministérios, Bloco G – 2º andar
70058-900 – Brasília – DF

Assunto: Resposta ao Parecer Técnico

Referência: Parecer Técnico nº 08/2013/CGPNCM/DEVIT/SVS/MS

Senhor Secretário,

Encaminhamos, em anexo, 01 (uma) via impressa e 01 (uma) via digital do Relatório Complementar ao 4º Relatório Consolidado Semestral do Programa de Ação para o Controle da Malária (PACM), com as informações solicitadas no Parecer Técnico acima mencionado.

Afenciosamente,

João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental
DSJRP/jlb

C/D
A Sua Senhoria a Senhora
Mariana P. Verotti
Diretora Substituta
Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis

EM BRANCO

CE 070/2014 – DS

Brasília, 28 de Fevereiro de 2014

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz M. de Toledo
Diretor Substituto de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1º andar
70.818-900 Brasília – DF

Assunto: Caderno de Preço Rural – Revisão 2013

Referência: Divulgação e Uso do Caderno de Preços revisado nas Negociações e Aquisições de Imóveis Rurais

Senhor Diretor,

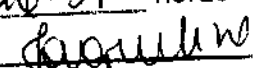
1. Conforme entendimentos e encaminhamento estabelecidos na reunião realizada em 26 de fevereiro de 2014, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que contou com a presença de representantes do referido Ministério, IBAMA, Ministério das Minas e Energia, Casa Civil e Norte Energia, segue abaixo breve histórico do processo de elaboração e divulgação do Caderno de Preços Rural revisado pela Norte Energia com data de referência de maio/2013.

2. Em atendimento ao Of. 02001.009906/2013-38 DILIC/IBAMA encaminhado à Norte Energia em 26 de julho de 2013, recomendando: i) Realização de reuniões junto à população atingida para apresentação e discussão do caderno de preços rural revisado, conforme estabelecido no Plano de Atendimento a População Atingida e; ii) Realização de ampla divulgação do Caderno de Preços incluindo como pauta de reunião dos fóruns de discussão previstos no PBA;

3. O atendimento à essas recomendações foi efetuado e informado ao IBAMA (CE 0406/2013 – DS de 08/10/2013), o que segue;

i) Reunião junto a População Atingida para apresentação e discussão do Caderno de Preços Rural revisado: foram realizadas no período de 14 a 29 de agosto de 2013 um total de 6 (seis) reuniões nos seguintes povoados ou comunidades;

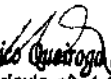
- (1) Povoado de Belo Monte e Belo Monte do Pontal - tendo como pontos de pauta apresentação do Caderno de Preços Rural / Revisão 2013 e interferências pela construção da Linha de Transmissão de 13,8 kV e 500 kV;
- (2) Região do Km 23 / (3) Região do Km 18 / (4) Região da Balsa Assurini / (5) Região do Palhal Assurini / (6) Região do Gorgulho da Rita – todas estas reuniões tiveram como ponto de pauta a apresentação do Caderno de Preços Rural – Revisão 2013.

02001.003956/2014-92
DILIC/COAPSICGEAD
Em 28/02/14
Às 16:38 horas

Assinatura

Ao Henrique Silveira para
conhecimento. Informo que tramitei
minuta do Ofício-DILIC datado
que o Ilhama não aprova o cobrimento
de peço, mas acompanha ~~o~~
o procedimento estabelecido da PBA.

Pede que elabore uma Nota
Informativa e populosa, com linguagem
de fácil entendimento, sobre as responsabilidades
do Ilhama no fechamento do cobrimento
de peço, destacando que acabamos
os prêmios da PBA. Pede que
reponha o histórico para demonstrar
os etapas previstas na PBA.

7/3/14


Frederico Queiroga do Amaral
Matricula nº 1.512.156
Chefe
COHID/CGENE/DILIC/BAMA

ii) Divulgação do Caderno de Preços incluindo como pauta de reunião dos fóruns de discussão previstos no PBA: para o atendimento desta recomendação foram realizadas as seguintes atividades junto a Comissão do Plano de Atendimento a População Atingida do Fórum de Acompanhamento Social de Belo Monte (FASBM);

- Reunião realizada em 12 de agosto de 2013 para apresentação e discussão da revisão do caderno de preços rural junto às entidades participantes da Comissão.

Como encaminhamento deste evento foi entregue as entidades FETAGRI, CODETER, UFPA, STTR/Vitória do Xingu, STTR/Altamira, CEPLAC, APRUPAVIX, SEMAGRI/Vitória do Xingu e Câmara de Vereadores de Vitória do Xingu, exemplar do documento para análise e contribuições;

- Reunião realizada em 23 de setembro de 2013 para nova rodada de discussão sobre os critérios e a metodologia utilizada pela Norte Energia na revisão do Caderno de Preços Rural. Como encaminhamento desta reunião foi acordado que todas as entidades que compõem a Comissão poderiam se manifestar formalmente através de encaminhamento a Norte Energia até a data de 27/09/2013, das contribuições e/ou ponderações sobre a proposta de revisão do Caderno de Preço apresentada pelo empreendedor. Foram analisadas pela Norte Energia todas as contribuições recebidas (APRUPAVIX e CEPLAC) e apresentado seus resultados no item "APÊNDICE – Comentários e Definições após Reunião com Comissão do Plano de Atendimento a População Atingida do Fórum de Acompanhamento Social de Belo Monte (FASBM) em 23/09/2013" acrescido no final do Caderno de Preços – Benefícios Reprodutivos (produções vegetais).

4. Em atendimento ao Of. 02001.010791/2013-24 DILIC/IBAMA encaminhado a Norte Energia em 20 de agosto de 2013, recomendando a disponibilização do caderno de preços rural (revisão maio 2013) junto a instituições e entidades representativas da população interferida, contendo ainda as justificativas técnicas para a revisão dos valores assim como os critérios adotados para o cálculo dos preços, foi realizado a título de atendimento desta recomendação e informado ao IBAMA (CE 0445/2013 – DS de 20/11/2013), o que segue;

- **Publicidade do Caderno de Preço Rural (revisão maio 2013) junto a população, entidades e órgãos institucionais:** após nova análise das contribuições recebidas, foi avaliada como pertinentes e incorporado pelo empreendedor nos resultados dos estudos, as recomendações apresentadas pela CEPLAC (Ofício nº 484/2013 – SUEPA/CELAC). Após este procedimento, a Norte Energia formalizou a divulgação do resultado final do trabalho (caderno de preços) através da entrega e protocolo deste documento as seguintes entidades ou instituições: CEPLAC, CODETER, UFPA, STTR de Vitória do Xingu, STTR de Altamira, Associação APRUPAVIX, ITESAN, CAPESC, Secretaria Municipal de Agricultura de Vitória do Xingu, Prefeitura Municipal de Altamira, Prefeitura Municipal de Brasil Novo, Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu, Câmara Municipal de Altamira, Câmara Municipal de Brasil Novo, Câmara Municipal de Vitória do Xingu, Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE), Colônia de Pescadores de Altamira (Z-57), Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira (SIRALTA), OAB (Subseção Altamira), EMBRAPA, EMATER, CREA-PA, Associação Estrela que Brilha, Secretaria Geral da Presidência da República (Casa de Governo de Altamira), Poder Judiciário Estadual, Poder Judiciário Federal e INCRA

EM BRANCO

5. Na retomada das negociações com os interferidos, também, por recomendações do Ibama, será ratificado no momento da apresentação dos valores, que a proposta indenizatória está elaborada amparada nos critérios e na metodologia estabelecida no caderno de preços rural revisado pela Norte Energia em maio/2013.

6. Diante do exposto e considerando cumpridas as exigências desse órgão ambiental quanto a dar publicidade e ampla divulgação do Caderno de Preços Rural – Revisão maio 2013, a Norte Energia entende que estão postas as condições para a aplicação imediata do Caderno de Preços Rural, em questão, para assim dar a agilidade necessária ao reinício dos trabalhos de elaboração de laudos de avaliação e oferta de valores à população rural interferida pela UHE Belo Monte.

Atenciosamente,



João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental

C/C: Celso Knijnik
Departamento de Infraestrutura de Energia
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG

Anexos:

- Relatório Técnico do registro das reuniões de Divulgação do Caderno de Preços Rural – Revisão 2013
- Lista de Presença e Memória da Reunião para Divulgação do Caderno de Preços Rural (revisão 2013) e Linha de Transmissão de 500 kW no povoado de Belo Monte;
- Lista de Presença e Memória da Reunião para Divulgação do Caderno de Preços Rural (revisão 2013) na região do Km 23 (EMEF Raimundo Pantoja);
- Lista de Presença e Memória da Reunião para Divulgação do Caderno de Preços Rural (revisão 2013) na região do Km 18 (Sítio Boa Esperança);
- Lista de Presença e Memória da Reunião para Divulgação do Caderno de Preços Rural (revisão 2013) na região da Balsa/Assunini (Residência do Sr. Raimundo Adalberto);
- Lista de Presença e Memória da Reunião para Divulgação do Caderno de Preços Rural (revisão 2013) na região do Palhal/Assunini (Barracão da Igreja São Francisco Xavier);
- Lista de Presença e Memória da Reunião para Divulgação do Caderno de Preços Rural (revisão 2013) na região do Gorgulho da Rita (residência do Sr. Lindomar Moreira de Oliveira);
- Ata da reunião da Comissão do Plano de Atendimento da População Atingida do Fórum de Acompanhamento Social de Belo Monte (FASBM) realizada em 23/09/2013 sobre a publicidade do caderno de Preços Rural (revisão 2013) e encaminhamentos acordados com as instituições participantes da Comissão.
- Ofício nº 484-2013 – SUEPA/CELAC
- Caderno de Preços Rural - revisão 2013 (Terra Nova - Benefiteiros Não Reprodutivas - Benefiteiros Reprodutivas)

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Escritório Regional Altamira - Pa



MEM. 000043/2014 PA/ESREG ALTAMIRA/IBAMA

02543-000043/2014-97

Santarém, 10 de março de 2014

Ao Senhor Coordenador do COHID

REFERENCIA: DEN 02543.000022/2014-71/

Assunto: **Encaminha Denúncia do Sr. Paulo de França Júnior**

1. Cumprimentando-o, encaminho denúncia do Sr. Paulo de França Júnior relacionada a empresa Norte Energia S/A para providências.
2. Sem mais, colco-me a disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Tatiane M. V. Leite

TATIANE MARIA VIEIRA LEITE
Chefe do PA/ESREG ALTAMIRA/IBAMA

AO analista Henrique Silva
para elaboração de relatório conforme
devidos no verso do documento

02543.000073/2014-01

CE 096/2014 - DS

Brasília, 21 de março de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Interino de Licenciamento Ambiental do
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1º andar.
70.818-900 Brasília – DF

Assunto: Informações complementares da LT 69 KV SE Pimental / SE Auxiliar Belo Monte

Referência: Processo IBAMA/MMA Nº 2001.001848/2006-75


Senhor Diretor,

Em atenção aos Ofícios nº 02001.010792/2013-79 DILIC/IBAMA e nº 02001.000477/2014-14 DILIC/IBAMA, apresentamos as seguintes informações complementares a cerca da implantação da LT 69 kV SE Pimental / SE Auxiliar Belo Monte:

1. Para redução dos impactos sobre os fragmentos florestais a construção da LT 69 kV, acompanhará o Travessões 55, estando sua faixa de domínio localizada em cerca de 70% de área já interferida pela implantação da referida estrada.
2. Detalhes construtivos da LT 69 kV encontram-se na Lista de Construção do Projeto Executivo, assim como as Plantas Perfis, ambas em anexo em mídia digital. A seguir, apresentamos uma caracterização técnica sucinta da LT 69 kV em tela:
 - extensão total da linha: 61,18 km;
 - número total de estruturas: 230 estruturas, das quais 160 são postes de concreto de suspensão 67 são postes de concreto de ancoragem, uma é estrutura metálica de ancoragem e duas são estruturas metálicas de travessia;
 - altura média útil das estruturas: 18,59 metros;
 - vão médio entre estruturas de sustentação dos cabos: 265,07 metros;
 - largura da Faixa de Servidão: 18,0 metros;
3. Quanto às áreas da Faixa de Servidão da LT 69 kV não abrangidas pelas ASV's do empreendimento, ratificamos a informação apresentada na CE 201/2013-DS, de 02/05/2013, apresentadas na tabela a seguir: *ML*


As analistas Malheira para
conhecimento e a analista Rosâm-
gela para elaboração de análise
do pedido de ASV.

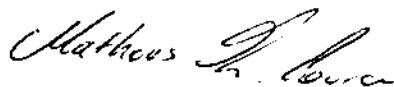
28/3/14


Frederico Queiroga de Azevedo
Matricula nº: 1.512.156
Chefe
COHID/GENE/DILIC/IBAMA

Documento analisado por meio da
Nota Técnica 665/2014 COHID/IBAMA.

Em 21.04.2014


Mathews Ribeiro Coura
Analista Ambiental
Matr. 1.713.026
COHID/GENE/DILIC/IBAMA



Mathews Ribeiro Coura
Analista Ambiental
Matr. 1.713.026
COHID/GENE/DILIC/IBAMA

**Quantificação da supressão de vegetação para implantação da
LT 69 kV SE Pimental / SE Auxiliar Belo Monte**

Pastagem	1,92	13,49
Vegetação Secundária	0,37	2,16
Floresta Ombrófila Aberta com Palmeiras	0,38	5,04
TOTAL	2,67	20,69

Fonte: Relatório Técnico do Inventário Florestal da Linha de Transmissão 69kV (04NES0511)

Com base nos dados apresentados solicitamos a emissão da Autorização de Supressão de Vegetação para a implantação desta linha de transmissão de energia de 69 kV de tensão, que ligará a Subestação Pimental à Subestação Auxiliar Belo Monte.

Aproveitamos, nesta oportunidade para ratificar a solicitação de emissão do desbloqueio da linha em questão, encaminhado ao Ibama por meio da CE 0234/2013-DS, na qual foram anexados os desenhos de seu traçado sobre imagem de alta resolução, assim como os arquivos *Shapefile* contendo o traçado e a Faixa de Servidão da mesma.

Atenciosamente,

LAZOCAL
pp/ **João dos Reis Pimentel**
Diretor Socioambiental

Anexo mídia digital:

- Lista de Construção do Projeto Executivo
- Planta Perfil

Luiz A. Zocal Garcia
Superintendente de Assuntos
Fundários e Relações
Norte Energia S/A

EM BRANCO



AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA: 02001.001848/2006-75	AUTORIZAÇÃO: 251/2013 5ª Retificação	VALIDADE: 01/06/2017 (validade da LI nº 795/2011)
--	--	---

ATIVIDADE: LEVANTAMENTO MONITORAMENTO RESGATE/SALVAMENTO

TIPO: RECURSOS FAUNÍSTICOS RECURSOS PESQUEIROS

EMPREENDEDOR:
 Norte Energia S/A
CNPJ: 12.300.288/0001-07 **CTF:** 5.074.556

ENDEREÇO:
 SCN Quadra 4 – Bloco B, salas 904 e 1004
 Asa Norte – Centro Empresarial VARIG
 Brasília – DF – CEP: 70.714-900

EMPREENDIMENTO:
 UHE Belo Monte

CONSULTORIA RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE:
 Biota – Projetos e Consultoria Ambiental LTDA

CNPJ/CPF: 05761748/0001-20 **CTF:** 1757250

COORDENADOR GERAL DA ATIVIDADE:
 Claudio Veloso Mendonça

CPF: 899.709.001-10 **CTF:** 629394

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

Monitoramento de mastofauna, herpetofauna, avifauna, quiropterofauna, invertebrados terrestres e fauna subterrânea na área de inserção da UHE Belo Monte. Coleta de espécimes vivos e coleta de indivíduos mortos e material biológico de animais mortos acidentalmente.

Os métodos de marcação autorizados são: Anilha do CEMAV para avifauna, anilhas com marcação alfa-numérica para quirópteros de material inoxidável, sendo que para animais com massa inferior a 10g estão autorizadas anilhas coloridas com sequência numérica. Colares/coleiras com cilindros coloridos para quirópteros.

O número máximo de animais coletados deve ser de 04 (quatro) espécimes, por espécie, por módulo, por campanha, devendo ficar evidenciado a necessidade de coleta por problema na identificação taxonômica ou a importância da espécie na composição da coleção científica.

PETRECHOS: Gancho e pinção herpetológico, redes de neblina, puçás, armadilhas com isca para moscas, armadilhas com isca para abelhas, redes entomológicas.

DESTINAÇÃO DO MATERIAL: Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, Museu Paraense Emílio Goeldi/MPEG-MCT, localizado na cidade de Belém-PA, INPA Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, localizado na cidade de Manaus-AM, Laboratório de Zoologia e Ecologia da Universidade Federal de Goiás, Coleção Zoológica do Instituto de Biociências da Universidade Federal de Mato Grosso e Museu Nacional do Rio de Janeiro.

LOCAL E DATA DE EMISSÃO:

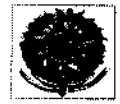
Brasília-DF, 24 MAR 2014

AUTORIDADE EXPEDIDORA (ASSINATURA E CARIMBO):

[Handwritten Signature]

Thomas Mizancki de Toledo
 Diretor de Licenciamento Ambiental
 Substituto
 DILICIBAMA

26-05-14
 Paulo R. Dias



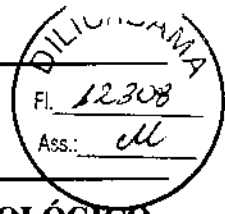
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Fauna terrestre

- ÁREAS AMOSTRAIS:**
- Oito módulos de monitoramento da biota localizados na área de influência da UHE Belo Monte, conforme aprovado no PBA;
 - Pedrais e ilhas localizados na área de influência do empreendimento;
 - Cavidades Pedra da Cachoeira, Pedra do Navio, Bat-Loça, Cama de Vara, Novo Kararaô, Kararaô, China, Leonardo da Vinci e Planaltina e abrigos Igarapé e Mangá.

EQUIPE TÉCNICA:

	NOME:	CTF:
1.	Marlon Zortéa	1630797
2.	Wiliam Vaz Silva	1864768
3.	Claudio Veloso Mendonça	629394
4.	Pablo Vinicius Clemente Mathias	543020
5.	Tiago Guimarães Junqueira	2054181
6.	Jeremiah Jardien Barbosa	2961476
7.	Fabio Antonio de Oliveira	4234724
8.	Karla Dayane de Lima Pereira	5556340
9.	Andre Luiz Teixeira	4906834
10.	Samuel Ferreira do Anjos	5493267
11.	Ronaldo Bispo Queiroz	5661777
12.	Leciane Moreira da Mata	5236139
13.	Leandro Juen	1993421
14.	Liliam Rezende de Almeida	5400528
15.	Rubia Cristina Diogenes Pinheiro	990296
16.	Rafael de Castro Teixeira	5187005
17.	Luana Barbosa Monteiro	3659133
18.	Julimar Andrade Oliveira	5438990
19.	Fabiano Rodrigues de Melo	206761
20.	João Batista de Pinho	324536
21.	Djecelyn Nicole Reinprecht Paschoal	5618451
22.	Francisco Placido Magalhães Oliveira	2622049
23.	Fabio Angelo Melo Soares	2723324
24.	Carla Patrícia Pereira Alves	5405819
25.	Analice Maria Calaça	3486592
26.	Douglas de Paula Rosa Fernandes	5216618
27.	karll Cavalcante Pinto	5200000
28.	Kelrene Moreira Lara	4321546
29.	Lorena da Silva Castilho	5120207
30.	Nayara Alves Bastos	5438576
31.	Victor Gonçalves de Castro	2657229
32.	Renan Manoel Oliveira	3207158
33.	Paulo Henrique Pinheiro Ribeiro	5484585
34.	Vinycio Araujo Carrijo	5011941
35.	Fernando Geraldo de Carvalho	5020604
36.	Mariano Brandão Cordeiro Junior	5770063
37.	Thiago Pereira Mendes	4384154
38.	Thiago Costa Acioli	3011407



AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA: 02001.001848/2006-75	AUTORIZAÇÃO: 251/2013 5ª Retificação	VALIDADE: 01/06/2017 (validade da LI nº 795/2011)
--	--	---

ESTA AUTORIZAÇÃO NÃO PERMITE:

1. CAPTURA/COLETA/TRANSPORTE/SOLTURA DE ESPÉCIES EM ÁREA PARTICULAR SEM O CONSENTIMENTO DO PROPRIETÁRIO;
2. CAPTURA/COLETA/TRANSPORTE/SOLTURA DE ESPÉCIES EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS, ESTADUAIS, DISTRITAIS OU MUNICIPAIS, SALVO QUANDO ACOMPANHADAS DA ANUÊNCIA DO ÓRGÃO ADMINISTRADOR COMPETENTE;
3. COLETA/TRANSPORTE DE ESPÉCIES LISTADAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA Nº 03/2003 E ANEXOS CITES;
4. COLETA DE MATERIAL BIOLÓGICO POR TÉCNICOS NÃO LISTADOS NO VERSO DESTA;
5. EXPORTAÇÃO DE MATERIAL BIOLÓGICO;
6. ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO, NOS TERMOS DA REGULAMENTAÇÃO CONSTANTE NA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.186-16, DE 23 DE AGOSTO DE 2001.
7. RESGATE DE FAUNA SILVESTRE DURANTE ENCHIMENTO DOS RESERVATÓRIOS.

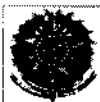
CONDICIONANTES:

1. Condicionantes Gerais:

- 1.1. Válida somente sem emendas e/ou rasuras;
- 1.2. O Ibama, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, bem como suspender ou cancelar esta autorização caso ocorra:
 - a) violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - b) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da autorização;
 - c) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
- 1.3. A ocorrência de situações descritas nos itens "1.2.a)" e "1.2.b)" acima sujeita os responsáveis, incluindo toda a equipe técnica, à aplicação de sanções previstas na legislação pertinente;
- 1.4. A renovação somente poderá ser concedida após o recebimento e análise do relatório especificado no Item 2.3 abaixo.

2. Condicionantes Específicas:

- 2.1. Esta autorização só é válida para transporte de animais e/ou material devidamente identificados.
- 2.2. Adotar os seguintes procedimentos durante a realização das atividades:
 - a) A captura, soltura, coleta e/ou transporte de animais só poderá ser realizada pela equipe técnica designada por esta Autorização. Qualquer alteração na equipe deverá ser comunicada oficialmente ao Ibama;
 - b) Os procedimentos de biometria e marcação deverão ser realizados preferencialmente em campo, de forma a minimizar o estresse animal.
 - c) Em caso de captura de animal silvestre raro ou ameaçado de extinção a equipe de resgate deve comunicar o Ibama local imediatamente, para que sejam tomadas as devidas providências quanto a destinação deste animal conforme entendimento entre ICMBio e Ibama.
 - d) Esta autorização só é válida para transporte de animais e/ou material devidamente identificados.
- 2.3. A coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA. Estes relatórios devem conter os seguintes itens:
 - a) Lista das espécies encontradas durante o monitoramento destacando as espécies ameaçadas de extinção (lista vermelha das espécies ameaçadas da IUCN, livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção no MMA e lista estadual da fauna ameaçada, outras listas podem ser utilizadas de forma complementar), endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadoras de qualidade ambiental, as de importância econômica e cinegética, as potencialmente invasoras ou de risco epidemiológico, inclusive domésticas e as migratórias.
 - b) Detalhamento da captura, tipo de marcação, triagem e dos demais procedimentos a serem adotados para os exemplares capturados ou coletados, informando o tipo de identificação individual, registro e biometria.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- c) Esforço e eficiência amostral, parâmetros de riqueza e abundância das espécies, índice de diversidade, coeficiente de similaridade entre as áreas e demais análises estatísticas pertinentes, por fitofisionomia e grupo inventariado, contemplando a sazonalidade em cada área amostrada.
 - d) Tabela contendo todos os indivíduos capturados e observados apresentando nome científico, nome comum, área amostral, fitofisionomia, habitat, coordenadas planas (UTM – datum horizontal SIRGAS 2000), estação do ano, método de registro, data, horário de registro, status de conservação (IUCN, MMA, lista estadual), endemismo, e o coletor/observador. Em caso de captura, devem ser registrados os dados biométricos e sanitários dos espécimes. Para os animais sociais observados, deve ser registrado o número de indivíduos presente no grupo e para animais arborícolas anotar a altura no estrato vegetacional.
 - e) Anexo digital com lista dos dados brutos dos registros de todos os espécimes – forma de registro, local georreferenciado (sistema de coordenadas planas, projeção UTM, datum horizontal SIRGAS 2000), habitat e data;
 - f) Cartas de recebimento das Instituições Depositárias, originais ou autenticadas em cartórios contendo todos os espécimes coletados, detalhando as espécies, quantidades e número de tombo. Os espécimes oriundos desta Autorização não poderão ser comercializados.
- 2.4. Avaliar a possibilidade de depósito de parte do material em instituição de referência regional caso o volume das amostras coligidas seja copioso.
- 2.5. Apresentar nos relatórios o esforço amostral e respectiva memória sucinta de cálculo para o programa de bioespeleologia.
- 2.6. Qualquer alteração na metodologia deve ser comunicada ao Ibama para avaliação.
- 2.7. Todos os profissionais constantes na Autorização de Captura, coleta e Transporte de Material Biológico devem manter-se sem pendências no CTF durante todo o período de vigência desta.
- 2.10. Esta autorização substitui a Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 251/2013 – 4ª Retificação, que perde sua validade.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



DESPACHO 008190/2014 COHID/IBAMA

Brasília, 24 de março de 2014

À Diretoria de Licenciamento Ambiental

Assunto: UHE Belo Monte - Projeto de Monitoramento da Fauna Terrestre e Subterrânea - Retificação da ACCT 251/2013.

1. Trata-se de retificação da ACCT 251/2013 para inclusão de profissionais, relativa às atividades desenvolvidas no Projeto de Monitoramento da Fauna Terrestre e Subterrânea da UHE Belo Monte.
2. Estando de acordo com o Parecer 1157/2014 COHID/IBAMA, encaminho minuta da referida ACCT retificada para assinatura.


FREDERICO QUEIROGA DO AMARAL
Chefe da COHID/IBAMA

EM BRANCO





PAR. 001157/2014 COHID/IBAMA

Assunto: Análise dos documentos CE 015/2014-DS e CE 038/2014 - DS.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Solicitação de retificação da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 251/2013 - 4ª Retificação, referente ao Projeto de Monitoramento de Fauna Terrestre e Subterrânea da UHE Belo Monte.

1. INTRODUÇÃO

O presente Parecer considera a Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 251/2013 - 4ª Retificação, referente ao Projeto de Monitoramento de Fauna Terrestre e Subterrânea. O documento CE 015/2014-DS solicitou que a referida autorização fosse retificada devido à inclusão de mais uma instituição interessada no recebimento de material biológico no âmbito do Projeto de Monitoramento da Herpetofauna e de profissionais na equipe. Em complementação, foram enviadas as Declarações de Aptidão Individuais e Certificados de Regularidade no CTF dos profissionais através do documento CE 038/2014 - DS.

2. ANÁLISE

Alteração solicitada

1- Inclusão de instituição interessada no recebimento de material biológico no âmbito do Projeto de Monitoramento da Herpetofauna

Foi solicitada a inclusão do Museu Nacional do Rio de Janeiro na lista de instituições aptas a receber material biológico coletado no âmbito do Projeto de Monitoramento da Herpetofauna da UHE Belo Monte. Com este objetivo, foi enviada carta de interesse do museu para o depósito de exemplares no Setor de Herpetologia do Museu Nacional, atestando que este setor tem todas as condições para conservação adequada dos espécimes recebidos e que os mesmos ficarão à disposição da comunidade científica para consulta.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Foi solicitada a inclusão dos seguintes profissionais na equipe:

1. Fernando Geraldo de Carvalho - Biólogo
2. Mariano Brandão Cordeiro Junior - Biólogo
3. Thiago Pereira Mendes - Biólogo
4. Thiago Costa Acioli - Médico Veterinário

DOCUMENTAÇÃO PARA A AUTORIZAÇÃO PARA CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

1) *Declaração individual de aptidão e experiência para execução das atividades propostas, contendo link do Currículo Lattes, CPF e CTF (Cadastro Técnico Federal) atualizado e sem pendências dos profissionais responsáveis pelo trabalho em campo ou pela identificação taxonômica e dos coordenadores, conforme Tabela 2, indicada no Anexo I;*

Atendido: Foram enviados os Certificados de Regularidade no CTF, as Declarações de Aptidão Individuais e os links para o currículo Lattes dos profissionais.

3. CONCLUSÃO

Conclui-se que não há óbices para a retificação da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 251/2013 - 4ª Retificação para a inclusão dos novos profissionais e do Museu Nacional do Rio de Janeiro na lista de instituições aptas a receber material biológico coletado no âmbito do Projeto de Monitoramento da Herpetofauna da UHE Belo Monte.

Brasília, 24 de março de 2014

Marília Toledo Pereira
Marília Toledo Pereira

Analista Ambiental da COHID/IBAMA

Federico Queiroga do Amaral 24/3/14
Federico Queiroga do Amaral
Matrícula nº: 1.512.156
Chefe
COHID/GENF/DILIC/IBAMA

02001.005554/2014 - 221
 27.03.14
 DILIC/IBAMA
 Fl. 12311
 Ass.: *U*



Usina Hidrelétrica Belo Monte

CE 097/2014 – DS - SAF

Brasília, 27 de março de 2014

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
 Diretor Substituto de Licenciamento Ambiental
 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
 SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1º andar
 70.818-900 Brasília – DF

Assunto: Divulgação do Caderno de Preços para Áreas Rurais da UHE Belo Monte. Consolidação dos Preços para Indenização da Cultura do Cacaueiro com Produção Incentivada

Referente: OF 02001.002649/2014-94 DILIC/IBAMA

Senhor Diretor,

1. Conforme exposto a este Instituto em correspondências anteriores, vimos através desta informar o resultado da consolidação final dos valores a serem ofertados a título de indenização para a cultura do cacaueiro com produção incentivada (tecnificado). Registramos que estes valores foram aferidos mediante um amplo processo de discussão em reuniões com entidades integrantes da Comissão do Plano de Atendimento a População Atingida do Fórum de Acompanhamento Social de Belo Monte (FASBM), bem como com as famílias residentes nas comunidades rurais interferidas.

2. Nesse sentido, na tabela abaixo registramos os valores constantes do caderno de preços (2011) e o resultado da primeira aproximação dos valores resultantes da revisão (2013) que foram submetidas às discussões e considerações da Comissão e das famílias interferidas.

Tabela 01. Primeira Aproximação - Valores apurados na revisão do caderno de preços rural para fins de indenização do cacaueiro com produção incentivada

BENFEITORIAS REPRODUTIVAS	TIPO	UNID	CADERNO DE PREÇOS (fevereiro/2011)	PREÇOS Revisados (maio/2013) - 1ª Aproximação	
			Valor Unitário (R\$)	Valor Unitário (R\$)	
Cacaueiro Incentivada	Produção	1º Ano	pé	15,75	6,05
Cacaueiro Incentivada	Produção	2º Ano	pé	31,29	11,50
Cacaueiro Incentivada	Produção	3º Ano	pé	48,46	16,78
Cacaueiro Incentivada	Produção	Produção	pé	96,93	46,14


[Faint signature and stamp area]

Ao analista Henrique,

Edwards e Rafael para conhecimento.

Sugiro a análise do documento
em conjunto ao 5º Relatório Semanal

31/3/14


Frederico Queiroga do Amaral
Matricula nº: 1.312.156
Chefe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

3. Posteriormente a essas discussões e considerações, a Norte Energia, (i) tecendo nova análise dos dados levantados em campo por ocasião da elaboração da revisão do caderno de preços rural; (ii) reavaliando os índices técnicos encaminhados pelas instituições integrantes da Comissão do Plano de Atendimento a População Atingida do Fórum de Acompanhamento Social de Belo Monte (FASBM); e (iii) considerando como custo de produção 50% do valor estabelecido pela CEPLAC, consolidou o trabalho, chegando ao resultado final dos valores a serem apresentados aos interferidos a título de indenização para a cultura do cacaueteiro tecnificado, conforme enquadramento produtivo e estágios de desenvolvimento identificado nas vistorias técnicas em campo, a saber:

Tabela 02. Consolidação - Valores finais do caderno de preços revisão 2013 a serem apresentados aos interferidos a título de indenização para cultura do cacaueteiro com produção incentivada

BENFEITORIAS REPRODUTIVAS	TIPO	UNID	VALORES CONSOLIDADOS (Revisão Setembro/2013)			
			Valor Unitário (R\$)			
			1,0 kg/pé	1,5 kg/pé	2,0 kg/pé	
Cacaueteiro Incentivada	Produção	Produção (*)	pé	53,01	58,54	64,47
Cacaueteiro Incentivada	Produção	3º Ano (**)	pé	49,26		
Cacaueteiro Incentivada	Produção	2º Ano (**)	pé	32,28		
Cacaueteiro Incentivada	Produção	1º Ano (**)	pé	19,78		

(*) **Cálculo do valor da indenização pelo Método da Capitalização da Renda**

(**) **Cálculo do valor da indenização pelo Método do Custo de Reedição**

4. Esclarecemos, ainda, que os critérios a serem utilizados na avaliação da capacidade produtiva da cultura estão amparados em procedimentos referentes ao manejo reprodutivo (sementes), manejo vegetativo (podas, sombreamento, limpeza da área, adubações, correções de solo, etc.) e manejo fitossanitário (controle de pragas e doenças), cabendo ao produtor a comprovação destas variáveis quando não forem passíveis de serem observadas em campo, além da necessária documentação comprobatória do montante comercializado.

5. Além disso, será considerada para efeito indenizatório a produção de 1,00 kg/pé quando não houver possibilidade de aferição das práticas de manejo que levem ao enquadramento de produtividade superior.

6. Por recomendação do IBAMA, na retomada das negociações com os interferidos será ratificado, no momento da apresentação dos valores, que a proposta indenizatória da cultura cacaueteira com produção incentivada está sendo elaborada e amparada nos critérios e nas metodologias estabelecidas no caderno de preços rural com valores consolidados em setembro de 2013. Já para os demais itens que compõem o laudo de avaliação patrimonial

EM BRANCO

do imóvel (como terra nua e benfeitorias), serão utilizados os valores apurados na revisão de maio de 2013.

7. Quando destas negociações, em atenção ao recomendado no OF 02001.002649/2014 DILIC/IBAMA, a Norte Energia informará aos interferidos os valores praticados pelos cadernos anteriores, os motivos pelos quais o empreendedor promoveu a revisão dos valores, inclusive em relação à cultura cacaueteira.

8. Por fim, visando dar publicidade e transparência no processo, e antes mesmo do recebimento do ofício em referência, informamos que encaminhamos correspondências a todas instituições ou entidades integrantes da Comissão do Plano de Atendimento a População Atingida do Fórum de Acompanhamento Social de Belo Monte (FASBM) com o resultado da consolidação final dos valores indenizatórios para a cultura do cacaueteiro com produção incentivada.

9. Diante desta diligência antecipatória por parte da Norte Energia, das exaustivas discussões já ocorridas, com aceitação de sugestões feitas pelos participantes, considerando o rigor científico do trabalho concretizado, que as explicações inerentes à revisão do caderno de preços será tratada individualmente com cada família interferida, quando da apresentação de valores (negociação) e, acima de tudo, diante da urgente necessidade de retomada dos trabalhos de negociação e aquisição de terras e benfeitorias na área rural, entendemos que está prejudicada a recomendação de realização de uma específica "reunião da Comissão do Plano de Atendimento da População Atingida (Rural) para a exposição da nova revisão do caderno", pois seu objetivo já foi alcançado. Por oportuno informamos que continuaremos a utilizar outros meios, igualmente ou mais eficazes, na linha do explicado nesta missiva e já iniciados antes do recebimento do 02001.002649/2014-94 DILIC/IBAMA.

Atenciosamente,

João dos Reis Pimentel
João dos Reis Pimentel
 Diretor Socioambiental

ANEXOS - Correspondências encaminhadas as Entidades ou Instituições abaixo relacionadas:

ORF	INSTITUIÇÃO OU ENTIDADE	ORF	INSTITUIÇÃO OU ENTIDADE
1	STTR / Vitória do Xingu-PA	16	Secretaria Municipal de Agricultura / Vitória do Xingu-PA
2	STTR / Altamira-PA	17	DPE - Defensoria Pública do Estado do Pará
3	APRU/PAVX	18	Ministério Público Federal (MPF)
4	Associação Estrela que Brilha	19	CREA-PA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
5	Casa de Governo de Altamira-PA	20	Ministério Público Estadual (MPE)
6	CAPESC - Centro Regional de Apoio a Aquicultura e Pesca	21	EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
7	Prefeitura Municipal / Altamira-PA	22	EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
8	Prefeitura Municipal / Brasil Novo-PA	23	OAB - Ordem dos Advogados do Brasil / Subseção Altamira
9	Prefeitura Municipal / Vitória do Xingu-PA	24	Colônia de Pescadores de Altamira - Z-57
10	Câmara Municipal / Altamira PA	25	SIRALTA - Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira
11	Câmara Municipal / Brasil Novo-PA	26	Tribunal Regional Federal de Justiça / Subseção Altamira
12	Câmara Municipal / Vitória do Xingu-PA	27	ITESAN - Instituto Tecnológico Sustentável da Amazônia
13	FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura	28	CODETER - Conselho de Desenv. Territorial da Transamazônica
14	INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	29	UFPA - Universidade Federal do Pará
15	CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	30	Tribunal de Justiça do Estado do Pará

EN BRANCO

CE 105/2014 - DS

Brasília, 04 de Abril de 2014

A Sua Senhoria o Senhor

Thomaz M. de Toledo

Diretor Substituto de Licenciamento Ambiental

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1º andar

70.818-900 Brasília – DF

DIGITALIZADO NO IAN

Assunto: Relatório Quinzenal de acompanhamento das Famílias da Vila Santo Antônio

Referência: Resposta a Of. 02001.011364/2013-63 DILIC/IBAMA de 04 de setembro de 2013

Senhor Diretor,

1. Em atendimento às recomendações inseridas no Of. 02001.011364/2013-63 DILIC/IBAMA encaminhado a Norte Energia em 06 de setembro de 2013, especificamente com relação ao item:

g) “apresentar, com periodicidade quinzenal, relatório de acompanhamento das famílias de Santo Antônio optantes por reassentamento e estágio de implantação do reassentamento”.

2. Encaminhamos, em anexo, Relatório Técnico de Acompanhamento das Famílias Originárias da Vila Santo Antônio, referente ao período de 21/03/14 a 04/04/14.

Atenciosamente,



João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental

ANEXOS:

- ANEXO 1_ VSA Relatório acompanhamento social 21_03_a 04_04_2014
- ANEXO 2_RT_ referente ao período de 21/03/14 a 04/04/14

AO analista Henrique Siqueira
para conhecimento. Sugiro inserir
a análise deste documento no anexo
do 5º relatório rematual.

914164


Frederico Queiroz do Amaral
Matricula nº: 1.512.156
Chefe
COHID/CGENE/DILIC/BAMA

DIGITALIZADO NO IBAMA

02001.006224/2014-54
04.04.2014



ASSOCIAÇÃO KIRINAPÃN
Associação Agrícola Representação Índio
Regional de Altamira Xipaia e Curuaia
CNPJ: 05.532.422/0001-21



Ofício Circular
n° 03

Ao Sr. Thomáz Miazak de Toledo, diretor de licenciamento ambiental do IBAMA

Assunto: Ligação com índios citadinos com Pedral

Nós, índios citadinos das etnias Xipaia, Juruna e Curuaia, através de nossas associações trabalhamos junto à Amazoncoop na produção do óleo de castanha que era exportado para a empresa inglesa de cosméticos The Body Shop entre os anos 1998 e 2009.

A partir de 2000, os trabalhos de secagem, quebra e extração do óleo eram feitos na área denominada Pedral. As famílias indígenas frequentavam o Pedral desde 2000. Conhecemos muito bem estas terras.

Foi nesse contexto que se estabeleceu uma relação entre nós índios e a terra que lutamos para sermos reassentados no momento. Não se trata da opinião de uma minoria, mas sim da maioria dos índios citadinos, tudo por já termos uma relação histórica de trabalho, sustento e dignidade naquele local.

Em anexo documentos e fotos que ilustram nossas afirmativas e comprovam que o pleito de reassentamento na área do Pedral nada mais é do que a continuidade de um vínculo há muito tempo consolidado.

Brasília, 04 de abril de 2014.

Cláudio Curuaia Cambui
Cláudio Curuaia Cambui

Presidente da associação indígena Curuaia nativa de Altamira -
Inkuri

Maria Augusta Borges Xipaia
Maria Augusta Borges Xipaia

Presidente da associação indígena Kirinapãn

A COHID,

PARA CONHECIMENTO.

(op. Belo Monte)


10.04.14

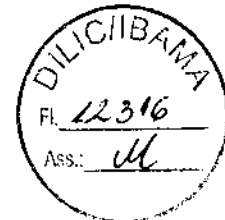

Moana Menta Giasson
Assessora Técnica
DILIC/IBAMA

Sen analistas Eduardo

Trozzi, Henrique e Rafael para
conhecimento.

11/4/14


Frederico Queiroga do Amaral
Matrícula nº 1.512.156
Chefe
COHID/GENE/DILIC/IBAMA



III Encontro da ANPPAS

23 a 26 de maio de 2006

Brasília – DF

**Sociedades Indígenas e o Mercado de Produtos
Florestais Não Madeireiros na Amazônia: o caso dos
Asuriní do Xingu**

Fabio Augusto Nogueira Ribeiro – USP

A parceria comercial

Histórico da parceria entre The Body Shop e Amazoncoop

A iniciativa de comercializar óleo-de-castanha com a *The Body Shop* partiu, inicialmente, do líder indígena Kayapó da aldeia A'Ukre, Payakan, o qual convidou a proprietária da *The Body Shop*, Anita Roddick, durante a realização do protesto de Altamira em 1989ⁱ. Durante este estágio inicial, a parceria comercial envolvia as aldeias A'Ukre e Pukany, ambas do grupo Kayapó.

No caso da *Amazoncoop*, a iniciativa de montar a cooperativa partiu de Benigno Pessoa Marques, superintendente da administração regional da Funai sediada em Altamira, no ano de 1998. Como a Funai já intermediava a relação entre a empresa inglesa e a aldeia Kayapó de A'Ukre a alguns anosⁱⁱ, Marques idealizou a criação da cooperativa, com a finalidade de estender os benefícios da parceria para outras comunidades tuteladas à Funai de Altamira. Além disso, o estabelecimento da cooperativa resultou de necessidades jurídicas, já que a Funai, como órgão do governo federal, não poderia estar envolvida legalmente em atividades comerciais.

Cadeia produtiva

No início da cadeia produtiva, os cinco grupos indígenas habitantes da floresta

EM BRANCO



colhem as castanhas e as vendem para a cooperativa, sediada em Altamira, recebendo em troca R\$ 30,00 por caixa de aproximadamente 25 kg de castanha (valor pago em 2005). A *Amazoncoop* e a Funai, única terceira parte envolvida na parceria, dividem os altos custos de transporte da castanha até a cidade, os quais variam segundo a aldeia.

No galpão de extração de óleo da *Amazoncoop* em Altamira, cerca de cinquenta indígenas citadinos^m organizados na associação *Akarirá* realizam os processos de secagem, quebra, trituração, queima e prensa, necessários à extração do óleo. Como a castanha é um fruto sazonal, a atividade de extração restringe-se a apenas três meses do ano. Por esta razão, os indígenas envolvidos no processo em Altamira não estão formalmente envolvidos na cooperativa, ou seja, são trabalhadores esporádicos que não têm registro em carteira de trabalho. De certa forma, equivale dizer que a cooperativa terceiriza o serviço da associação *Akarirá* durante o período de extração do óleo, geralmente entre os meses de março e junho.

Extraído o óleo, este é enviado por via fluvial e em tonéis de duzentos litros para Belém, e de lá segue para a Grã-Bretanha por navio.

EN BRANCO



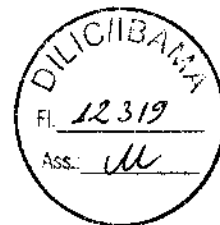
ⁱ No ano de 1989 Altamira foi palco de um protesto contra a implementação de usinas hidrelétricas no Rio Xingu, as quais inundariam grande parte das áreas indígenas. Ao invés da construção das usinas, a população de Altamira propôs como alternativa à extensão do "linhão" proveniente da usina já implantada em Tucuruí. Para mais detalhes ver a obra "As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas", organizada por Santos e Andrade (1988).

ⁱⁱ A aldeia Pukany Kayapó abandonou a comercialização por questões internas à comunidade e não relacionadas à comercialização de óleo de castanha.

ⁱⁱⁱ Em Altamira vivem aproximadamente dois mil indígenas, descendentes diretos das sociedades Juruna, Xipaya e Kuruaya.

EM BRANCO

EM



News

Translate this using google

Em Altamira, índios exportam óleo para a Inglaterra

26/07/2005

Fonte: Diário do Pará-Belém-PA

Índios de nove etnias que vivem no município de Altamira, oeste do Pará, têm na exportação de castanha sua principal atividade econômica. Eles vivem em quatorze aldeias, que comercializam o produto com a empresa britânica de cosméticos Body Shop. Ano passado, foram enviados oito mil quilos do produto, número que este ano deve chegar a dez mil. A produção está em fase de secagem e deverá sair do Brasil até o mês de outubro, gerando uma renda de R\$ 40 mil para as comunidades indígenas. Além disso, os índios agrupados na cooperativa Amazoncoop também possuem um provedor de internet com 700 clientes e um hotel ecológico. O lucro dos negócios ajuda na manutenção de uma farmácia natural - por meio da qual são distribuídos, gratuitamente, medicamentos para as populações indígenas aldeadas e cidadãs - e na realização de serviços de saneamento básico e construção de escolas nas aldeias. De acordo com o diretor administrativo da Amazoncoop, Oséas Silva, o nível de organização dos índios de Altamira foi o que permitiu reverter o processo de comercialização da castanha que abastecia o mercado atravessador. Em 1998, com apoio da Funai e de organizações não governamentais foi criada a Cooperativa Agrícola Mista de Produtores Extrativistas de Altamira, cujo nome de fantasia é Amazoncoop, e que passou a administrar a produção dos índios. A experiência na extração de óleo de castanha foi adquirida com os índios Gorotire, do tronco Kayapó, que já trabalhavam com o produto. Hoje a cooperativa compra toda a produção fornecida por índios de nove etnias, e a exporta para a Inglaterra. "Criamos a cooperativa para agregar valor à castanha produzida nas reservas indígenas", explica Oséas Silva. A cooperativa tem participação ativa de 26 lideranças indígenas, representantes da Funai e membros da própria entidade, que é presidida pelo piloto Mauro Gumercindo Machado, conhecido na região como "Machadinho". A indicação de Mauro se deve ao prestígio que tem junto aos índios.

Prestação de serviços à comunidade

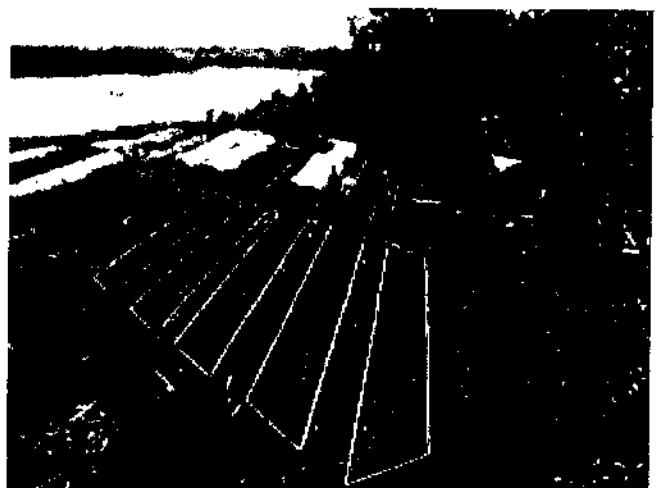
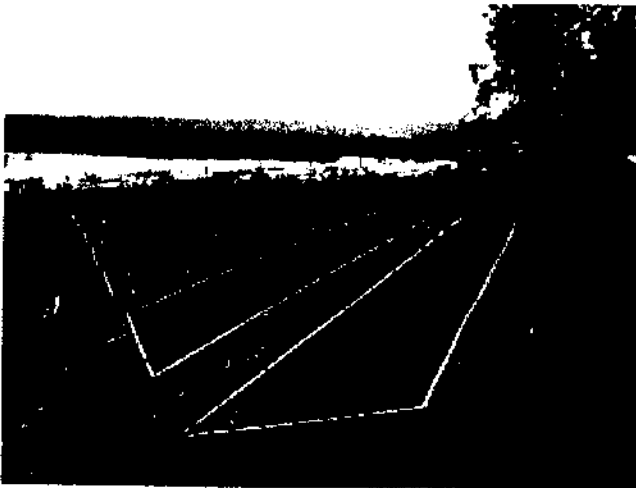
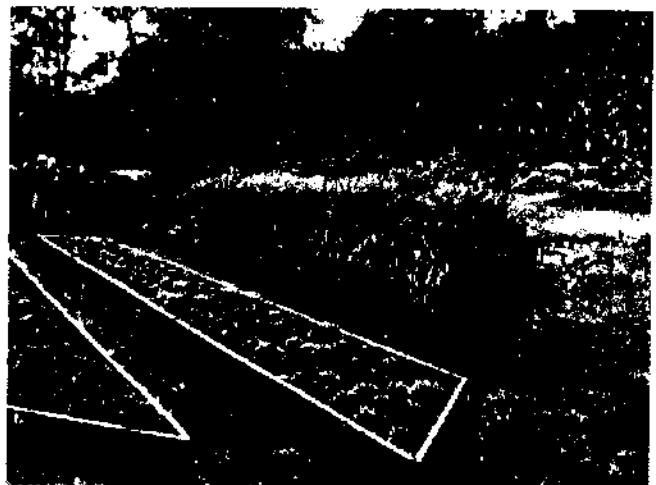
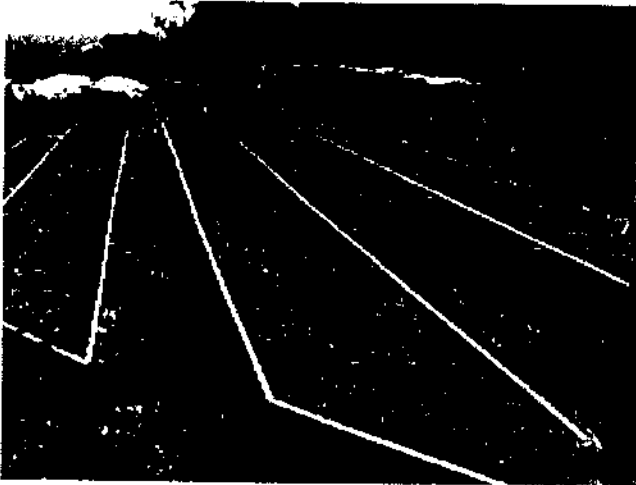
O projeto de Internet, pago com doações da Suécia, tem o objetivo de divulgar as ações da cooperativa e prestar serviços à comunidade de Altamira. Já o hotel ecológico Tataquara, construído para atender visitantes estrangeiros, será vendido porque a cooperativa não tem como manter as despesas. "O fluxo de hóspedes está baixo. O hotel tornou-se inviável para a cooperativa e nós queremos vendê-lo", explicou o diretor administrativo da Amazoncoop. Com o lucro do provedor, a cooperativa mantém o projeto Farmácia Verde, que distribui gratuitamente remédios à base de ervas medicinais cultivadas nas aldeias e no centro de mudas em Altamira. Cerca de dois mil índios que moram nas aldeias e na cidade, são beneficiados diretamente com medicamentos como xaropes, anti-inflamatórios, calmantes de cefaleia e capsulas de copaíba. A funcionária da farmácia, Ana Paula Gusmão, garante que a produção dos remédios é suficiente para atender a demanda local. A cooperativa deverá fechar o exercício financeiro de 2005 com R\$ 40 mil em caixa, obtidos com a exportação do óleo de castanha. Esse dinheiro retorna para os índios de duas formas: em espécie, diretamente para as aldeias que já sabem lidar com as finanças, ou por meio de serviços de saneamento básico, construção de escolas e compra de acessórios agrícolas, para aquelas que não têm conhecimento contábil. Apesar do comércio com a Inglaterra garantir a venda de dez mil quilos de óleo de castanha em 2005, o administrador da Amazoncoop reconhece os riscos do negócio, uma vez que o provedor já ganhou concorrente na cidade e as reservas extrativistas de castanha não contam com assistência técnica para aumentar sua produção. Por isso, Oséas Silva não descarta a possibilidade de celebrar um convênio com o Governo do Estado do Pará, visando criar grupos de estudos para diversificar a produção da castanha dos índios do Xingu.

[Print](#) | [Send](#) | [Save to Delicious](#) | [Report errors](#)

The news items published by the Indigenous Peoples of Brazil site are not a result of direct or indirect financial support and are not presented by the original source. The site is not responsible for the opinions expressed or errors contained in these texts. Please contact your provider in the news item's header for details.

EM BRANCO

DILIGIBAMA
12320
UK



EM BRANCO

DILIGIBAMA
FL. 12321
Ass. *ll*



1018713.jpg



1018739.jpg



1029131.jpg



1018714.jpg



1021385.jpg



1018536.jpg



1018693.jpg



1018496.jpg



1018497.jpg



1018720.jpg



1018688.jpg



1018728.jpg



1021386.jpg



1018705.jpg

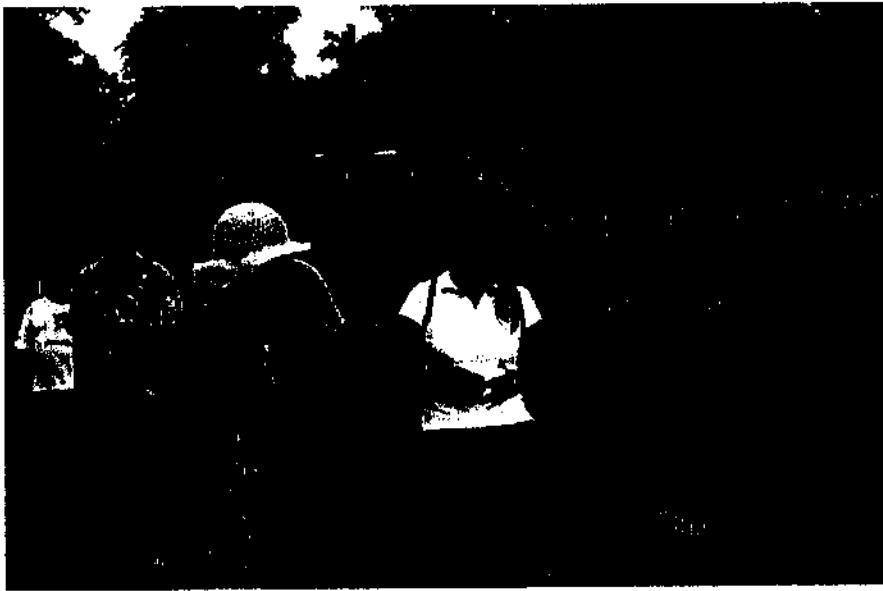
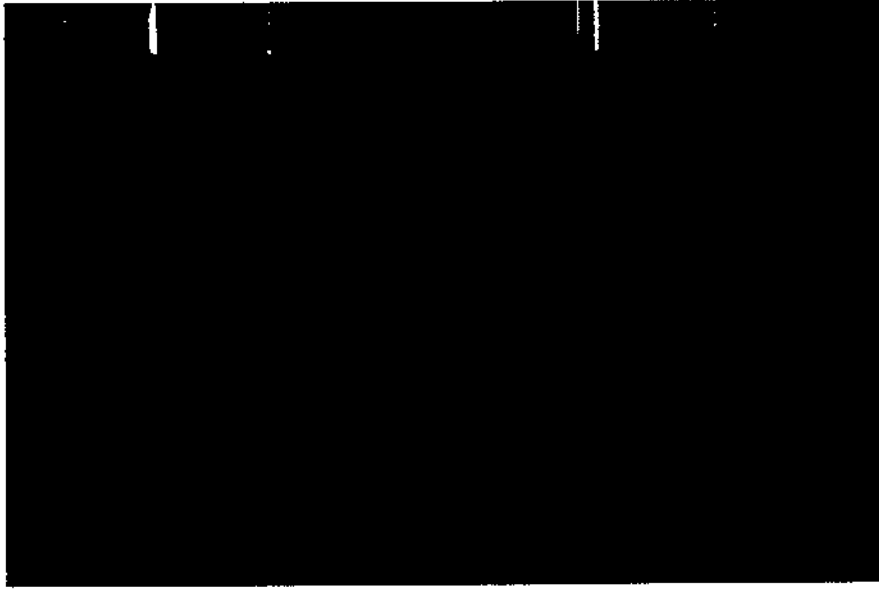


1027404.jpg



EM BRANCO

DILICIBAMA
FL. 12322
ASSC. M



EM BRANCO

DILIGIBAMA
Fl. 12323
Ass: *ll*



EM BRANCO

DILICIBAMA
PL. 12324
U

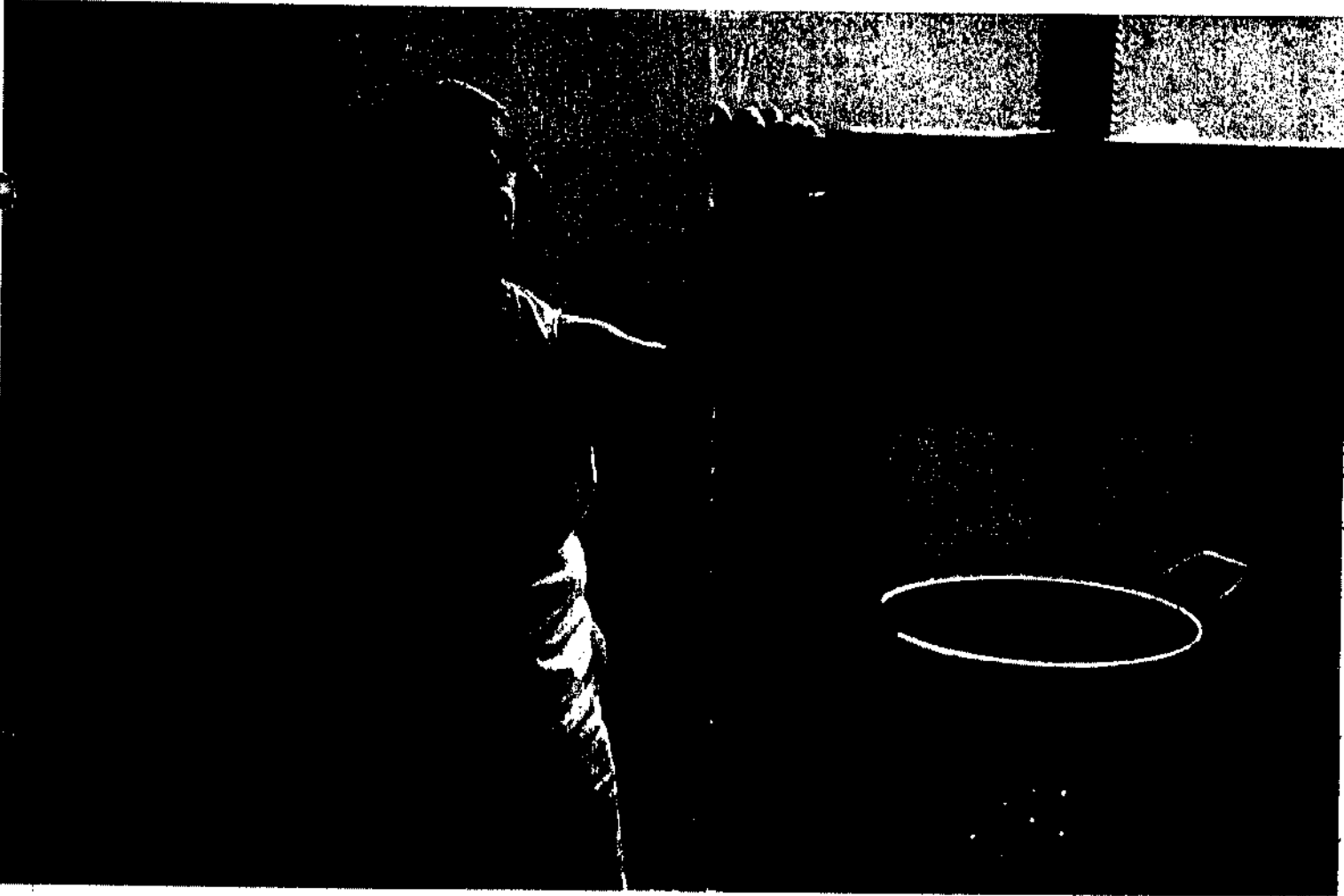


EM BRANCO



EM BRANCO

DILIGIBAMA
FL. 12326
Ass: M



EM BRANCO



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - PROCAM

Fábio Augusto Nogueira Ribeiro

Etnodesenvolvimento e o mercado verde na Amazônia indígena:

Os Asurini no Médio Xingu

São Paulo

2009

EN BRANCO



RESUMO

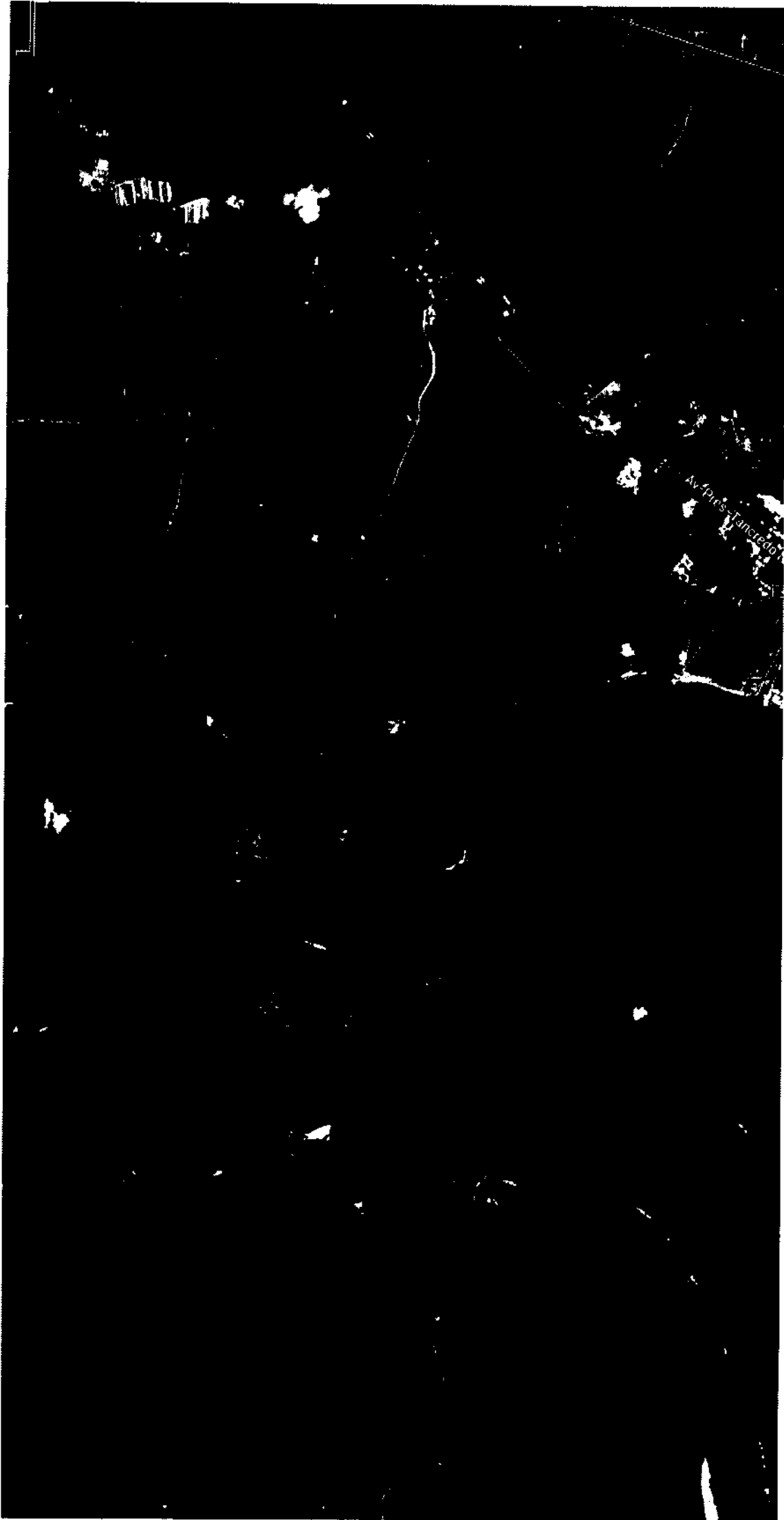
RIBEIRO, F. A. N. Etnodesenvolvimento e o mercado verde na Amazônia indígena: os Asurini no Médio Xingu, 2009. 179 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Ao longo das últimas décadas, os processos de liberalização da economia brasileira e avanço do ambientalismo geraram novas representações e políticas relativas à floresta e aos povos indígenas amazônicos. Dentro desse movimento, a comercialização de produtos florestais não madeireiros através, em alguns casos, de parcerias entre a Fundação Nacional do Índio e empresas passou a ser apresentada como uma ferramenta para o desenvolvimento indígena e para a conservação ambiental. Sob a perspectiva do etnodesenvolvimento, entretanto, a questão central que fundamenta a dissertação é se os regimes de produção, circulação e consumo engendrados por esse 'indigenismo público-privado' são compatíveis com as economias políticas nativas. Para responder a esta questão, o estudo está baseado no caso dos Asurini do Xingu, grupo Tupi incluído na parceria para a comercialização de óleo de castanha-do-pará entre a cooperativa Amazoncoop e a empresa britânica The Body Shop. A pesquisa de campo foi estruturada em dois níveis. No primeiro, por meio de entrevistas e conversas informais, foram levantadas informações sobre a história e a economia política da parceria. Os resultados obtidos evidenciam que a parceria foi incapaz de romper com a assimetria de poder que caracteriza a relação entre os indígenas e a economia de mercado. No segundo nível, por meio de técnicas qualitativas (entrevistas, conversas informais, diagnóstico rural participativo) e quantitativas (surveys e observações de alocação de tempo), foram levantadas informações relativas à participação dos Asurini na parceria, bem como os impactos da atividade sobre a economia doméstica. Nesse caso, a incompatibilidade entre o regime indígena e aquele fomentado pela parceria foi evidenciada pela escassez de alimentos no período da coleta, pela distribuição desigual dos recursos monetários entre os grupos familiares, pela acentuação do conflito entre dinheiro e reciprocidade e pelo incremento da dependência por bens industrializados. A diversidade, entretanto, das estratégias econômicas familiares, a incorporação do dinheiro pelas concepções indígenas de riqueza e a continuidade das atividades de subsistência são expressões de que a maior participação na economia de mercado tem como corolário não a 'aculturação', mas uma transformação na forma como a sociedade indígena se reproduz.

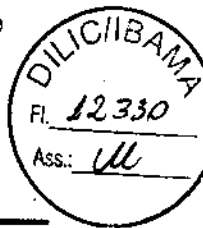
Palavras-chave: sociedades indígenas, Amazônia, Asurini do Xingu, produtos florestais não madeireiros, etnodesenvolvimento.

EM BRANCO

DILIGIBAMA
Fl. 12329
Ass: *U*



EM BRANCO



OF.PRM/ATM/GAB 3/N° 0365/2014

Altamira/PA, 07 de abril de 2014.

A-Sua Senhoria o Senhor
THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor de Licenciamento Ambiental Substituto
SCEN Trecho 2, Edifício Sede do Ibama
Brasília/DF CEP: 70.818-900

DIGITALIZADO NO IBAMA

Ref.: Inquérito Civil nº 1.23.003.000046/2011-18

Obs.: Favor mencionar o procedimento supra ao responder este ofício.

Anexo: Cópia de fls. 572/576

Senhor Diretor Substituto,

Cumprimentando-o, com base no art. 129, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil e com a finalidade de instruir o Inquérito Civil nº 1.23.003.000046/2011-18, SOLICITO, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o encaminhamento de informações sobre os fatos narrados na documentação anexa, devendo, também, ser informado sobre o prazo de que a Norte Energia S/A dispõe para providenciar a recomposição da atividade ou indenização dos prejudicados.

Atenciosamente,

Bruna M. G. da Silva
BRUNA MENEZES GOMES DA SILVA
Procuradora da República

PRM-ATM-PA-0000 2068 /2014
ENV/PRM-ATM-0000 793 /2014

Para a CGENE

1. Para as providências que
com requer;
2. atentar ao prazo (09/05/14).

24/04/2014

Paulo Grieger

Paulo Grieger
Analista Ambiental
Matrícula: 6788130
DILIC/BAMA

À COMIDAZ

PARA FIMATA DE RESPOSTA.

em 29.4.14

Henrique Cesar Lemos Jucá

Coordenador Geral de Infraestrutura de
Energia Elétrica - Substituto
CGENE/DILIC/BAMA

Aos analistas Henrique Silveira
e Eduardo Truzzi, para elaboração
do Ofício-Dilic em resposta.
Porque o texto apresenta todas
as mudanças na temática após
o retorno de fevereiro/14.

Frederico Queiroz da Silva
Matrícula: 451756
Chefe
COMISSÃO DE LICENCIAMENTO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Município de Altamira - PA

TD PRM/ATM/038/2014

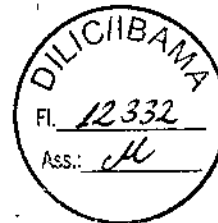
MPF / PRM-ALTAMIRA
Nº 01524/2014

Em: 11/03/2014, às 14:00

Aos dezenove dias de março do ano de dois mil e quatorze, na sede da Procuradoria da República no Município de Altamira, situada na Av. Tancredo Neves, nº 3303, na cidade de Altamira, Estado do Pará, compareceu a Sr **JOSE ALBERTO BRAZ DE LIMA**, brasileiro, filho de Alberto Rodrigues de Lima e Antonia Braz de Lima, nascido em 11/09/1974, portador do RG nº 4767204 SEGUP/PA, inscrita sob o CPF nº 392.060.502-06, residente e domiciliado Passagem sete, nº 7008, tel (93) 91262894, que passou ser representante do Sindicato dos Oleiros de Altamira/PA. Que ocupam especificamente as olarias dos painelas, olaria do ambe e da colina. Afirma que existe um embargo na área das olarias dos painelas lavrado pelo IBAMA. Declara que a Norte Energia avisou aos trabalhadores da Olarias serão atingidos pelo alagamento proveniente da construção da represa da UHE Belo Monte. Por conta dessa situação os trabalhadores seriam indenizados ou seria feita a recomposição da atividade oleira para outro local. Tal condicionante, segundo o declarante, também se encontra prevista no EIA/RIMA no Plano Básico Ambiental- PBA. Declara que no PBA que foi apresentado pela Norte Energia já havia área delimitada para a recomposição dos trabalhadores. Ocorre que a Norte Energia desde de 2012 vem afirmando que só terá resposta em relação a indenização e recomposição depois serem concluídos os estudos de pesquisa das áreas viáveis para atividade oleira. Fato que deixa os trabalhadores inseguros quanto ao destino de suas atividades. Afirma ainda que a partir do momento que houver o alagamento das áreas de onde se retira argila cinza, a única alternativa viável para a recomposição da atividade seriam áreas que necessitariam de utilização de máquinas pesadas, desvirtuando a atividade artesanal realizada pelos oleiros atualmente. Além disso, os trabalhadores não têm condições para arca com o custo desse tipo de empreendimento. Dessa forma, diante da inviabilidade da continuação da atividade a partir do momento do alagamento provocado pela represa, a única opção que se mostra razoável para os trabalhadores evitarem possíveis prejuízos seria a indenização. Portanto, diante das circunstâncias e pela demora da Norte Energia, o declarante requer providências dos órgãos públicos no sentido de que a Empresa efetue o quanto antes as indenizações dos oleiros em atividade. Ainda segundo declarante, a

Av. Tancredo Neves, nº 3303 – Bairro Jardim Independente I - CEP 68372-060 – Altamira/PA
www.prpa.mpf.gov.br ■ Tel/Fax: 0XX93 3515-2526

EM BRANCO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Município de Altamira - PA

Universidade Federal do Pará realizou estudo acerca da cadeia de produção de tijolo artesanal. O estudo concluiu que existem entre 250 a 300 pessoas que estão envolvidas na cadeia de produção de tijolos artesanais. Tais pessoas serão também afetadas pela descontinuidade da produção dos oleiros. Devendo, portanto, a indenização alcançar todos os envolvidos na citada cadeia de produção. Como nada mais foi dito, eu, Antonio Valente Rodrigues Antônio Valente Rodrigues, Analista do MPU, encerrei o presente termo que, após lido, vai devidamente assinado pela declarante.

Jose Alberto Braz de Lima
JOSE ALBERTO BRAZ DE LIMA

EM BRANCO



Sindicato dos Oleiros de Altamira

Av. Tancredo Neves, s/n, Olaria dos Painelas, Altamira - PA
CNPJ. 07.777.015/0001-00



Ofício nº 005/2014

Altamira, 17 de Janeiro de 2014.

A Norte Energia S/A.

EM ANEXO Ofício Circular nº 005/2014

O Sindicato dos Oleiros de Altamira (SINDOALTA) vem através deste, manifestar as insatisfações em relação ao tratamento dado pela Norte Energia à classe dos oleiros de Altamira, assim como, mais uma vez, esclarecer quais as nossas exigências.


A primeira insatisfação é quanto a falta de transparência no processo, pois a Norte Energia não nos tem repassado informações, quando as repassa, não são claras e precisas. Por exemplo, não há nenhuma definição de prazos, valores das indenizações e de áreas de relocação.

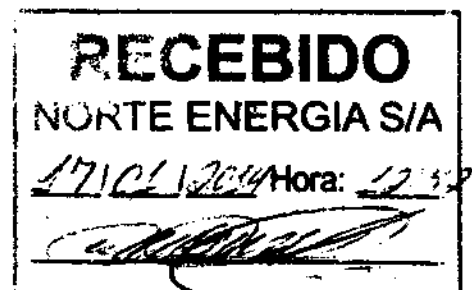
Outra insatisfação é quanto ao último cadastro feito pela empresa responsável que não incluiu os oleiros-trabalhadores e os prestadores de serviços, sem que houvesse nenhuma explicação precisa sobre esta decisão, o que causou profunda insatisfação na categoria. Os direitos dos oleiros-trabalhadores e prestadores de serviço em atividade sempre foi reconhecido nas reuniões anteriores, tanto que os mesmos participaram do cadastro e dos primeiros levantamentos socioeconômicos.

Outra insatisfação é quanto a imposição da Norte Energia de que os oleiros-trabalhadores e prestadores de serviços não terão direito de escolha entre a relocação e a indenização, conforme relatado pela responsável Sr^a Cassandra.

As nossas reivindicações é que sejam consideradas estas insatisfações acima colocadas e que no prazo de dez dias haja uma resposta da Norte Energia para a categoria.

Atenciosamente,


José Alberto Bráz de Lima
Presidente do SINDOALTA



EM BRANCO



CE 0114/2014 – DS - SSE

Altamira, 06 de fevereiro de 2014

A Sua Senhoria o Senhor
José Alberto Bráz de Lima
Presidente do Sindicato dos Oleiros de Altamira - Sindoalta
Av. Tancredo Neves s/n Olaria dos Painelas
68.370-000 - Altamira/PA

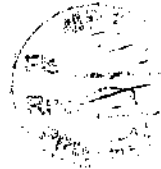
Assunto: Resposta ao Sindoalta

Referência: Ofício 005/2014 Sindoalta

Prezado Senhor,

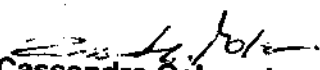
1. Como é de seu conhecimento, a Norte Energia, responsável pela implantação da UHE Belo Monte, no âmbito do Projeto Básico Ambiental – PBA, desenvolve o Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho, voltado ao apoio para a recomposição da atividade e o Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas, que efetua as indenizações.
2. A Norte Energia, de acordo com os compromissos estabelecidos no processo de licenciamento ambiental, tem executado as ações constantes no Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas e Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho.
3. No âmbito do Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas foi realizado o CSE (Cadastro Socioeconômico) das famílias interferidas, a demarcação fundiária das unidades produtivas, o levantamento físico patrimonial e a avaliação, para posterior apresentação dos valores. Por meio do Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho, foi realizado um diagnóstico da situação da atividade oleira em Altamira, identificando as olarias existentes, o modo de produção, os proprietários, seus sócios, funcionários e a condição de informalidade existente.
4. Ainda pelo projeto de Recomposição, houve ações de apoio à categoria para sua organização, com contratação da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB que realizou 12 módulos de cursos de cooperativismo e viabilizou a criação da cooperativa da classe, resultado importantíssimo para a regularização da atividade junto aos órgãos ambientais.
5. A Norte Energia pesquisou na região e identificou diversas áreas, como alternativa para a recomposição da atividade oleira, realizou a pesquisa mineral, um estudo do mercado local e um estudo da produção existente, com o objetivo de definir as capacitações que complementarão o processo de recomposição da atividade oleira a ser proposto.
6. Com relação ao ofício 05/2014, de 17 de janeiro de 2014 deste Sindicato, não podemos concordar com os termos de falta de transparência. A Norte Energia mantém, desde 2010, contato com os oleiros, por meio de reuniões, encontros e cursos, além dos inúmeros e constantes atendimentos que temos realizado, nos escritórios da empresa, para encaminhar as diversas solicitações recebidas.

EM BRANCO



7. Cumpre destacar que os trabalhos realizados até o momento constituem-se em atividades essenciais para o diagnóstico detalhado desta atividade, o que permitirá a elaboração de propostas de indenização de terras e benfeitorias e de recomposição da atividade. Estas serão apresentadas tão logo os dados obtidos sejam analisados para a apresentação das propostas de indenização e recomposição.
8. A recomposição da atividade está determinada no Projeto Básico Ambiental como uma ação sustentável para a geração de renda e trabalho para as famílias. Esta recomposição abrange (i) a definição da área, próxima a cidade de Altamira, com depósitos de argila; (ii) a proposição de melhorias técnicas de produção; (iii) os encaminhamentos necessários para a regularização ambiental e minerária da atividade.
9. Para as ações de indenização, a Norte Energia seguirá as diretrizes estabelecidas no Projeto Básico Ambiental, com a avaliação das benfeitorias existentes conforme cada unidade produtiva e propriedade.
10. Desta forma reiteramos o compromisso com a execução das atividades previstas no Projeto Básico Ambiental e na manutenção do diálogo e transparência que tem pautado o relacionamento da Norte Energia com as comunidades locais.

Atenciosamente,


Cassandra Gelsomino Molisani
Superintendente do Meio Socioeconômico
Diretoria Socioambiental


Luiz Antônio Zocal Garcia
Superintendente de Assuntos Fundiários
Diretoria Socioambiental

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



NOT. TEC. 000626/2014 COHID/IBAMA

Brasília, 07 de abril de 2014

Assunto: Relatório de vistoria da UHE Belo Monte - 18 a 21 de março de 2014.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Trata-se do relatório de acompanhamento de ações do PBA da UHE Belo Monte, no que se refere aos componentes de flora e fauna.

1. INTRODUÇÃO

O aproveitamento hidrelétrico Belo Monte, detentor da Licença de Instalação nº 795/2011, encontra-se em fase de instalação no rio Xingu, nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e Brasil Novo, no Pará.

A vistoria realizada teve como propósito o acompanhamento das atividades dos projetos de afugentamento e resgate e aproveitamento científico da fauna, bem como acompanhamento da atividade de supressão de vegetação, vistorias nos pátios de armazenamento de madeira e projeto de recuperação de áreas degradadas no Centro de Estudos Ambientais - CEA.

A seguir apresenta-se um detalhamento das atividades executadas durante a vistoria, no período de 18 a 21 de março de 2014.

2. CONSTATAÇÕES

A equipe de vistoria foi formada pelas analistas Marília Toledo Pereira e Rosângela Teixeira Tiago, que realizaram as seguintes atividades:

Dia 18 de março

Deslocamento da equipe do Ibama para Altamira-PA.

Dia 19 de março



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Pela manhã a equipe se deslocou até umas das frentes onde estava ocorrendo supressão de vegetação da área do reservatório intermediário (lote D, talhão 3, parcela 3), onde a equipe acompanhou as atividades de afugentamento e de resgate de animais pelos auxiliares de campo. Observou-se que, durante o período em que a equipe esteve presente, todos os animais resgatados nesta área foram exemplares da herpetofauna como serpentes, lagartos, rãs e sapos. Também foi possível observar as picadas abertas a cada 10m para a realização do afugentamento antes do início das atividades de supressão.

As atividades de acompanhamento da supressão envolveram o bosqueamento da área (atividade de remoção do dossel inferior da floresta), retiradas de cipos das árvores e posterior corte do indivíduo arbóreo. Não foi possível acompanhar o traçamento da tora e arraste para os pátios, devido as chuvas que iniciaram, entretanto, foi possível verificar a retirada de outros indivíduos já suprimidos e arrastados para esplanadas próximas.

No período da tarde, a equipe acompanhou todas as atividades das bases móveis de resgate de fauna que acompanham as frentes de supressão de vegetação. Os animais resgatados são levados à base móvel pelos auxiliares, onde os biólogos executam os procedimentos de triagem, medições biométricas e registro no banco de dados de todos os exemplares resgatados. Nestas bases também ocorre a destinação dos animais, sendo que os que não se encontram em condições de soltura imediata ou de taxonomia indeterminada são enviados à Base de Resgate da UHE Belo Monte, os demais são destinados à soltura.

A equipe também pôde acompanhar a soltura dos animais recebidos na base móvel, sendo que esta foi realizada na área de soltura denominada ASRBL04 que é uma áreas próximas ao local onde o animal foi resgatado.

Por fim, procedeu-se à visita à área onde foram realizadas a realocação de indivíduos resgatados de bromeliáceas, aráceas e orquídeas recém coletadas das áreas já suprimidas do reservatório intermediário.

Dia 04 de dezembro

No segundo dia de campo a equipe acompanhou as atividades da Base de Resgate da UHE Belo Monte. Acompanhou-se atividades como anestesia de animais, coleta de sangue e material biológico e implantação de microchip subcutâneo para o projeto de controle de endemias. Os profissionais responsáveis pela base também explicaram os procedimentos para a inserção de dados nas planilhas do banco de dados. Além disso a equipe acompanhou a alimentação dos animais, a marcação com brinco e a fixação de material



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



para envio para coleções científicas.

Também foi realizada vistoria no laboratório multiuso da base. Este laboratório é utilizado para os projetos de resgate e aproveitamento científico e econômico de abelhas, para os projetos de monitoramento nos módulos RAPELD, para o projeto de resgate e aproveitamento científico da fauna e pela fundação Evandro Chagas eventualmente.

A equipe também vistoriou o chamado "Recinto de Imersão", que é um recinto coberto com tela na parte externa da base que tenta imitar as características dos diversos ambientes da região para que os animais em processo de adaptação possam estar em melhor condições de se reintegrarem ao ambiente natural por ocasião da soltura.

Foi vistoriado também alguns pátios de estocagem a fim de verificar a qualidade da madeira. Alguns pátios foram encontrados limpos, sem acúmulo de umidade e a madeira acondicionada de forma a garantir a sua qualidade. Entretanto, alguns foram encontrados em desacordo. Foi visualizado, pátios com muito mato entre as toras, resíduos alagados devido as chuvas fortes na região e muita umidade no solo.

Também foi vistoriado o projeto de recuperação de áreas degradadas de Centro de Estudos Ambientais que foi contabilizada como área recuperada para geração de créditos de reposição florestal. O projeto está sendo muito bem conduzido e a área está sendo recuperada utilizando a metodologia de restauração com plantios por núcleos de Anderson e condução da regeneração natural. Importa destacar que esta metodologia deverá ser utilizada para todos os projetos de recuperação das áreas, inclusive na recuperação dos bota-foras. Foi observado que nos bota-foras o plantio está sendo realizado em linhas, utilizando somente a técnica de alternância de espécies pioneiras, secundárias e clímax. Reforço a necessidade de observação das recomendações das Notas Técnicas n° 5700/2013 e 5945/2013.

Por fim, a equipe visitou o laboratório de ictiofauna da UFPA.

Dia 06 de dezembro

Deslocamento da equipe do Ibama de Altamira-PA a Brasília-DF.

3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Conclui-se que as atividades referentes ao afugentamento, resgate e aproveitamento científico da fauna estão ocorrendo a contento e conforme o previsto no PBA. Para as atividades da flora, a supressão está sendo bem conduzida, entretanto, deve-se observar as condições de armazenamento da madeira.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

As atividades referentes a recuperação de áreas dos bota-foras deverão ser conduzidas conforme acordado com a Norte Energia e mediante recomendações nas Notas Técnicas nº 5700/2013 e 5945/2013.

Marília Toledo Pereira
Marília Toledo Pereira

Analista Ambiental da COHID/IBAMA

Rosângela Teixeira Tiago

Analista Ambiental da COHID/IBAMA

De acordo. Encaminhe-se para as providências necessárias.

FREDERICO QUEIROGA DO AMARAL

Chefe da COHID/IBAMA



Folha: _____

Proc.: _____

Rubrica: _____



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Registro Fotográfico

Meio Biótico



Foto 1 – Atividade de bosqueamento e afugentamento e resgate de fauna.

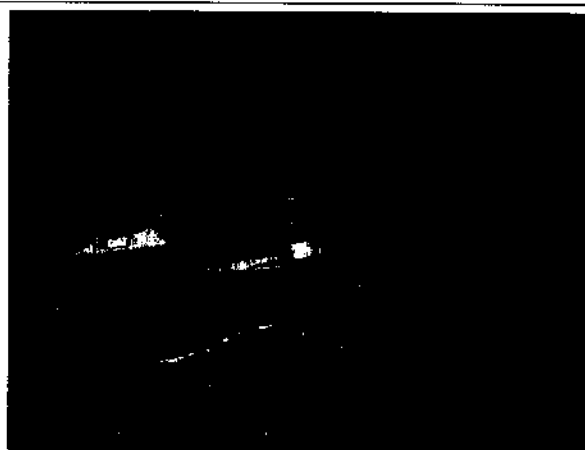


Foto 2 – Máquina realizando o bosqueamento com derrubada da vegetação secundária.



Foto 3 – Atividade de busca de animais para o resgate.

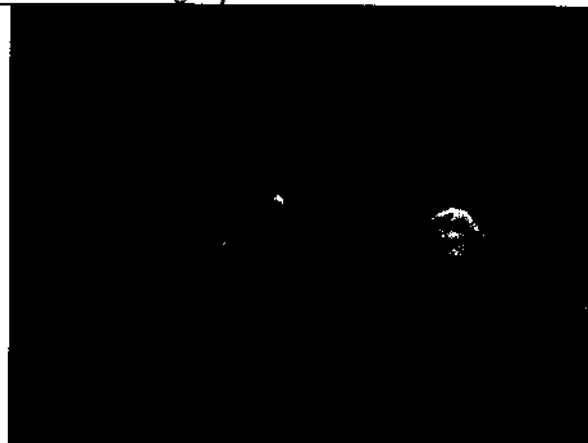


Foto 4 – Corte dos cipós para derrubada da árvore.

[Handwritten signature] MP



Foto 5 – Após a derrubada inicia-se o traçamento da árvore.

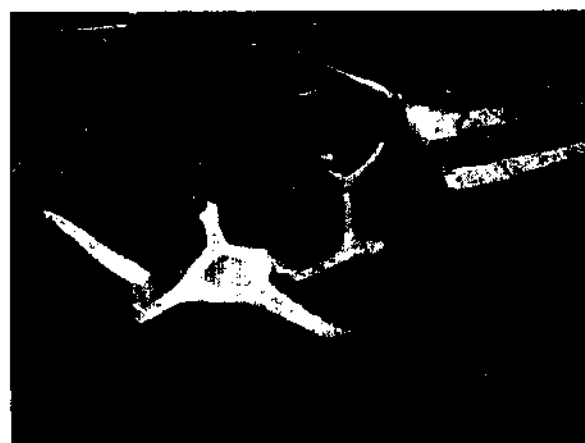


Foto 6 – Forma de corte e do toco.



Foto 7 – Arraste de outras toras para esplanada próxima.



Foto 8 – Resgate de exemplar de uma coral verdadeira.



Foto 9 – Biólogos realizando o registro e tomada de dados biométricos de um animal resgatado.



Foto 10 – Tomada de dados biométricos de um anuro.



Folha: _____

Proc.: _____

Rubrica: _____



Foto 11 – Picada aberta para o afugentamento de fauna

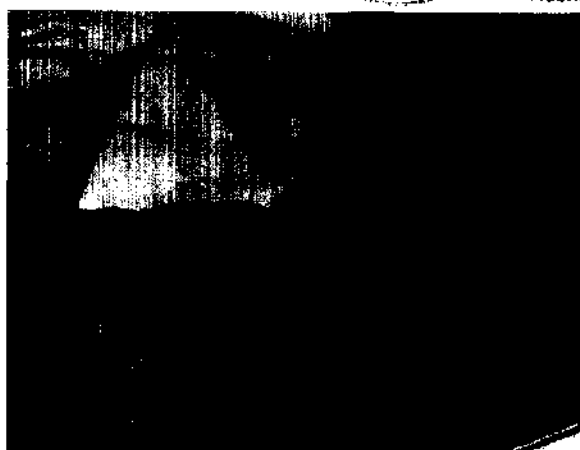


Foto 12 – Tomada de dados biométricos de um anuro.



Foto 13 – Atividade de soltura de animais resgatados



Foto 14 – Atividade de soltura de animais resgatados

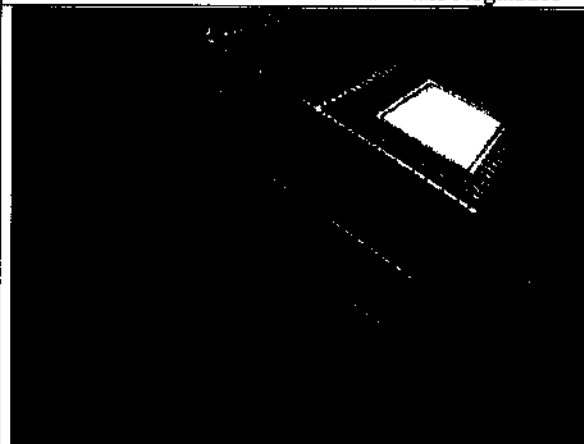


Foto 15 – Atividade de soltura de animais resgatados

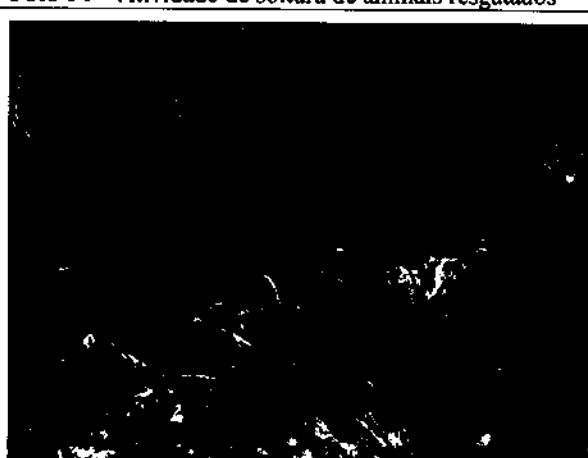


Foto 16 – Área de transplante da flora resgatada, exemplo bromeliáceas.

[Handwritten signature] MP



Foto 17 – Exemplo de orquídea resgatada florindo.

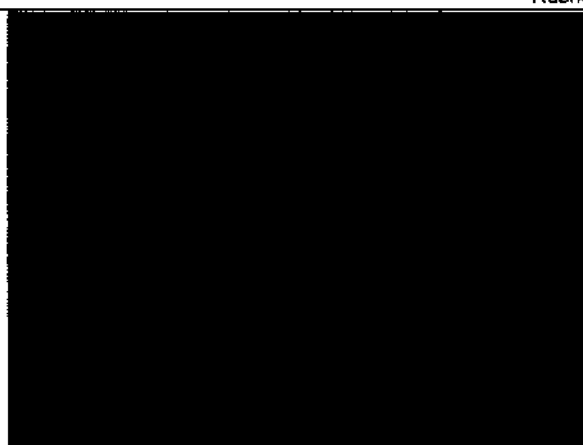


Foto 18 – Tatu sob efeito de anestesia para coleta de sangue na Base de Resgate de Fauna.

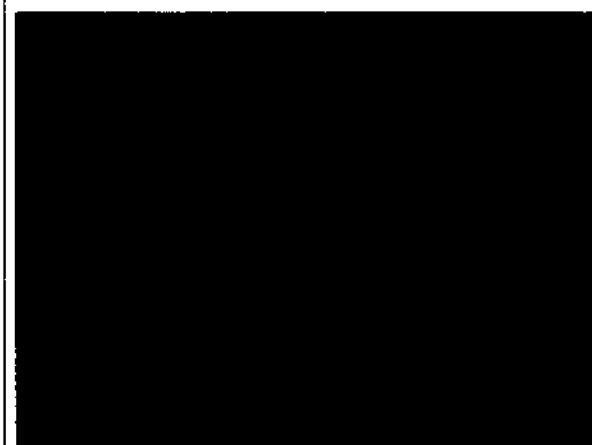


Foto 19 – Banco de dados da Base de Resgate.

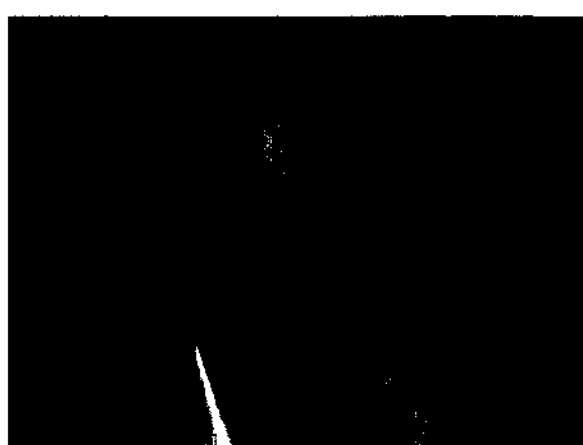


Foto 20 – Coleta de sangue em uma preguiça para o Projeto de Controle de Endemias.

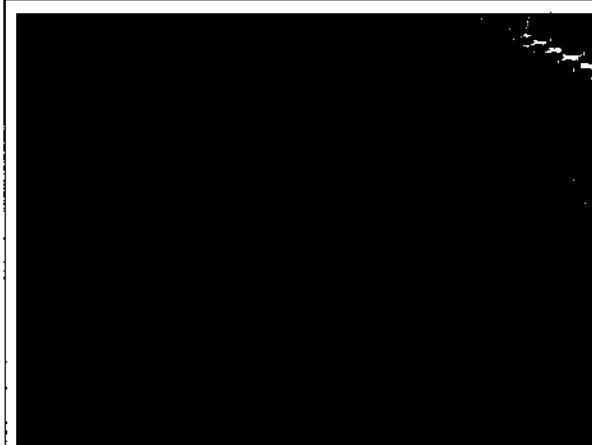


Foto 21 – Confeção de esfregaço sanguíneo.



Foto 22 – Alimentação de filhotes da Base de Resgate de Fauna.

DA

MP



Folha: _____
Proc.: _____
Rubrica: _____



Foto 23 - Alimentação de filhotes da Base de Resgate de Fauna.

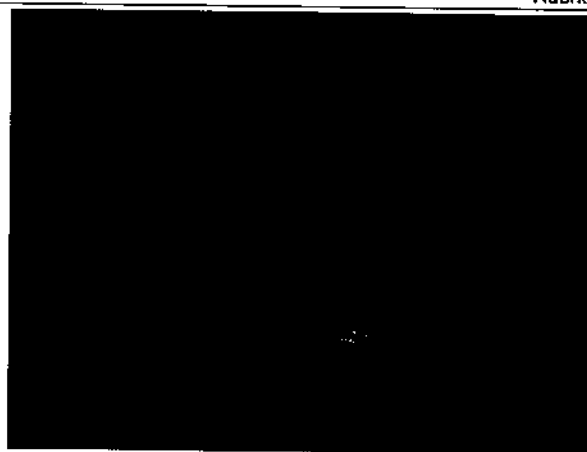


Foto 24 - Alimentação de filhotes da Base de Resgate de Fauna.

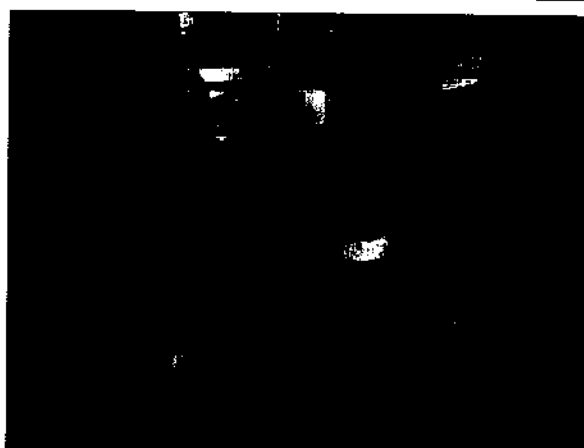


Foto 25 - Material fixado para aproveitamento científico.



Foto 26 - Marcação de roedor com brinco.



Foto 27 - Coleção de abelhas do Projeto de Resgate, Salvamento e Aproveitamento Científico e Econômico de Abelhas.

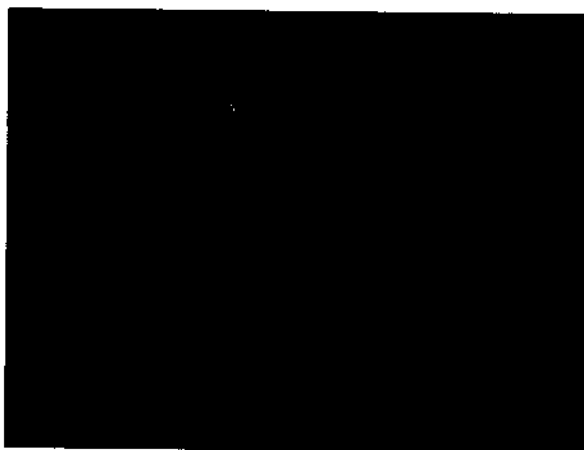


Foto 28 - Laboratório Multiuso

[Handwritten signature]
14

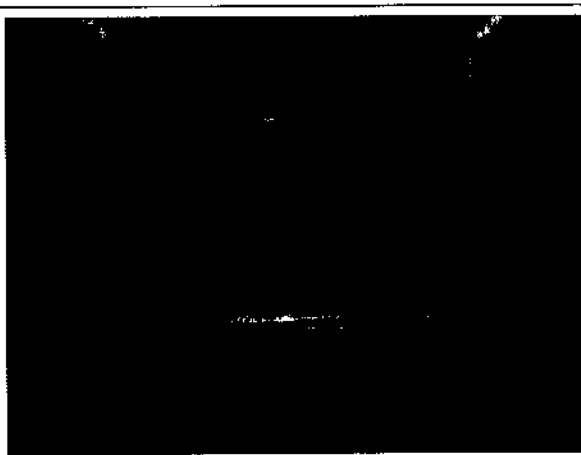


Foto 29 - Cobra fixada para aproveitamento científico.

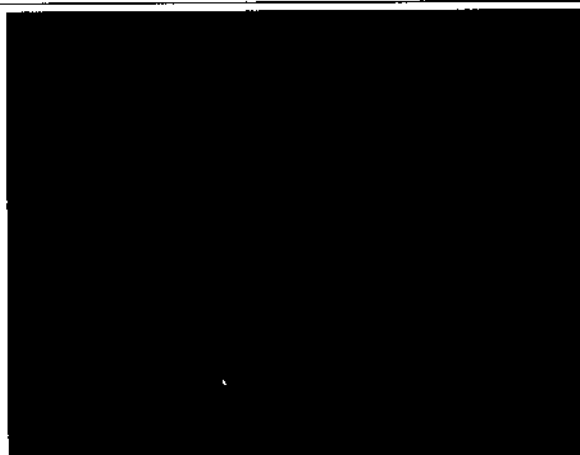


Foto 30 - Anuros fixados para aproveitamento científico.



Foto 31 - Fixação de cobra com formol.

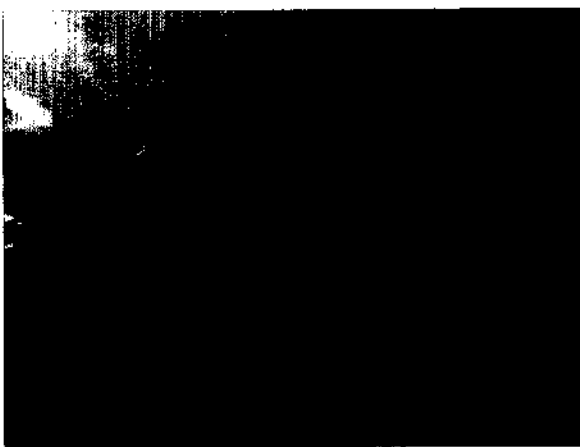


Foto 32 - Vista externa do "recinto de Imersão"



Foto 33 - Vista Interna do "recinto de Imersão".



Foto 34 - Lontra no "recinto de Imersão".

[Handwritten signature]



Folha: _____

Proc.: _____

Rubrica: _____



Foto 35 – Exemplo de uso interno da madeira.



Foto 36 – Marcação do plantio de mudas no CEA.



Foto 37 – Vista do plantio de mudas em linhas dos bota-fora BF 37 e 38.



Foto 38 – Condições da madeira.

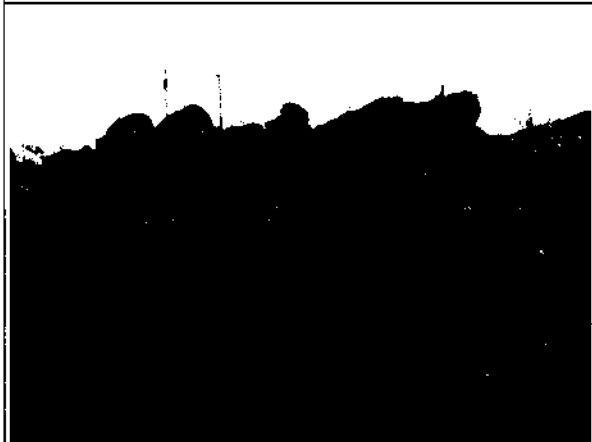


Foto 39 – Vista geral do patio de madeira do BF-01 próximo ao CEA.



Foto 40 – Vista geral do patio de madeira do BF-01 próximo ao CEA.

Handwritten signature and number 14.



Foto 41 – Vista geral do pátio em boas condições .



Foto 42– Perfuração das covas dos núcleos de Anderson na área do PRAD próximo ao CEA.



Foto 43 – Condução da regeneração natural da área, dentro dos núcleos de Anderson.



Foto 44 – Produção de mudas no viveiro.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



NOT. TEC. 000640/2014 COHID/IBAMA

Brasília, 08 de abril de 2014

Assunto: Relatório de vistoria técnica realizada entre os dias 17 e 21 de março de 2014.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Relatório de vistoria técnica realizada entre os dias 17 e 21 de março de 2014.

Este relatório apresenta uma descrição das ações executadas pela equipe técnica do Ibama em vistoria realizada entre os dias 17 e 22 de março de 2014 na área de influência da UHE Belo Monte. O relatório está estruturado por temas. Além da descrição das ações, este relatório também apresenta recomendações com base nas questões observadas em campo.

Verificação na ensecadeira do Sítio Pimental.

A motivação para a verificação da ensecadeira do Sítio Pimental foi o contato realizado pela Funai na semana anterior à vistoria informando que havia recebido denúncias de indígenas ribeirinhos sobre a piora na qualidade de água do rio Xingu em função do rompimento da ensecadeira. O Ibama não recebeu comunicação da Norte Energia de qualquer evento ou problemas estruturais nas obras civis da UHE Belo Monte. Cabe registrar que a avaliação não teve como foco a segurança estrutural da ensecadeira e da barragem, considerando as competências estabelecidas na Lei nº 12.334 de 20 de setembro de 2010.

Com base nestas informações, a equipe se deslocou até o Sítio Pimental para avaliar as denúncias e verificar se houve piora na qualidade de água ocasionado por um rompimento na ensecadeira. A Norte Energia disponibilizou uma equipe de engenheiros e o gerente de meio ambiente do Sítio Pimental para comentarem sobre o evento. Foi relatado que não houve rompimento da ensecadeira uma vez que esta estrutura possui um alto coeficiente de segurança. O incidente, ocorrido no dia 28 de fevereiro de 2014, foi o rompimento de um dique localizado no interior da ensecadeira, que possui a função de reter a água que percola pela ensecadeira e água da chuva. O dique possui um sistema de drenagem que bombeia para o rio Xingu a água represada. Com o rompimento deste dique, a água foi desviada para um poço dentro da própria ensecadeira e posteriormente a água foi bombeada para o rio Xingu. Os técnicos da Norte Energia informaram que a água bombeada para o rio Xingu foi despejada a montante da ensecadeira e gerou uma pluma de pequena proporção e que esta rapidamente era dissipada pelo volume de água do rio Xingu. Pelas dimensões do dique e associado à vazão do rio Xingu nesta época do ano, avalia-se como improvável que o seu rompimento e o bombeamento da água para o rio



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Xingu gere impactos significativos na qualidade de água.

Após a explicação do empreendedor, foi realizada uma vistoria fluvial no rio Xingu, no trecho a jusante da enseadeira até a comunidade de Mangueira. Durante o trajeto, procurou se observar as margens do rio Xingu para verificar eventual indicativo de que tenha ocorrido um acréscimo anormal de sedimentos no rio Xingu. Não foi verificado indícios de acúmulo anormal de sedimentos nas margens do rio Xingu no trecho entre a enseadeira e a comunidade de Mangueira.

Recomenda-se que a Norte Energia disponibilize os dados do monitoramento de qualidade de água dos pontos à jusante e a montante da enseadeira coletados na campanha anterior e na campanha posterior ao rompimento do dique, para conclusão de análise destas denúncias.

Verificação da Estação de Tratamento de Esgoto do RUC Jatobá.

Foi realizada uma inspeção na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do RUC Jatobá. Esta vistoria foi realizada com objetivo de verificar se houve correção dos problemas na operação da ETE identificados durante a vistoria realizada em fevereiro. Naquela ocasião, foi observado que o módulo compacto da ETE não estava operando e o esgoto bruto estava sendo acumulado na caixa de recepção de 20.000 litros, que rachada na parte superior e com a tampa quebrada ou deslocada, vazava esgoto bruto provavelmente diluído com água pluvial. O esgoto vazado para o piso da ETE era escoado através de um ralo que desaguava na encosta de um tributário do igarapé Ambé e que serve de limite entre os RUCs Jatobá e Água Azul.

Durante a vistoria em março de 2014, a equipe verificou que o esgoto bruto continua sendo disposto em uma caixa de recepção de 20.000 litros. No momento da visita a ETE, um caminhão do tipo limpa fossa estava retirando o esgoto da caixa de recepção. O funcionário que operava o caminhão informou que destinaria o material na Estação de Tratamento de Esgoto do Recursos Humanos do CCBM. Também não foi constatado o despejo de esgoto no tributário do igarapé Ambé. Verificou-se, por comparação com as fotos da vistoria de fevereiro de 2014, que houve a substituição da caixa de recepção (anteriormente rachada) e a construção de uma caixa protetora na saída da drenagem da ETE. É preciso mencionar que havia sinais lama e sujeira na borda superior da caixa de recepção, o que pode ser um indicativo da ocorrência de novo transbordamento de esgoto por má operação do sistema. Recomenda-se que a Norte Energia informe a previsão de funcionamento pleno da ETE do RUC Jatobá.

Entrevista com os moradores do RUC Jatobá.





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



Foi realizada entrevista não estruturada com três moradores do RUC Jatobá. Verifica-se que, de maneira geral, os reassentados se mostram satisfeitos com as residências do RUC, principalmente com a sua estrutura física e o conforto térmico. Não houve reclamações dos moradores com relação ao atendimento da Norte Energia durante as atividades de mudança e de recepção às residências. Todos os entrevistados informaram ter recebido o manual do proprietário assim como instruções iniciais sobre o funcionamento das estruturas da residência. Também informaram que estão sendo realizados os serviços de transporte escolar e que observaram a presença da segurança pública no interior do RUC Jatobá. A principal queixa se refere às condições de acesso ao reassentamento. Neste aspecto, verificou-se que as condições das vias de acesso próximas ao RUC Jatobá encontram-se em péssimas condições de trafegabilidade, provavelmente em decorrência do tráfego pesado de veículos que se dirigem diariamente ao reassentamento (que ainda encontra-se em implantação) associados ao período de chuvas. Um dos moradores também relatou ter dúvidas sobre o procedimento para retirada da caixa d'água caso esta venha a ter algum problema considerando que o equipamento fica instalado dentro do forro do telhado.

Um último aspecto observado durante as entrevistas foi a de que todas as residências encontravam-se com diversos aparelhos elétricos ligados, mesmo sem estarem sendo utilizados no momento. Este fato se torna relevante quando é observado em outros empreendimentos que a mudança de residência dos atingidos vem acompanhada de diversas melhorias na condição de vida mas associada ao incremento dos gastos com encargos de serviços (água e luz). Neste sentido, recomenda-se que a Norte Energia promova um reforço na campanha junto à população para o consumo consciente de água e energia e incremente os esforços nas ações de estruturação das atividades de geração de renda da população atingida. Por fim, sugere-se que seja solicitado à Norte Energia a recuperação destes acessos conforme estabelecido no Ofício 02001.011960/2013-43 DILIC/IBAMA.

Reunião do Fórum de Acompanhamento Social (FASBM).

A pauta da reunião estava voltada para a apresentação do Projeto de Parques e Reurbanização da Orla. A funcionária do CWP, Luciana Pinto, apresentou detalhes do projeto, mostrou os desenhos dos parques dos igarapés Ambé, Altamira e Painelas, com os diversos equipamentos, traçados de caminhos, ciclovias, parquinhos infantis e quadras poliesportivas, serão mantidos os espaços consolidados dos quiosques na orla. Os espaços como as praças da Independência e do Matias serão mantidos e reformados pela Norte Energia e/ou Prefeitura.

Em relação aos portos foi relatado que estes serão mantidos, sendo apresentados as



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

modificações para os portos seis e do mercado. Houve questionamentos relacionados a questão de tráfego e proteção aos pedestres, principalmente no porto seis. Mas as modificações propostas pelo projeto indicam melhorias de acesso e cuidados com segurança dos usuários.

Também foram apresentadas as estruturas do espaço destinados aos pescadores e aquaristas, com mercado produtor, sede da colônia de pesca Z-57, oficinas para reparos náuticos, espaço para os aquaristas e a casa de memória, onde serão preservados dois fornos e a chaminé da antiga olaria da cidade.

Entre várias perguntas houve o registro de que a iluminação pública está prevista no projeto e a Norte Energia será a responsável pela sua implantação; que a utilização dos espaços é para uso do cidadão e que a gestão dos espaços é da prefeitura; e, que o projeto prevê vagas para automóveis, mas que poderão ser revertidas para vagas de táxi, mototáxi ou carroceiros por determinação da prefeitura.

Também foi tratado de um tema não tão relacionado ao projeto, mas que guarda certa pertinência, que é o asfaltamento da BR-230 dentro do perímetro urbano. Segundo informações de funcionário da Norte Energia que acompanha as obras de entorno, a empresa entrou em contato com o DNIT e que seu diretor geral garantiu a construção de três pontes para caminhões pesados, após acordo assinado com a prefeitura. Mas não se falou em prazos.

No fim da reunião, definiram como próximo ponto de pauta assuntos relacionados ao programa de saneamento básico e discussão sobre projetos desenvolvidos nos demais municípios da AID, pois a discussão nas últimas reuniões está focada em Altamira.

Reunião com equipe da área rural da Norte Energia.

Foi realizada reunião com a presença do gerente para aquisição de terras e benfeitorias na área rural, Marcos Campoi, gerente de reassentamento e realocação assistida, Ângelo, e outros funcionários da CNEC WORLEYPARSONS (CWP) e Norte Energia. Campoi apresentou nova composição de preços a serem adotados como referência pela Norte Energia, assumindo que a população rural ainda não teve acesso às informações claras sobre o preço da lavoura cacaueteira, a composição será discutida no seminário técnico, bem como o procedimento sobre judicialização dos processos, caso não haja acordo com as famílias atingidas. Também, ficou esclarecido que técnicos da Norte Energia estão passando informação errônea na área rural de que o Ibama está bloqueando a negociação. O Ibama não somente informou o empreendedor para apresentar laudo de avaliação baseado no primeiro caderno de preços, enquanto a revisão do caderno de preços não seja



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



finalizada.

A equipe do Ibama também solicitou a ata da reunião da Câmara de Negociação Permanente da Área Rural que decidiu por abrir ao tratamento de realocação assistida as famílias atingidas que teriam acesso apenas ao tratamento de reassentamento rural coletivo ou individual. A intenção da equipe do Ibama é discutir este aspecto na próxima reunião para uma possível reversão da decisão, uma vez que há alto índice de vendas de propriedades rurais adquiridas através de carta de crédito (tema que será discutido no seminário técnico de 02 a 04 de abril de 2014).

Houve uma apresentação prévia do que será discutido no referido seminário. Foram solicitadas alterações para que haja compreensão das informações prestadas pela Norte Energia.

Reunião com índios citadinos.

Esta reunião foi realizada na Casa de Governo e foi estabelecida dentro das negociações para liberação da BR-230 após ocupação da rodovia pelos índios citadinos na semana anterior. A reunião contou com a presença da Norte Energia, Casa de Governo, Prefeitura de Altamira, Funai local e Ibama, além de lideranças indígenas.

Teve como pontos de pauta: área do Pedral; reassentamento com casas de tijolo; fornecimento de cestas básicas ou aluguel para desalojados; elaboração de estudos de parentesco; que índios locatários tenham acesso ao tratamento de reassentamento; e, problemas relacionados à atividade pesqueira.

A reunião foi tensa. Iniciou-se com relatos dos últimos acontecimentos e ameaças com o intuito de mostrar força na negociação. Foi afirmado que famílias indígenas, com perfil de pescadores, estavam aceitando ir para o RUC Jatobá por não ter outra opção concreta. Cláudio Curuaia lembrou que o diretor de socioeconomia da Norte Energia dissera que a empresa poderia adquirir área próxima ao rio Xingu. Mais uma vez, o Ibama explicou que havia determinado um prazo para a Norte Energia apresentar áreas para reassentamento de pescadores, ribeirinhos e, após manifestação da Funai, índios citadinos em áreas que permitam acesso direto ao rio Xingu, dentro da malha urbana de Altamira. Como resposta, houve uma manifestação da Norte Energia na qual afirma que não foram encontradas áreas com esta configuração e que serão realizadas obras necessárias para adequar o RUC Laranjeiras. Contudo, esta resposta não fora analisada pelos técnicos do Ibama devido a própria vistoria. Mais uma vez, ficou claro que os índios citadinos não querem o RUC Laranjeiras como área para reassentamento e que desejam a área do Pedral.

Sobre Pedral, o técnico do Ibama, Henrique Silva, esclareceu que a área se encontra fora



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

das premissas do PBA e mesmo que a condição da área passe a integrar a malha urbana, ela continuará fora das premissas do PBA. Caso haja uma definição de todas as partes para ser realizado um RUC lá, será necessária uma concertação entre vários atores (atingidos, Município, Norte Energia, Ibama, Funai, Infraero, SEMA-PA, entre outros) e que o Ibama, no âmbito do licenciamento, terá limitação para exigir da Norte Energia ações de mitigação quanto ao impacto determinado.

Sobre estudos de laços de parentesco, ficou esclarecido que os estudos se referem a atingidos e parente, que mesmo não estando dentro da cota 100, mas com moradia próxima, seja dependente de cuidados exclusivos do atingido ou vice-versa. Houve um questionamento se estes estudos não caracterizariam tratamento diferenciado. Foi afirmado que não, pois qualquer atingido cujos estudos de parentesco comprovem uma questão de dependência entre ele e seu parente, precisa ser mantido o laço de convivência.

Também foi abordado o ponto sobre troca de terreno por terreno no RUC, no qual Claudio Curuaia afirmava que o técnico do Ibama, Henrique Silva, disse ser possível. Ficou esclarecido que este tema pode ser discutido, mas que não há qualquer tratativa sobre isto e que o tratamento previsto neste caso é indenização ao proprietário do terreno.

Reunião com o sindicato dos carroceiros de Altamira (Sincal) e MAB.

Esta reunião foi realizada na Casa de Governo e também foi estabelecida dentro das negociações para liberação da BR-230 após ocupação da rodovia próximo ao abrigo na semana anterior.

A pauta da reunião teve os seguintes pontos: que o Ibama e Norte Energia realizem de forma imediata o estudo que apresente os impactos de Belo Monte na atividade dos carroceiros na cidade de Altamira, para inclusão dos mesmos como atingidos por Belo Monte (PBA); que o Ibama e Norte Energia apresentem proposta de compensação financeira pelas perdas ocasionadas aos carroceiros pela construção de Belo Monte; exigimos a manutenção dos pontos atuais e a devida identificação dos mesmos - São Domingos, Brasília, Ponta da Carroça, Porto 6, Ponto do Mercado Municipal e Ponto do Machadinho; exigimos a demarcação e estruturação de uma área para alimentação, repouso dos animais e construção da sede social do sindicato dos carroceiros.

Foi manifestado pela equipe do Ibama que a questão é verificar se os impactos que estejam ocorrendo com os carroceiros são decorrentes do empreendimento. Muitas situações demandadas pelos carroceiros estão relacionadas diretamente com o poder municipal.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



A Norte Energia, através do gerente de Socioeconomia, Paulo Sérgio, afirmou que está sendo estabelecida metodologia para os estudos específicos, que já houve participação de carroceiros nas reuniões do projeto de reurbanização da orla e que a intenção da Norte Energia é manter as atividades das pessoas que usam a orla como referência de trabalho.

Os técnicos do Ibama afirmaram que já havia sido solicitado ao empreendedor, conforme estabelecido na vistoria de fevereiro de 2014, estudo sobre possíveis impactos sofridos pelos carroceiros. Após solicitação de adiamento, determinou-se o dia 22/04/2014 como prazo para entrega ao Ibama.

Definiu-se, então, que a Norte Energia também entregará uma cópia do estudo ao Sincal e nova reunião para discussão foi marcada para o dia 29/04, na Casa de Governo.

Seminário técnico com os areeiros.

O seminário ocorreu no auditório da Aciapa e teve início com a apresentação sobre monitoramento hidrossedimentológico e condições do rio antes do barramento, elaborada pela funcionária da Norte Energia, Gabriela, e auxiliada por Alexandre, da Leme Engenharia. Ela citou que a Norte Energia tem compromisso afirmado junto à ANEEL e ANA para realizar levantamentos topobatimétricos, respectivamente, a cada 10 e 5 anos (respeitando resoluções específicas - Res. Conjunta nº 3/2010 e Res. ANA nº 48/2011).

A funcionária da Norte Energia afirmou que a quantidade de sedimentos do rio não muda com a presença da UHE Belo Monte e que, com cheias normais, os depósitos de areia serão formados na curva de Altamira.

A apresentação sobre os aspectos relacionados à cadeia produtiva dos areeiros, realizado por Renato, da empresa Vila Rica, não foi suficiente para esclarecer as principais dúvidas dos areeiros com o reservatório formado, tais como: haverá aumento do custo de produção para extração da areia? Uma vez estabelecida a cota 97, o reservatório passará a ser como uma eterna cheia, haverá perda de produtividade? Os equipamentos utilizados pelos areeiros atualmente ficarão obsoletos?

Como a apresentação foi muito aquém do que se esperava, houve descontentamento quando a Norte Energia disse que receberia as dúvidas dos areeiros para poder responder. O advogado de parte dos areeiros afirmou que já havia protocolado na Norte Energia, há mais de um ano, carta com as reivindicações após realização de uma reunião com a presença da CNEC e que até o momento não havia manifestação da Norte Energia. O Ibama registrou a referida carta.

Representantes da SEMA-PA fizeram explanação acerca dos procedimentos para



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

legalização de portos, principalmente, os dos areeiros. Afirmaram que a maior dificuldade se dá na ocupação de um espaço comum (praia) para apenas um fim (depósito de areia extraída do leito do rio). Esta situação não permite outros usos (lazer), não é conduzida de modo ambientalmente adequado (vazamentos de óleos, tráfego de veículos pesados, exploração em APP, entre outros). Houve indagações sobre a demora de análises técnicas para concessão de licenças ambientais, citando exemplos de casos cuja demora extrapolavam dois anos. Ficou-se de levantar os pedidos de licenciamento que por ventura não estejam encaminhados.

O representante do DNPM-PA fez uma palestra resgatando o fluxo do procedimento para autorização de exploração mineral. Afirmou que pelo levantamento de áreas para exploração em Altamira, há indícios de concentração em um empresário local, que os pedidos de lavra são analisados conforme a data de solicitação e que, uma vez autorizada a exploração o empresário tem um tempo para iniciar a atividade e comprovar a sua capacidade de exploração. Caso não o faça, poderá perder a autorização.

Após um pequeno debate, os areeiros solicitaram uma conversa com representante do DNPM-PA na Casa de Governo, com o acompanhamento da equipe do Ibama. A reunião na Casa de Governo se deu em torno de questões que não dizem respeito ao licenciamento ambiental de Belo Monte e a equipe do Ibama apenas ajudou a conduzir a reunião.

Vistoria nas obras do Hospital Geral de Altamira.

Foi realizada vistoria nas obras do hospital e foram verificados avanços na construção frente à vistoria de fevereiro/2014.

Reunião com os oleiros

A reunião com o segmento social dos trabalhadores da atividade oleira (extração e transformação da argila) de Altamira foi realizada nas dependências da Universidade Federal do Pará-UFPA, com a presença de cerca de 60 trabalhadores incluindo o presidente do Sindicato dos Oleiros de Altamira-Sindoalta, Sr. Brás, dois professores da UFPA, Sr. Plácido e Sra. Carla, o representante da Casa de Governo em Altamira, Sr. Avelino Ganzer, e analista ambiental do Ibama da equipe de socioeconomia que acompanha o licenciamento da UHE Belo Monte. Cabe ressaltar que o Sindoalta representa sobretudo os trabalhadores do setor artesanal de fabricação de tijolos, nativa da região e de pequeníssimo porte, mas que responde pela ampla maioria dos oleiros. Contudo, também encontra-se representado pelo sindicato uma cerâmica de pequeno porte que pode ser classificada como mecanizada.

De maneira semelhante à reunião ocorrida com os areeiros neste mesmo período de



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



vistoria (março/2014), este encontro com os oleiros é parte do processo de acompanhamento da implementação do Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho (4.5.2), que entra em fase decisiva de definições e alcance de seus objetivos.

Em vistoria anterior do Ibama em Altamira (fevereiro/2014), foi realizada reunião com os oleiros na qual foi solicitado pelo órgão ambiental que fosse feito estudo mais abrangente possível da cadeia produtiva do tijolo, a fim de se obter elemento comparativo com o estudo já realizado pelo empreendedor no âmbito do projeto 4.5.2.

O motivo de se ter um novo estudo é o fato de que os dados levantados pela Norte Energia são alvo de reclamações generalizadas por parte dos oleiros, que alegam não estar contemplado todo o conjunto de trabalhadores envolvidos na produção direta e indireta de tijolos. Além disso, reclamam da falta de interação e comunicação do empreendedor com os representantes daquele setor, motivo pelo qual não tem clareza das propostas da Norte Energia referentes à recomposição da atividade (novas áreas de jazidas, distância, capacidade produtiva, gastos com manutenção, qualidade e tipo de produto, reparações) ou mesmo dos valores das indenizações (base de cálculo para composição de um caderno de preços, condições de negociação).

O novo estudo da cadeia produtiva mencionado ficou sob responsabilidade da UFPA, que o apresentou na reunião desta vistoria de março/14. Mais abrangente, e portanto apresentando novos dados, este estudo demonstra, em resumo, que 91% dos oleiros artesanais de Altamira optariam, atualmente, por indenização, principalmente pelas incertezas a respeito das condições de manutenção da atividade. Esta informação é muito preocupante, tanto pela possibilidade de se acabar com uma atividade profissional tradicional e artesanal, que existe desde a década de 1930 do século passado, quanto pelas esperanças de uma mudança de vida para melhor depositadas sobre uma indenização para a qual não há, ainda, uma definição de valores nem dos trabalhadores elegíveis para recebê-la dentro deste segmento produtivo.

Como encaminhamentos resultantes desta citada reunião, tem-se que:

- será realizado em Altamira, possivelmente em fins de abril de 2014, seminário técnico para tratar do tema específico da atividade dos oleiros, com a participação dos trabalhadores dessa atividade, empreendedor, órgãos públicos e sociedade civil, nos moldes em que já vem sendo tratada a situação dos areeiros;
- à guisa de preparação para o seminário técnico em Altamira, o Ibama encaminhará à Norte Energia o estudo da cadeia produtiva elaborado pela UFPA, bem como discutirá os principais temas do Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Areia e Cascalho (4.5.2) em seminário a ser realizado em Brasília entre os dias 2 e 4 de abril, destacando: i) a manutenção da atividade oleira artesanal ante a realidade locacional e produtiva das novas áreas propostas e os custos de manutenção da atividade que recairão sobre os trabalhadores, nos novos moldes apresentados; ii) elegibilidades e valores das indenizações; e iii) interface com o Projeto de Reparação.

Visita a setores urbanos de Altamira sob influência dos igarapés Ambé, Altamira e Panelas, e orla do rio Xingu

Após reunião com equipe da área rural da Norte Energia, parte da equipe do IBAMA seguiu para reunião com os índios citadinos, enquanto outra parte seguiu para uma vistoria nas áreas de influência dos igarapés que cortam a cidade de Altamira, além de trecho urbano da orla do rio Xingu. O objetivo desse roteiro urbano era presenciar o avanço da água sobre a cidade neste período de cheia, antes do enchimento do reservatório do rio Xingu.

Com a informação obtida junto aos técnicos da Norte Energia de que a cota do rio Xingu naquele momento (10h30 do dia 19/03/2014) era de 98,30 metros, a vistoria urbana abrangeu os seguintes locais:

- setor denominado Invasão dos Padres, com grande extensão de baixios, ruas e casas alagadas atingidas pelo enchimento do igarapé Ambé;
- rua da Peixaria, nas confluências dos igarapés Ambé e Altamira com o rio Xingu;
- Parque de Exposições, local utilizado regularmente pela Defesa Civil de Altamira para abrigar famílias retiradas das áreas de alagamento. No momento da visita, havia aproximadamente 150 famílias abrigadas em barracas de lona cobertas por espécie de marquise de concreto que é própria do parque. Contudo, várias armações de madeira ainda estavam sendo levantadas pela defesa civil, demonstrando que o número de famílias abrigadas vai aumentar. O local também conta com dezenas de banheiros químicos espalhados dentro da área;
- toda a extensão da orla do rio Xingu no trecho alcançável por arruamento, havendo estabelecimentos comerciais como restaurantes interditados por alagamento próximo a rua José Umbelino, até a margem do igarapé Panelas, onde pode-se medir com trena a distância da água do igarapé à viga da ponte da Av. Tancredo Neves, que naquele momento era de 1,50 metros. Daquele ponto seguiu-se para o RUC Laranjeiras;
- pela BR 230 chegou-se ao RUC São Joaquim pela entrada junto ao talvegue que faz frente ao antigo lixão remediado, onde verificou-se que estavam sendo finalizadas, naquele momento, 36 casas para reassentamento, mas tanto o arruamento interno daquele setor quanto os acessos laterais aos bairros vizinhos ainda não haviam sido iniciados. Também observou-se que a obra, de responsabilidade da Norte Energia, de



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



escoamento das águas pluviais existente nos taludes atrás do RUC São Joaquim está pronta, com a ligação das manilhas realizada por baixo da BR 230 até o outro lado da rodovia, fato que tem evitado o alagamento das casas irregulares existentes naquele local em área do DNIT;

- por fim, seguiu-se até a obra de transposição do igarapé Altamira que ligará o centro da cidade pela rua Pedro Gomes até o RUC São Joaquim. Esta obra é de responsabilidade da prefeitura municipal de Altamira e teve, até o momento, somente as margens do igarapé desmatadas naquele trecho, estando a atual ponte interdita por rochas.

RECOMENDAÇÕES

Com base nas observações realizadas durante a vistoria, recomenda-se que a Norte Energia:

- a) Disponibilize, no prazo de 15 dias, os dados do monitoramento de qualidade de água dos pontos à jusante e a montante da ensecadeira coletados na campanha anterior e na campanha posterior ao rompimento do dique;
- b) Informe, no prazo de 15 dias, a previsão de funcionamento pleno da ETE do RUC Jatobá;
- c) Promova um reforço na campanha junto à população para o consumo consciente de água e energia e incremente os esforços nas ações de estruturação das atividades de geração de renda da população atingida; e
- d) Realize a recuperação dos acessos às áreas dos reassentamentos, conforme estabelecido no Ofício 02001.011960/2013-43 DILIC/IBAMA.

RELAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NA VISTORIA

Data	Atividade - Equipe de Socioeconomia	Início e Término	Horas trabalhadas por dia
17/3/14	Viagem Brasília/Altamira - via Belém	12:40/20:00	8h
18/3/14	Reunião FASBM	09:00/13:00	9h
	Almoço	13:00/14:00	
	Reunião Casa de Governo	14:00/16:00	
	Reunião Casa de Governo - Carroceiros	16:00/19:00	



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

19/3/14	Vistoria no sítio Pimental	08:00/13:00	9h
	Reunião Norte Energia - Fundiário	08:00/10:00	
	Reunião UFPA - Oleiros	10:00/13:00	
	Reunião Casa de Governo - Índios Citadinos	10:00/13:00	
	Almoço	13:00/14:00	
	Vistoria RUC Jatobá e entrevista com moradores	14:00/18:00	
	Acompanhar negociação com atingidos urbanos	14:00/18:00	
20/3/14	Seminário técnico com areeiros	08:00/13:00	8h
	Almoço	13:00/15:00	
	Reunião Casa de Governo - areeiros com DNPM	15:00/18:00	
21/3/14	Viagem Altamira/Brasília - via Belém	10:00/16:30	8h
Nº de técnicos		Horas análise/técnico	Valor diária e passagem/téc
3		42h00	R\$ 4.077,19

Eduardo Trazzi Martins

Analista Ambiental da COHID/IBAMA

Henrique Marques Ribeiro da Silva

Analista Ambiental da COHID/IBAMA

Rafael Ishimoto Della Nina

Analista Ambiental da COHID/IBAMA

De acordo. Encaminhe-se para as providências necessárias.

FREDERICO QUEIROGA DO AMARAL

Chefe da COHID/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental



MEM. 005250/2014 DILIC/IBAMA

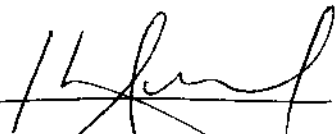
Brasília, 08 de abril de 2014

Ao Senhor Coordenador da CGFIS

Assunto: **Encaminha CE 0101/2014 informando a listagem de veículos utilizados para destinação da matéria-prima florestal - UHE Belo Monte.**

1. Em atenção ao processo de licenciamento da UHE Belo Monte, encaminho a CE NE 0101/2014 - DS, protocolo 02001.005530/2014-73 de 27 de março de 2014, informando a listagem de veículos para desenvolvimento de atividades de destinação da matéria-prima florestal, bem como os horários previstos de transporte.

Atenciosamente,



THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

24 000000
24 000000



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1595 - 1596
www.ibama.gov.br

OF 02001.003275/2014-24 COHID/IBAMA

Brasília, 08 de abril de 2014.


Ao Senhor
João dos Reis Pimentel
Diretor da NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

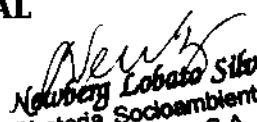
Assunto: Relatório de Vistoria do meio biótico da UHE Belo Monte - 18 a 21 de março de 2014.

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, encaminho cópia da Nota Técnica nº 000626/2014 COHID/IBAMA, que traz o Relatório de Vistoria do meio biótico realizada entre os dias 18 e 21 de março de 2014.
2. Informo que as recomendações contidas na referida Nota Técnica deverão ser observadas e atendidas pela Norte Energia.

Atenciosamente,


FREDERICO QUEIROGA DO AMARAL
Chefe da COHID/IBAMA


Neubergh Lobato Silva
Diretoria Socioambiental
Norte Energia S.A.
10:33
10/04/14

EN BRANCO

EN BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br



OF 02001.003279/2014-11 DILIC/IBAMA

Brasília, 08 de abril de 2014.


À Senhora
Maria Janete Carvalho
Diretora da Fundação Nacional do Índio
SBS Quadra 02 Lote 14 Ed. Cleto Meireles
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.070-120

Assunto: **Encaminhamento da correspondência CE 077/2014-DS - adequações ao projeto do RUC Laranjeiras - UHE Belo Monte.**

Senhora Diretora,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte e considerando o Ofício 142/2014/DPDS-FUNAI-MJ, o qual enviou Nota Técnica com a avaliação da adequabilidade da área do RUC Laranjeiras para reassentamento de índios citadinos, encaminho cópia da Correspondência CE 077/2014 - DS para avaliação.
2. Na referida Correspondência, a Norte Energia apresenta adequações ao projeto do RUC Laranjeiras para atender solicitações dos pescadores.

Atenciosamente,


THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

LIBRARIO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br



OF 02001.003295/2014-03 DILIC/IBAMA

Brasília, 08 de abril de 2014.

À Senhora
Maria Janete Carvalho
Diretora da Fundação Nacional do Índio
SBS Quadra 02 Lote 14 Ed. Cleto Meireles
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.070-120

Recebi em: 11 / 04 / 14
Horário: 11 : 02
Nome: Maria Ramos
Protocolo FUNAI

Assunto: **Encaminhamento do 2º relatório consolidado de andamento do PBA-CI - UHE Belo Monte.**

Senhora Diretora,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, encaminho cópia impressa e digital do 2º relatório consolidado de andamento do PBA-CI, para que a FUNAI realize a atualização das análises de atendimento de condicionantes e cumprimento dos planos, programas e projetos do componente indígena, em complementação àquelas encaminhadas por meio do Ofício nº 61/2014/PRES-FUNAI-MJ.

Atenciosamente,


THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

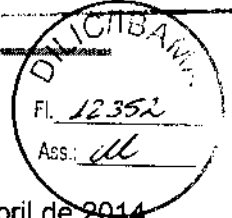
02

EM BRANCO



ESTADO DO PARÁ
DEFENSORIA PÚBLICA

IBAMA/REGI/ATM/PA
Dest: *ofício*
000106/2014-13
Data: *14/04/2014*



OFICIO Nº 102/2014/DPE/GET-BELO MONTE

Altamira-PA, 10 de abril de 2014.

Ilustríssimo (a) Senhor (a),
Coordenador de Hidrelétrica
Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais - IBAMA
Sede em Brasília

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, por intermédio da Defensora Pública ao final subscrita, no uso de suas prerrogativas funcionais, conferidas pelo art. 56, IV da Lei Complementar Paraense nº 054/2006; e fundamentada no art. 5º, inciso LXXIV e art. 134, *caput*, da Constituição Federal, vem perante Vossa Senhoria **REQUERER informações sobre os estudos a serem realizados pela empresa Norte Energia, a respeito da situação dos carroceiros do município de Altamira-Pará, que relatam terem suas atividades inviabilizadas pelas obras da hidrelétrica de Belo Monte, conforme a ata da reunião da qual o IBAMA se fez presente, em anexo.**

Sem mais nada para o momento, renovamos os votos de estima e consideração. Ficamos no aguardo da resposta no prazo de 15 (quinze dias), contados do recebimento deste ofício.

Atenciosamente,


ANDRÉIA MACEDO BARRETO
Defensora Pública

AO COHID,

Para atendimentos, digos,
providências.

Em 23/04/14

Tatiane Maria Vieira Leite
Chefe
ESREG/IBAMA/ATM-PA
Portaria 575/2013

Do analista Henrique Marques para minuta
de ofício DILIC em resposta à Defensoria.

Em 28/04/2014.

Bouza

Leonora Milagre de Souza
Analista Ambiental
Matr. 1.771.396
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

À coordenação, envio minuta
de ofício DILIC em resposta à
Defensoria. Ao processo p/ incorporar.

Em 2/6/2014.

Henrique Marques

Henrique Marques Ribeiro
Analista Ambiental
atr. 1.717.634
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

EM BRANCO

CE 109/2014 - DS

Brasília, 11 de Abril de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Substituto de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1º andar.
70.818-900 Brasília – DF

Assunto: ATA de Reunião da Norte Energia com comunidades – Comissão do Plano de Atendimento da População Atingida da Área Rural (02/09/2011)

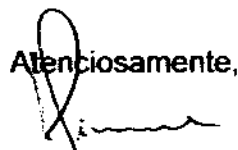
Referência: Solicitação da ATA de Reunião da Norte Energia com comunidades – Comissão do Plano de Atendimento da População Atingida da Área Rural (02/09/2011).

Senhor Diretor

1. Em atendimento à solicitação do IBAMA na reunião de vistoria ocorrida em 19 de março de 2014 em Altamira para discussão sobre o Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural, encaminha-se cópia da ATA de reunião e respectiva lista de presença, ocorrida em 02 de Setembro de 2011 com comunidades rurais interferidas pela UHE Belo Monte e Comissão do Plano de Atendimento da População Atingida da Área Rural - FASBM:

2. Como pauta daquela reunião, foram apresentados e discutidos os seguintes assuntos:

- i) Constituição da Comissão de Negociação Específica no âmbito do FASBM;
- ii) Apresentação do procedimento relativo à Relocação Assistida para as modalidades de Carta de Crédito e Reassentamento Rural Coletivo;
- iii) Plenária e encerramento.

Atenciosamente,


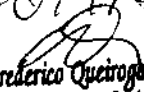
João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental

ANEXO:

- ATA de Reunião da Norte Energia e Comunidades – Comissão do Plano de Atendimento da População Atingida (02.09.2011)
- Lista de Presença – 02.09.2011

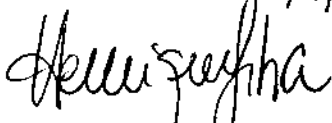
AO analista Henrique Silva
para conhecimento e análise
junto ao Parecer do 5º Relatório
Semestral.

16/4/14


Frederico Queiroga do Amaral
Matricula nº: 1.512.156
Chefe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

AO TRP para incorporar ao
processo. A análise foi realiza
da junto ao parecer do 5º
Relatório Semestral

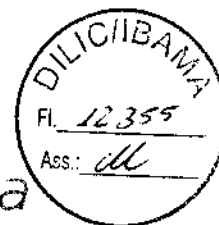
16/4/14



Henrique Marques Ribeiro
Analista Ambiental
atr. 1.717.634
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

ATA DE REUNIÃO

Assunto:



Redator: Georges Mavros Filizzola

Data: 02/09/2011

Duração: 02:30:00

Local: Sala de reuniões CNEC

Página 1 de 12

Nome/Código arquivo: MEMÓRIA REUNIÃO NORTE ENERGIA E COMUNIDADES - COM DO PLANO DE ATEND A POP ATING - ÁREA RURAL (02092011) - gmf

Palavras chave para indexação: ata de reunião Comissão do Plano de Atendimento à População Atingida – Área Rural, deliberação.

Observações:

Profissional	Empresa
Ronaldo L. Crusco	NORTE ENERGIA S.A.
Arlindo G. Miranda	NORTE ENERGIA S.A.
Marco Furini	NORTE ENERGIA S.A.
William M. Oliveira	NORTE ENERGIA S.A.
Georges M. Filizzola	BS&A (Norte Energia S.A.)
Paulo Medeiros	Instituto Tecnológico Sustentável da Amazônia - ITESAM
Sebastião de Costa Silva	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Paquiçamba – APRUPAVIX
Gilson Oliveira do Nascimento	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira - STTR ATM
João Prado Caro	Central Regional de Apoio à Aquicultura e Pesca - CAPESC
Francisco Alberto de Castro	Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira - SIRALTA
Maria Augusta da S. Neta	Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira - SIRALTA
Alexinaldo Alves Pires	Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira - SIRALTA
Ana Alice P. Santos	Associação dos Agricultores da Volta Grande do Rio Xingu - AGRIVOX
José Aparecido de Souza Santos	Associação dos Agricultores da Volta Grande do Rio Xingu - AGRIVOX
p.p. Manoel Severiano Moreira Pires	Associação dos Agricultores da Volta Grande do Rio Xingu - AGRIVOX
Nelson Pereira Costa	Agricultor

ATA DE REUNIÃO

Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNEC

Nome/Código arquivo:

MEMÓRIA REUNIÃO NORTE ENERGIA E

COMUNIDADES COM DO PLANO DE ATEND A POP

ATING - AREA RURAL (02092011) - gmf

Página 2 de 25



1. PAUTA

Hora	Detalhamento	
09:15 h	Abertura da Reunião	Sr. Ronaldo L. Crusco
09:30 h	Constituição da Comissão	
09:45 h	Apresentação do procedimento relativo à Relocação Assistida – Carta de Crédito – e Reassentamento Rural Coletivo	Sr. Marco Furini
	Debates	
11:00 h	Encerramento	

2. ASSUNTOS TRATADOS E DECISÕES TOMADAS

2.1 Itens da pauta

a) Abertura da Reunião – Sr. Ronaldo L. Crusco

Conforme Ofícios encaminhados pela Norte Energia S.A. às entidades, o local da reunião, anteriormente agendado para o Espaço Norte Energia S.A., foi alterado para o escritório do CNEC em Altamira (PA).

Sr. Ronaldo iniciou a reunião comunicando que foi constituído o Fórum de Acompanhamento da População Interferida, o qual aborda vários assuntos e um dos assuntos trata da Comissão do Plano de Atendimento a População Atingida

Sr. Ronaldo discorreu que o Fórum é uma coisa ampla e para alguns assuntos mais específicos serão constituídas as comissões. Estamos trabalhando na constituição da Comissão do Plano de Atendimento a População Atingida

Sr. Ronaldo informa que a sua área, Superintendência de Assuntos Fundiários, trata de indenizações, relocação assistida (por carta de crédito), reassentamentos entre outros.

Sr. Ronaldo explicou que os trabalhos começam com o cadastramento das famílias, que determina uma avaliação, para conhecer as famílias que serão impactadas pelo empreendimento. Depois, chega-se a um Termo de Opção para estas famílias, que poderá ser através de indenização, reassentamento, relocação assistida (carta de crédito) ou outras modalidades de atendimento.

Sr. Ronaldo informou que esta Comissão foi sugerida dentro do Fórum para constituir e fazer sugestões a respeito desta área de trabalho da Norte Energia S.A..

ATA DE REUNIÃO

Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNEC

Nome/Código arquivo:

MEMÓRIA REUNIÃO NORTE ENERGIA E
COMUNIDADES - COM DO PLANO DE ATEND A POP
ATING - ÁREA RURAL (02092011) - gmf

Página 3 de 25



Norte Energia



Sr. Ronaldo informou que, desde dezembro passado, a Norte Energia S.A. está tentando juntar comunidades para criação da presente Comissão.

Sr. Ronaldo informou que a finalidade desta reunião é a de criar a ata de constituição da Comissão. E conforme o tempo e a necessidade, demais comunidades serão convidadas a participar desta Comissão.

Sr. Ronaldo informou que, por enquanto, criar-se-á apenas a Comissão relativa a área rural, embora já tenham começados os estudos da área urbana. Portanto, a prioridade é a Comissão para abordar assuntos pertinentes à área rural.

Sr. Ronaldo informou que nesta reunião o assunto é constituir formalmente a Comissão e estabelecer um índice dos assuntos que serão tratados nas reuniões futuras.

Sr. Ronaldo informou já existem processos de relocação assistida, mediante benefício de carta de crédito já concedidos. Que na propriedade não existe apenas o proprietário, mas também o meeiro, empregado, parceiro, aos quais são oferecidos diversas opções, entre os quais reassentamento ou relocação assistida (carta de crédito).

Sr. Ronaldo informou que a relocação assistida (carta de crédito) possui um determinado valor, o qual deverá ser aplicado em um imóvel novo, escolhido pelo beneficiário, correspondente à R\$ 131.902,97 (cento e trinta e um mil novecentos e dois reais e noventa e sete centavos). Destes, no mínimo 70% deverá ser aplicado na aquisição do imóvel, outros R\$ 6.540,00 serão liberados em parcelas quadrimestrais e iguais, devendo essa verba ser utilizada na manutenção familiar, e o remanescente, no valor de R\$ 33.030,89 (trinta e três mil e trinta reais e oitenta e nove centavos) deverá ser utilizado para investimento na propriedade, conforme um plano a ser apresentado pelo beneficiário e aprovado por técnicos da Norte Energia S.A.. Este saldo será pago em 04 (quatro) prestações, no decorrer de até um ano, após medições e prestação de contas pelo beneficiário, seguido de respectiva aprovação pela Norte Energia S.A..

Sr. Arlindo informou que a primeira destas parcelas é paga no ato e as demais parcelas serão pagas contado o prazo de 4 meses.

Sr. Ronaldo informou que estes são os assuntos primordiais. Primeiro, a constituição formal da Comissão, e segundo, estabelecer quais serão os assuntos das próximas reuniões e tratar das análises das relocações assistidas (carta de crédito) já concedidas.

Sr. Ronaldo se apresentou, bem como apresentou os demais integrantes e colaboradores da Norte Energia S.A..

ATA DE REUNIÃO

Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNEC

Nome/Código arquivo:

MEMÓRIA REUNIÃO NORTE ENERGIA E
COMUNIDADES - COM DO PLANO DE ATEND A POP
ATING - AREA RURAL (02092011) - gmf

Página 4 de 25



Houve a apresentação dos demais presentes, através do Sr. Francisco Abreu de Casto, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira (PA), da Sra. Maria Augusta, diretora do Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira e da Associação das Empresas Madeireiras, Sr. Sebastiao, representante da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Paquiçamba, Sr. Paulo Medeiros, representante do Instituto Tecnológico Sustentável da Amazônia, Sr. Gilson Oliveira do Nascimento, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira, Sr. José Aparecido de Souza Santos, representante da Associação dos Agricultores da Volta Grande do Rio Xingu, Sr. Nelson Pereira Costa, agricultor, Sr. Francisco Alberto de Castro, Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira, Sra. José Aparecido de Souza Santos, presidente da Associação dos Agricultores da Volta Grande do Rio Xingu, Sr. Manoel Severiano Moreira Pires, integrante da Associação dos Agricultores da Volta Grande do Rio Xingu.

b) Constituição da Comissão

Sr. Arlindo determinou a contagem dos membros presente para verificar se há quórum necessário à constituição da Comissão.

A contagem inicial é de 5 integrantes entre os convidados, e o quórum necessário para constituição da Comissão é de 6 integrantes.

Sr. Ronaldo propôs agregar a Associação dos Agricultores da Volta Grande do Rio Xingu - AGRIVOX para se atingir o quórum necessário, ao houve assentimento dos presentes.

Sr. Arlindo informou que, com a agregação, teríamos quórum, porém não haveria maioria absoluta, sendo necessário mais um participante.

Sr. Ronaldo discorreu acerca dos acontecimentos na cidade, o que eventualmente inviabilizaria a presença de mais integrantes, bem como determinou a remessa do regimento do Fórum aos presentes.

Sr. Marco repassou uma cópia do regimento do Fórum para cada integrante presente, bem como informou que, durante os trabalhos, se houver interesse de mais entidades participarem, estão desde já convidadas. Sr. Marco informou que são condicionados os trâmites definidos pelo IBAMA.

Sr. Arlindo questionou qual o meio de convocação da Associação dos Agricultores da Volta Grande do Rio Xingu para as futuras reuniões. Os integrantes da entidade informaram que a convocação deve ser realizada através do Sr. Alex, o qual possui fácil contato, na Travessa Pedro Gomes.

Sr. Ronaldo determinou o registro em ata referente à agregação das entidades.

ATA DE REUNIÃO

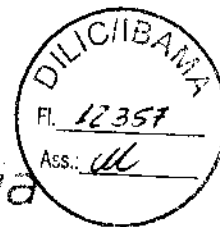
Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNEC

Nome/Código arquivo:

MEMÓRIA REUNIÃO NORTE ENERGIA E
COMUNIDADES - COM DO PLANO DE ATEND A POP
ATING - ÁREA RURAL (02092011) - gmf

Página 5 de 25



Sr. Ronaldo leu o artigo 16 do Estatuto do Fórum de Acompanhamento Social.

Sr. Ronaldo informou que os temas a serem discutidos são questões fundiárias e afetamento dos interferidos, razão pela qual se justifica a criação desta comissão, discutindo tanto os assuntos relativos aos interferido quanto aos afetados.

Sr. Ronaldo discorreu que a Secretaria da Comissão é de competência da Norte Energia S.A., porém esta ainda não foi constituída, e deverá cuidar dos assuntos burocráticos.

Sr. Ronaldo informou que os integrantes da Comissão não precisam, necessariamente, fazer parte do Fórum.

Sr. Ronaldo alegou que os presentes são órgãos representativos e, portanto, poderíamos constituir a Comissão com o mínimo de 6 (seis) membros.

Sr. Arlindo registrou que os outros membros convidados aceitaram o convite, mas não se fizeram presentes, como por exemplo o Conselho de Desenvolvimento Territorial, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura e a Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira.

Sr. Ronaldo ainda lamentou a ausência da Universidade Federal do Pará e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória do Xingu.

Sr. Ronaldo informou que nesta reunião compareceram as entidades Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira e Associação dos Agricultores da Volta Grande do Rio Xingu, portanto, a ata pode declarar como constituída a Comissão com os membros anteriores e os agregados nesta data.

Sr. Francisco questionou se futuramente poderão entrar novos membros. Sr. Arlindo informou que sim, desde que a entrada seja aprovada pelos demais integrantes.

Sr. Ronaldo informou que a Norte Energia S.A. está à disposição para ouvir sugestões.

Sr. Ronaldo informou que o secretariado será feito pelo Sr. Arlindo com a colaboração do Sr. William, que fará o acompanhamento.

Sr. Francisco observou que normalmente, quando se constitui uma comissão, não se verifica quem é o representante para nomeá-lo, a fim de inserir suplentes. Desta forma, Sr. Francisco opinou que cada entidade deveria ter um titular e um suplente, a critério da entidade, pois senão não haverá continuidade na discussão. Ele informa que no sindicato criou-se uma votação para definir quem representará a entidade perante a Comissão, pois muitas vezes o presidente não poderá comparecer, mas os integrantes dessa Comissão, que estão diretamente ligados, tem disponibilidade.

ATA DE REUNIÃO

Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNEC

Nome/Código arquivo:

MEMÓRIA REUNIÃO NORTE ENERGIA E
COMUNIDADES - COM DO PLANO DE ATEND À POP
ATING - AREA RURAL (02092011) - gmf

Página 6 de 25



Sr. Ronaldo informou da possibilidade de fazermos a inscrição dos titulares e respectivos suplentes no presente momento.

Sr. Arlindo informou que os ausentes serão convocados a fazê-lo no prazo determinado, sob pena de não ser oficializada a inscrição.

Sr. Paulo sugeriu fazer através de procedimento formal.

Sr. Ronaldo determinou que se fizesse no presente momento com os presentes e os ausentes farão depois, através de correspondência ou e-mail, endereçada ao Sr. Arlindo, com dados dos titulares e respectivos suplentes.

Sr. Francisco informou que o cargo é da entidade, a qual poderá dispor conforme seu próprio entendimento.

Sr. Paulo solicitou estabelecer um contato com a Secretaria Executiva, através telefone e/ou e-mail, para tratar de assuntos referentes à Comissão. Pois senão ficará a Norte Energia S.A. de um lado e as entidades de outro.

Sr. Manoel informou que esta é uma das comissões estabelecidas pelo Fórum. Portanto, questionou a instalação deste Fórum.

Sr. Ronaldo informou que o Fórum já está instalado e o regimento foi aprovado quando da instalação. Portanto, no âmbito do Fórum Social, este assunto do Sr. Paulo poderá ser tratado.

Sr. Marco informou que, por questões de logística, podemos definir o escritório da Superintendência da Norte Energia S.A., onde a secretária receberá e encaminhará os documentos pertinentes ao Sr. Arlindo.

Sr. Arlindo informou que Norte Energia S.A. se disporá a fornecer o contato.

Sr. Francisco se dispôs a ceder sala de reuniões do Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira, com capacidade para 50 pessoas, caso necessário.

Sr. Arlindo informou que a logística é de responsabilidade da Norte Energia S.A. e, se houver necessidade, solicitará auxílio às organizações.

Sr. Ronaldo informou que a Norte Energia S.A deve criar uma estrutura para o Fórum e outra para as Comissões.

Sr. Ronaldo informou que a disponibilidade do Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira até a criação da estrutura é aceitável, bem como informou que o local da próxima reunião será no Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira, caso não haja discordância, e a Norte Energia S.A. criará os meios de logísticas enquanto isso. Diante da ausência de oposição, ficou decidido que a próxima reunião será no espaço cedido pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira.

ATA DE REUNIÃO

Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNEC

Nome/Código arquivo:

MEMÓRIA REUNIÃO NORTE ENERGIA E
COMUNIDADES - COM DO PLANO DE ATEND A POP
ATING - ARFA RURAL (02092011) - gmf

Página 7 de 25



Sr. Ronaldo determinou constar em ata que a designação dos representantes das entidades é de livre escolha das próprias entidades.

Sr. Francisco concordou e comunicou que a própria entidade pode não concordar com o representante que o representa e assim desconstitui-lo.

Sr. Ronaldo determinou que o Sr. Arlindo seja o coordenador da Comissão, apoiado pelo Sr. William, e informou que a Norte Energia S.A. deverá obter recursos para o seu funcionamento.

Sr. Ronaldo determinou a passagem para o segundo item que devemos discutir.

Sr. Ronaldo informou que a pauta da Comissão deve conceber meios de trabalho até o final do ano.

Sr. Alex informou que a Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira e a Associação dos Agricultores da Volta Grande do Rio Xingu enviaram correspondência para a Câmara Permanente, questionando a análise e resposta oficial pela Norte Energia S.A..

Sr. Arlindo informou que recebeu o documento do Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira, o qual já foi respondido e postado, havendo inclusive reforço do IBAMA em resposta do documento.

Sr. Paulo informou que recebeu o documento e o repassou ao Sr. Ronaldo.

Sr. Ronaldo informou que esta correspondência trata de assunto relativo à madeira, e foi recebido de maneira informal.

Sr. Arlindo informou que o envio de correspondências deve ser feito de modo formal.

Sr. Ronaldo colocou o assunto relativo à madeira, inclusive pagamento ou não da mata nativa, na pauta da próxima reunião.

Sr. Ronaldo informa que recebeu o ofício do Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira, com teor parecido, o qual foi respondido.

Sr. Arlindo informou que o assunto foi debatido na reunião de ontem.

Sr. Ronaldo informou que, como a correspondência foi recebida pelo IBAMA, esta foi enviada à Presidência da Norte Energia S.A., a qual mandou a correspondência à Altamira e houve a elaboração de resposta ao Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira, seguindo o caminho de volta para tanto, ou seja, através de remessa pelo IBAMA. Sr. Ronaldo informou que isto não impede que o assunto seja colocado na pauta da próxima reunião.

ATA DE REUNIÃO

Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNE/C

Nome/Código arquivo:

MEMÓRIA REUNIÃO NORTE ENERGIA E
COMUNIDADES - COM DO PLANO DE ATEND A POP
ALING - AREA RURAL (02092011) - gmf

Página 8 de 25



Sr. Arlindo informou que na reunião do dia anterior, realizado na Comunidade do Cobra Choca, foi debatido o assunto, porém com fundamento político. Portanto, o assunto deve ser discutido com base na realidade, conforme documento disponibilizado e que não foi lido por ninguém, no qual acertaram que o hectare de madeira vale um determinado valor e a propriedade do imóvel em si vale um valor mais alto, bem como outros dados manipulados sem sustentação. Sr. Arlindo informou que outro determinado agricultor, presente na reunião do dia anterior, criou empecilhos com a clara intenção de criar panfletagem.

Sr. Ronaldo informou que na próxima reunião discutiremos o pagamento ou não da madeira.

Sr. Paulo informou que na próxima reunião podemos responder ao ofício, sobre o qual há vários questionamentos.

Sr. Francisco informou que criaram a Comissão para discutir dados técnicos sobre solo, madeira e cultura, bem como para apresentar dados respaldados em informações técnicas, a fim de não se adentrar em política ou tendência. A intenção é discutir o assunto que interessa aos filiados, que é a indenização que irão receber. A partir do momento em que o filiado está agradado com a indenização, está cumprida a missão da entidade, não havendo discussão ideológica.

Sr. Manoel concordou com a posição do Sr. Francisco.

Sr. Francisco informou que vamos discutir a forma de retirada do pessoal interferido e a justa indenização.

Sr. Manoel comunicou que tem cópia do ofício enviado pelo Sr. Paulo, e questionou a possibilidade de entrega-lo formalmente.

Sr. Ronaldo concordou em receber e o Sr. Arlindo providenciou cópia do ofício e respectivo recibo.

Sr. Manoel informou que o ofício cita normas da ABNT e legislação para fundamentar as discussões.

Sr. Ronaldo informou que a resposta ao Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira não contempla apenas os itens levantados por esta entidade, mas demais itens pertinentes à Comissão.

Sr. Ronaldo informou que apresentará cópia da resposta ao ofício, o qual será repassado pelo IBAMA.

Sr. Ronaldo informou que, com ou sem ofício, na próxima reunião será discutido o assunto relativo à madeira.

ATA DE REUNIÃO

Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNEC

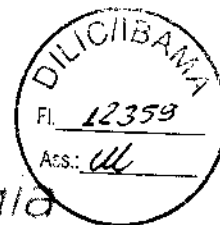
Nome/Código arquivo:

MEMÓRIA REUNIÃO NORTE ENERGIA E
COMUNIDADES COM DO PLANO DE ATEND À POP
ATING - ÁREA RURAL (02092011) - gmf

Página 9 de 25



Norte Energia



Sr. Ronaldo informou que a Comissão engloba demais assuntos, tais como terra nua e benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas, os quais serão tratados em outras reuniões futuras, já que na próxima tratar-se-á de assuntos relativos à madeira.

Sr. Arlindo informou que se deve criar pautas que sejam cumpridas na reunião, já que o debate relativo à madeira, por exemplo, não será finalizado facilmente, pois será discutido exaustivamente. Sr. Arlindo informou que debateremos assuntos, porém a Comissão não tomará decisões, já que não tem poder deliberativo. Portanto, os consentimentos serão levados à diretoria da Norte Energia S.A. para avaliação.

Sr. Ronaldo informou que a partir do momento em que a Comissão delibere a Norte Energia S.A. assume o ônus de acatar ou não o assunto deliberado. Ser acatar, pode acatar de forma equivocada. Se não acatar, também é sofrerá críticas.

Sr. Francisco informou que, desde que haja discussão e apresentação de dados técnicos, a discussão é aceitável, de tal forma que não pode agir por ideologia ou razões emocionais.

Sr. Ronaldo informou que na próxima reunião o assunto será indenização em floresta e haverá apresentação técnica em resposta tanto ao ofício que a Norte Energia S.A. recebeu formalmente na presente data, bem como ao teor da resposta elaborada ao Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira, para tratar tecnicamente deste assunto.

Sr. Francisco questionou se há levantamento das áreas em termos de madeira, área em reserva, entre outros.

Sr. Arlindo informou que tal levantamento está sendo elaborado.

Sra. Maria Augusta informou que possui casos de 4 pessoas que protocolaram Projeto de Manejo perante a Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA, e o que a assusta é que tais projetos tinham andamento naquele órgão e, de repente, pararam. Portanto, ela adotou a posição de que se indeniza desde que o plano esteja aprovado. Porém, questiona como se obterá indenização se o processo está parado. Ela ressaltou que utilizou apenas 4 casos como exemplo.

Sr. Arlindo informou que o protocolo não garante qualquer direito.

Sra. Maria Augusta informou que, se não o protocolo e a situação não estiverem regularizados, a SEMA não recebe a documentação.

Sr. Francisco solicitou dados da Norte Energia S.A., pois no projeto apresentado há dados de estudo no Plano de Manejo.

Sr. Ronaldo informou que a Norte Energia S.A. poderá enviar ofício a SEMA solicitando informações acerca dos Planos de Manejo já aprovados.

ATA DE REUNIÃO

Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNLC

Nome/Código arquivo:

MEMÓRIA REUNIÃO NORTE ENERGIA L
COMUNIDADES - COM DO PLANO DE ATEND À POP
ATING - ÁREA RURAL (02092011) - gmf

Página 10 de 25



Sra. Maria Augusta solicitou que o ofício também abranja os Projetos de Manejo protocolados.

Sr. Arlindo sugeriu que o ofício abranja ambos os casos, protocolados e aprovados.

Sr. Francisco informou que os dados apresentados no Plano de Manejo são oriundos de um estudo técnico.

Sr. Ronaldo informou que iremos solicitar informações à SEMA.

Sr. Paulo alegou que a Instituto Tecnológico Sustentável da Amazônia, Federação dos Trabalhadores na Agricultura e Conselho de Desenvolvimento Territorial têm a mesma linha de pensamento. Ele expressou que o papel é garantir de fato o desenvolvimento da região e assegurar os direitos tanto na área rural quanto na área urbana. Ele informou que sabe o projeto tem participação do governo. Ele informa que tem visto que as coisas não estão coordenadas, e eles têm que antecipar o conflito, sabendo respeitar os que ideologicamente são contra. Sr. Paulo informou que vão defender o direito daqueles que o tem. Sr. Paulo sugeriu agendarmos um seminário acerca de critérios, leis, diante da desinformação, já que algumas propriedades valem tanto e outras tão pouco. Ele informou que, se as entidades tiverem tais informações, o trabalho será realizado de melhor forma.

Sr. Arlindo informou que não é possível tratar de todos estes temas no mesmo dia.

Sr. Ronaldo informou que a prioridade é mais urgente e a Norte Energia S.A. deve apresentar sua posição a todos. Posteriormente, será apresentada a questão técnica de avaliação, justificando porque uma propriedade recebe um valor e outra recebe outro valor, justificando tal distinção.

Sr. Paulo informou que existem diversos produtores lhe procurando. Ele informou que não pode sair falando e defender a sua tese, por isso se justifica a obtenção de informações técnicas para poder ajudar mais.

Sr. Francisco informou que se deve discutir e chegar num consenso, para posteriormente apresentar aos interferidos as razões de indenização.

Sr. Ronaldo ressaltou que o primeiro assunto na reunião seguinte será apenas relativo à madeira. Na reunião posterior, Norte Energia S.A. apresentará os critérios para avaliação dos imóveis.

Sr. Ronaldo esclareceu que na Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Paquiçamba, Comunidade Deus e Amor e Agrovila Santo Antônio já houve apresentação do Caderno de Preços. Porém, a Norte Energia S.A. está disposta a fazer a apresentação sempre que necessária e for solicitado.

ATA DE REUNIÃO

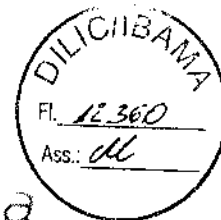
Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNEC

Nome/Código arquivo:

MEMÓRIA REUNIÃO NORTE ENERGIA E
COMUNIDADES - COM DO PLANO DE ATEND À POP
ATING - ÁREA RURAL (02092011) - gmf

Página 11 de 25



Sr. Manoel solicitou um maior detalhamento na questão da indenização da madeira. Sr. Alex alega que o Sr. Arlindo informou, no dia anterior, que nas áreas inundadas a madeira será cortada e vendida em favor do proprietário.

Sr. Ronaldo informou que não esteve na reunião e não poderá responder tal alegação.

Sr. Marco sugeriu apresentar um rápido desenho aos presentes, explanando a indenização pela área e benfeitorias.

Sr. Ronaldo questionou se, com relação à indenização ou não da madeira e respectivos critérios técnicos, nesta reunião serão necessários os dados da SEMA, o que foi recusado pelos participantes.

Sr. Ronaldo informou que o regimento dispõe que a Comissão deve se reunir ordinariamente a cada 2 (dois) meses, mas pela complexidade dos assuntos a serem tratados, devem haver reuniões periodicamente.

Sr. Arlindo sugeriu que a reunião seja realizada daqui a 3 semanas.

Sr. Ronaldo informou que na próxima semana haverá feriado, sendo realizado a próxima reunião no dia 16/09/2011, às 09:00 horas, no espaço cedido pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira. Todos os presentes concordaram.

Sr. Ronaldo informou que o assunto a ser tratado será indenização ou não da floresta e respectivos critérios técnicos.

Sr. Ronaldo informou que existem diversas teses jurídicas com relação à este assunto.

Sr. Ronaldo informou que, em sequência, em reunião a ser agendada na próxima reunião, a Norte Energia S.A. apresentará a forma de aplicação dos laudos de avaliação, quais são os critérios, bases e questões de diferenciação de preço entre imóveis. Sr. Ronaldo informou que, diante da complexidade da reunião, este será o seminário sugerido pelo Sr. Paulo.

Sr. Ronaldo informou que após haverá reunião burocrática para se criar o regimento da Comissão.

Sr. Arlindo informou que podemos elaborar a minuta do regimento e enviá-lo às entidades para sugestões.

Sr. Paulo sugeriu a apresentação desta minuta na próxima reunião.

Sr. Arlindo discordou da sugestão de apresentação da minuta na próxima reunião e informou que enviará a minuta por e-mail para sugestões, para que na reunião apenas haja a respectiva aprovação, pois a criação em reunião demandaria muito tempo.

ATA DE REUNIÃO

Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNEC

Nome/Código arquivo:

MEMÓRIA REUNIÃO NORTE ENERGIA E
COMUNIDADES - COM DO PLANO DE ATEND À POP
ATING - ÁREA RURAÍ (02092011) - gmf

Página 12 de 25



Sr. Manoel informou que procedendo desta maneira, através de envio da minuta por e-mail, os associados de cada entidade poderão debater o regimento.

Sr. Ronaldo questionou a data em que o Sr. Arlindo poderá apresentar a minuta do regimento.

Sr. Arlindo informou que a previsão é para o dia 08/09/2011, e solicitou ao Sr. William a obtenção dos endereços de e-mail aos que possuem e endereço físico dos que não possuem e-mail, para enviar ou entregar em mãos a minuta do regimento.

Sr. Manoel questionou a questão das outras áreas que serão impactadas, mas não serão desmatadas.

Sr. Arlindo informou que já respondeu esta questão na reunião ocorrida no dia anterior e houve concordância dos presentes.

Sr. Manoel informou que concordou, porém na sua associação existem os que serão inundados e os que não serão inundados. Sr. Alex informou que na reunião o debate não será acalorado.

Sr. Arlindo concordou com o debate na próxima reunião.

Sra. Maria Augusta informou que nunca encontram os locais ligados a Norte Energia S.A. ou suas contratadas, o que causa dificuldade para localização.

Sr. Arlindo informou que existe recomendação da Norte Energia S.A. para que os carros e as pessoas estejam sempre identificadas, mas não há nenhuma recomendação com relação aos imóveis.

Sra. Maria Augusta ressaltou a dificuldade de localização.

Sr. Arlindo informou que foi ele quem comunicou a localização da presente reunião, porém alegou que ele próprio não sabia a localização exata, razão pela qual apenas informou que seria realizada no escritório do CNEC.

Sr. Francisco informou que o Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira está localizado na Rua Anchieta, perto da Travessa Pedro Gomes e próximo à agência dos Correios.

Sra. Ana Alice ressaltou a necessidade de identificação para localização e prestação de informações.

Sr. Ronaldo informou que nosso escritório é na Rua Dragão do Mar, nº 2.888, bairro Premem, ao lado do escritório da SEMA.

Sr. Arlindo comunicou o telefone (93) 3515-2946 para contato.

ATA DE REUNIÃO

Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNEC

Nome/Código arquivo:

MEMÓRIA REUNIÃO NORTE ENERGIA E
COMUNIDADES - COM DO PLANO DE ATEND A POP
ATING ÁREA RURAL (02092011) gmf

Página 13 de 25



Sr. Ronaldo informou que a Norte Energia S.A. irá apresentar os casos de relocação assistida (carta de credito) já concluídos, aos quais são beneficiários os meeiros, parceiros, arrendatário, trabalhador, entre outros.

O Sr. Ronaldo informou que o posseiro é reconhecido como dono da terra, desde que exercida a posse mansa e pacífica, tendo os mesmos direitos do proprietário regularizado documentalmente. Sr. Ronaldo informou que, se assim não o fosse, cabendo apenas aos regularizados o recebimento da indenização, não haveria indenização em lugar nenhum do Brasil.

Sr. Ronaldo informou que a relocação assistida, através de carta de credito, é um benefício concedido para atender àqueles que vivem e produzem em determinado imóvel, mas não são proprietários.

Sr. Ronaldo interrompeu a apresentação e informou que, a partir deste momento, a CAPESC se faz presente na reunião, através do Sr. João Prado Caro.

c) Apresentação do procedimento relativo à Relocação Assistida – Carta de Crédito

Sr. Marco iniciou a apresentação das relocações assistidas, tais como valores e critérios adotados a partir de 12/07/2011, com a determinação de investimento de no mínimo 70% no valor da propriedade, acrescido do auxílio manutenção, como se salário mínimo o fosse, pago de forma trimestral, a fim de auxiliar na manutenção familiar, além do plano de investimento a ser feito junto a um técnico da Norte Energia S.A., sendo um plano simples e, se aprovado, pago em 4 parcelas trimestrais, o que evitará que o beneficiário receba o saldo remanescente da indenização e o utilize descontroladamente.

Sr. Alex questionou se a relocação assistida aplica-se a posseiro.

Sr. Arlindo informou que não se aplica a posseiro, mas a quem não é proprietário ou detém a posse do imóvel.

Sr. Alex questionou se há distinção no valor do benefício, de acordo com o tamanho da área atingida.

Sr. Marco informou que não há distinção, já que o beneficiário perdeu sua condição de trabalho da mesma forma, tendo em vista a desapropriação do imóvel onde trabalhava.

Sr. Arlindo fez uma observação de que este é um benefício oferecido pela Norte Energia S.A., como compensação, ao ocupante do imóvel. Sr. Arlindo informa que a compensação não substitui verbas trabalhistas, em resposta a alguns casos específicos em que o proprietário que foi indenizado fez esta alegação.

Sr. Nelson questionou a relação com os casos de meação.

ATA DE REUNIÃO

Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNEC

Nome/Código arquivo:

MEMÓRIA REUNIÃO NORTE ENERGIA E
COMUNIDADES - COM DO PLANO DE ATEND À POP
ATING - ÁREA RURAL (02092011) gmf

Página 14 de 25



Sr. Francisco e Sr. Arlindo informaram que a meação é constituída através de um contrato civil, e não possui relação trabalhista.

Sr. Paulo defendeu que, a medida em que a Norte Energia S.A. prossiga com a concessão do benefício, já haja um cadastramento dos ocupantes do imóvel.

Sr. Arlindo informou que a preocupação do Sr. Paulo tem fundamento, porém antes da concessão do benefício é feita pesquisa e investigação das condições dos ocupantes, com a determinação de declaração do ocupante no cadastro a ser realizado.

Sr. Paulo informou que o Sr. Pedro possui um imóvel e, nesta propriedade, em regime autônomo, moram 2 filhos casados.

Sr. Arlindo informou que, se houver atividade produtiva que gera lucro ao trabalhador, independente da relação de família, há direito à indenização. Mas no caso de filho solteiro, que mora com pai e não tem vida econômica autônoma própria, não tem direito à concessão do benefício.

Sr. Arlindo informou que a Norte Energia S.A. é bem criteriosa com casos de filhos.

Sr. Marco informou que o Termo de Elegibilidade determina se o beneficiário é elegível ou não para o recebimento do benefício, bem como informou que existem vários casos em que o ocupante não foi considerado elegível.

Sr. Marco prosseguiu com a apresentação.

Sr. Ronaldo informou que é apresentado ao beneficiário o valor da relocação assistida (carta de crédito), cabendo ao beneficiário escolher o imóvel, o qual será vistoriado pela Norte Energia S.A. para elaboração de relatório técnico, tanto do ponto de vista jurídico quanto do ponto de vista técnico e econômico.

Sr. Paulo ressaltou que o reassentamento é feito pela Norte Energia S.A., e não pelo INCRA.

Sr. Arlindo informou que a relocação assistida (carta de crédito) é uma opção, havendo também a opção relativa ao reassentamento feito pela Norte Energia S.A., no qual há um imóvel de grande dimensão a ser dividido entre várias pessoas, as quais receberão auxílio técnico e serviços de água, luz, entre outros.

Sr. Manoel questionou se, no caso de reassentamento, o valor do imóvel pode ser maior do que um imóvel adquirido com a relocação assistida (carta de crédito). Sr. Arlindo informou que sim.

Sr. Nelson questionou a possibilidade de o beneficiário pretender vir morar na cidade. Sr. Arlindo informou que, caso o beneficiário pretenda morar na cidade, perderá o benefício. Sr. Ronaldo informou que a intenção é de que o beneficiário mantenha a

ATA DE REUNIÃO

Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNFC

Nome/Código arquivo:

MEMÓRIA REUNIÃO NORTE ENERGIA F
COMUNIDADES - COM DO PLANO DE ATEND À POP
ATING - ARFA RURAL (02092011) - gmf

Página 15 de 25



atividade produtiva. Sr. Arlindo informou que, se o beneficiário quiser vir morar na cidade, não receberá qualquer benefício.

Sr. Manoel questionou se existe algum programa neste sentido, do beneficiário vir morar na cidade.

Sr. Arlindo informou que, caso esta seja a intenção do beneficiário, ele se enquadrará em outros programas, mas não no programa da relocação assistida.

Sr. Marco informou que a Norte Energia S.A. aconselha os beneficiários a optarem pelo reassentamento, diante das condições disponíveis, inclusive o valor do imóvel.

Sr. Marco prosseguiu com a apresentação.

Sr. Nelson questionou o caso de não haver qualquer documento que comprove a propriedade de eventual imóvel escolhido pelo beneficiário.

Sr. Marco informou que, se não houver qualquer documento, a aquisição não é aprovada.

Sr. Arlindo informou que a Norte Energia S.A. tem o dever de entregar o imóvel regularizado em nome do beneficiário, porém, diante da impossibilidade de localização de imóveis passíveis de regularização imediata, é possível a aprovação da aquisição a partir de determinados documentos.

Sr. Paulo informou que em casos de reassentamento é possível adquirir imóvel passíveis de regularização imediata, mas individualmente a localização de imóveis nestas condições é bem difícil.

Sr. Manoel alegou que é possível, desde que se pague pelo preço do imóvel regularizado.

Sr. Arlindo informou que mesmo no caso de reassentamento existe uma grande dificuldade, pois é necessário reassentar as famílias perto do local de onde elas saíram. Porém, como a obra atinge uma área muito extensa, se torna quase impossível localizar áreas próximas.

Sr. Ronaldo informou que a Norte Energia S.A. está em busca de áreas para reassentamento rural coletivo. Houve inclusive a localização de imóveis, um deles com boa localização, mas diante de problemas financeiros do proprietário que inviabilizariam a aquisição, após um determinado prazo de espera para regularização, o imóvel foi desconsiderado.

Sr. Manoel questionou o tamanho deste imóvel.

Sr. Ronaldo informou que haviam 3 opções para Reassentamento Rural Coletivo, com terras de 600 a 1.000 ha, com mata e área aberta e acesso a energia elétrica, entre

ATA DE REUNIÃO

Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNEC

Nome/Código arquivo:

MEMÓRIA REUNIÃO NORTE ENERGIA E
COMUNIDADES - COM DO PLANO DE ATEND À POP
ATING - ÁREA RURAL (02092011) - gmf

Página 16 de 25



outras características. Sr. Ronaldo informou que não foi possível localizar imóveis perto do Travessão 27, e foi necessário localizar do outro lado do Rio Xingu, com grandes possibilidades de localização próximo ao Município de Belo Monte.

Sr. Arlindo informou que a comunidade a ser reassentada participou da localização e aprovação do imóvel, mas como informado, diante da impossibilidade de regularização, a aquisição foi desconsiderada.

Sr. Marco prosseguiu a apresentação.

Sr. Ronaldo informou que no início do procedimento de concessão de relocação assistida, os beneficiários buscavam adquirir imóveis com área pequena e recebiam o alto valor remanescente. Isso gerou uma certa desconfiança na Norte Energia S.A., no sentido do beneficiário vender este imóvel ora adquirido e ir morar na cidade. Portanto, a Norte Energia S.A. determinou a criação de novos critérios, na forma estabelecida e exposta nesta reunião.

Sr. Marco prosseguiu a apresentação.

Sra. Maria Augusta questionou se o valor remanescente das aquisições nas relocações já realizadas foi investido no próprio imóvel. Sr. Marco informou que sim, o valor foi investido no próprio imóvel.

Sr. João questionou a assistência técnica por parte da Norte Energia S.A., pois se o beneficiário receber o valor e não tiver assistência técnica por parte da Norte Energia S.A., este valor será gasto rapidamente.

Sr. Marco prosseguiu a apresentação.

Sr. Marco informou que nos casos de imóveis já adquiridos a partir do benefício haverá acompanhamento e monitoramento por parte da Norte Energia S.A. durante 3 anos.

Sr. Gilson questionou a localização de imóveis sem quaisquer documentos, uma vez as áreas de Projeto de Assentamento serem inalienáveis.

Sr. Marco informou que nestes casos em que não há documentação acerca da propriedade e respectiva cadeia dominial, a regularização será realizada pelo Programa Terra Legal.

Sr. Gilson questionou se os imóveis adquiridos pelos beneficiários não estão localizados em áreas atingidas pela construção da UHE de Belo Monte. Sr. Arlindo informou que não, pois seria um contrassenso.

Sr. Arlindo informou que existem questionamentos se a barragem não irá estourar. Ele informou que todos os procedimentos de segurança estão sendo tomados.

ATA DE REUNIÃO

Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNEC

Nome/Código arquivo:

MEMÓRIA REUNIÃO NORTE ENERGIA I

COMUNIDADES COM DO PLANO DE ATEND À POP

ATING AREA RURAL (02092011) - gmf

Página 17 de 25



Norte Energia



Sr. Ronaldo alertou que deve constar em todos os processos de relocação assistida e nos imóveis passíveis de aquisição a negativa de afetação pela UHE de Belo Monte.

Sr. Ronaldo informou que o Sr. Baltazar, beneficiário de relocação assistida, possui idade avançada e no primeiro encontro, Sr. Baltazar informou que desejava o imóvel que fora adquirido e lhe bastava apenas comer carne uma vez por semana. No momento, ele está no imóvel com a família e com possibilidade de produção.

Sr. Marco prosseguiu com a apresentação.

Sra. Ana Alice comunicou que o imóvel adquirido pelo Sr. Eli será interferido pela UHE Belo Monte. Sr. William informou que não haverá esta interferência.

Sr. Ronaldo ressaltou que deve haver nos processos de relocação assistida documentos relativos à localização, com a inserção de mapa para não haver dúvidas acerca da localização.

Sr. Marco prosseguiu com a apresentação, informando que a Norte Energia S.A. está fazendo contratações para fazer acompanhamento dos beneficiários já relocados.

Sr. Paulo questionou se os beneficiários já estão residindo nos imóveis. Sr. Marco informou que os imóveis foram adquiridos e os beneficiários estão morando nos respectivos imóveis.

Sr. Arlindo informou que, em certos casos, a Norte Energia S.A. recusou o imóvel de imediato. Em outros, a Norte Energia S.A. recomendou a localização de outro imóvel, seja em razão da área, mas, diante da vontade do beneficiário, a Norte Energia S.A. aceitou proceder à aquisição.

Sr. Francisco questionou a qualidade destes beneficiários. Sr. Ronaldo informou que são meeiros, parceiros, entre outros.

Sra. Maria questionou o número de pessoas impactadas. Sr. Ronaldo informou que o EIA fazia menção a um determinado número de famílias, mas este número não condiz com a realidade. Desta forma, Sr. Ronaldo informou que, na medida em que forem cadastrados os imóveis interferidos, serão cadastrados o proprietário e os eventuais beneficiários.

Sra. Maria questionou se os beneficiários ora apresentados são pessoas ligadas à imóveis indenizados. Sr. Ronaldo confirmou esta condição.

Sra. Maria questionou se, com a eventual recusa do proprietário no valor de avaliação, como ficam os beneficiários. Sr. Ronaldo informou que a primeira tentativa de acordo é amigável, com alto índice de aceitação.

EM BRANCO



EL BANCO

EL BANCO

ATA DE REUNIÃO

Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNFC

Nome/Código arquivo:

MEMÓRIA REUNIÃO NORTE ENERGIA E
COMUNIDADES - COM DO PLANO DE ATEND À POP
ATING - AREA RURAL (02092011) - gmf

Página 18 de 25



Sr. Marco informou que, se o proprietário não aceitar a proposta oferecida pela Norte Energia S.A., o direito do meeiro, parceiro ou outro eventual beneficiário cadastrado, é líquido e certo.

Sr. Ronaldo informou que o direito do beneficiário se concretiza quando adquirido o imóvel interferido pela UHE Belo Monte.

Sr. Arlindo informou que, quando não há acordo amigável e a Norte Energia S.A. entra na posse do imóvel através de ordem judicial, se concretiza a concessão do benefício.

Sr. Nelson informou que esteve na empresa CARTA e verificou que o imóvel de sua propriedade será interferido, restando apenas uma pequena área remanescente. Sr. Arlindo informou que tal informação é relativa, pois têm áreas que serão impactadas por várias obras da UHE Belo Monte, e portanto é necessário adquirir todo o imóvel. Entretanto, no caso da obra atingir somente uma pequena parte necessária a um travessão, o impacto é pequeno e o imóvel acaba sendo valorizado, não sendo necessária a aquisição integral deste imóvel, pois a área remanescente é economicamente viável, permanecendo a atividade. Sr. Arlindo informou que outros imóveis serão interferidos pela Área de Preservação Permanente. Se a área de impacto for pequena e a área remanescente possibilitar a continuação da atividade pelo proprietário, a Norte Energia S.A. indenizará apenas esta área atingida. Se houver discordância por parte do proprietário, a Norte Energia S.A. discutirá e verificará a possibilidade de aquisição total.

Sr. Ronaldo informou que, se a área remanescente for menor do que 75, ha, relativo ao módulo rural, a Norte Energia S.A. se obriga a adquirir todo o imóvel, pois a continuidade da atividade restará inviável.

Sr. Ronaldo informou que, se o proprietário optar em ficar com a área remanescente mesmo sendo menor que 75 ha para construção de um hotel, por exemplo, o proprietário deverá assinar um documento no qual declara ter ciência de que o imóvel não poderá ser destinado a agropecuária. Sr. Ronaldo informou também que, se o imóvel ficar sem acesso, existe a possibilidade da Norte Energia S.A. construir o acesso ou adquirir o imóvel integralmente.

Sr. Sebastião questionou o prazo para apreciação do laudo de avaliação e manifestação acerca da proposta apresentada. Sr. Marco informou que o prazo para manifestação é de 30 dias. Sr. Arlindo informou que, no caso do Travessão 27, o prazo era de 7 dias e nos imóveis necessários à formação do reservatório, como há mais tempo para tal providência, o prazo pra manifestação é de 30 dias.

Sr. João questionou como ficará a região da Volta Grande do Xingu, que ficará isolada em razão da construção do canal. Sr. Marco informou que será construída uma ponte para conexão.

ATA DE REUNIÃO

Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNEC

Nome/Código arquivo:

MEMORIA REUNIÃO NORTE ENERGIA F

COMUNIDADES - COM DO PLANO DE ATEND À POP

ATING - AREA RURAL (02092011) - gmf

Página 19 de 25



Sr. Paulo comunicou necessidade de se ausentar. Sr. Ronaldo concordou, mas antes questionou se haviam discordâncias. Ninguém discordou.

Sr. Marco questionou se há alguma divergência com os casos já adquiridos.

Sr. Manoel questionou localização dos imóveis.

Sra. Ana informou que está preocupada com o caso do Sr. Eli, cujo imóvel adquirido localiza-se no Travessão do Km 60, onde existe a possibilidade do beneficiário ser interferido pelas obras da UHE Belo Monte.

Sr. Marco informou que o imóvel não será interferido pelo reservatório.

Sr. Manoel questionou se, após a formação do reservatório, as áreas próximas ao lago permanecerão com água.

Sr. João questionou o tratamento que será dado quando da formação do lago, em relação a assistência por parte da Norte Energia S.A., se o imóvel terá alguma destinação específica.

Sr. Ronaldo informou que todos os imóveis que forem adquiridos, inclusive as áreas que não compõem o reservatório, mas estão próxima deste, terão impactos por obras do acesso e Área de Preservação Permanente.

Sr. João questionou se há a possibilidade do proprietário sair da área necessária a formação do reservatório e ir para outro imóvel localizado nas ilhas.

Sr. Marco informou que as áreas de ilhas serão adquiridas pela Norte Energia S.A. e haverá fiscalização para evitar invasões. O mesmo procedimento será adotado para Áreas de Preservação Permanente de 500 m, as quais, se invadidas, serão retomadas pela Norte Energia S.A..

Sra. Ana questionou se, no caso do Travessão 27, se há fiscalização nos imóveis já adquiridos para evitar que alguém entre no imóvel.

Sr. Ronaldo informou que houve tentativa de acordo com os ex-proprietários para que os pés de cacau já indenizados pela Norte Energia S.A. fossem colhidos pelo proprietário e divididos entre o proprietário, meeiro e o resto doado, porém não houve aceitação.

Sr. Ronaldo informou que não foi encontrada uma forma de parceria para dar efetividade à esta proposta.

Sra. Ana informou que existem boatos na Comunidade da Cobra Choca de que as propriedades indenizadas não serão utilizadas nos próximos meses, sendo concedida pela Norte Energia S.A. uma gratificação aos proprietários para permanecerem utilizando a propriedade.

ATA DE REUNIÃO

Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNLC

Nome/Código arquivo:

MEMÓRIA REUNIÃO NORTE ENERGIA E
COMUNIDADES - COM DO PLANO DE ATEND À POP
ATING - ÁREA RURAL. (02092011) - gmf

Página 20 de 25



Sr. Ronaldo confirmou que existe possibilidade de aquisição de imóveis que só serão utilizados daqui há alguns anos. Nestes casos, é feito um Contrato de Comodato para que o proprietário permaneça no imóvel até 6 meses antes da necessidade de utilização, usufruindo do imóvel já adquirido. Neste caso, o proprietário fica impedido de fazer qualquer benfeitoria, podendo apenas cultivar, a fim de se evitar novas indenizações.

Sr. Alex questionou se o valor da relocação assistida (carta de credito) é o mesmo independente da área interferida, o que faria com que o beneficiário eventualmente receba um benefício em maior valor do que a indenização do proprietário do imóvel em que trabalhava.

Sr. Ronaldo informou que deverá ser criado um novo critério a ser submetido à Diretoria da Norte Energia S.A. para que a indenização por aquisição integral de imóvel não tenha valor inferior ao do benefício de relocação assistida (carta de credito), havendo uma forma proporcional.

Sr. Alex ressaltou que, em casos de diferença de áreas pelos próprios meeiros, por exemplo, a indenização deverá ser proporcional à área de cada meeiro.

Sr. Arlindo informou que existem casos em que o proprietário reside na cidade e quem cuida do imóvel é o meeiro. Neste caso, o proprietário gera riqueza com emprego na cidade ou até sociedade em empresa, mas o imóvel é avaliado em valor inferior ao do benefício de relocação assistida. Já o beneficiário perdeu tudo, pois não tem emprego, e em razão disso é concedido o benefício para aquisição de um novo imóvel.

Sr. Marco e Sr. Arlindo discorreram especificamente do proprietário residente no imóvel.

Sr. Ronaldo informou que, caso a caso, se o proprietário for receber uma indenização em valor menor do que o benefício da relocação assistida (carta de credito), será estudo o caso, de tal forma que deverá ser elaborada uma proposta neste sentido à Diretoria da Norte Energia S.A. para análise.

Sr. Francisco alegou que não tem este debate não tem fundamento, pois a Norte Energia S.A. pretende ajudar o meeiro, parceiros, entre outros, porém o benefício não guarda qualquer relação com o proprietário do imóvel interferido.

Sr. Manoel informou discordar do critério adotado.

Sr. Arlindo comunicou que concorda com a discussão do tema.

Sr. Ronaldo informou que são dois assuntos a serem debatidos: o primeiro relativo ao proprietário indenizado cujo valor da indenização é menor do que o valor do benefício da relocação assistida (carta de credito), que deverá ser estudado caso a caso. O segundo é a diferenciação do valor do benefício de relocação assistida (carta de

ATA DE REUNIÃO

Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNFC

Nome/Código arquivo:

MEMÓRIA REUNIÃO NORTE ENERGIA E
COMUNIDADES - COM DO PLANO DE ATEND A POP
AJING - ÁREA RURAL (02092011) - gmf

Página 21 de 25



credito), pois uma coisa é um determinado parceiro a quem se atribuí 20.000 pés de cacau, enquanto ao outro parceiro no mesmo imóvel se atribuí somente 5.000 pés de cacau. Sr. Ronaldo informou que sua posição é no sentido da impossibilidade de criação de diferenciação, já que o meeiro a quem se atribuí 20.000 pés de cacau já ganhou mais renda durante todo o tempo.

Sr. Francisco informou que acima de 5.000 pés de cacau não é possível um simples meeiro cuidar, sendo necessária a contribuição de outras pessoas, o que acarretaria em concessão de outro benefício de relocação assistida (carta de credito).

Sr. Marco questionou se é unânime a aprovação de todos os presentes em relação aos casos da relocação assistida (carta de credito) já concedida, não havendo qualquer oposição.

Sr. João informou que não visualizou o relatório de caso a caso. Sr. Marco informou que foi apresentado na presente data, o qual foi aprovado, porém não visualizado pelo Sr. João diante do horário de comparecimento deste à reunião.

Sr. Arlindo informou que não deve ser feito um pedido de aprovação dos presentes, mas sim, apresentação dos critérios de concessão. Sr. Arlindo informou que a aprovação deve ser feita pelo próprio beneficiário, e não pela Comissão. À Comissão apenas são apresentado os critérios.

Sr. João questionou o número de integrantes presentes.

Sr. Ronaldo informou que na presente data estão presentes 12 integrantes.

Sr. Marco informou que a validação dos processos de relocação assistida já concluídos está em ordem.

d) Debates

Sr. Marco apresentou o Reassentamento Rural Coletivo e a Agrovila Santo Antônio.

Sr. Arlindo comunicou a aprovação por parte da Prefeitura e da Comunidade na localização dos imóveis para reassentamento.

Sr. Ronaldo informou que na Agrovila Santo Antônio existem pescadores profissionais, e entre as condições da Comunidade é que os pescadores queriam ficar na beira do rio, bem como pretendiam um imóvel com acesso pela Rodovia BR-230 (Transamazônica). A localização de imóveis para reassentamento seguirá estas condições.

Sr. Ronaldo informou que o imóvel a ser adquirido para o reassentamento da Agrovila Santo Antônio deverá se transformar em um subdistrito do Município de Vitória do Xingu. Sr. Ronaldo informou que a Agrovila Santo Antônio tem aproximadamente

ATA DE REUNIÃO

Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNE C

Nome/Código arquivo:

MEMÓRIA REUNIÃO NORTE ENERGIA E
COMUNIDADES - COM DO PLANO DE ATEND A POP
ATING - ÁREA RURAL (02092011) - gmf

Página 22 de 25



34,0000 ha e o imóvel a ser adquirido deverá ter aproximadamente 70,0000 ha, com fundos para o Rio Xingu e frente para a Rodovia BR-230 (Transamazônica).

Sr. Arlindo ressaltou que existe a população nativa da Agrovila Santo Antônio e os demais que vieram recentemente para tentar receber indenização. Sr. Arlindo informou que este pessoal que chegou recentemente terá um tratamento diferenciado.

Sr. Ronaldo informou que o morador antigo receberá um tratamento e os novos moradores receberão outro tratamento, para ser justo para com os que residem lá a longo prazo.

Sr. Francisco informou que existem boatos de que, após o recebimento da indenização, os novos moradores da Agrovila Santo Antônio irão embora da região.

Sr. Arlindo informou que não houve distribuição de qualquer laudo de avaliação, razão pela qual não houve oferecimento de qualquer proposta naquela região. Sr. Ronaldo informou que na próxima semana serão entregues tais documentos.

Sr. Arlindo informou que, caso sejam ouvidas reclamações, deve ser verificado se provem do morador antigo, o qual terá uma casa nova ou receberá uma indenização, ou dos novos moradores, os quais terão outro tratamento.

Sr. João sugeriu a Norte Energia S.A. obtenha o nome dos moradores antigos através do cadastro dos pescadores da Agrovila.

Sr. Arlindo informou que entre os critérios estão a apresentação de conta de luz e possuir filho matriculado em escola da região, a fim de se verificar o prazo de moradia.

Sr. Ronaldo informou que também é verificada a ata notarial, para verificar a data de construção das moradias, o que já foi feito por oficial do tabelionato de notas para verificar possibilidade de residência.

e) Encerramento

Sr. Marco finalizou a reunião e agradeceu a presença de todos, comunicando que este é o espaço legítimo para obtenção e distribuição de informações.

Sr. Ronaldo ressaltou o agendamento da próxima reunião no dia 16/09/2011, às 09:00 horas, na sede do Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira.

Sr. João questionou qual será o tratamento com os interferido por efeitos indiretos da obra, como o caso dos moradores da região de Cachoeira Seca, pois a comunidade de Uruará possui mais de 700 famílias nesta região e haverá grande comoção social em razão dos efeitos indiretos, sugerido discussão na próxima reunião.

Sr. Arlindo informou que já temos pauta para a próxima reunião e o assunto será levado para aprovação de inclusão em pauta em outra reunião.

ATA DE REUNIÃO

Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNEC

Nome/Código arquivo:

MEMÓRIA REUNIÃO NORTE ENERGIA E
COMUNIDADES COM DO PLANO DE ATEND A POP
ATING ÁREA RURAL (02092011) - gmf

Página 23 de 25



Norte Energia



Sr. Francisco informou que não é possível tratarmos de todos os assuntos em uma única reunião.

Sr. Ronaldo informou que esta ata será lida e aprovada na próxima reunião.

Sr. Arlindo informou que enviará minuta do estatuto para aprovação e sugestões.

A reunião foi encerrada às 11:54 horas.

ATA DE REUNIÃO

Data: 02/09/2011

Local: Sala de reuniões - CNFC

Nome/Código arquivo:

MEMORIA REUNIÃO NORTE ENERGIA E
COMUNIDADES - COM DO PLANO DE ATEND A POP
ATING ÁREA RURAL (02092011) - gmf

Página 25 de 25



Norte Energia














4. ANEXOS

- Lista de presença.

EN BRANCO

Lista de Presença

Reunião Norte Energia Assunto: Comissão do Plano de Atendimento a População Atingida
 Data: 02/09/2011 Hora: 9h Local: Instalações do CNEC

Nome	Instituição	Município	Telefone	Assinatura
Moisés Augusto do S. Neto	SIRATA	ALTAMIRA	91251294	
MARC FURINI	NE-SA	ALTAMIRA	35152193	
Wilson M. Oliveira	NORTE ENERGIA	ALTAMIRA	3515-2193	
Précilindo Gomes MIRANDA	NORTE ENERGIA	ALTAMIRA	35152193	
Selma T. de Souza Silva	APREKPAVA	Cibéria Xuxa	91130737	
Marcelo Costa de Moraes	ITSAP	ALTAMIRA	98.91536919	
Colson Divina do Nascimento	SITR-ALTAMIRA	ALTAMIRA	93135161843	
Ana Alice Melo Santos	Agrícolas	Xingó Vitória do	93.91532802	
Netem Maria Costa	Agricultor	V. Xingó	91192987	
Alexisbaldo Alves Pires	SIRATA	ALTAMIRA	91462907	
José Alexandre de Souza Santos	AGRIVOX	VIT. XINGÓ	91572822	






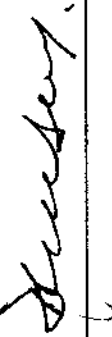
EM BRANCO

Lista de Presença

Reuniao Norte Energia
 Date: 02/09/2011

Assunto: Comissão do Plano de Atendimento a População Atingida
 Local: Instalações do CNEC

Hora: 9h

Nome	Instituição	Município	Telefone	Assinatura
P.P. Manoel Severiano Moreira Pires	AGRIVOX	ATIMUNA	3515-3910	
Francisco Alberto de Castro	SIRALTA	ALTAMIRA	35930222	
JOÃO PAULO DA COSTA	CADESC	Juazeiro	91389159	
RONALDO L. CRUZED	NORTE ENERGIA	ATM	95152178	

DILIGÊNCIA
 F: 12340
 ASS: 

EM BRANCO



NOT. TEC. 000665/2014 COHID/IBAMA

Brasília, 11 de abril de 2014

Assunto: UHE Belo Monte.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Análise dos documentos CE 0234/2013-DS e CE 096/2014-DS, em que a Norte Energia solicita, em atendimento à condicionante 1.3 da Licença de Instalação n.º 795/2011, autorização para implantação da linha de transmissão 69kV.

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da análise do documento CE 096/2014-DS, em que a Norte Energia S.A., em cumprimento à condicionante 1.3 da Licença de Instalação n.º 795/2011, solicita autorização para implantação da linha de transmissão 69kV, que escoará energia da Subestação Pimental até a Subestação Auxiliar Belo Monte.

2. ANÁLISE

A Norte Energia, por meio do documento CE 0434/2013-DS, de 12 de novembro de 2013, informou que com o detalhamento do projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte foi verificado a necessidade de implantação da linha 69kV, antes não prevista no processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, para operação de serviços auxiliares do empreendimento. Neste sentido, a Norte Energia solicitou anuência da Diretoria de Licenciamento Ambiental para inclusão da referida linha no processo de licenciamento da UHE Belo Monte, conforme prevê a condicionante 1.3 da Licença de Instalação n.º 795/2011.

O Ibama anuiu, por meio do Ofício 02001.000477/2014-14 DILIC/IBAMA, a inclusão da LT 69kV no processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, nos termos da condicionante 1.3 da Licença de Instalação n.º 795/2011. Ainda por meio do referido ofício, o Ibama solicitou que o empreendedor apresentasse as informações complementares solicitadas através do Ofício 02001.010792/2013-79 DILIC/IBAMA.

Em resposta a Norte Energia encaminhou o documento CE 096/2014-DS, em 21 de março de 2014, que apresenta as informações complementares referentes à linha 69kV e solicita autorização deste Instituto para implantação da referida linha.

Conforme o documento supramencionado, a linha de transmissão 69kV escoará energia da



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

subestação do sítio Pimental até a subestação do sítio Belo Monte sempre que for necessário o *input* de energia para o sistema.

Por meio do documento CE-234/2013-DS, a Norte Energia apresentou o traçado da referida linha plotada sobre imagens da região, com escala de 1:50.000.

A LT 69kV originará da subestação Pimental, localizada próxima a Casa de Força Complementar da UHE Belo Monte e seguirá pelo travessão 27 até o encontro com o travessão 55. A linha acompanhará o traçado do travessão 55 em quase toda a sua extensão, estando sua faixa de servidão localizada em cerca de 70% da área já interferida pela implantação do travessão, segundo informações do empreendedor. Próximo a Casa de Força Principal da UHE Belo Monte a linha atravessará o reservatório Intermediário (margem direita até a margem esquerda). Da margem esquerda do futuro reservatório Intermediário a linha seguirá até a subestação do canteiro Belo Monte.

A linha terá uma extensão total de 61,18 km, sendo a largura da faixa de servidão de 18 metros.

Serão 230 estruturas (postes), com altura média útil de 18,59 metros e vãos médios entre as estruturas de sustentação de 265,07 metros.

Das 230 estruturas, 160 são postes de concreto de suspensão, 67 são postes de concreto de ancoragem, uma estrutura metálica de ancoragem e duas estruturas metálicas de travessia.

Também por meio do documento CE-234/2013-DS, o empreendedor encaminhou o arquivo no formato *shapefile* contendo o traçado da linha e sua faixa de servidão.

Junto ao documento CE 096/2014-DS foram apresentados a planta e o perfil da linha e a lista de construção do projeto executivo.

A LT 69kV será constituída de um circuito trifásico, disposição triangular, com um cabo condutor por fase. Na travessia do reservatório será utilizado um cabo condutor por fase, e um cabo para-raios.

O quadro abaixo apresenta o quantitativo, em área, das tipologias vegetais que deverão ser suprimidas para a implantação da linha.



Tipologia Vegetal na faixa de servidão	Área de supressão (ha)	
	Em APP	Fora de APP
Pastagem	1,92	13,49
Vegetação Secundária	0,37	2,16
Floresta Ombrófila Aberta com Palmeiras	0,38	5,04
TOTAL:	2,67	20,69

No que tange ao traçado da linha proposto pelo empreendedor, não se observa óbice, considerando que sempre que possível a linha acompanhará a faixa de domínio do travessão 55 e uma pequena parte da faixa de domínio do travessão 27.

Recomenda-se que não seja autorizada a abertura de novos acessos para a implantação e manutenção da linha que estejam fora dos limites da faixa de servidão.

O empreendedor deverá adotar e obedecer as normas exigíveis para construção, operação, manutenção, sinalização e segurança de linhas de transmissão do porte da LT 69 kV.

Por fim, a Norte Energia deve obter anuência dos órgão responsáveis pelas áreas públicas, onde foi instituída a faixa de servidão.

3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Não foram observados óbices quanto ao traçado da linha proposto pelo empreendedor. Neste sentido, entende-se que não há impedimentos em autorizar a implantação da LT 69kV.

Ressalta-se que este documento não autoriza a supressão de vegetação. Este tema deverá ser avaliado por meio de um documento específico. A Norte Energia já realizou o pedido formal por meio da carta CE 0201/2013-DS.

Para as atividades de instalação da linha a Norte Energia deverá observar as seguintes condições:

- ^ Adotar e obedecer as normas exigíveis para construção, operação, manutenção, sinalização e segurança de linhas de transmissão do porte da LT 69kV;
- ^ Obter, quando cabível, anuência dos órgão responsáveis pelas áreas públicas, onde foi instituída a faixa de servidão;
- ^ Obter junto ao Ibama autorização de supressão de vegetação;
- ^ Adotar as medidas de controle ambiental previstas no âmbito do Programa de Controle Ambiental Intrínseco do PBA;



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

- ^ Não está autorizada a abertura de novos acessos para a implantação e manutenção da linha que estejam fora dos limites da faixa de servidão;
- ^ As intervenções nas propriedades a serem interceptadas somente poderão ser iniciadas quando finalizado o processo de negociação com os proprietários; e
- ^ Qualquer alteração no traçado da linha deverá ser submetida ao Ibama para anuência.

Matheus Ribeiro Coura
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

De acordo. Encaminhe-se para as providências necessárias.

FREDERICO QUEIROGA DO AMARAL
Chefe da COHID/IBAMA

Pego que minute Ofício Diligência Norte Energia informando quanto a anuência de imersão do projeto do LT no licenciamento ambiental do UHE Belo Monte e sobre os próximos passos para viabilizar a implantação da estrutura (ASV).



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br



OF 02001.003586/2014-93 DILIC/IBAMA

Brasília, 15 de abril de 2014.

Ao Senhor
João dos Reis Pimentel
Diretor da NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

Neuberger Lobato Silva
Diretoria Socioambiental
Norte Energia S.A.
17/04/14
15:27

Assunto: **Envio da Nota Técnica nº 640/2014 - UHE Belo Monte**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, informo que o relatório da vistoria realizada pelo Ibama entre os dias 17 e 21 de março de 2014 está registrado na Nota Técnica nº 640/2014 COHID/IBAMA, cuja cópia segue em anexo.

2. Com base nas conclusões da referida nota técnica, solicito que a Norte Energia atenda às seguintes recomendações:

a) Encaminhe, no prazo de 15 dias, os dados do monitoramento de qualidade de água dos pontos à jusante e a montante da ensecadeira coletados na campanha anterior e na campanha posterior ao rompimento do dique;

b) Informe, no prazo de 15 dias, a previsão de funcionamento pleno da ETE do RUC Jatobá;

c) Promova um reforço na campanha junto à população para o consumo consciente de água e energia e incremente os esforços nas ações de estruturação das atividades de geração de renda da população atingida; e



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

d) Realize a recuperação dos acessos às áreas dos reassentamentos, conforme estabelecido no Ofício 02001.011960/2013-43 DILIC/IBAMA.

Atenciosamente,


THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

02001.006974/2014 - 26
16.04.14



Usina Hidrelétrica Belo Monte

CE 0111/2014 – DS - SSE

Brasília, 16 de abril de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazaki de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental Substituto
Diretoria de Licenciamento Ambiental - Dilic
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1º andar
70.818-900 Brasília – DF

Assunto: UHE Belo Monte - estudos da cadeia produtiva dos oleiros - Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho (4.5.2)

Referência: Ofício 02001.002017/2014-21 – DILIC/IBAMA, de 06/03/2014 recebido em 17/03/2014

Senhor Diretor,

1. Em atendimento ao ofício 02001.002017/2014-2,1 a Norte Energia S.A. apresentou em 04/04/2014, em Brasília, por ocasião do Seminário sobre o 5º Relatório Semestral Consolidado, os resultados dos estudos da cadeia produtiva dos oleiros.
2. No decorrer do seminário foram debatidos os temas relacionados à cadeia produtiva dos oleiros; aspectos do perfil socioeconômico; localização das olarias e das jazidas potenciais estudadas, dentre outros aspectos. Foram também apresentadas as informações relacionadas aos alvos estudados pela pesquisa geológica de detalhe e os resultados obtidos com os testes de aptidão cerâmica (queima) realizados com a argila coletada nos locais estudados. Foram abordados ainda temas como as alternativas para a recomposição da atividade oleira, como o mercado consumidor de tijolo vermelho de Altamira; a capacitação necessária para os oleiros e os investimentos projetados para implantação de indústria cerâmica.
3. Conforme acordado no referido seminário, a Norte Energia fará a apresentação dos resultados dos trabalhos do Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho para o público alvo do mesmo, em data próxima ao final de abril/ início de maio/2014, que lhes será comunicada oportunamente.

Atenciosamente,


João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental



Ao analista Eduardo Traggi
e Henrique Silva para conhecimento.
Segundo contato telefônico, a Monte
Energia informou que o estudo será
protocolado até 25/4/14.

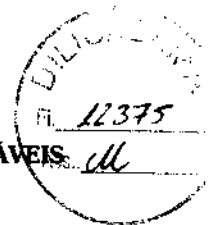
24.4.14



Frederico Queiroga do Amaral
Matricula nº. 1.512.156
Chefe
COHID/GENE/DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



PAR. 001553/2014 COHID/IBAMA

Assunto: UHE Belo Monte.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Análise do 5º Relatório Consolidado de Andamento do Projeto Básico Ambiental e das Condicionantes da Licença de Instalação n.º 795/2011, da Usina Hidrelétrica Belo Monte, processo 02001.001848/2006-75.

Este Parecer Técnico apresenta anexo contendo a análise do 5º Relatório Consolidado de Andamento do Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Belo Monte, bem como das Condicionantes da Licença de Instalação n.º 795/2011, concedida para este empreendimento. Foram ainda consideradas reuniões e vistorias técnicas realizadas durante o período de análise do referido Relatório Consolidado.

Brasília, 17 de abril de 2014

Eduardo Trazzi Martins
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

Frederico Miranda de Queiroz
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

Henrique Marques Ribeiro da Silva
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

Marília Toledo Pereira
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

Matheus Ribeiro Coura
Analista Ambiental da COHID/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Paula Marcia Salvador de Melo
Analista Ambiental da DILIC/IBAMA

Rafael Ishimoto Della Nina
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

Rosângela Teixeira Tiago
Analista Ambiental da COHID/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Licenciamento de Hidrelétricas

Assunto: UHE Belo Monte

Origem: COHID/IBAMA

PARECER n° 1553/2014

Ref: Análise do 5º Relatório Semestral de Andamento do Projeto Básico Ambiental e das Condicionantes da Licença de Instalação n° 795/2011, da Usina Hidrelétrica Belo Monte, processo n° 02001.001848/2006-75.

1. INTRODUÇÃO

Este parecer objetiva analisar a situação de implementação dos programas ambientais do Projeto Básico Ambiental – PBA da Usina Hidrelétrica – UHE Belo Monte e o acompanhamento das condicionantes da Licença de Instalação – LI 795/2011, tendo como base o 5º Relatório Consolidado compreendendo o período de julho a dezembro de 2013, apresentado por meio da CE 025/2014 – DS, de 31/01/2014. Recomendações são apresentadas ao longo da análise, de modo a adequar cada um dos planos, programas e projetos do PBA, face aos resultados apresentados, e às condições de instalação do empreendimento.

A avaliação contida neste documento técnico se baseia ainda nas informações obtidas ao longo do processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, durante vistorias realizadas pela equipe técnica do Ibama na região do empreendimento.

2. ANDAMENTO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS

2.1 Plano de Gestão Ambiental

2.2 Plano Ambiental de Construção

2.2.1 Programa de Controle Ambiental Intrínseco

O 5º Relatório Consolidado apresentou as ações de controle ambiental que vem sendo executadas pelo empreendedor nos seguintes pontos: (i) vias de acesso; (ii) canteiros de obras e acampamentos (iii) subestações e linhas de transmissão; (iv) áreas de empréstimo, jazidas, bota-fora e estoque; (v) tráfego, transporte e operação de máquinas e equipamentos; (vi) transporte de trabalhadores e de máquinas e equipamentos; e (vii) manejo de substâncias perigosas; (viii) sistema de abastecimento de água de canteiros e alojamentos; (ix) tratamento de efluentes domésticos; (x) tratamento de efluentes industriais; e (xi) gestão de resíduos sólidos.

Foram apresentados laudos de monitoramento de potabilidade de água nos bebedouros; dos efluentes domésticos tratados; e dos efluentes industriais tratados nos

1/118
Ass: *[Assinatura]* *[Assinatura]* *[Assinatura]*

diferentes sítios construtivos da UHE Belo Monte. Sobre estes laudos, ressalta-se os resultados negativos das caixas separadoras de água e óleo do sítio Belo Monte. Dos 28 laudos 8 apresentaram valores insatisfatórios, o que corresponde a uma eficiência de cerca de 71,4% – eficiência que pode ser considerada baixa.

Comentários e recomendações:

Diante dos resultados dos laudos de monitoramento de efluentes industriais do sítio Belo Monte, resta evidente que as caixas separadoras de água e óleo deste sítio não vem funcionando adequadamente. Neste sentido, recomenda-se que a Norte Energia seja oficiada a executar ações junto aos sistemas de tratamento de efluentes industriais do sítio Belo Monte (caixas separadoras de água e óleo) com vistas a alcançar resultados mais satisfatórios no tratamento.

2.2.2 Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

O 5º RC apresentou atividades referentes ao período do junho/2013 a dezembro/2013. Como atividades, o relatório refere-se ao levantamento de áreas a serem recuperadas com plantio de mudas para o ano agrícola 2013/14, e a revisão do plano de ação. Foram apresentadas também, atividades de conformação topográfica, lançamento de solo orgânico, execução dos canais de drenagens, de enrocamentos de proteção, hidrossemeadura em taludes de corte e aterro, plantio de espécies arbóreas e atividades de produção de mudas no viveiro florestal.

As atividades de conformação topográfica foram realizadas em dois bota-foras de Belo Monte (BF 03 e 06), seis bota-foras de Canal e Diques (BF 18, 33, 36B, 38, 39 e 40) no bota-fora IPJ e duas jazidas de Pimental. O lançamento de solo orgânico foram feitos nos BF 03 e 06 bota-foras de Belo Monte e nos BF 18, 33 e 36B de Canal e Diques. As obras de drenagens foram realizadas nos Travessões 27 e 55, na vila residencial, nos BF 17, 18, 33, 36B, 38, 39, 40 de Canal e Diques e nos BF da margem direita e IPJ de Pimental. O enrocamento de proteção foram feitos nos travessões 27 e 55, nos BF-IPJ de Pimental, BF 04 e 05 de Belo Monte e 36B de Canal e Diques. A hidrossemeadura foi realizada no Dique 14 de Bela Vista e na vila residencial. O plantio de espécies arbóreas somente no Travessão 27.

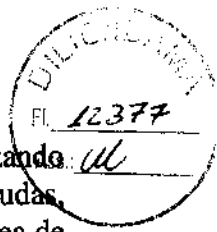
O relatório apontou que foi realizada revisão do Plano de Ação de Recuperação de Áreas Degradadas 2013/2014, e foi apresentado no anexo do relatório os novos prazos e bota-foras a serem executados. O Plano de Ação inicial, encaminhado pela CE 243/2013 de 07/06/2013, propôs a recuperação de 240,73 hectares para os seguintes bota-foras: BF- 03 e 06, 11, 17, 18, 30, 36B e 37. Com a readequação do plano, serão recuperados 196,03 hectares para os bota-foras BF 03, 17, 18, 33, 36B, 37, 38 e 39.

Foram realizado a estocagem de solo orgânico na ordem de 4.582.950,00 m³ de solo, sendo que destes 1.088.716,08 m³ foram estocados no sítio Belo Monte, 2.802.489,79 m³ em Canais e Diques e Bela Vista e 691.744,13 m³ em Pimental. Foi estimado que o quantitativo de áreas a serem recuperadas pela CCBM seriam de aproximadamente 2.300 hectares e necessitariam de 4.600.000,00 m³ para atendimento do programa, e que o montante acumulado seria suficiente. Entretanto, foi prevista pelo relatório a continuidade desta atividade.

A reconformação topográfica foi realizada apenas em áreas de bota-foras e foi feito o lançamento de material e remodelação dos taludes, para o ano agrícola de 2013/14 e correspondeu a uma área de 200 hectares. As obras de drenagens foram realizadas nos travessões 55 e 27, nos BF 03 e 06 de Belo Monte, nos BFs 17, 33, 36B e 39 (com revestimento de solo orgânico) de Canais e Diques e no BF IPJ de Pimental. Como medidas adicionais de proteção foram feitas cordões de enrocamentos nos BF 04 e 05 de Belo Monte e BF IPJ de Pimental.

Foram realizados lançamentos de solo orgânico nos BF 17, 33 e 36B de Canais e Diques, nos BF 03 e 06 de Belo Monte. A hidrossemeadura foi feita no sítio Bela Vista e na

[Handwritten signatures and initials]
2/18
MP
PA



Vila residencial de Belo Monte. O plantio de mudas foi realizado em quincênio, utilizando 50% de espécies pioneiras, 25% secundárias e 25% clímax. Foram plantadas 4.276 mudas, sendo 1.358 na Vila residencial, 2.918 no sítio Canais e Diques correspondendo a uma área de 5,3 hectares. Apesar do ano agrícola não ter sido finalizado, 5 hectares não correspondem nem a 3% da meta proposta. O empreendedor deverá se atentar a estas metas estipuladas no plano de ação revisto, visto que são grandes áreas a serem recuperadas e mesmo com a revisão do plano já houve uma redução de 18% da execução planejada para este ano, indicando que as metas de execução do planejado poderão não ser atingidas ainda este ano.

O viveiro produziu até o momento 105.687 mudas de 59 espécies. Foi apontado no SRC que existe uma defasagem sobre a meta estipulada, devido principalmente a formação e capacitação das equipes de produção, atrasos na implantação das estruturas dos viveiros e domínio de técnicas de produção de mudas. Com relação a este último, o empreendedor deverá manter uma interface com os outros programas do PBA, principalmente no de Aproveitamento Científico da Flora e de Resgate de Germoplasma, bem como, trocar experiências com as equipes de produção de mudas do Centro de Estudos Ambientais, que possuem equipe técnica capacitada que poderá auxiliar na disseminação de técnicas de produção de mudas.

Foi apontado em gráficos a evolução da produção de mudas acumuladas e produção para o período, os números indicam que não foi atingindo o quantitativo previsto para atendimento da meta. Deveriam ser produzidos mais de 250 mil mudas, e somente foi produzidos 36.182 mudas, contudo, este quantitativo deve atender ao demandado neste período visto que são poucas áreas ainda a serem recuperadas. Com a mudança nas estratégias de implantação dos viveiros, deixando de se construir uma unidade no sítio Pimental, e mantendo apenas um viveiro no sítio Canais e Diques e duas áreas de rustificação, o empreendedor deverá observar a suficiência na produção mínima para atendimento da demanda exigida para recuperação das áreas, até porque foi apontado no relatório que a produção do viveiro atual não atendeu a meta estipulada para o período.

O monitoramento dos plantios terão avaliações ou check-lists do estado geral das áreas identificando o percentual de mortalidade e estado fitossanitário das mesmas, ocorrência de pragas e uso pela fauna e a regeneração natural e estabelecimento de medidas de controle, quando necessário. Será feito monitoramento trimestrais no primeiro ano, semestrais no segundo e terceiro anos e no quarto ano será bianual. A Norte Energia apresentou a CE 071/2014-DS de 28/02/2014 no qual informa o período de monitoramento de 5 anos para os plantios dos projetos, sendo portanto, apenas mais dois monitoramentos no quarto e quinto anos. Os casos onde houver replantio de mais de 50% do total da área, deverá ser iniciado os monitoramentos trimestrais.

Os indicadores apresentados para taxas de sobrevivência apresentou como resultado que 25% das áreas plantadas obtiveram perdas acima de 70%, 41% das áreas com perdas de 30 a 70% e apenas 17% não houveram perdas para o Travessão 27. O estado fitossanitário foi satisfatório em 67% dos plantios e os 33% verificou algum sinal de déficit nutricional. Para o indicador presença de pragas 83% das áreas não tiveram nenhuma presença de pragas e os 17% restantes foram verificados presença de formigas cortadeiras. E finalmente a taxa de regeneração natural verificou-se que apenas 17% contou com alto índice de regeneração natural e 41% das áreas não houve nenhuma regeneração.

A alteração da metodologia de monitoramento dos plantios apresentada utilizará amplitude de parâmetros, variando entre 0 (0 a 10%), 1 (10 a 30%), 2 (30 a 50%) e 3 (acima de 50%) diferente dos parâmetros apresentados nos cálculos de percentual de perdas de mudas da Figura 3.2-3, que apresenta parâmetros de 30 a 70%. Mesmo com essa diferença, perdas acima de 50% como foi o caso (25% tiveram perdas acima de 70%), devem ser vistas com cuidado.

HP
3/118
M
Lun

Como análise crítica, o relatório apontou o alto índice de mortalidade das mudas, justificadas pela presença de maquinário e implantação de obras de arte no Travessão 27 e mesmo com estas perdas, o bom estado fitossanitário das mudas que permaneceram nos locais.

Algumas áreas foram observadas com algum tipo de atraso nos cronogramas e ou inconformidades na execução dos PRADs e relatadas nos relatórios de vistoria realizado em dezembro de 2013. São elas:

- As áreas de recuperação da vala de drenagem do Xingu: deveriam ser executadas ações necessárias para contenção de sedimentos para dentro da vala. A Norte Energia encaminhou a CE 012/2014-DS, em 17/01/2014, com relatório fotográfico evidenciando a realização de hidrossemeadura nos taludes e início da brotação das plantas herbáceas. Foi verificado, entretanto, em vistoria realizada em fevereiro de 2014 que as ações não foram plenamente executadas e que ainda existiam áreas onde poderiam haver carreamento de sedimentos devido a não conformidade dos taludes. Foi levantado, pela Norte Energia, a possibilidade daquela obra não ser permanente, entretanto, a sua recuperação deve ser tal que impeça o carreamento sedimentos para dentro da vala durante o período chuvoso;
- A execução das drenagens do BF 03 e 06 de Belo Monte: o Relatório de Vistoria de dezembro/2013 encaminhou como recomendação a aplicação de sanção administrativa por não cumprir o prazo para finalização do seu sistema de drenagem. A Norte Energia encaminhou em 03/02/2014 a CE 034/2014-DS na qual esclarece que os referidos bota-foras foram concluídos, fora do prazo de 30 dias estipulado pelo Of. 02001.0015640/2013-62, entretanto, que estaria prontos até o dia 15/03/2014, com o início das atividades de revegetação iniciadas em 10/02/2014 (ano agrícola 2013/2014).

Conforme já mencionado nos pareceres anteriores, os projetos de recuperação deverão atender ao Termo de Referência expedido pelo IBAMA e incorporado as considerações e recomendações exaradas nas Notas Técnicas n° 5700/2013 e n° 5945/2013 que analisaram o PRAD com efetivo plantio de mudas arbóreas no âmbito do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, com a finalidade de reposição florestal. Importante destacar, que os projetos de recuperação com plantio arbóreo deverão solicitar o quantitativo a ser concedido para fins de liberação de crédito de reposição florestal.

Recomendações:

Priorizar o plantio de espécies nativas inclusive as herbáceas utilizadas para recuperação de taludes e encostas.

Informar o quantitativo em áreas a serem concedido para fins de liberação de crédito de reposição florestal nos projetos de recuperação de áreas degradadas utilizando espécies arbóreas para o ano agrícola 2013/14.

2.2.3 Programa de Capacitação de Mão de Obra

De acordo com o 4º Relatório, para viabilizar que os funcionários do CCBM tenham sido cadastrados nos Balcões de Atendimento, é necessário que a mão de obra admitida e capacitada nos pólos externos, nas cidades de Marabá, Belém e Santarém, seja cadastrada pelo Balcão de Atendimento e que toda mão de obra admitida pelo Núcleo de RH também seja atendida pelo Balcão de Atendimento, para cadastramento. O 5º Relatório informa que o Balcão de Atendimento instalado no Núcleo RH do CCBM passou por reestruturação no intuito de aumentar sua eficiência no cadastramento dos trabalhadores em fase de contratação, porém não há informações sobre medidas referentes aos pólos externos.

De acordo com o apresentado, foram mantidas as parcerias com entidades externas, sendo que 2.863 pessoas/funcionários foram capacitadas por meio de cursos conveniados no

4/118
MP
4/118



segundo semestre de 2013 (totalizando 5.889 desde o início da Etapa de Implantação da Belo Monte).

O Relatório informou que foi registrado no período um incremento significativo de pessoas da área de influência do empreendimento que foram formadas nos cursos de capacitação, além do acréscimo no aproveitamento desse pessoal treinado pela contratação de mão de obra, o que demonstraria um aumento progressivo da eficiência do PCMO no sentido de cumprir o seu objetivo principal de capacitar mão de obra da região e, conseqüentemente, ofertar-lhe reais possibilidades de emprego e renda. Não foi apresentada, porém, justificativa para tal afirmação.

Foi informado que entre os meses de novembro e dezembro/13, o Programa CAPACITAR passou por uma reestruturação e, a partir do mês de dezembro, suas instalações foram transferidas para as Unidades Belo Monte e Canais e Diques.

Foi informado que o CAPACITAR formou, no período de abrangência do relatório, um total de 2.908 alunos, com índice de 95,03% de aprovação nos cursos, incluindo os treinamentos de Formação Especial, que consistem em reciclar e adaptar o conhecimento de operadores com comprovação de experiência.

Na análise dos resultados, o relatório concluiu ser satisfatório o desempenho dos trabalhadores em formação oriundos do Programa CAPACITAR, tendo em vista que 94,86% dos encaminhados foram conceituado como BOM, MUITO BOM ou ÓTIMO.

Comentário:

O Programa vem sendo executado como proposto, porém resta pendente que a mão de obra admitida e capacitada nos pólos externos, nas cidades de Marabá, Belém e Santarém, seja cadastrada pelo Balcão de Atendimento. Deve ser solicitada manifestação da Norte Energia sobre tal ponto.

2.2.4 Programa de Saúde e Segurança

O programa decorre da Legislação Trabalhista e de normas do Ministério do Trabalho e Emprego, cabendo a este verificar sua adequação e fiscalizar sua execução.

2.2.5 Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores

Comentários e Recomendações:

Projeto em atendimento. A execução de praticamente todas as atividades previstas no PEAT 2013 representa uma adequada dinâmica de planejamento e execução das ações, motivo pelo qual a execução do PEAT 2014 deve seguir em patamares iguais ou melhores. Recomenda-se, em concordância com os encaminhamentos propostos no 5º RC, a continuidade das atividades lúdicas, visitas ecológicas, campanhas e placas educativas, distribuição de material impresso, formação de multiplicadores em educação ambiental e o atendimento ao Parecer Técnico 4933/2013, sobretudo no que se refere às orientações de comportamento dos trabalhadores em relação à convivência, respeito ao próximo e às suas diferenças, principalmente com crianças e jovens.

Neste aspecto, o trabalho de aproximação e fortalecimento das relações de respeito aos moradores da comunidade São Francisco das Chagas e travessão 27 deve continuar, inclusive com apresentação de resultados de monitoramento. Recomenda-se a aplicação, se possível, do índice de desempenho ambiental específico para avaliação de melhorias comportamentais e de interrelação social.

Também solicita-se a apresentação de informações a respeito dos trabalhadores já contratados e a serem contratados pelo Consórcio de Montagem Eletromecânica de Belo Monte, bem como para as obras de entorno. Estas informações são de alta importância para se avaliar, em tempo hábil, qual a atuação/alcance dos planos, programas e projetos do PBA sobre esses trabalhadores, como por exemplo os Programas de Monitoramento dos Aspectos

5/118
Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

Socioeconômicos, de Educação Ambiental para os Trabalhadores e de Capacitação de Mão de Obra, promovidos pelo CCBM, entre outros. Pergunta-se:

- Qual o número de trabalhadores atuais do Consórcio de Montagem Eletromecânica e obras do entorno e quais previsões para os períodos de pico de contratações? Esses números serão contabilizados pelos histogramas do contingente total de trabalhadores contratados pelo CCBM?
- Quais os locais de moradia/alojamento e quais equipamentos sociais de infraestrutura estão utilizando (saúde, educação, transporte, lazer, serviços e comércio)?
- Quais empresas estão envolvidas nas contratações para ambas as frentes (montagem eletromecânica e obras de entorno)? E qual a participação do CCBM?
- Há previsão de atuação do Programa de Desmobilização de Mão de Obra para esses trabalhadores?
- Quais as possíveis consequências socioambientais para a região de influência da UHE Belo Monte caso este contingente de trabalhadores não esteja regido pelas normas do PBA?

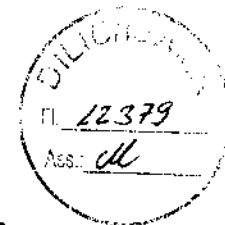
2.2.6 Programa de Desmobilização de Mão de Obra

Comentários e Recomendações:

Projeto em atendimento. Tomando-se como base a proposta de adequação do cronograma do pacote de trabalho deste projeto realizado pela Norte Energia, mediante o contexto atual das obras e a previsão de desmobilização da mão de obra da UHE Belo Monte, e ainda, diante da previsão de alcance do pico de contratação de mão de obra para o 4º ano da implantação da usina, solicita-se que sejam apresentadas as seguintes informações para o próximo relatório consolidado semestral (6º RC):

- início da implementação do Plano Conceitual de Desmobilização de Mão de Obra, a partir de cada uma das atividades propostas para o período de janeiro a junho de 2014: reuniões específicas sobre o PDMO ou reuniões semanais com os demais programas do PAC; finalização da Estrutura Analítica do Projeto (EAP) e do Plano de Trabalho Detalhado (PTD); elaboração do histograma atualizado de desmobilização de mão de obra; e elaboração do procedimento documentado para desmobilização da mão de obra; e
- andamento do avanço de cada uma das etapas listadas no cronograma gráfico proposto para este projeto, que tenham início em T1 ou T2 de 2014, exceto a etapa de monitoramento. Para tanto, as empresas/setores listadas na Matriz de Responsabilidade (Anexo 3.6.1) devem ter os dados sob sua responsabilidade apresentados e compilados por Norte Energia e CCBM, por exemplo.
- Também é de extrema importância que sejam apresentadas informações a respeito dos trabalhadores já contratados e a serem contratados pelo consórcio de montagem eletromecânica de Belo Monte, bem como para as obras de entorno. Tais informações também foram solicitadas no Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores, como segue: número de trabalhadores atuais e previsões para os períodos de pico de contratações;
- empresas envolvidas nas contratações para ambas as frentes (montagem eletromecânica e obras de entorno);
- atuação/alcance dos planos, programas e projetos do PBA sobre esses trabalhadores, como por exemplo o Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos, o Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores e o Programa de Capacitação de Mão de Obra promovidos pelo CCBM, entre outros;
- previsão de atuação do PDMO para esses trabalhadores.

6/118
Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



2.3 Plano de Atendimento à População Atingida

2.3.1 Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural

2.3.1.1 Projeto de Regularização Fundiária Rural

A análise deste item refere-se aos 4º e 5º relatórios semestrais.

Conforme já informado em pareceres anteriores, o projeto teve uma readequação em função dos acordos firmados com os órgãos associados à regularização fundiária na região. Por não terem sido reformulados os parâmetros para avaliação e monitoramento, continua a dificuldade de análise técnica se o projeto está em andamento normal e se conseguirá atingir as metas propostas. O que se percebe até então é que há apoio para reforçar a estrutura governamental para que o trabalho seja conduzido.

Foi relatado, no 4º Relatório Consolidado, pelo empreendedor que estão sendo realizadas, em interações com outros projetos do PBA, reuniões com equipes técnicas das prefeituras de Vitória do Xingu e Anapu com objetivo de apoiar as municipalidades no uso de ferramentas de controle territorial, contudo não se pode verificar o produto de tais reuniões.

Há uma diferença na totalização dos números apresentados entre os dados do 4º e do 5º Relatório Consolidado, há uma diminuição de 53 imóveis no total de processos concluídos/executados. Demonstrando a dificuldade de se avaliar a evolução das atividades e ações deste projeto.

De outra forma, considerando a situação fundiária das propriedades adquiridas para realocação assistida, houve evolução demonstrada pela aquisição relativamente menor de propriedades sem registro aparente de propriedade, cujas percentagens caíram de 45% para 3% (em números absolutos: 25 propriedades adquiridas sem registro aparente para total adquirido de 56 propriedades no período do 4º relatório e, 3 em 37, no 5º relatório). Contudo, os relatórios não avançam em como será dada segurança jurídica às famílias que adquiriram as novas propriedades com esta condição.

A situação de não se ter indicadores claros que permitam aferir a evolução do andamento do projeto foi discutida durante a realização do seminário técnico entre os dias 2 e 4 de abril de 2014. Restou demonstrada a necessidade de se buscar indicadores no procedimento deste projeto que traduzam a evolução das ações.

Este projeto tem estreita relação com os projetos de indenização e aquisição de terras e benfeitorias e de apoio à pequena produção e à agricultura familiar. É preciso que haja retroalimentação entre os projetos para que informações obtidas no campo sejam utilizadas na avaliação e readequações nos procedimentos deste projeto, principalmente no que se refere à aquisição de áreas sem registro aparente de propriedade e/ ou menores que o módulo rural.

Comentários e recomendações

A regularização fundiária das novas propriedades, além de trazer segurança jurídica para os novos proprietários, é de fundamental importância para as famílias rurais contratarem crédito rural junto a instituições financeiras.

A Norte Energia deverá apresentar nos próximos relatórios consolidados indicadores que permitam acompanhar a evolução e atingimento de metas do referido projeto. É preciso indicar a evolução no quesito segurança jurídica das famílias que adquiriram novas áreas sem registro aparente de propriedade e/ou menores que o módulo rural.

2.3.1.2 Projeto de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural

Este projeto será analisado por meio de parecer específico.

2.3.1.3 Projeto de Reassentamento Rural

Este projeto será analisado por meio de parecer específico.

HP
7/118
M
M
M

2.3.1.4 Projetos de Recomposição de Áreas Remanescentes e Reparação

Este projeto será analisado por meio de parecer específico.

2.3.2 Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais

2.3.2.1 Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar

A análise deste item refere-se aos 4º e 5º relatórios semestrais.

O desenho de ATES para o projeto está dado e percebe-se nos relatórios que a equipe tem buscado seguir a assistência técnica com a formulação do perfil de entrada, visita técnica visando a formulação do plano de exploração da propriedade e desenvolvimento social da família (PEADS), disponibilização para a família remanejada do PEADS e acompanhamento técnico, que mais tarde deverá ser assumido pelo Estado. Daí a importância dos acordos com órgãos governamentais de pesquisa agropecuária e assistência técnica, além de demais instituições paraestatais e não governamentais. Segundo os relatórios já foram constituídos acordos principalmente, com a Embrapa Amazônia Oriental para revitalização de espaço para capacitação de agricultores da região e com a Emater/PA para repasse de coordenadas geográficas das propriedades rurais atendidas pelo projeto, para inserção no CAR (Cadastro Ambiental Rural). De acordo com a discussão no seminário técnico com a Norte Energia, entre 2 e 4 de abril de 2014, o termo de acordo da empresa com a Emater/PA está sendo analisado pelo departamento jurídico da Emater.

Entre os referidos relatórios, segundo os dados apresentados, houve um pequeno acréscimo ao número de famílias remanejadas, 13 famílias considerando o público-alvo deste projeto. Contudo, a defasagem de famílias remanejadas que ainda não receberam atendimento permaneceu praticamente constante, entre 100 e 98 famílias de um relatório para o outro.

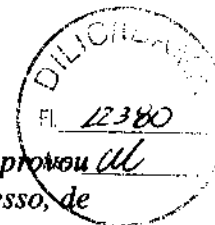
Segundo o 5º relatório, até o mês de dezembro/2013 foram adquiridas 276 propriedades via realocação assistida na área rural. Deste total, 178 propriedades foram visitadas, sendo que 48 propriedades (corrigidas para 46, após seminário técnico) foram transferidas a terceiros. Assim ¼ das propriedades adquiridas, via realocação assistida, visitadas pelas equipes de ATES foram vendidas. Como 98 propriedades ainda não foram visitadas, pode haver alteração nesta proporção.

Este assunto foi abordado durante a realização do seminário técnico, mas a apresentação da ATES se mostrou pouco conclusiva sobre os motivos do alto nível de negociação das propriedades adquiridas com carta de crédito. Para melhor análise é necessário que a Norte Energia entregue a apresentação ao Ibama.

Também foi solicitada e entregue, neste seminário, a ata de reunião (de 02/09/2011) da comissão do plano de atendimento à população atingida na área rural que permitisse a alteração de *status* de tratamento para o público elegível. Ao analisar o conteúdo da ata verifica-se que, ao invés dos representantes da área rural terem solicitado tal alteração, a Norte Energia informou aos representantes que não apenas o proprietário/posseiro teria acesso à realocação assistida, mas meeiros, parceiros, empregados também teriam acesso a este tratamento. Tal fato caracteriza-se como tratamento diferenciado e pode ser considerado descumprimento do PBA, uma vez que está previsto para este público apenas os tratamentos de reassentamento rural individual em áreas remanescentes, reassentamento coletivo ou acompanhamento da nova situação de emprego e moradia. Como o nível de negociação de áreas rurais obtidas via carta de crédito está alto, as famílias que venderam suas áreas obtiveram, de forma indireta, uma indenização, o que não era previsto.

Em pareceres anteriores, esta questão já fora abordada tanto pela falta de público para o projeto de reassentamento rural coletivo como pela dificuldade gerencial ou de adaptação à condição de proprietário rural em áreas não necessariamente próximas, que permitissem um acompanhamento técnico e social capaz de superar tais dificuldades. Segue análise realizada no parecer 168/2012 sobre o tema: *a comissão específica do Plano de Atendimento à*

8/118
[Handwritten signatures and initials]



População Atingida, do Fórum de Acompanhamento Social da UHE Belo Monte, aprovou as aquisições de imóveis rurais feitas por beneficiários de carta de crédito que teriam acesso, de acordo com o PBA, apenas ao tratamento de reassentamento coletivo ou reassentamento individual em área remanescente viável. A equipe do Ibama também vê com preocupação essa concessão por parte do empreendedor, pois cada vez mais fica diminuído o público para o reassentamento coletivo, que segundo dados preliminares do CSE chega a 682 famílias. Entende-se toda a problemática que envolve o tema – assentamento coletivo – para a população rural da região, mas a questão é que o reassentamento coletivo permite um melhor acompanhamento de ATES por parte do empreendedor, facilita a rede de proteção social em torno das famílias atingidas e pretende efetivar interação com instituições governamentais que atuam com políticas públicas de apoio ao fortalecimento da agricultura familiar.

Recomendações:

A Norte Energia deve ser notificada para cessar tratamento diferenciado a público elegível previsto apenas para reassentamento individual em área remanescente, reassentamento rural coletivo ou acompanhamento da nova situação de emprego e moradia e dar explicações por possível descumprimento do PBA, uma vez que, por liberalidade da empresa, permitiu-se o acesso de famílias rurais a tratamento não elegível. Em conjunto, o empreendedor deverá apresentar os números de famílias, baseados no CSE, discriminados por vínculo com a propriedade e opção de tratamento, bem como a totalização do público previsto para cada tratamento.

A Norte Energia deve entregar ao Ibama, em cinco dias, a apresentação da ATES, realizada no seminário técnico de 2 a 4 de abril de 2014, sobre o perfil das famílias que negociaram os lotes obtidos na realocação assistida.

Para o próximo relatório, a equipe de ATES deve explicar o motivo da defasagem no atendimento das famílias remanejadas, de modo a esclarecer se é um problema de procedimentos entre projetos ou um problema operacional de equipe.

2.3.2.2 Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais

Este projeto será analisado por meio de parecer específico.

2.3.2.3 Projetos de Reestruturação do Extrativismo Vegetal, de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau e de Fomento à Produção de Hortigranjeiros

Este projeto será analisado por meio de parecer específico.

2.3.3 Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural

2.3.3.1 Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária

Identificar acessos

Dimensionamento de impacto no sistema viário da fase de implementação da obra

Definir, elaborar e detalhar projetos a serem implementados

Reunião com a população e órgãos públicos

Convênios com instituições públicas e privadas

Identificar pontos críticos (tráfego, travessia) para sistema de sinalização

Termo de referência para construção e recuperação da malha viária

Plano de monitoramento

Instrução para aquisição de terras e benfeitorias

Implantação de infraestrutura propostas

Monitoramento e avaliação

O empreendedor optou por separar o projeto em três principais pontos: melhorias dos acessos e sistemas viários interferidos e necessários para a obra; recomposição de acessos

9/118
Handwritten signatures and initials.

interferidos pela formação dos reservatórios; e abertura de novos acessos e melhorias dos existentes para atender as áreas remanescentes.

Sobre o primeiro ponto, o 5º Relatório Semestral apresenta uma atualização das obras de arte executadas nos travessões 27, 50, 55, 50A e 50B e na região do Canal de Derivação. O empreendedor ainda informa que foi elaborado relatório de diagnóstico das alternativas de recomposição dos acessos, no qual é descrito o detalhamento das ocorrências de interferência e avaliação específica sobre as obras de arte necessárias para a recomposição.

O 5º Relatório Semestral não apresentou uma atualização sobre a atividade de dimensionamento do impacto no sistema viário assim como as soluções adotadas nas 16 interferências viárias relatadas no 4º Relatório Semestral, que provocaram a interrupção de acesso a 48 lotes (40 proprietários) localizados inteira ou parcialmente em Áreas de Preservação Permanente (APP). Naquela ocasião, os estudos ainda não eram conclusivos quanto à alternativa a ser adotada, sob alegação de que ainda seria preciso analisar a possibilidade da aquisição dos remanescentes de lotes a serem atendidos pela intervenção. Verifica-se ainda que não houve grande avanço na elaboração dos projetos executivos para a implantação das obras viárias, principalmente as relacionadas à mitigação de impacto nas áreas remanescentes. A Norte Energia relatou que esta atividade está intrinsecamente vinculada à exigência de discussão da revisão do Caderno de Preços Rural, tentando talvez justificar o avanço insatisfatório observado para esta atividade. Deste modo, mantêm-se a avaliação exarada no âmbito da análise do 4º Relatório Semestral, na qual se avaliou como preocupante os atrasos da Norte Energia para implementar as atividades previstas deste projeto, atualmente agravado pelo tempo decorrido desde a identificação das interferências e a aproximação da data prevista para o enchimento do reservatório do Xingu.

No relatório consta a informação de que a Norte Energia viabilizará a construção de ponte de concreto sobre o Canal de Derivação, contudo não foi apresentado o cronograma executivo de implantação desta estrutura. Durante o Seminário Técnico realizado entre os dias 02 e 04 de abril de 2014, a Norte Energia informou que pretende concluir a implantação da ponte sobre o Canal de Derivação em setembro de 2015. Considerando que atualmente já existe a ocorrência de impactos negativos aos proprietários daquela região, por conta da segmentação do Travessão 27, recomenda-se que haja uma reavaliação do cronograma da ponte de forma a antecipar a conclusão da referida obra.

Não foi verificada informação atualizada sobre o estágio de execução nas discussões e sobre a reunião com a população e órgãos públicos e os convênios com instituições públicas e privadas. Também não foi apresentada a metodologia dos estudos para recomposição viária, não deixando claro se o empreendedor dimensionou as interferências dos reservatórios sobre o sistema viário considerando cheias centenárias no rio Xingu e afluentes, conforme determinou a Agência Nacional de Águas (ANA), por meio da Resolução nº 48, de 28 de fevereiro de 2011 (outorga de direito de uso de recursos hídricos).

Recomendações:

Recomenda-se que a Norte Energia novamente seja notificada a: (i) esclarecer se o levantamento das interferências dos reservatórios sobre o sistema viário considerou a proteção das vias contra cheias centenárias do rio Xingu e afluentes, conforme determinou a Agência Nacional de Águas, por meio da Resolução nº 48, de 28 de fevereiro de 2011 (outorga de direito de uso de recursos hídricos); (ii) apresentar o cronograma executivo dos projetos de recomposição a serem implementados para cada interferência, notadamente para a região do Reservatório do Xingu, de maneira compatível com o cronograma de enchimento dos reservatórios e de interferência das obras; e (iii) reavaliar o cronograma da ponte sobre o Canal de Derivação, antecipando a conclusão da referida obra e compatibilizá-lo com os impactos negativos no acesso às propriedades.

MP
10/118
F. Costa



2.3.3.2 Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento

Levantamento cadastral das comunidades e residências isoladas

Atividade já finalizada.

O empreendedor informou que foram realizadas visitas de campo que identificaram que não houve um afluxo populacional nas localidades (Ressaca, Garimpo do Galo e Ilha da Fazenda), ao contrário do que previa o PBA.

Foi verificada na localidade do Garimpo do Galo uma redução populacional.

Definição das soluções integrantes e individuais

A Norte Energia definiu as seguintes alternativas:

■ Comunidade Ilha da Fazenda

Para esta comunidade, o empreendedor propôs inicialmente que o sistema de abastecimento de água fosse realizado com captação de água por poços profundos, com sistema de reservação, rede de distribuição e pontos para as ligações domiciliares. O 5º Relatório Semestral informou que após perfurar os poços em diferentes pontos, identificou volume inferior ao necessário para abastecimento daquela população. Como solução alternativa, foi adotada a captação superficial em complementação aos poços. O empreendedor informa que o sistema encontra-se em instalação na localidade. Deste modo, o relatório aponta que em dezembro de 2013, o empreendedor já havia implantado as seguintes estruturas: poço profundo e complementação por captação superficial por insuficiência de vazão dos poços perfurados para o atendimento imediato a comunidade; conjunto elevatório; reservatório; sistema de tratamento de água e desinfecção; rede de distribuição; e sistema de automação/elétrico por gerador a diesel.

Com relação ao sistema de esgotamento sanitário, o relatório informa que o detalhamento do projeto está em execução, não ocorrendo avanço perceptível desde a análise do 4º Relatório Semestral.

■ Comunidade Garimpo do Galo

Os dados de avaliação demográfica relativa à comunidade Garimpo do Galo apontam para um esvaziamento populacional na localidade. No 1º levantamento realizado (novembro de 2012), foram constatadas 70 famílias moradoras e no 2º levantamento (novembro de 2013) foram verificadas 28 famílias moradoras. Frente a este cenário de decréscimo populacional, o empreendedor se posicionou no 5º Relatório Semestral no sentido de continuar as avaliações demográficas antes de iniciar qualquer investimento previsto neste programa para a Comunidade Garimpo do Galo. Entretanto, no Seminário Técnico realizado entre os dias 02 e 04 de abril de 2014, a Norte Energia informou que pretende executar as obras de saneamento naquela comunidade.

■ Comunidade Ressaca

Conforme exposto no Parecer nº 4933/2013, a comunidade Ressaca encontrava-se com implantação do sistema de abastecimento de água potável, composta de captação de água no rio Xingu, estação de tratamento de água, reservação em dois reservatórios com capacidade de 20.000 litros cada e rede de distribuição pelo Governo do Estado do Pará. No 4º Relatório Semestral foi informado que, atualmente, as obras estão paralisadas. O 5º Relatório Semestral informa que o projeto de abastecimento de água relativo ao convênio entre o Governo Federal e a Fundação Nacional de Saúde foi avaliado e verificou-se que ainda falta a implantação do sistema de captação de água e do sistema de abastecimento, cujas obras tinham previsão de serem retomadas em janeiro de 2014. O empreendedor relata ter verificado a necessidade de complementação com a ampliação da rede de distribuição e implementação do dispositivo de proteção do sistema de captação.

No caso do sistema de esgotamento sanitário, a solução a ser adotada é similar ao proposto para as localidades da Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo – sistema composto por coletores condominiais e lançamentos em fossas sépticas seguidas de filtros anaeróbios e infiltração.

NP
11/118
iwh

No que tange à discussão com as comunidades e prefeitura sobre as soluções a serem adotadas, o empreendedor informou que foi realizada uma reunião em setembro de 2013 na qual a Prefeitura de Senador José Porfírio registrou sua preocupação em efetuar melhorias de infraestrutura nas localidades de Ressaca e Garimpo do Galo, considerando a tendência de redução populacional observada. Neste sentido, a prefeitura solicitou priorização das ações previstas para a Ilha da Fazenda.

Detalhamento dos projetos

Até o momento, não houve a conclusão do detalhamento dos projetos de esgotamento sanitário nas Comunidades da Ressaca e Ilha da Fazenda. Ressalta-se que esta atividade estava prevista para ser concluída no primeiro trimestre de 2013, conforme cronograma original apresentado no 2º Relatório Semestral. Sugere-se ainda que o cronograma a ser apresentado no 6º Relatório Semestral seja referenciado aos prazos propostos no 2º Relatório Semestral.

Educação em saneamento

O empreendedor informou que, *embora tenham sido empreendidos esforços para identificar instituições para ministrar estes cursos, situações observadas no transcorrer do último semestre identificaram a possibilidade de adequações ao sistema previsto. Tais adequações implicam diretamente na formulação das estratégias de abordagem para sensibilização, como, por exemplo, a abordagem somente para as condições de instalações de abastecimento de água em poços profundos, ou captação superficial, ou mesmo misto, demandando orientações específicas.* Contudo, verifica-se que a atividade de educação em saneamento prevista no PBA da UHE Belo Monte possui um viés de apresentar a população noções para utilização e manutenção das instalações individuais de saneamento. Deste modo, a justificativa para paralisar a atividade por conta da adequação do sistema previsto não é pertinente. Neste sentido, recomenda-se que sejam retomadas as atividades de educação em saneamento seguindo a proposta do PBA.

Implantação dos sistemas projetados

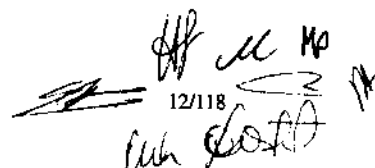
Esta atividade encontra-se em atraso para a Comunidade de Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo. O cronograma apresentado junto ao 2º Relatório Semestral previa a conclusão da implantação dos sistemas no segundo trimestre de 2013 na comunidade da Ressaca, no terceiro trimestre de 2013 na comunidade Ilha da Fazenda e no quarto trimestre de 2013 na comunidade Garimpo do Galo. Conforme avaliação realizada nos itens anteriores, pode ser verificado que a implantação de esgotamento sanitários nas comunidades de Ressaca e Ilha da Fazenda ainda está em fase de detalhamento de projeto. Para a comunidade Garimpo do Galo, o empreendedor se posiciona no 5º Relatório Semestral contrário a executar as obras previstas pelo PBA em função da redução populacional observada.

Monitoramento e avaliação do projeto

Esta atividade ainda não foi iniciada.

Comentários:

As informações apresentadas no 5º Relatório Semestral evidenciam os atrasos da Norte Energia para implantar os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas três comunidades da Volta Grande do Xingu. O cronograma apresentado junto ao 2º Relatório Semestral previa a conclusão da implantação dos sistemas no segundo trimestre de 2013 na comunidade da Ressaca, no terceiro trimestre de 2013 na comunidade Ilha da Fazenda e no quarto trimestre de 2013 na comunidade Garimpo do Galo. Em nenhuma das três comunidades houve a conclusão desta atividade. Vale ressaltar que, como encaminhamento dado após a avaliação do 4º Relatório Semestral, a Norte Energia foi notificada por meio do Ofício nº02001.001395/2014-97 GABIN/PRES/IBAMA para concluir a implantação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos prazos estabelecidos pelo PBA.


12/118



Recomendações:

Recomenda-se que a Norte Energia: (i) apresente o cronograma do 6º Relatório Semestral referenciado aos prazos propostos no 2º Relatório Semestral; (ii) retome a execução das atividades de educação em saneamento, atendendo a proposta do PBA; (iii) seja estabelecido prazo para que a Norte Energia conclua a implantação das obras de saneamento básico nas comunidades de Garimpo do Galo, Ilha da Fazenda, Ressaca e Unidades Individuais Isoladas.

2.3.3.3 Projeto de Relocação de Cemitérios

De acordo com o relatório, a Norte Energia vem realizando ações para a manutenção do acesso ao cemitério da antiga comunidade de Santo Antônio e efetuando a limpeza da área. No período do 5º Relatório foram realizadas a 2ª e 3ª etapas de exumações. As datas dos trabalhos de exumação foram comunicadas previamente aos familiares que desejassem acompanhar os trabalhos de escavações, e fiscais sanitários das Prefeituras acompanharam os trabalhos de exumações.

Foram localizados dois novos túmulos durante a segunda etapa de exumações, com isso o número que relatório anterior eram 417, passou para 419. Incluindo-se 81 sepulturas não localizadas, observa-se um total final de 500 sepulturas cadastradas, das quais, 371 foram efetivamente abertas, 48 estão no cemitério de Santo Antônio (que não será interferido) e 81 não foram localizadas.

Os 38 cemitérios exumados no período do 5º Relatório totalizam 304 sepulturas. Deste total 296 apresentaram restos mortais totalmente decompostos e somente em 8 ainda encontravam-se restos em processo de decomposição.

Na terceira etapa de exumação foram exumados 34 túmulos, destes, 4 ainda se encontravam em estado de decomposição.

Para o Programa, das 371 sepulturas exumadas, em 9 sepulturas foram encontrados materiais em decomposição. Os restos mortais foram retirados, transladados e reenterrados no Cemitério Municipal São Sebastião (Km 4) ou no Cemitério Municipal São João Batista (Central), ambos de Altamira.

O relatório afirma que as atividades de exumação e traslado foram 100% concluídas antes do tempo previsto no cronograma e que, portanto, todas as atividades descritas no PBA foram desenvolvidas e concluídas, dando por finalizado este projeto.

Embora não explícito no documento, depreende-se que foram realizados os processos de desinfecção e preenchimento das covas.

2.3.4 Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana

2.3.4.1 Projeto de Regularização Fundiária Urbana

Comentários e Recomendações:

Projeto em atendimento. Solicita-se que a estrutura do banco de dados do SIG que vem sendo construído e alimentado conforme o andamento das vistorias e negociações, cujo modelo de interface foi apresentado em seminário técnico de abril do corrente ano, tenha a descrição de seus avanços incluídos no 6º relatório consolidado, incluindo os meios que permitirão o acesso público.

Segundo informações constantes neste 5º relatório, entende-se que o Projeto de Regularização Fundiária e Plano de Monitoramento, cuja apresentação já fora solicitada para constar no relatório consolidado anterior, estejam descritos pelo Anexo 4.4.1-1 – Resumo das providências para a regularização fundiária de imóveis urbanos, cujo teor contém os procedimentos básicos destas ações. Solicita-se, para o 6º Relatório, os resultados (números, porcentagens, descrições) obtidos pelo monitoramento do avanço deste projeto.

13/118
M
M
M

2.3.4.2 Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas

Comentários e Recomendações:

Projeto em atendimento e em fase decisiva de implementação para que se alcance o melhor atendimento possível aos atingidos. Os encaminhamentos deste projeto que foram solicitados no parecer do relatório anterior e estão em atendimento continuam a ser acompanhados, motivo pelo qual se dará destaque, neste parecer, somente aos pontos mais críticos.

Em relação ao término das negociações e efetivo reassentamento das famílias da Vila Santo Antônio impactadas pelo empreendimento, ainda não houve a finalização desse processo, postergando a mitigação definitiva do impacto causado. Em que pese favoravelmente a renovação do aluguel social até maio/junho de 2014, pago pelo empreendedor às famílias atingidas, solicita-se o máximo empenho da Norte Energia no sentido de realizar o reassentamento das cinco famílias que já optaram por um tipo de tratamento, bem como finalizar a negociação com as duas famílias que ainda não definiram tipo de tratamento, até junho de 2014. Esta solicitação inclui a possibilidade de acordo com o Ministério Público Federal em Altamira, que acompanha o caso das duas famílias não optantes, e orientações sobre possíveis judicializações.

Esta mesma solicitação, inclusive, foi encaminhada à Norte Energia pelo Ofício nº 02001.002088/2014-23 DILIC/IBAMA, de 09/03/2014.

Quanto às negociações (apresentação de valores) e adesão da população às opções de tratamento, é de extrema importância que sejam entregues aos atingidos as cópias de todos os documentos que necessitarem da anuência dos mesmos, conforme já expresso pelo Ofício nº 510/2011 DILIC/IBAMA e reiterado por recomendação inserida na Nota Técnica 000346/2014 COHID/IBAMA, que encaminha relatório de vistoria realizada em fevereiro do corrente ano.

Solicita-se a apresentação, para o 6º relatório consolidado:

- dos resultados (em números e percentuais) do estudo de remanescentes efetuado na área urbana e respectivo andamento das negociações para indenização dos proprietários enquadrados nessa situação;
- dos resultados dos estudos de caso que demonstrem alterações na situação social e de ocupação dos imóveis após a data de congelamento da área, bem como dos encaminhamentos adotados;
- do andamento do trabalho de avaliação das atividades comerciais e de negociação de valores com seus proprietários.

2.3.4.3 Projeto de Reassentamento Urbano

Comentários e Recomendações:

Projeto em atendimento e em fase decisiva de implementação para que se alcance o melhor atendimento possível aos atingidos. Os encaminhamentos deste projeto que foram solicitados no parecer do relatório anterior e estão em atendimento continuam a ser acompanhados, motivo pelo qual se dará destaque, neste parecer, somente aos pontos mais críticos.

Devido ao relacionamento explícito existente tanto entre projetos do Plano de Atendimento à População Atingida quanto destes com o Plano de Requalificação Urbana, já mencionada em diversas oportunidades, repete-se aqui a solicitação realizada no Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas (4.4.2) em relação às famílias optantes por reassentamento da Vila Santo Antônio, no sentido de que a Norte Energia empenhe esforços para realizar o reassentamento das cinco famílias que já optaram por um tipo de tratamento, bem como finalizar a negociação com as duas famílias que ainda não definiram tipo de tratamento, até junho de 2014.

14/118

12383

Questão importante, e preocupante, refere-se à definição das áreas para o RUC em Altamira, notadamente para o reassentamento dos pescadores e ribeirinhos. Conforme já citado na Nota Técnica 007079/2013 COHID/IBAMA, de 10/12/2013, e reiterado pela Nota Técnica 00346/2014 COHID/IBAMA, de 20/02/2014, o processo de discussão entre este grupo de atingidos (pescadores e ribeirinhos) e representantes dos setores envolvidos (governo, sociedade civil e empresa) deve ser mantido como prioridade para que se alcance um consenso amplo sobre a área para reassentamento daqueles, uma vez que o RUC Laranjeiras ainda não foi aceito devido à distância do leito do rio Xingu. Recomendou-se, nas notas técnicas citadas, a prospecção de novas áreas dentro da malha urbana de Altamira, para que se tenham outras alternativas que possam melhor atender as condições do modo de vida de pescadores e ribeirinhos.

Contudo, o documento da Norte Energia CE 077/2014-DS, de 07/03/2014, cujo conteúdo aborda especificamente o RUC Laranjeiras, traz afirmações que ressaltam alguns pontos a respeito do posicionamento do empreendedor nessa questão, destacando-se:

- a realização de um conjunto de obras e intervenções que significarão melhorias no projeto original do RUC, referentes à acessibilidade dos pescadores à área e às condições de trabalho (ponte, atracadouro, trapiche, dragagem do canal, limpeza e abertura das margens entre a foz do Painelas e o novo bairro). Tais melhorias adequarão ainda mais o RUC Laranjeiras às necessidades dos pescadores e às premissas do PBA;
- a análise e incorporação de diversas solicitações dos pescadores às ações desenvolvidas pela Norte Energia. Neste ponto, salienta que as próximas ações da empresa estão voltadas para a continuidade e intensificação das apresentações e discussões com representantes dos pescadores, tanto das obras previstas no Projeto Parques e Orla quanto das características do RUC Laranjeiras, demonstrando que haverá uma expressiva melhoria nas condições de pesca e de moradia com a execução desses projetos. Afirmam, ainda, que o conjunto de ações solicitadas anteriormente pelo Ibama e já incorporadas ao projeto do RUC Laranjeiras representam melhorias que tem sido discutidas com os pescadores e atendem os anseios destes;
- a prospecção de novas áreas, se necessária, ficará vinculada aos resultados das futuras reuniões e discussões.

Em relação aos pontos destacados acima, afirma-se que as melhorias ao projeto do RUC Laranjeiras anteriormente solicitadas em nota técnica visam ao atendimento de todo o conjunto de reassentados para aquela área, e não somente aos pescadores e ribeirinhos. Para estes, o mesmo documento recomenda à Norte Energia que continue a prospecção de uma terceira área, além das já apresentadas gleba Laranjeiras e área do Pedral, que esteja inserida na malha urbana de Altamira e que possua um menor distanciamento do leito do rio Xingu, permitindo a reprodução de suas condições de vida em níveis iguais ou melhores.

Neste aspecto, o PBA salienta que, juntamente com os critérios de distanciamento das novas áreas, inserção destas na malha urbana e acessibilidade dos reassentados aos equipamentos públicos, também há o critério de reprodução das condições sociais de vida dos atingidos *'em condições no mínimo similares às originais ou melhores, quando for o caso'*. Portanto, considera-se que a mitigação do impacto que o enchimento do reservatório do rio Xingu causará em relação ao reassentamento dos pescadores e ribeirinhos da área urbana de Altamira ainda não está devidamente encaminhada.

Este encaminhamento se dará após manifestação expressa deste grupo social quanto à aceitação ou não de determinada área e a continuidade da prospecção de novas áreas, manifestação essa resultante das reuniões mencionadas na CE 077/2014-DS, nas quais também estarão presentes o órgão ambiental, o poder público e a sociedade civil. Há de ser considerado, ainda em conformidade com os encaminhamentos a serem tomados, o enquadramento em ações previstas no Programa de Recomposição das Atividades Produtivas

15/118

Urbanas e do Projeto de Reparação, além de outras possíveis compensações com custos de deslocamentos, segurança dos equipamentos e outros.

Em outro tema dentro deste projeto, solicita-se que sejam apresentadas, no próximo relatório semestral consolidado (6º), informações compiladas e inseridas no banco de dados que vem sendo formatado para o acompanhamento social das famílias durante a transferência para os novos locais de assentamento, para que se tenha um panorama geral do andamento deste processo.

Ainda no tema relacionado à transferência das famílias para as novas casas dos RUCs refere-se às informações de garantias constantes no manual do proprietário que vem sendo apresentado aos moradores. O entendimento geral que se tem a partir das informações repassadas pelos técnicos da Norte Energia é de que todo o conjunto da casa possui garantia de cinco anos, porém uma leitura do manual demonstra que há garantias bem menores relacionadas a diferentes aspectos da estrutura e de materiais utilizados, segundo normas dos códigos Civil (Lei 10.406/02) e de Defesa do Consumidor (Lei 8078/90). Dessa forma, para que sejam evitadas possíveis situações conflituosas, recomenda-se que a Norte Energia garanta todo o conjunto da casa (estrutural, materiais e acabamento) pelo prazo de cinco anos informado ao público, excetuando-se os casos comprovados de mau uso da mesma.

Pede-se, ainda, que no 6º Relatório Semestral Consolidado estejam inseridos dados demonstrativos da integração entre os Projetos de Reassentamento Urbano (4.4.3) e o de Educação Ambiental de Belo Monte (7.3) para a realização do evento "Bairro Cidadão", cuja realização já foi citada no seminário técnico de abril de 2014.

2.3.4.4 Projeto de Reparação

Comentários e Recomendações:

Projeto em atendimento. Solicita-se que no 6º relatório consolidado seja apontada a previsão da implantação das atividades de interfaces por área de reassentamento (RUC) em Altamira.

Segundo informações do 5º relatório consolidado e conforme cronograma de trabalho desse projeto em vigor até abril de 2014, a implantação das ações de interface se inicia com o desenvolvimento do DRP (T1/2014), bem como a elaboração dos planos de trabalho detalhado específico inicia em T2/2014. Paralelamente, a efetivação das mudanças dos reassentados se dará de forma escalonada, separada por cada RUC, entre abril e julho de 2014, segundo cronograma do empreendedor enviado pela CE 403/2013-DS, de 04/10/2013.

Contudo, após informações repassadas pela Norte Energia em seminário técnico realizado em abril de 2014, novo cronograma para negociação e reassentamento na área urbana de Altamira deverá ser elaborado e enviado ao Ibama, baseado em previsões de alteração de datas que apontam para o término desse processo em fins de 2015.

Mesmo assim, a partir do cruzamento de informações disponíveis atualmente, o 6º relatório já poderá conter a previsão da implantação, por unidade de RUC, das atividades de interfaces deste Projeto de Reparação.

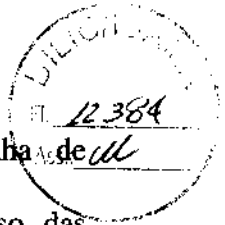
2.3.5 Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas

2.3.5.1 Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas

Comentários e Recomendações:

Projeto em atendimento. As solicitações expressas no parecer do 4º relatório foram integralmente atendidas e, no mesmo sentido, as propostas de encaminhamentos para o próximo período de atividades (T1 e T2 de 2014), expressas no 5º relatório, estão adequadas ao escopo e às metas do projeto. Solicita-se, portanto, que o 6º relatório consolidado apresente

16/118
Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



as informações relativas à esses encaminhamentos, dando continuidade à linha de implementação que vem sendo adotada ao projeto.

Especificamente, solicita-se a apresentação das regras para o desenvolvimento/uso das atividades comerciais dentro dos novos bairros, separando as atividades que poderão ser contempladas em lotes comerciais específicos daquelas que dividirão espaço com a ocupação residencial do lote (151 e 463, respectivamente, a partir do diagnóstico do projeto 4.5.1).

Esta informação poderá vir acontecendo em conjunto com os trabalhos de avaliação e negociação de valores das atividades comerciais que serão apresentados no âmbito do projeto 4.4.2.

**2.3.5.2 Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho
Comentários e Recomendações:**

Projeto em atendimento e em fase decisiva de implementação para que se alcance o melhor atendimento possível aos atingidos. Os encaminhamentos deste projeto que foram solicitados no parecer do relatório anterior e estão em atendimento continuam a ser acompanhados, motivo pelo qual se dará destaque, neste parecer, somente aos pontos mais críticos.

Em relação ao segmento de areia e cascalho, tem-se um quadro de regularização mineral e ambiental mais adequado, porém não completamente realizado. Em reunião efetuada entre este segmento, Norte Energia, Casa de Governo, Ibama, DNPM e Sema-PA, em Altamira no dia 20/03/2014, representantes da Sema-PA fizeram explanação acerca dos procedimentos para legalização de portos, afirmando que a maior dificuldade se dá na ocupação de um espaço comum (caso das praias) para apenas um fim (depósito de areia extraída do leito do rio). Esta situação não permite outros usos, como os de lazer, e não está sendo conduzida de modo ambientalmente adequado (vazamentos de óleos, tráfego de veículos pesados, exploração em APP, entre outros). Recomenda-se que seja observada se há certa morosidade nas análises técnicas para concessão de licenças ambientais dos portos por parte do órgão ambiental estadual, por um lado, e incentivada a adequação às exigências legais dos pedidos de licenciamento por parte dos areeiros, por outro.

Outro resultado da reunião citada foi a exposição das principais dúvidas por parte dos areeiros e que ainda carece de um posicionamento definitivo da Norte Energia. Tais dúvidas podem ser resumidas em:

- com o enchimento do reservatório do rio Xingu e o estabelecimento da cota 97, haverá perda de produtividade para o segmento areeiro? Qual o impacto nos custos de produção para a extração da areia? Os equipamentos utilizados atualmente pelos areeiros ficarão obsoletos?
- novas áreas inseridas na poligonal pertencente à Norte Energia no rio Xingu poderão ser liberadas para novos requerimentos dos areeiros? Em caso afirmativo, como proceder para que estas não sejam adquiridas por um único proprietário, de forma a se evitar a constituição de monopólio?
- qual a base de cálculo para os acordos indenizatórios?

Solicita-se que as respostas a esses questionamentos sejam apresentadas ao setor areeiro neste período que antecede a elaboração do 6º relatório semestral consolidado, estando inseridas no mesmo quando de sua elaboração e apresentação.

De forma semelhante ao setor areeiro, os oleiros apontam a falta de comunicação entre eles e o empreendedor da UHE Belo Monte como causa de incertezas e questionamentos, entre eles:

- comparação entre estudos de cadeia produtiva elaborados pela Norte Energia e pela UFPA sobre o mesmo segmento, de forma a se chegar à situação real e número atual dos trabalhadores diretos e indiretos do setor em Altamira;

Handwritten signatures and dates: 17/118, 14, and other illegible marks.

- quais as condições das novas áreas a serem apresentadas como alternativas para recomposição da atividade econômica? Haverá perda de produtividade? Qual o impacto nos custos de produção de tijolos mediante o distanciamento das novas áreas, sobretudo com transporte, fornecimento de insumos e manutenção de equipamentos?
- a produção artesanal de tijolo de Altamira sobreviverá ante os custos de manutenção da atividade que recairão sobre os trabalhadores devida às novas condições das áreas propostas para recomposição da atividade e também em relação à demanda por tijolos artesanais? Em caso negativo, haverá reparações/compensações por parte da Norte Energia?
- qual a base de cálculo para os acordos indenizatórios e quais os critérios de elegibilidade?

Solicita-se que as respostas a esses questionamentos sejam alcançadas e apresentadas ao setor oleiro neste período que antecede a elaboração do 6º relatório semestral consolidado, estando inseridas no mesmo quando de sua apresentação. Para tanto, recomenda-se que no seminário técnico a ser realizado para o setor oleiro em Altamira em fins de abril de 2014, à semelhança do realizado para os areiros, levem respostas aos questionamentos mencionados.

2.3.5.3 Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu

Comentários e Recomendações:

Projeto em atendimento. As solicitações expressas no parecer do 4º relatório foram atendidas e, no mesmo sentido, as propostas de encaminhamentos para o próximo período de atividades, T1 e T2 de 2014, estão adequadas ao escopo e às metas do projeto. Solicita-se, portanto, que o 6º relatório consolidado apresente as informações relativas à esses encaminhamentos, dando continuidade à linha de implementação que vem sendo adotada ao projeto.

Concorda-se com a alteração da atividade realizada no cronograma do pacote de trabalho, visando à ampliação das possibilidades de financiamento para além do fundo da Marinha, mas recomenda-se que sejam envidados esforços no sentido de manter o prazo de construção do estaleiro constante no cronograma, ou seja, T4/2014.

Solicita-se, ainda, informações a respeito de como vem sendo conduzida a escolha do modelo de gestão do estaleiro e para qual rumo está seguindo.

2.3.6 Programa de Acompanhamento Social

2.3.6.1 Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs

Este projeto será analisado por meio de parecer específico.

2.3.6.2 Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida

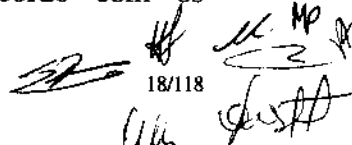
Este projeto será analisado por meio de parecer específico.

2.3.7 Programa de Restituição/Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer

2.3.7.1 Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer

No período do 5º Relatório, foram realizadas incursões em campo às principais praias urbanas e periurbanas de Altamira, com o objetivo de aferir a frequência nos sítios mais relevantes para contato primário com a água, no âmbito da Pesquisa de Caracterização de Praias.

Foi apresentada a distribuição da frequência dos usuários em 13 praias que concentram o uso em Altamira. São elas: Pedral, Arapujá, Pajé, Odileida, Massanori, Olivete, Pepino, Sossego, Assurini, Besouro, Padeiro, Amor e Milico. De acordo com os


 18/118

DILIGÊNCIA Nº 12385

levantamentos realizados, cinco praias urbanas e periurbanas de Altamira concentram 72,47% do total de frequentadores das praias mais relevantes de Altamira – Pajé (29,38%), Pedral (13,98%), Massanori (12,12%), Odileida (9,38%) e Arapujá (7,61%). A pesquisa apontou que não são encontrados nas praias usos comerciais estruturados, tal como a presença de barracas de venda de alimentos e bebidas. Os achados de campo indicam pontos dispersos utilizados para lazer, sendo que na imensa maioria dos casos, os próprios frequentadores levam sua alimentação e bebidas.

Dos levantamentos de uso da praia realizados se inferiu que: (i) o mês de julho, apesar de caracterizar início do período de férias, é utilizado pela população para viagens a localidades em que se encontram parentes e amigos; (ii) os finais de semana apresentam as maiores frequências, com destaque para os domingos; (iii) o uso das praias tende a ser maior quando são realizadas festas e eventos na AID.

Com o objetivo de verificar a forma de utilização para lazer em sítios no Trecho de Vazão Reduzida, complementarmente a Pesquisa de Caracterização de Praias, foi realizado novo reconhecimento de campo no período de seca, em que se confirmou que poucos são os sítios utilizados pela população nessa região (inclusive populações tradicionais), com destaque para algumas praias utilizadas pelos hóspedes da Pousada Rio Xingu, especializada em pesca.

Além de estudar os aspectos indicados acima, as campanhas tiveram por objetivo gerar insumos para as definições locacionais, tanto das praias, quanto da recomposição das alternativas de lazer da população. O relatório ressalta que as praias se constituem em uma das principais alternativas de lazer comunitário.

Para fins especificamente locacionais, estudou-se o quadro geral dos sítios que deverão remanescer à formação do reservatório, passíveis de serem utilizados com o propósito de contato primário com a água. A metodologia utilizada para tal finalidade consistiu em realizar varreduras no trecho a montante de Altamira.

O documento ressalta, ainda, que não foram encontrados frequentadores nas praias localizadas a montante da cidade de Altamira, acima da praia do Pedral, mesmo no período de seca. De acordo com relatos dos moradores, existe uma preferência de uso das praias mais próximas da cidade, principalmente em função da dificuldade e riscos de acesso no período de seca, dada a existência de pedrais. Além disso, nas condições atuais, o acesso, quando possível, é mais demorado, fazendo com que essas praias não sejam a primeira opção de lazer da população.

Entretanto, com a formação do reservatório facilitando a navegação, esse acesso deverá se tornar mais simples e essas praias poderão se tornar mais atrativas à população. Uma nova incursão a campo será realizada no período de cheia normal do rio ao se atingir a cota 97 (cota do reservatório), com o objetivo de identificar as áreas próximas às margens com características favoráveis à prática de atividades recreativas.

Foi informado que continuam em execução os levantamentos técnicos necessários à elaboração do projeto de engenharia. Pela complexidade dos estudos envolvidos não foi possível se chegar a uma conclusão definitiva sobre a matéria, o que deve ocorrer até o segundo trimestre de 2014.

Foi elaborado o Programa de Necessidades do Projeto Arquitetônico de Praia, que apontou como elementos a serem considerados para fins de concepção do projeto arquitetônico: (i) prover serviços relacionados a alimentos e bebidas (quiosques); (ii) disponibilizar instalações sanitárias (banheiros públicos); (iii) possuir alternativas de lazer na areia, de que são exemplos campos de futebol e locais para a prática de vôlei; (iv) facultar estruturas apropriadas ao camping, além de abrigos que propiciem o uso das redes (redários); e, (v) em todas as situações desenvolver concertação com os poderes públicos, de forma a assegurar a disponibilidade de serviços como coleta de lixo, patrulhamento e guarda vidas, transportes etc.

MP
19/118
[Handwritten signatures]

O relatório informa que não foram identificados, até o momento, impactos em equipamentos de lazer em Altamira, em função da formação do reservatório da UHE Belo Monte. Não obstante, a dimensão de lazer comunitário vem sendo desenvolvida por meio de interface com o Projeto de Parques e Reurbanização da Orla. A proposta conceitual em formulação consiste em dotar os parques a serem implantados em Altamira de infraestrutura adequada à recreação da comunidade, com quadras de futebol e poliesportivas, ciclovias, mirantes, playgrounds, praça da terceira idade.

Quanto à localização da praia a ser reconstituída, são três os sítios alternativos estudados no momento: ponto no Igarapé Panelas, Ilha do Arapujá e Massanori. Para estes sítios, estudos específicos permitirão verificar a efetiva viabilidade do ponto de vista de engenharia.

Foi realizado em setembro Curso de Formação de Aquaviário. Em Vitória do Xingu, de 57 inscritos, 46 participantes foram devidamente certificados e em Senador José Porfírio de 87 inscritos, 80 foram certificados. Resta por realizar o curso em Altamira.

Foram apresentados os seguintes encaminhamentos para o próximo período, para atender às atividades regularmente previstas pelo PBA e seu cronograma: (i) elaborar o projeto de arquitetura e engenharia para fins de restituição de praia; (ii) a realização de novas turmas de Guias Monitores e, (iii) Treinamento de Barqueiros, esta última voltada especificamente ao público de Altamira, que não aderiu à primeira edição do Curso de Formação de Aquaviários; (iv) a realização de incursão a campo para levantamento das praias de montante, no período de cheia (cota 97), com o objetivo de identificar aquelas que permanecem emersas no período de cheia; v) intensificar a interação com o Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico (11.1.1), com o objetivo de refinar a dinâmica relativa à deposição de sedimentos, ao longo de todo o reservatório; (vi) intensificar a interação com Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu (Plano 14); (vii) dar continuidade aos estudos e levantamentos de engenharia, para elaboração do projeto de recomposição da praia; (viii) dar continuidade as interações com o projeto Parques e Orla.

Comentários e Recomendações:

Foi observada evolução na implementação do Projeto.

A recomposição e/ou implantação das praias, anteriormente prevista para o segundo trimestre de 2015 foi reposicionada para o final daquele ano, dois meses após o enchimento do reservatório, o que a princípio não prejudica a temporada de praias. Porém, caso se verifique a possibilidade de qualquer conflito com o uso das praias pela população, devem ser previstas medidas apropriadas.

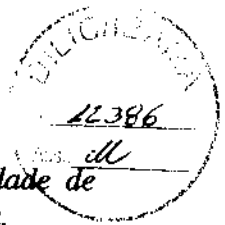
2.3.7.2 Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer

O Projeto havia previsto anteriormente, como alternativa à implantação do curso de Formação de Guias de Turismo Receptivo, atividades de capacitação mais aderentes à realidade local, em especial aquelas voltadas para o aperfeiçoamento de profissionais ligados ao setor turístico e de alimentos e bebidas. O 5º relatório informou que foram realizadas quatro capacitações, com objetivo de qualificar profissionais ligados ao setor da rede Hoteleira, Restaurantes e Bares, que já trabalham na área. Foram apresentadas, porém, apenas três: Oficina de Formação de Garçons, em Altamira - foram feitas 23 inscrições, iniciaram 16 alunos e 14 concluíram o treinamento; Oficina de Formação de Camareira, em Altamira - 25 inscrições, 16 alunos iniciaram e concluíram o treinamento; e Oficina de Café da Manhã Paraense, também em Altamira - 25 inscrições, 15 iniciaram e concluíram o treinamento.

Não foi apresentado detalhamento dos cronogramas das atividades previstas no âmbito do Projeto.

O texto do 5º Relatório ressalta que *Para que o Projeto 4.7.2 possa efetivamente ter um impacto significativo sobre a atividade turística na AID é fundamental que se consolidem*

20/118
FUA



interfaces com os demais planos, programas e projetos ambientais, com a finalidade de conferir usos turísticos aos diferentes aportes que serão realizados pela Norte Energia.

A implantação pensada nestes termos passa a ter por foco a articulação dos atores locais e regionais, compreendendo gestores públicos e empreendedores turísticos, para o aproveitamento e uso ótimo dos dois potenciais indicados acima. Trata-se, portanto, no Projeto 4.7.2, menos da execução de obras e intervenções, já garantidas no âmbito de outros programas e projetos ambientais, e mais de articulação institucional, planejamento turístico, organização de produtos e mercados, associados à dimensão formativa de todos os atores da cadeia produtiva do turismo, que envolve capacitação e qualificação. Não é apresentada, porém, interface com os Programas do Plano de Articulação institucional, de forma a prever medidas que possam possibilitar tal articulação.

Da mesma forma, o documento lista o Centro Regional de Educação Ambiental da Bacia do Rio Xingu – CREA e seus NUCLEAX (núcleos de educação ambiental a serem criados nos RUCs) no âmbito do Programa de Educação Ambiental de Belo Monte como possuidores de potencial para apoio ao turístico. O Programa de Educação Ambiental, porém, não prevê interface com o Projeto em análise.

Recomendações:

Os próximos relatórios devem contemplar o detalhamento da reprogramação do cronograma e das atividades de capacitação propostas, bem como das medidas previstas para a consolidação de interfaces com outros Planos, Programas e Projetos e efetiva articulação institucional.

2.3.8 Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais

2.3.8.1 Projeto de Recomposição dos Equipamentos Religiosos

Em relação ao monitoramento da área rural, no período do 5º Relatório, foi apresentado que: para as atividades de monitoramento no entorno imediato da ADA rural, a consolidação do processo, com informações qualitativas sobre a capacidade de absorção de fiéis por estes equipamentos, será apresentada após o término da relocação das famílias atingidas; quanto ao monitoramento do desenvolvimento da prática religiosa nos locais de destino das comunidades afetadas, o trabalho realizado em conjunto com os projetos de ATES não apontou informações que caracterizem a necessidade de recomposição das práticas religiosas no novo local, devido o rearranjo das famílias nas suas localidades de destino; sobre a interface com o Programa de Reparação e acompanhamento dos resultados dos cadastros do Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs, não foram apresentadas informações que demandem a recomposição de equipamentos religiosos.

Com relação aos templos religiosos da área urbana, frente às interfaces com o Projeto de Reassentamento Urbano e com o Projeto de Reassentamento, foi definido que a distribuição dos equipamentos religiosos seguiria os mesmos critérios para distribuição das famílias atingidas nos novos bairros, com o objetivo de incentivar os vínculos comunitários de fé religiosa existentes.

Foi apontada a redução para 19, dos 22 equipamentos passíveis de recomposição listados no 4º Relatório. Considerando os dados obtidos nas reuniões de mobilização dos grupos religiosos, foram indicadas áreas dentro dos reassentamentos para a recomposição dos equipamentos religiosos. Dos 20 equipamentos religiosos, de acordo com os critérios de recomposição, 16 são elegíveis para a recomposição nos novos bairros destinados aos reassentamentos das famílias atingidas.

Tiveram início as reuniões com as representatividades dos grupos religiosos, que foram organizados pelas denominações religiosas, junto com a equipe de assuntos fundiários da Norte Energia e equipe responsável pela negociação, com o objetivo de apresentar as

MP
21/118
Handwritten signatures and initials.

modalidades de atendimento. Embora a negociação vá acontecer posteriormente, foi apresentada a manifestação de interesse inicial pela recomposição dos grupos religiosos, após as reuniões realizadas.

Dos 10 grupos consultados, falta a Igreja católica, seis já manifestaram interesse pela recomposição de seus templos nos reassentamentos.

Com relação aos templos religiosos na área rural, as atividades propostas para os próximos períodos consistem no acompanhamento, em interface, com as devolutivas obtidas por meio do Projeto de Reparação, visando auxiliar a identificação das situações onde sejam possíveis recomposições de templos religiosos e com isto definir em conjunto com estes grupos a efetividade e forma de recomposição.

Ainda com relação aos templos religiosos na área rural, deverão ser acompanhadas as atividades do Projeto de Reassentamento Rural, para a definição quanto à localização dos templos religiosos nas áreas de reassentamento.

Para a área urbana, no próximo período, serão avaliados os encaminhamentos das reuniões realizadas com os grupos religiosos da ADA urbana, visando:

1. Finalização das reuniões com os grupos religiosos;
2. Definir o cronograma para relocação dos equipamentos, desde o processo de negociação até sua respectiva recomposição, consolidado ao cronograma de reassentamento das famílias atingidas;
3. Definir metodologia de elaboração do projeto arquitetônico para reconstrução dos templos atingidos pelos interessados, para responder às variáveis conceituais apresentadas pelos grupos religiosos;
4. Acompanhar os encaminhamentos do processo de negociação;
5. Acompanhar a recomposição dos templos religiosos.

Recomendação:

Os próximos relatórios devem apresentar os resultados da continuidade do monitoramento da área rural, bem como das negociações na área urbana, e seus desdobramentos na recomposição dos equipamentos religiosos.

2.3.8.2 Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação

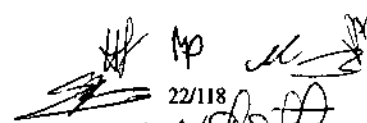
No período referente ao 5º Relatório foram concluídas as construções de quatro novas escolas e uma obra com ampliação e reforma foi parcialmente concluída.

De acordo com o apresentado, somando-se todas as novas salas de aula ampliadas e construídas já entregues, tem-se até o momento o total de 219, incluindo as salas de aula do Plano de Ação. A capacidade total de novos alunos nas escolas concluídas chega a 10.750 alunos.

Também durante esse período foram entregues ao município de Senador José Porfírio dez lanchas escolares para o transporte de alunos da região da Volta Grande do Xingu.

No que se refere às escolas nas quais a Norte Energia deverá realizar reforma, o relatório informou que houve atrasos na análise dos projetos por parte da Prefeitura. A Norte Energia relata que se colocou à disposição para auxiliar no processo, fornecendo os esclarecimentos necessários. Em reunião realizada em dezembro de 2013 entre a Prefeitura de Altamira e a Norte Energia, foram analisados os projetos, discutidas as possibilidades de adequações e, posteriormente, a administração municipal se comprometeu a formalizar a aprovação dos projetos. Porém o relatório afirma que o atraso na aprovação dos projetos se refletirá na postergação dos prazos antes estabelecidos para execução das referidas obras.

Em função das obras de reforma dessas escolas em Altamira e da necessidade de remanejamento temporário dos alunos para outros espaços até a finalização das obras, foi firmado, entre a Prefeitura e a Norte Energia, em setembro de 2013, um convênio de repasse de recursos para apoiar o transporte escolar.


22/118
M.B. [Signature]

12387
M

Quanto às atividades para a qualificação do corpo docente, podem ser consideradas incipientes no período, já que foi realizado apenas um Curso de Planejamento Estratégico da Educação, que incluiu entre o total de 109 participantes nos cinco municípios da AID, secretários de educação, assessores e técnicos administrativos da Secretaria Municipal de Educação, diretores de escolas e professores, conselheiros do Conselho Tutelar e representante de pais de alunos. Foi listado outro curso, de elaboração dos Planos Municipais de Educação, executado pela 10ª Unidade Regional de Ensino (SEDUC-PA) e a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE – MEC), com apoio da Norte Energia, que reuniu representantes das Secretarias Municipais de Educação.

Informou-se, porém, que foi dada continuidade às tratativas com as cinco secretarias de educação da AID para a realização de cursos com o objetivo de realizar uma qualificação voltada ao corpo docente que, conforme definição do MEC, é composto pelos professores da rede pública de ensino básico, das merendeiras, dos técnicos de apoio e dos gestores da Educação Básica.

Nas reuniões foram definidos dois temas prioritários para as capacitações, que são: Educação Especial (voltada ao treinamento das equipes que apoiam os Portadores de Necessidades Especiais), para Altamira, Brasil Novo e Vitória do Xingu; e Alimentação Saudável: Ações de Combate ao Diabetes e à obesidade Infantil, para Anapu e Senador José Porfírio, com realização prevista para o primeiro trimestre de 2014.

Não houve informações sobre a sequência nas tratativas para a continuidade da capacitação do corpo docente.

Com relação às escolas nas áreas de Reassentamento Urbano Coletivo (RUC), foram realizados, em interface com o Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos, estudos para o seu dimensionamento conforme a demanda, levando-se em consideração:

- O Ofício do Ibama apontando a necessidade de dimensionar o número de escolas de acordo com as exigências do Ministério das Cidades. Para tanto, na avaliação da demanda de vagas nos RUCs, foram realizados estudos e análises levando-se em consideração tanto as obras realizadas pela Norte Energia, quanto a Portaria 168 do MCidades;
- A interface com o projeto responsável pela elaboração do projeto urbanístico dos reassentamentos urbanos, sendo que esses trabalhos em consonância entre os projetos tem como função interagir junto à Secretaria de Educação para a validação das obras;
- A definição do número de escolas de ensino fundamental, médio e de educação infantil que serão distribuídas nas áreas de reassentamento.

Complementarmente, foram realizadas reuniões com a Secretaria de Educação de Altamira para tratar da implantação dessas escolas e a elaboração dos seus projetos.

A Prefeitura de Altamira, por seu turno, solicitou que essas obras fossem executadas em conformidade com o padrão utilizado pelo município, alternativamente aos projetos do MEC. Consubstanciando esta solicitação, a prefeitura encaminhou os projetos padrão das escolas no final de dezembro de 2013, que estão em fase de adaptação pela Norte Energia para adequá-los considerando o dimensionamento das obras de acordo com as necessidades e a localização das áreas nos RUCs.

Além disso, em função da mudança das famílias para as áreas de reassentamento, bem como do estágio na construção das escolas que irão atender às famílias remanejadas para os RUCs, a Norte Energia contratou transporte escolar que será disponibilizado até o término da construção das escolas nas áreas de reassentamento urbano.

Quanto à análise de suficiência, o período analisado no relatório foi de agosto a novembro de 2013, com dados reais, e de fevereiro a junho de 2014, com dados estimados. Para o cálculo do período com dados estimados utilizou-se: a) o ritmo de crescimento (%) ao longo do ano, por nível de ensino, em cada município; b) o aumento esperado na Educação

MA
23/118
M
Luis Costa

Infantil, devido ao cumprimento das exigências da LDB do MEC, que independe do afluxo populacional atraído pelo empreendimento; c) as oscilações (aceleração e desaceleração) apresentadas na projeção demográfica.

Ainda relacionado ao período com dados estimados, foi feito um estudo (Cenário I) com base na projeção da população com o afluxo esperado e, especificamente para Altamira, um segundo cenário com uma projeção de alto afluxo - Cenário II Finalmente, a partir dessa metodologia é feita a avaliação da situação de suficiência de vagas escolares, por nível de ensino (infantil, fundamental e médio), em cada município da AID da UHE Belo Monte.

O relatório mostra que, em Altamira, ocorreu um aumento de matrículas em geral, confirmando a expectativa para o segundo semestre de 2013 apresentada nos relatórios anteriores.

Ao se analisar o segundo semestre de 2013, apenas a educação infantil apresentou um saldo positivo de alunos entre junho e novembro, com 3.524 e 3.570, respectivamente (1,31% a mais), mas houve decréscimo entre agosto e outubro (3.496, 3.520 e 5.502 respectivamente). Neste caso específico, porém, o relatório atribui o acréscimo de alunos em novembro não a transferências de migrantes, mas às famílias que matriculam seus filhos com a finalidade de garantir a vaga no ano seguinte, o que evidenciaria que a alteração na Lei de Diretrizes de Base (LDB) do MEC, que tornou o ensino infantil obrigatório a partir de 2013, já está provocando efeitos, como o aumento de matrículas. Tal fato se nota em todos os municípios e se constitui em fato independente de afluxo populacional.

No geral, em doze meses, os municípios da AID da UHE Belo Monte apresentaram crescimento, em especial, no nível infantil e fundamental, enquanto o ensino médio sofreu, quando não uma queda, uma desaceleração na demanda por vagas. O total apresentado em novembro de 2013, em comparação com novembro de 2012, mostra elevação de 14% (688 alunos) na Educação Infantil e 8% no Ensino Fundamental. Por motivos como afluxo populacional, melhoria nos equipamentos da rede escolar, elevação da mão-de-obra empregada, entre outros, estima-se que o ritmo de 2013 possivelmente tenderá a se manter em 2014, ao menos no primeiro semestre. Com relação ao ensino médio, a diminuição, ainda que pequena, 1% (72 alunos), representaria abandono ou desinteresse próprio dos alunos neste nível.

De acordo com o relatório, Altamira apresentou superavit oferta de vagas no 2º semestre de 2013, e tende a apresentar situação satisfatória na oferta de vagas para o 1º semestre de 2014.

O município de Vitória do Xingu apresentou situação favorável em todos os módulos de ensino. Para o 1º semestre de 2014 é estimada condição em atenção para o nível Infantil e situação satisfatória na oferta de vagas para os níveis Fundamental e Médio.

Em Brasil Novo, apesar da falta de vagas na Educação Infantil entre agosto e outubro de 2013, houve superavit no período subsequente, devido, de acordo com o apresentado, à saída de alunos e à entrega da EMEI Monteiro Lobato. Em novembro de 2013 constatou-se oferta de 58 vagas na Educação Infantil. No Ensino Fundamental e no Médio, mesmo com o aumento de alunos a situação manteve-se favorável, encerrando o período com oferta de vagas. Para o 1º semestre de 2014 é estimado superavit de vagas em todos os níveis de ensino.

Em Anapu o relatório aponta um deficit histórico ensino infantil, não relacionado à construção da UHE Belo Monte. Por outro lado, o Ensino Fundamental e o Médio apresentaram condição favorável, com superavit de vagas. O mesmo cenário deve se manter no 1º semestre de 2014.

Para Senador José Porfírio, em novembro de 2013 constatou-se deficit de 46 vagas na Educação Infantil. O Ensino Fundamental e o Médio apresentaram condição favorável, de oferta de vagas. Para o 1º semestre de 2014 a estimativa é de haja deficit de vagas na Educação Infantil, e oferta de vagas nos outros níveis.

MP
24/118
All

12308

Sobre a construção das residências dos trabalhadores em Altamira, a Norte Energia encaminhou, por meio dos documentos CE 435/2013-PR e CE 1040/2013-DS, solicitação para reduzir o número de residências de 500 casas para 120 casas. O empreendedor justifica esta alteração do número de residências principalmente em função da mudança de localização da Vila dos Trabalhadores, sendo implantada próximo ao Sítio Belo Monte. Por este motivo, a Norte Energia afirmou que a demanda por residências de trabalhadores em Altamira reduziu de 500 para 120 casas. Após avaliação das informações da Norte Energia, o Ibama emitiu a Nota Técnica nº 37/2014 COHID/IBAMA, que concluiu pela aplicação de sanção administrativa em desfavor da Norte Energia em função dos prejuízos ambientais gerados pelo atraso na implantação da vila dos trabalhadores de Altamira, conforme estabelecido no PBA da UHE Belo Monte. Neste mesmo documento técnico, também foi verificada a necessidade de informações adicionais para conclusão da análise do pedido de redução do número de residências na Vila dos Trabalhadores.

Recomendações:

Recomenda-se que a Norte Energia (i) inclua na discussão do planejamento integrado as demandas de grupos específicos surgidas mais recentemente, como por exemplo o grupo dos carroceiros; (ii) encaminhe o cronograma atualizado da recomposição das pontes sobre os igarapés; e (iii) esclareça a não inclusão de alguns bairros previstos pelo EIA no projeto de drenagem, a saber: SUDAM I para o Sistema do Igarapé Altamira; Alberto Soares para o Sistema do Igarapé Ambé; e parcelas dos bairros Jardim Independente I e II, Premen, Esplanada e Centro para o Sistema da Orla do rio Xingu; (iv) informe o estágio de implantação do dique em elevações variáveis ao longo do igarapé Altamira previsto no EIA, que serve para garantir a manutenção da elevação 100 metros como limite de área afetada.

2.4.1.2 Projeto de Reassentamento

O 5º Relatório Consolidado indica um avanço nas obras das áreas do RUC, com dados atualizados até janeiro de 2014. O RUC Jatobá é a área onde as obras estão mais avançadas, com a fase de projeto e terraplanagem concluída, a implantação de esgoto, água e pavimentação em 40% de execução e a implantação das unidades habitacionais em 4% de execução. O RUC São Joaquim encontra-se com a fase de projeto concluída, terraplanagem em 83% de execução, drenagem e esgoto em 20% de execução, água em 16% de execução, pavimentação em 15% de execução e a implantação das unidades habitacionais em 2% de execução. Em nenhuma das três áreas restantes (Casa Nova, Água Azul e Laranjeiras) houve o início da construção das unidades habitacionais.

Em vistoria realizada entre os dias 03 e 07 de fevereiro de 2014, verificou-se que a transferência das famílias atingidas para um setor do RUC Jatobá havia sido iniciada.

O 5º Relatório Semestral também apresenta informações sobre a implantação de equipamentos sociais para atendimento da população que será relocada. O empreendedor reporta que para os equipamentos de saúde, após acordo com a Prefeitura Municipal de Altamira (PMA), serão instaladas três Unidades Básicas de Saúde, sendo uma para atendimento dos RUCs Jatobá e Água Azul, uma para atender aos RUCs São Joaquim e Casa Nova e uma para atender ao RUC Laranjeiras. Também foi acordada com a PMA a instalação de dois CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), em terrenos cedidos pelo própria municipalidade em locais próximos aos RUCs.

Para os equipamentos de educação, o relatório não evidencia que houve discussão entre empreendedor e a prefeitura sobre a implantação das escolas. É informado que serão atendidos os critérios estabelecidos pela Lei Municipal nº 1.518/2003, que prevê uma escola a menos de 800 metros das glebas para atender a 20% da demanda e da Portaria nº 168/2013 do Ministério das Cidades, que exige que os equipamentos de educação que atendam a demanda de alunos dos reassentamentos estejam em um raio de até 2,5 km do centro do RUC. O empreendedor ainda relata que houve acordo com a Prefeitura Municipal de Altamira para a

MP
26/118
[Handwritten signatures and initials]

De maneira geral os resultados para o 2º semestre de 2013 foram compatíveis com as estimativas anteriores, com exceção do Ensino Infantil, o que é atribuído ao cumprimento das exigências da LDB do MEC.

A análise de suficiência apontou, em uma primeira avaliação, que do total de 25 escolas em análise, a serem construídas, 13 não serão necessárias, visto que o contingente de alunos poderá ser absorvido em outras unidades já construídas ou a serem erigidas.

Recomendação:

Devem ser informadas as tratativas para a continuidade da capacitação do corpo docente. Tais atividades devem ser inseridas no cronograma.

2.4 Plano de Requalificação Urbana

2.4.1 Programa de Intervenção em Altamira

2.4.1.1 Diretrizes para o Planejamento Integrado

Elaboração de diretrizes gerais de planejamento integrado

Apresentação e discussão com a prefeitura municipal

O 5º Relatório Semestral informa que após a apresentação dos projetos dos parques e orla propostos para a Prefeitura Municipal de Altamira e para a população, estão sendo executados ajustes e detalhamentos com base nas devolutivas subsidiando a revisão do documento chamado "Diretrizes para o Planejamento Integrado". Recomenda-se que sejam incluídas nesta discussão do planejamento integrado, as demandas de grupos específicos surgidas mais recentemente, como por exemplo o grupo dos carroceiros.

Sistema viário

No que se refere às alterações e melhorias necessárias no sistema viário por conta da implantação do RUC, o Ibama já realizou as considerações sobre o assunto por meio da Nota Técnica nº 6401/2013, encaminhada à Norte Energia por meio do Ofício nº 02001.011960/2013-43 DILIC/IBAMA. As obras no sistema viário relacionadas à afetação pelo enchimento do reservatório guardam estreita relação com a recomposição das pontes sobre os igarapés Altamira, Ambé e Panelas. Verificou-se que o cronograma de implantação das referidas pontes não estava compatível com a data de enchimento do reservatório do Xingu. Deste modo, foi realizada no dia 26 de setembro de 2013 uma reunião técnica entre Ibama, Agência Nacional de Águas (ANA) e Norte Energia para discutir o assunto e como encaminhando ficou definido que a Norte Energia faria nova avaliação sobre o cronograma de implantação das pontes sobre os igarapés Altamira, Ambé e Panelas assim como um novo estudo de tráfego daquela região da cidade. Estas informações ainda não foram encaminhadas ao Ibama. Deste modo, recomenda-se que seja reiterada a solicitação para envio do cronograma atualizado da recomposição das pontes sobre os igarapés.

Drenagem urbana

No que se refere a implantação do sistema de drenagem urbana em Altamira, o Ibama analisou o tema por meio da Nota Técnica nº 6752/2013 COHID/IBAMA, elaborada em 21 de outubro de 2013. Em resposta, a Norte Energia encaminhou o documento CE 013/2014-DS o qual apresentou o esboço geral do projeto de drenagem urbana a ser implementado em Altamira, descrevendo as obras que serão realizadas e os locais previstos. Verificou-se que foram excluídos do projeto de drenagem alguns bairros previstos pelo EIA, a saber: SUDAM I para o Sistema do Igarapé Altamira; Alberto Soares para o Sistema do Igarapé Ambé; e parcelas dos bairros Jardim Independente I e II, Premen, Esplanada e Centro para o Sistema da Orla do rio Xingu. O referido documento da Norte Energia também não citou a implantação do dique em elevações variáveis ao longo do igarapé Altamira previsto no EIA e que serviria para garantir a manutenção da elevação 100 metros como limite de área afetada.

Residências dos trabalhadores

MP
25/118
ll
ll
ll

DILIC/IBAMA
12389
ll

oferta de transporte escolar aos alunos residentes nos RUCs às escolas nas quais estão estudando atualmente, enquanto as escolas a serem construídas ainda não estiverem em atividade.

O empreendedor também apresentou informações sobre os locais onde estão previstas melhorias e implantação de acessos às áreas dos RUCs. Não foi informado se as obras foram iniciadas nem apresentado o cronograma executivo de implantação/melhoria dos acessos. Ressalta-se que o Ibama já se posicionou sobre o assunto por meio do Ofício nº 02001.011960/2013-43 DILIC/IBAMA.

No que se refere à atividade de Apresentação e Discussão com a População, prevista no PBA, ressalta-se a necessidade de debate junto ao grupo de atingidos que possuem modo de vida vinculado ao rio (pescadores e ribeirinhos) para avaliação do atendimento das necessidades deste grupo pelas 05 (cinco) áreas já definidas ou a necessidade de prospecção de novas áreas.

Além dos encaminhamentos propostos no 5º relatório, solicita-se o envio de informações, para o 6º RC, das seguintes demandas:

- resultados das atividades do período analisado e planejamento das ações do próximo período tendo por base o novo cronograma de reassentamento urbano (término das infraestruturas, negociações com os atingidos e transferências das famílias);
- andamento do número de lotes e casas distribuídas por gleba do RUC (novos bairros), apontando alterações, se houverem;
- resultados do estudo sobre o parque urbano em área remanescente do RUC (novo bairro) Jatobá;
- regras para o desenvolvimento/uso das atividades comerciais dentro dos novos bairros, separando as atividades que poderão ser contempladas em lotes comerciais específicos daquelas que dividirão espaço com a ocupação residencial do lote;
- resultados das negociações com a prefeitura de Altamira sobre a possível recuperação do antigo acesso ao aeroporto, no sentido de ampliar a oferta de vias de acesso;
- valores percentuais de cada etapa de implantação dos reassentamentos e estágio das obras separado por RUC (novos bairros), dentro de cada período analisado.

2.4.1.3 Projeto de Parques e Reurbanização da Orla

O empreendedor informa no 5º Relatório Semestral que houve avanço em três principais aspectos: (i) reuniões e apresentações à Prefeitura e à sociedade civil; (ii) consolidação de cronograma para desenvolvimento de projetos; e (iii) desenvolvimento/consolidação dos projetos e elaboração de desenhos em níveis mais detalhados.

A Norte Energia já havia encaminhado informação ao Ibama sobre a aprovação do projeto conceitual do Projeto de Parques e Reurbanização da Orla pela Prefeitura Municipal de Altamira, após a solicitação de alguns ajustes. O Relatório Semestral informa que, após a apresentação do projeto à PMA de maneira global, estão sendo realizadas reuniões com as secretarias específicas. É relatado ainda que estão ocorrendo reuniões junto a alguns grupos de interesse (carpinteiros navais, pescadores e aquaristas) para incorporação das necessidades específicas no projeto. Sobre estes aspectos, é importante reforçar a necessidade de reunião com o grupo de carroceiros, que em vistoria realizada entre os dias 03 e 07 de fevereiro de 2014, pleiteou que fossem incorporados alguns aspectos ao Projeto de Parques e Reurbanização da Orla.

No que se refere às obras viárias inseridas neste projeto, foi realizada uma reunião entre Ibama, Norte Energia, Agência Nacional de Águas e Ministério do Planejamento e Gestão em setembro de 2013 no qual foi discutido o cronograma de implantação das pontes sobre os igarapés Altamira, Ambé e Panelas. Na ocasião, a Norte Energia ficou responsável por encaminhar o documento contendo as datas de início e término das pontes e relacionando

NO 27/118 ll

o cronograma com a data prevista para o enchimento do reservatório do Xingu. No Seminário Técnico realizado entre os dias 02 e 04 de abril de 2014, foi reiterada a solicitação para envio do cronograma atualizado de implantação das pontes, mas até o fechamento deste parecer a informação não havia sido encaminhada ao Ibama.

Comentários e Recomendações:

Projeto em atendimento. Em conformidade com encaminhamentos propostos no 5º RC, solicita-se, para o 6º RC, a apresentação de informações sobre o avanço da elaboração dos projetos executivos paisagísticos do projeto 5.1.8 e sua compatibilização com outros projetos de infraestrutura.

De forma semelhante, a partir de tratativas realizadas em seminário técnico incluindo o empreendedor e contratadas, Ibama e outros órgãos envolvidos no processo de licenciamento da UHE Belo Monte entre os dias 02 e 04 de abril de 2014, solicita-se o envio dos projetos básicos dos igarapés, orla, pontes e obras de travessia ao órgão licenciador até fins de maio de 2014, os quais deverão estar alinhados ao novo cronograma de enchimento do reservatório do rio Xingu. Os projetos e o novo cronograma subsidiarão, entre outros, reunião a ser realizada ainda no primeiro semestre do corrente ano entre diversos órgãos e empreendedor para tratar do tema.

Recomenda-se, ainda conforme tratativas do seminário técnico, que as reuniões que tratem do projeto 5.1.8 com órgãos públicos tenham seus resultados informados no 6º RC, e mesmo que sejam direcionadas primeiramente às secretarias relacionadas tecnicamente e aos grupos competentes, sejam também apresentadas à sociedade civil através do FASBM. E ressalta-se que o tema referente à definição da área do RUC Laranjeiras como local de relocação para pescadores e ribeirinhos deva ser tratado em tais reuniões como umas das prioridades, contar com a presença desse segmento social e chegar a um resultado definitivo sobre a aceitação da área, ou não, a partir do posicionamento expresso e inequívoco dos pescadores e ribeirinhos.

Solicita-se informações sobre o andamento inicial do projeto de manejo da área de conservação para os igarapés Ambé e Altamira, bem como sobre a situação das obras de transposição do igarapé Altamira, de responsabilidade da prefeitura.

Por fim, pede-se que seja informado como está sendo encaminhada a questão da propriedade dos futuros aquários, tanto do local quanto do *boxes* que serão construídos.

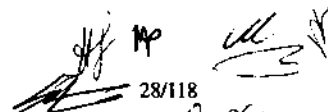
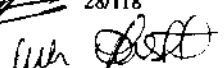
2.4.1.4 Projeto de Saneamento

Sistemas de tratamento de água e esgotamento sanitário

As obras de implantação dos sistemas de água e esgotamento sanitário foram iniciadas em junho de 2013, quando foi concedido pela prefeitura o alvará para construção de obras lineares em vias públicas em favor da Norte Energia.

O 5º Relatório Semestral relata que ocorreram “avanços consideráveis” na implantação de obras lineares e obras não lineares entre os meses de julho e dezembro de 2013. É apresentado um quadro informando que em janeiro de 2014, a Rede de Distribuição de Água estava com 52% de suas obras concluídas e a Adutora de Água Tratada com 39% de suas obras concluídas. No que se refere ao sistema de esgotamento sanitário, o relatório indica que em janeiro de 2014, 46% da Rede Coletora de Esgoto, 10% da Linha de Recalque e 19% do Tronco Coletor encontravam-se concluídos.

Em vistoria realizada entre os dias 03 e 07 de fevereiro de 2014, foi possível constatar que as obras de saneamento básico em Altamira estão em execução, com 32 frentes de trabalho em 08 diferentes bairros da cidade. Também foi possível constatar a atuação da equipe municipal de trânsito nos locais onde estão ocorrendo as obras. Nesta mesma vistoria, foram visitadas as obras de implantação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), localizada na orla do rio Xingu, entre os igarapés Altamira e Ambé. Segundo funcionários da


28/118


obra, a previsão de início da operação da ETE é julho de 2014, ou seja, dentro do prazo previsto pela condicionante 2.11 da licença de Instalação nº 795/2011.

Remediação do lixão de Altamira

O 5º Relatório Semestral informa que a obra de remediação do lixão está concluída, após finalização do cercamento da área e execução das canaletas de drenagem pluvial. Ainda é informado que estão sendo realizados os cursos de capacitação para os funcionários da prefeitura que operarão a remediação

Em vistoria realizada entre os dias 03 e 07 de fevereiro de 2014, verificou-se que o lixo acumulado no antigo lixão foi depositado integralmente nas células. Foi ainda realizada a recuperação da área degradada, com o plantio de gramíneas. O plantio de vegetação de maior porte, ao redor do terreno, ainda encontra-se incipiente. Constatou-se o funcionamento dos equipamentos de queima dos gases das células, o qual inclui um sistema automático de ignição, alimentado por energia solar e o sistema de tratamento de lixiviado.

Aterro sanitário

O empreendedor informa que o aterro sanitário de Altamira já está recebendo lixo coletado, apesar das obras ainda estarem ocorrendo. O relatório ainda aponta que houve solicitação da PMA para alteração do sistema de tratamento de lixiviado, de modo a implantar um sistema com menor custo de manutenção.

Em vistoria realizada entre os dias 03 e 07 de fevereiro de 2014, verificou-se que a célula 2 do aterro está recebendo o lixo coletado. A operação do aterro já está sendo realizada pela Prefeitura Municipal de Altamira. Verifica-se que há a necessidade da Norte Energia prestar apoio técnico e de equipamentos para auxiliar a PMA na operação do aterro de maneira adequada.

Recomendação:

Recomenda-se que a Norte Energia preste apoio técnico e de equipamentos para auxiliar a Prefeitura Municipal de Altamira na operação do aterro de maneira adequada.

2.4.2 Programa de Intervenção em Vitória do Xingu

Estabelecimento de diretrizes gerais

Detalhamento das diretrizes para ordenamento do crescimento Plano Urbanístico Básico

O 5º Relatório Semestral informa que foi priorizada a análise e proposição de diretrizes para o eixo de desenvolvimento da BR-230. Neste contexto, foi realizada a revisão do documento "Diretrizes para o Ordenamento do Crescimento", que pretende servir de subsídio para o planejamento territorial municipal. O empreendedor informou que uma das principais questões abordadas no referido documento foi a interferência das faixas de domínio das linhas de transmissão na área de expansão urbana de Vitória do Xingu. Sobre este aspecto, a Norte Energia considera que *as faixas de domínio das distintas linhas de transmissão não representam restrições relevantes à ocupação, visto que somam aproximadamente 7% da área total de expansão, sendo a maior parte ainda não ocupada*. De todo modo, considerando o pedido de implantação da Linha de Transmissão de 500 kV, o Ibama solicitou que fossem apresentadas mais informações relacionadas ao número de atingidos pela implantação da LT. Também será solicitada a apresentação de Certidão de Uso e Ocupação do Solo municipal, declarando que a LT é compatível com os usos do solo do município.

Houve ainda a criação de um Grupo de Trabalho, formado por corpo técnico da Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu, que elaborou e revisou o "Plano Urbanístico Básico - PUB" para a sede de Vitória do Xingu. Este documento foi elaborado e revisado com as contribuições do GT da Prefeitura. Contudo, o PUB ainda não havia sido analisado até o fechamento do relatório semestral. O 5º Relatório Semestral não esclarece se o PUB contemplará as áreas que se encontram em franca expansão na sede municipal.

Pavimentação e Drenagem Urbana

22390
Ul

29/118
Ul
MCS

No que tange às obras de drenagem urbana, o empreendedor informou que as obras de drenagem na sede municipal foram concluídas e contemplaram a implantação da rede de drenagem pluvial e as estruturas complementares, tais como bueiros, bocas de lobo e poços de visita. Não foi relatado o estágio de implantação da pavimentação asfáltica na sede municipal. O 4º Relatório Semestral informou que a previsão de conclusão da pavimentação era dezembro de 2013.

Vila residencial dos trabalhadores

As obras da vila residencial dos trabalhadores continuam em execução. O 5º Relatório Semestral informa que até janeiro de 2014 já haviam 976 casas instaladas, sendo 455 delas já ocupadas com trabalhadores do CCBM. É informado ainda que estruturas de apoio como a escola de ensino infantil, supermercado, farmácia, restaurante e ambulatório já encontram-se em funcionamento. Durante a vistoria realizada entre os dias 03 e 07 de fevereiro de 2014, verificou-se que a Estação de Tratamento de Esgoto da Vila dos Trabalhadores de Belo Monte está em operação. Na vistoria também foi constatado que as obras do Hospital seguem na parte de fundação. Não houve um avanço significativo nas obras do hospital desde a vistoria realizada em junho de 2013. Na ocasião, a Norte Energia informou que o trâmite burocrático junto à vigilância sanitária foi um dos responsáveis pelo ritmo lento na construção do hospital. Informou ainda que os atendimentos médicos necessários aos funcionários do CCBM e familiares estão sendo supridos pelos ambulatórios do canteiro de obras e o instalado na Vila dos Trabalhadores. Recomenda-se que seja estabelecido prazo para a Norte Energia inicie a operação do hospital.

Requalificação do travessão 40

No que se refere às obras de requalificação do travessão 40, o 5º Relatório Semestral informa que as obras se iniciaram em setembro de 2013, tendo sido realizado terraplenagem, reconstrução de pontes de madeira, instalação de bueiros de concreto sob a via e a execução de sub-base e acabamento de base para permitir eventual pavimentação da via. Em vistoria realizada entre os dias 03 e 07 de fevereiro de 2014 foi realizada uma vistoria no travessão 40 e verificou-se que foram executadas diversas obras de arte na via e esta está trafegável em toda a sua extensão.

Recomendação:

Recomenda-se que a Norte Energia (i) informe o estágio de implantação da pavimentação asfáltica na sede municipal de Vitória do Xingu; e (ii) seja estabelecido prazo para a Norte Energia inicie a operação do hospital na Vila dos Trabalhadores de Belo Monte.

2.4.2.1 Projeto de Saneamento

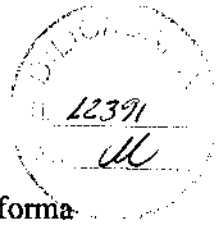
Sistema de abastecimento de água

O empreendedor novamente informou que as obras do sistema de abastecimento de água vem sendo executadas pela prefeitura com recursos provenientes da Funasa. Consta no relatório que a Prefeitura de Vitória do Xingu informou que *não possui a definição das complementações necessárias à rede de água e solicitou a Norte Energia a recuperação de redes implantadas que foram danificadas*. A Norte Energia informou que está analisando a solicitação e a verificação junto à municipalidade do dimensionamento da demanda da prefeitura.

Não é informado no 5º Relatório Semestral se o sistema de abastecimento de água que está sendo executado contemplará as áreas que se encontram em franca expansão na sede municipal.

Recomenda-se que a Norte Energia encaminhe informações sobre (i) o estágio de implantação da rede de abastecimento de água em Vitória do Xingu; (ii) a definição das atividades de recuperação das redes implantadas que foram danificadas; e (iii) se o sistema de abastecimento de água que está sendo executado contemplará as áreas que se encontram em franca expansão na sede municipal.

MP UC
30/118
Wla



Sistema de esgotamento sanitário

O sistema de esgotamento sanitário encontra-se em implantação. O relatório informa que prossegue a instalação das Estações de Tratamento de Esgoto, sendo que as ETEs A, B e D estão concluídas, a ETE C está com as obras em andamento, com a instalação dos tanques dos reatores anaeróbios e a ETE E não teve as suas obras iniciadas. É informado ainda que os serviços de assentamento da rede coletora, execução de poços de visita e as ligações domiciliares foram todas concluídas. Em vistoria realizada entre os dias 03 e 07 de fevereiro de 2014 verificou-se que as ETEs A, B e D já se encontram ativas e ligadas a rede de esgoto, porém não estavam sendo operadas de maneira adequada pela Prefeitura de Vitória do Xingu. Em todas as três ETEs já instaladas foi constatado o lançamento do esgoto diretamente pelo emissário, sem qualquer tipo de tratamento. Recomenda-se que a Norte Energia envide esforços no treinamento e capacitação da Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu na operação do sistema de esgotamento sanitário implantado.

Aterro sanitário

A Norte Energia informou que a obra do aterro sanitário segue para fase de conclusão, restando os serviços de urbanização, pavimentação e drenagem superficial. Em vistoria realizada entre os dias 03 e 07 de fevereiro de 2014, verificou-se que o aterro encontra-se em operação pela Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu, tendo sido constatado problemas em sua operação. Verificou-se o depósito de resíduos em áreas impróprias e problemas na compactação e cobertura dos resíduos na célula. É possível afirmar ainda que as instalações do aterro sanitário de Vitória do Xingu não são bem estruturadas quando comparadas com o aterro sanitário de Altamira. Recomendou-se, na ocasião, que a Norte Energia preste apoio técnico à Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu para a operação do aterro sanitário.

Recomendação:

Recomenda-se que a Norte Energia encaminhe informações sobre (i) o estágio de implantação da rede de abastecimento de água em Vitória do Xingu; (ii) a definição das atividades de recuperação das redes implantadas que foram danificadas; e (iii) se o sistema de abastecimento de água que está sendo executado contemplará as áreas que se encontram em franca expansão na sede municipal. Solicita-se ainda que o empreendedor envide esforços no treinamento e capacitação da Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu na operação do sistema de esgotamento sanitário implantado e do aterro sanitário.

2.4.3 Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal

Estabelecimento de diretrizes gerais

Elaboração de plano mestre para área do projeto e atividade

Estabelecimento de diretrizes para o ordenamento do crescimento

Plano Urbanístico Básico

Apresentação e discussão do Plano Urbanístico Básico com a população

O 5º Relatório Semestral informa que o Plano Mestre e o PUB foram apresentados para a Prefeitura de Vitória do Xingu em 10 de dezembro de 2013. A primeira reunião para discussão específica com a administração pública estava agendada para o dia 17 de dezembro de 2013 e foi reagendada para o início de 2014. A discussão sobre o uso do solo e requalificação da Vila de Belo Monte do Pontal foi realizada em 19 de dezembro de 2013 com a Prefeitura de Anapu. Também foi registrada a inclusão nos planos de questões relacionadas à implantação das Linhas de Transmissão de 500kV e 13,8kV, cujos traçados podem impor restrições de ocupação em Belo Monte e Belo Monte do Pontal. O empreendedor não informa se foram realizadas as discussões do Plano Mestre e PUB com a população das duas localidades.

No que se refere aos atracadouros das balsas, o pedido da Norte Energia para alteração do projeto foi deferido por meio do Ofício nº 02001.000918/2014-88 DILIC/IBAMA, após avaliação do estudo de tráfego nos atracadouros e da informação do Ministério do

Handwritten signatures and dates: 31/118, and other illegible marks.

Planejamento e Gestão (MPOG) sobre o cronograma de implantação da ponte sobre o rio Xingu. Por meio do mesmo ofício, foi solicitado que o projeto incluísse a instalação de vigas de madeira longitudinais nas rampas de concreto, de modo a evitar o impacto direto entre as rampas e as superfícies metálicas dos cascos das balsas, medida esta prevista no PBA. Em vistoria realizada entre os dias 03 e 07 de fevereiro de 2014, verificou-se que estão sendo executadas as obras de melhorias nos atracadouros das balsas em Belo Monte e Belo Monte do Pontal.

Pavimentação e drenagem urbana.

O 5º Relatório Semestral informa que as obras de drenagem urbana e a pavimentação urbana já foram concluídas em ambas as localidades. Durante a vistoria realizada entre os dias 03 e 07 de fevereiro de 2014, constatou-se que o resultado da pavimentação não foi satisfatório, principalmente na comunidade de Belo Monte do Pontal, com diversos locais onde o asfalto já apresenta falhas e buracos. Verifica-se, inclusive, sensível diferença de qualidade quando comparada a pavimentação executada em Belo Monte, que encontra-se em melhores condições. Neste sentido, foi solicitado à Norte Energia, por meio do Ofício nº 1826/2014, que fosse refeita a pavimentação em Belo Monte do Pontal no prazo de 120 dias.

2.4.3.1 Projeto de Saneamento

Sistema de abastecimento de água

As informações presentes no 5º Relatório Semestral permitem constatar que não houve avanço significativo na implantação do sistema de captação superficial de água. O estágio de implantação segue praticamente o mesmo observado no período 4º Relatório Semestral, a saber: os projetos aprovados pelas prefeituras de Vitória do Xingu e Anapu e com as obras ainda não iniciadas. O empreendedor justifica o atraso por problemas nas documentações dos terrenos onde serão implantadas as Estações de Tratamento de Água. Considerando o significativo atraso na implantação do sistema de abastecimento de água em Belo Monte e Belo Monte do Pontal, cabe informar que a Norte Energia já foi notificada em fevereiro de 2014, por meio do Ofício nº 1395/2014, para concluir a implantação das referidas estruturas no prazo de 120 dias.

Sistema de esgotamento sanitário

Os sistemas de esgotamento sanitário foram implantados nas duas localidades. O empreendedor ainda informa que os treinamentos para operar o sistema foram executados no período do 4º Relatório Semestral.

O 5º Relatório Semestral ainda apresenta informações atualizadas sobre os trâmites para inclusão das localidades no Projeto de Melhorias Sanitárias Domiciliares – MSD junto à Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Houve o cadastramento dos municípios de Vitória do Xingu e Anapu no Sistema de Gestão de Convênios (Siconv), contudo não é informado a previsão ou mesmo garantia de aporte de recursos para a construção de instalações sanitárias em Belo Monte e Belo Monte do Pontal. Mais uma vez, cumpre ressaltar que a operação dos sistemas de esgotamento implantados depende das ligações domiciliares e das adequações sanitárias nas residências das duas localidades.

Aterro sanitário

No que se refere ao aterro sanitário de Belo Monte, a Norte Energia relatou no 5º Relatório Semestral os encaminhamentos dados sobre o assunto entre os meses de junho e dezembro de 2013. No citado período, o Ibama emitiu o Ofício nº 02001.014776/2013-55 DILIC/IBAMA no qual informou não haver óbices na decisão da Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu de não se implantar um aterro sanitário específico para a localidade de Belo Monte conforme previsto no PBA, tendo em vista que a proposta apresentada pela municipalidade, de destinação dos resíduos de Belo Monte para o aterro sanitário de Vitória do Xingu, atende a mitigação de impacto previsto para aquela localidade e observa o interesse do ente responsável pela execução desta atividade. Neste mesmo ofício, foi sugerido que a

MP UC X
32/118
JH Mh Dst

Norte Energia disponibilizasse o maquinário necessário para realizar a limpeza urbana da localidade de Belo Monte, conforme solicitado pela Prefeitura de Vitória do Xingu.

Sobre o aterro sanitário de Belo Monte do Pontal, é possível verificar que persiste o impasse na implantação desta estrutura. Consta no relatório que *o Município de Anapu informou que, caso seja atendida a solicitação feita pelo município ao Ministério da Saúde (MS) e Funasa para implantação de uma usina de reciclagem que atenda todo o município, solicitará a realocação dos recursos destinados para a implantação do aterro em Belo Monte do Pontal para outras melhorias.* Na avaliação do 4º Relatório Semestral, foi recomendado que a Norte Energia encaminhasse a manifestação formal da Prefeitura de Anapu sobre o entendimento da municipalidade quanto à implantação de aterro sanitário de Belo Monte do Pontal. Cumpre informar que a Norte Energia relatou estar destinando os resíduos da comunidade de Belo Monte do Pontal no aterro sanitário do Sítio Belo Monte.

Recomendação:

Recomenda-se que a Norte Energia (i) realize as discussões do Plano Mestre e PUB com a população de Belo Monte e Belo Monte do Pontal; e (ii) encaminhe manifestação formal da Prefeitura de Anapu sobre a necessidade de implantação do aterro sanitário em Belo Monte do Pontal.

2.5 Plano de Articulação Institucional

2.5.1 Programa de Interação e Articulação Institucional / 2.5.2 Programa de Fortalecimento da Administração Pública / 2.5.3 Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos

Pela estreita interface entre suas ações, os Programas acima serão analisados em conjunto.

O 5º Relatório informou que a criação do Fórum Microrregional de Desenvolvimento Sustentável (instância de articulação dos cinco municípios da AID) foi aprovada por unanimidade nas duas últimas reuniões do Gabinete de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos, que debaterá o Plano de Desenvolvimento Microrregional Sustentável.

De acordo com o Relatório, foram realizadas Oficinas de Planejamento e Gestão de Projetos nos temas licenciamento ambiental em Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, e projetos de habitação de interesse social, em Altamira, com foco na necessidade de apoiar tecnicamente o projeto de habitação de interesse social do programa Minha Casa Minha Vida a ser construído no bairro Nova Altamira.

Foram também realizadas capacitações de gestores e técnicos Municipais, por meio dos cursos: Planejamento Estratégico da Educação Municipal; Potencialidades do CadÚnico para o Desenvolvimento Social; Gestão e Operacionalização de Aterro Sanitário; Diretrizes para implantação de uma Política de Mobilidade Urbana; e Plano Local de Habitação de Interesse Social. Ainda de acordo com o apresentado, com vistas a melhorar o aproveitamento das capacitações, foi planejada a distribuição desses cursos em 15 turmas distribuídas nos cinco municípios com carga horária de 40h para cada uma, perfazendo um total de 600h de capacitações que envolveram 250 servidores públicos municipais.

O relatório afirma que os cursos foram objeto de monitoramento por meio de metodologia de acompanhamento elaborada para posterior avaliação de seus resultados. Quesitos como perfil dos participantes, material didático, carga horária, interfaces com o PBA, grupos de trabalho criados e aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos são aspectos que estão sendo avaliados pelo PAI. Essas informações servirão para se verificar se os conhecimentos adquiridos alcançaram o objetivo de viabilizar o atendimento das demandas do PBA.

Foi informado, ainda, que estão em curso as consultorias de apoio ao fortalecimento de rotinas administrativas, com 131 servidores municipais capacitados em 42 encontros presenciais de cinco horas cada um.

De acordo com o Relatório, para assegurar a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos em capacitações e cursos nas Rotinas Administrativas dos municípios, estão sendo realizadas avaliações com os técnicos, gestores e secretários municipais que participaram desses eventos. Essas avaliações permitem identificar os resultados alcançados pelos cursos e consultorias, o avanço na otimização das rotinas administrativas e a qualificação alcançada no serviço público nas áreas de habitação, saneamento, mobilidade urbana, legislação orçamentária, educação e assistência social.

O Relatório informou que tiveram prosseguimento no período o apoio à implantação do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão, que inclui a proposição de estratégia de informatização, a indicação de etapas, recursos necessários e mecanismos de engajamento e interesse dos municípios, e o apoio técnico aos Municípios para proposição de projetos junto a instâncias de financiamento.

Para o próximo período, o Relatório afirma que as Rotinas Administrativas mais prementes em face da implantação do empreendimento envolvem a gestão e operacionalização dos aterros sanitários de Altamira e Vitória do Xingu, a gestão da remediação do lixão de Altamira, o licenciamento ambiental municipal de obras e o licenciamento de obras (emissão de alvarás), e que tais temas deverão ser priorizados nas oficinas de planejamento e gestão. Não foram, porém, apresentadas informações sobre as atividades para o período seguinte.

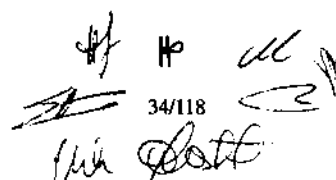
Ainda para o próximo período estão previstas: a finalização da implantação do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão; elaboração e apresentação às municipalidades das minutas de lei necessárias ao auxílio às administrações na elaboração da legislação urbanística e outras; e capacitações para formação básica dos servidores e técnicos municipais em informática. Deverão, ainda, ser intensificadas as ações referentes ao Sistema de Monitoramento Sobre a Suficiência da Infraestrutura dos Municípios para sua consolidação e continuidade da proposição de projetos de fortalecimento da gestão das municipalidades, principalmente dos assuntos relacionados aos programas e projetos do PBA.

Comentários e recomendações:

Os próximos relatórios de acompanhamento devem apresentar o detalhamento dos planos de trabalho, além dos resultados das avaliações realizadas e os encaminhamentos adotados a partir de tais resultados. Seria interessante que sua apresentação contemplasse as atividades realizadas no período para cada item do cronograma, bem como a avaliação dos resultados.

2.5.4 Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas

De acordo com o 5º Relatório, as tratativas iniciadas com a Federação das Indústrias do Pará (FIEPA) no semestre anterior evoluíram para a indicação da celebração de um convênio para execução do Galpão de Oportunidades. O documento assinala que a busca por entidades parceiras para a estruturação do Galpão de Oportunidades vem sendo objeto de esforços desde o início de implantação do Programa, sendo que a maior dificuldade para o êxito desta ação foi de ordem logística e operacional, e que o diferencial ofertado pela parceria com a FIEPA é de que as ações possam ocorrer de forma integrada entre a REDES, SEBRAE, SENAI e demais entidades que compõem o Sistema Indústria do Pará, de forma a ampliar a capacidade logística e operacional para o atendimento das atividades previstas no Galpão de Oportunidades.

 34/118
fina Costt

12393
ll

O Relatório afirma, ainda, que a FIEPA dará continuidade à implementação dos produtos do Programa e executará o Galpão de Oportunidades por meio de 60 ações de desenvolvimento de fornecedores e fomento à economia local a serem realizadas pela REDES, com alcance em até 2.000 empresas e/ou empreendedores individuais, 40 capacitações do SEBRAE com foco no incentivo ao empreendedorismo e associativismo, para 750 pessoas, e 29 cursos do SENAI para formação de cerca de 1.000 alunos, 500 empreendedores e empresários qualificados e cerca de 3.500 fornecedores a serem mapeadas pelo Censo Empresarial, que é parte do projeto.

De acordo com o apresentado, as atividades conduzidas pela REDES/FIEPA para os produtos Início e Continuidade das compras diferenciadas, foram realizadas de forma a aproximar os distintos atores com o Consórcio Construtor Belo Monte e materializar o mecanismo de compras diferenciadas. No segundo semestre de 2013 foram realizadas quatro reuniões relevantes, com a participação do Consórcio Construtor Belo Monte com vistas a aproximar e tornar factíveis as ações referentes ao produto em questão.

Houve continuidade nas capacitações envolvendo o fortalecimento da cultura empresarial, além de atividades específicas para o segmento de bares e restaurantes

Comentários e recomendações:

O 5º Relatório afirma as reuniões realizadas no âmbito do Programa demonstram o empenho de articulação institucional, porém não foram apresentados até o momento resultados efetivos de tais reuniões, bem como das visitas realizadas. Quanto ao cadastramento de fornecedores, não há informações sobre sua inserção nas compras decorrentes do empreendimento.

As atividades ligadas à meta Incentivar a qualificação profissional de forma a habilitar a população residente na região para aproveitar as oportunidades de trabalho e geração de renda, desde o início da etapa de implantação do empreendimento, devendo estender-se ao longo da construção e operação da UHE Belo Monte continuam tendo o foco principal vinculado ao desenvolvimento da cultura empreendedora, com ênfase no aproveitamento de oportunidades geradas pelo Empreendimento. O objetivo, apontado no EIA, de mitigar a deficiência na qualificação de mão de obra local na região deve ter ênfase similar.

2.6 Plano de Relacionamento com a População

2.6.1 Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante

O 5º Relatório aponta a manutenção no declínio do número de inscrições nos Balcões de Atendimento, e constata o registro de somente 14 cadastros em Vitória do Xingu em seis meses, considerando todo o município (sede, Leonardo da Vinci e Belo Monte). Desta forma, entende que a proposta de transferência do Balcão da sede do município para a vila de Belo Monte não é mais apropriada.

Os outros municípios da AII, continuam a ser atendidos satisfatoriamente pelo Balcão Móvel, sendo o número de cadastros pouco significativo.

Considerando todo o período de funcionamento dos Balcões, o total de registros atingiu o valor de 31.652 pessoas. Por volta de 72,5% dos cadastrados são os chamados residentes, ou nascidos nos seus municípios de cadastro e vivem lá até hoje ou que para lá se dirigiram antes de fevereiro de 2010. Entretanto, 27,5% deste total são classificados como migrantes, ou seja, 8.702 indivíduos. Observa-se portanto, um aumento de 3,1%, ou 1.529 migrantes, dos 2.254 cadastrados no período.

Ao contrário dos relatórios anteriores, não foram apresentados dados sobre participações em cursos profissionalizantes dos cadastrados pelos Balcões.

Para verificação da contratação por outros setores foi estabelecida metodologia de pesquisa baseada em amostra aleatória. Os dados levantados na segunda pesquisa amostral

3 MP
35/118
ll
ll

mostram que dos 500 indivíduos sorteados, 379 foram contatados, ou aproximadamente 76%. Os demais não puderam ser localizados. Desse total, 374 cadastrados forneceram as informações solicitadas pelo Programa. Aproximadamente 56% estão atualmente empregados, dos quais aproximadamente 57% trabalham para o CCBM e 8,5% dizem prestar serviços para a Norte Energia. Outro dado que merece destaque é o tempo de serviço nos novos empregos: aproximadamente 95% dos entrevistados estão há menos de 1 ano empregados.

O relatório informa que, com o objetivo de que 100% dos funcionários do CCBM sejam cadastrados no Balcão de Atendimento do Núcleo RH (incluindo os trabalhadores recrutados nos pólos externos de Marabá e Belém), este balcão foi reestruturado como descrito a seguir: o número de agentes de cadastro e equipamentos foi redimensionado, para atender a demanda de maneira mais eficiente e ágil no atendimento aos trabalhadores. A ficha cadastral foi revista e otimizada, retirando informações que o próprio CCBM pode disponibilizar a este Programa a partir de seu cadastro. Não é esclarecido, porém, se os funcionários recrutados nos pólos externos são cadastrados pelo balcão.

Foi destacado que o perfil do migrante registrado no Balcão de Atendimento do Núcleo RH se assemelha com o migrante em geral: 96,87% são homens, aproximadamente 50% são solteiros. Entretanto alguns indicadores se evidenciam, 79,5% possuem menos que 40 anos, e segundo o CCBM, os migrantes contratados são encaminhados para os alojamentos.

Recomendação:

Solicitar à Norte Energia esclarecimentos quanto ao processo de cadastramento no programa dos trabalhadores recrutados nos pólos externos de Marabá e Belém.

2.6.2 Programa de Interação Social e Comunicação

De acordo com o 5º Relatório, no período de julho a dezembro/2013, foram registrados 2.622 questionamentos durante as mobilizações, reuniões e eventos realizados ou apoiados pelos agentes de comunicação nas áreas urbana e rural. Esses questionamentos estão organizados segundo os principais temas: O empreendimento em geral; Aspectos técnicos do projeto; Licenciamento ambiental; Impactos do empreendimento na região; Relacionamento com a sociedade.

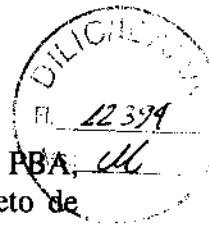
Na área urbana, a categoria Aspectos socioeconômicos e culturais recebeu a grande maioria dos questionamentos (cerca de 89% nas mobilizações; cerca de 67% nas reuniões). A principal subcategoria a receber atenção foi, destacadamente, Tratamento do remanejamento compulsório da população (71,12% nas mobilizações; 46,38% nas reuniões)

Já nas mobilizações da área rural, o tema mais recorrente foi Relacionamento com a sociedade (51,18% dos questionamentos). O foco foram manifestações diversas do público sobre o empreendimento. Logo na sequência, os questionamentos também se concentraram no bloco Impactos do empreendimento na região, especificamente na categoria Aspectos socioeconômicos e culturais (48,82%). Neste contexto as duas subcategorias mais enfocadas foram: Alteração na infraestrutura e acessibilidade (25,98%) e Tratamento do remanejamento compulsório da população (12,6%).

Nas reuniões realizadas na área rural, foi a categoria Aspectos socioeconômicos e culturais que recebeu a expressiva maioria dos questionamentos, (cerca de 80%), distribuídos, principalmente, nas subcategorias: Alterações das condições de vida da população (38,01%) e Alteração na infraestrutura e acessibilidade (28,96%).

Da mesma forma na área urbana, a categoria Aspectos socioeconômicos e culturais recebeu a grande maioria dos questionamentos (cerca de 89% nas mobilizações; cerca de 67% nas reuniões). A principal subcategoria a receber atenção foi, destacadamente, Tratamento do remanejamento compulsório da população (71,12% nas mobilizações; 46,38% nas reuniões).

No mesmo período, o Atendimento "Belo Monte Aqui" recolheu 4.336 contatos, por meio de seus canais: Serviço 0800 e Plantão Social. A exemplo de semestres anteriores, a



ênfase dos questionamentos continuou nos Programas Socioeconômicos do PBA, notadamente no Plano de Atendimento à População Atingida (4), que inclui o Projeto de Reassentamento Urbano.

De acordo com o relatório, houve no período significativa concentração de esforços os esforços para o planejamento e execução de ações de comunicação em apoio ao Plano de Atendimento à População Atingida, especialmente nas atividades relativas a: visita às casas modelo do RUC Jatobá; processo de negociação com reassentados e atualização cadastral, acompanhamento das famílias em vulnerabilidade social.

Outro tema destacado foi a comunicação referente às obras de saneamento básico em Altamira.

A pesquisa de percepção realizada pelos agentes de comunicação também avaliou a receptividade das comunidades locais em relação às ações e aos materiais de comunicação produzidos. Neste contexto, a pesquisa identificou que a principal forma de receber informação sobre o empreendimento é a “visita dos agentes de comunicação” (39,66%), seguida das peças “cartilha/folder/volante” (18,97%).

A consolidação das atividades realizadas pelos agentes no período de julho a dezembro de 2013 registra 4.842 casas visitadas e 50 reuniões produzidas, que contaram com a participação de 3.231 pessoas.

Para a realização das visitas às casas modelo, pela população dos 38 setores urbanos, o apoio do Programa de Comunicação concentrou-se em: mobilização para divulgar e informar sobre a visita; agendamento da visita pelo Serviço 0800 e Plantão Social; logística e acompanhamento da visita; produção de material de comunicação informativo (sobre o agendamento e as informações técnicas referentes às casas).

As visitas aconteceram concentradamente no período de julho a dezembro. No total, foram realizadas 94 visitas da população local, com a participação de 2.148 pessoas.

Comentários e Recomendações:

Permanece acertada a priorização das ações voltadas ao processo de reassentamento e negociação com a população atingida. Reforça-se a importância de que o Programa de Interação Social e Comunicação seja subsidiado com informações seguras e definitivas, que tragam segurança ao processo de comunicação com os atingidos.

2.6.3 Programa de Educação Ambiental de Belo Monte

Comentários e Recomendações

Projeto em atendimento. Os encaminhamentos deste projeto que foram solicitados no parecer do relatório anterior e estão em atendimento continuam a ser acompanhados, motivo pelo qual se dará destaque, neste parecer, somente aos pontos mais críticos.

Recomenda-se o cumprimento das atividades detalhadas na Agenda de Trabalho Integrada das Ações de Educação Ambiental para o RUC Jatobá (interfaces) para o ano de 2014, e consequente apresentação dos resultados aferidos no 6º RC. Mesmo com os possíveis adiamentos do processo de reassentamento urbano, a implementação dessa agenda no RUC Jatobá dará a base experiencial para a planejamento das agendas para os outros RUCs, à partir da utilização do DRP e também do fortalecimento do Nucleax.

Os resultados do curso formativo em Educadores Ambientais Populares para o Ensino Não Formal, apresentados inclusive por meio de gráfico, demonstram crescimento das avaliações positivas em todos os quesitos, entre o 1º e o 2º módulos, mostrando sua relevância para o desenvolvimento do PEA, conforme interpretação do empreendedor. Concorde-se com esta interpretação e solicita-se a continuidade dessas avaliações sobre os resultados do III módulo, que devem constar no 6º RC.

Por outro lado, é notada a falta de avaliação semelhante para o curso formativo para o Ensino Formal.

37/118
MCS
M V
MCS

Em relação ao CREAM, recomenda-se que sejam apresentadas a área definida para implantação deste centro e o projeto básico do mesmo, atentando-se ao atraso desta atividade no cronograma do pacote de trabalho do PEABM (término em T4/2013).

2.6.4 Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos

De acordo com o Relatório, houve continuidade no aperfeiçoamento dos instrumentos de coleta, a fim de aprimorar o controle e melhorar a captação de informações qualitativas relacionadas aos indicadores.

Foi informado que o novo sistema operacional via web foi desenvolvido durante o segundo semestre de 2013, para formação dos bancos de dados que permitem a sistematização e tabulação dos dados coletados e a análise das informações apresentadas nos relatórios.

Foram elaborados os estudos de suficiência de vagas da rede pública municipal e revisada e calculada a projeção demográfica dos municípios, para dois cenários: o esperado e o de alto fluxo populacional. Os municípios de Anapu, Brasil Novo e Senador José Porfírio, mantiveram os números da projeção inercial exibidos no relatório anterior.

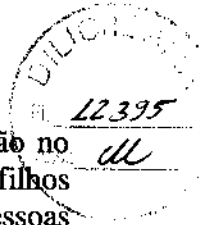
Já para Vitória do Xingu e Altamira, os dois cenários da projeção demográfica foram revisados levando-se em consideração, principalmente, os dados de contratações e demissões do CCBM, estimativas da população atraída indiretamente e a reprogramação da ocupação da Vila Residencial dos trabalhadores em Vitória do Xingu, entre outros. O pico de habitantes em Vitória do Xingu será em dezembro de 2014 e, em Altamira, junho de 2014. Para Altamira, esse pico se deve à vinda de população indiretamente atraída pelos empregos gerados pelo empreendimento. Para Vitória do Xingu, o motivo é a mudança de parte dos trabalhadores alojados no próprio município (nos alojamentos dos canteiros de obras), e em Altamira para a Vila Residencial dos trabalhadores, com a possibilidade de trazerem suas famílias.

Foi iniciada a terceira campanha dos censos populacionais nas quatro localidades monitoradas: Leonardo Da Vinci/Vitória do Xingu (realizado em novembro/2013), Vila Izabel/Anapu (novembro e dezembro/2013), Belo Monte do Pontal/Anapu (dezembro/2013 e janeiro/2014) e Belo Monte/Vitória do Xingu (previsto para janeiro e fevereiro/2014). Os dados de Leonardo Da Vinci e Vila Izabel foram criticados, digitados e tabulados e os de Belo Monte do Pontal estão em processo de crítica e alimentação do banco de dados.

Para Leonardo Da Vinci, há uma diferença significativa, para mais, no número de famílias e de pessoas no terceiro levantamento em relação aos anteriores. De acordo com o relatório, isso pode ser explicado, em grande parte, pelo aprimoramento da metodologia, com a identificação das famílias originalmente cadastradas em mapa, o que facilitou significativamente o novo censo. A pequena variação no número de alunos entre os 2º e 3º levantamentos corroboraria essa afirmação, ainda segundo o relatório.

Para Vila Izabel houve também um aumento, bem menos expressivo que em Leonardo Da Vinci, e que, de acordo com a Norte Energia, também pode ser explicado pelo aperfeiçoamento da metodologia.

Para a dimensão Condições de Vida são analisados 06 indicadores oriundos de duas pesquisas sobre condições de vida na sede urbana de Altamira. Uma na Área Diretamente Afetada – ADA, cuja população será alvo de realocação compulsória, que é censitária e realizada pelo Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs, e outra fora da ADA, que é amostral e aplicada pelo próprio Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos. O relatório apresenta os dados da primeira campanha das duas pesquisas, que permitem construir, após junção dos resultados, os seguintes indicadores: “Alteração da composição familiar”, “Alteração do acesso a equipamentos de saúde”, “Alteração do acesso a equipamentos de educação”, “Alteração na escolaridade da população”, “Evolução nos benefícios recebidos de programas governamentais” e “evolução nos indicadores de trabalho e renda” (inclusive dos familiares).



De acordo com os resultados das pesquisas, as famílias com maior participação no total da sede urbana de Altamira são do tipo nuclear compondo-se de um casal com filhos (cerca de 10 mil, ou 39,8% do total). Já em termos quantitativos, há uma média de 3,7 pessoas por família, pouco acima da média nacional, por volta de 3,5.

Os indicadores de condições de vida dessas famílias revelam uma situação de desenvolvimento econômico com oferta de empregos com carteira assinada e quantidade expressiva de trabalhadores na Construção Civil, fatos que o relatório relaciona às obras da UHE Belo Monte.

Verificou-se que mais de 91% das famílias tem renda per capita acima de R\$ 140,00, o que, além de estar relacionado à oferta de empregos, também teria influência dos benefícios de programas sociais que mais de 25% das famílias recebe.

Quanto à relação com o trabalho e a ocupação principal, para o primeiro aspecto a situação que mais se destaca é a de empregados com carteira de trabalho assinada (23,2%), seguida do trabalhador por conta própria (18,2%), e, em terceiro lugar, os empregados sem carteira de trabalho assinada (10,9%). Quanto à ocupação principal, observa-se que 14,1% são empregadas domésticas ou donas de casa, 7,2% das pessoas declararam ser estudantes; e 5,4% das pessoas declararam trabalhar na Construção Civil, o que é considerado pelo relatório um reflexo evidente das obras do empreendimento.

Já com relação à escolaridade, grande parte da população (mais de 43%) tem o Ensino Fundamental concluído. Em seguida aparece o Ensino Médio com mais de 27% das pessoas e a Educação Infantil com mais de 8%.

Quanto ao acesso aos equipamentos de educação, apesar do aumento da população, a percepção das famílias é que se manteve igual. Já quanto ao acesso à saúde, houve percepção diversa, embora uma quantidade significativa (mais de 35%) acredite que o serviço se manteve igual ou melhorou.

O Relatório informa que o número de empregos diretos relacionados ao empreendimento chegou a 28.072 ao final do segundo semestre de 2013, sendo que para os trabalhadores próprios do CCBM o total foi de 21.016 em junho e 23.907 em dezembro e, para os subcontratados, foi de 4.480 em junho e 4.165 em dezembro.

Quanto à origem da mão de obra, o Relatório informa que o estado do Pará continua sendo o de participação majoritária em relação ao total do efetivo (próximo a 80%). Do conjunto dos municípios da AID, Altamira representa mais de um quarto do total, ao passo que Vitória do Xingu e os demais municípios representam, somados, menos de 3%.

Foi apresentada a análise dos principais indicadores.

Comentários e Recomendações:

O programa vem sendo implementado a contento. Caso os censos populacionais nas quatro localidades monitoradas continuem mostrando aumento na população, a Norte Energia deve verificar se a diferença no número de famílias e de pessoas no terceiro levantamento em relação aos anteriores deveu-se realmente ao aprimoramento da metodologia.

2.7 Plano de Saúde Pública

2.7.1 Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde

De acordo com o 5º Relatório, a construção dos hospitais está em ritmo satisfatório, tanto no município de Altamira – previsão de entrega em junho de 2014, como em Anapu – previsão de entrega em maio de 2014. Já o Hospital da Vila dos trabalhadores do CCBM, a denominada Vila Residencial Belo Monte, teve suas obras iniciadas, e tem previsão de entrega em 14 de abril de 2014. O Projeto executivo do hospital de Vitória do Xingu aguarda Parecer Técnico da Vigilância Sanitária do Estado.

Quanto à estruturação das equipes de saúde, informou-se que é mantido regularmente o apoio da Norte Energia aos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e

MP
39/118
ll
W

Anapu. Com a definição da construção de mais três UBS nas áreas de Reassentamento Urbano Coletivo (RUC), em Altamira, conforme acordo com o Gestor Municipal, com data prevista para início em 2014, serão implantadas as equipes de saúde correspondentes. As três UBS serão localizadas nos reassentamentos Jatobá, São Joaquim e Laranjeiras. Foi acordada, ainda, a instalação de três postos de saúde provisórios em casas dos respectivos reassentamentos até a conclusão das obras das UBS. Nesse sentido, o relatório observa que o primeiro desses postos já se encontra instalado no setor 1 do RUC Jatobá, viabilizando a transferência das primeiras famílias do igarapé Ambé para este RUC, iniciada em 14 de janeiro de 2014.

Foi relatado que após o apoio na estruturação dos NUVS e na capacitação de agentes de saúde, tem-se constatado melhoria em seu funcionamento, visto que os sistemas de informação estão sendo alimentados adequadamente.

Foi informado que a Norte Energia, em parceria com o 10º CRS da SESPA e municípios, tem dado continuidade às palestras nas escolas e comunidades.

Comentário:

O Programa vem sendo implementado como previsto.

2.7.2 Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças

De acordo com o 5º Relatório, o Programa tem sido executado a contento.

Foi relatado que as doenças e os agravos que apresentam maior incidência na região da AID da UHE Belo Monte e Pacajá, em 2013, registraram redução, sendo eles a dengue, leishmaniose tegumentar americana, hanseníase e acidente com animal peçonhento, bem como a malária, que é objeto de análise em programa específico.

As doenças estáveis com pequenas oscilações anuais são a tuberculose e o condiloma acuminado. AIDS, hepatites virais, sífilis congênita e sífilis em gestante são doenças de baixa incidência na AID da UHE Belo Monte e Pacajá, mas que registraram aumento de casos em 2013, quando comparados com 2012. Portanto, necessitam de maior atenção pelo setor de vigilância epidemiológica.

A expansão e o fortalecimento da rede de atenção à saúde, devido ao cumprimento das condicionantes do processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, foram apontadas como contribuintes para melhorar a detecção de doenças e agravos.

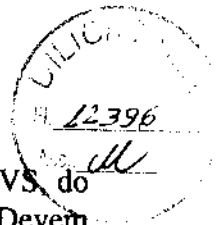
Com referência aos resultados obtidos no ano de 2013, no quadro de registro de dengue nos municípios da AID da UHE Belo Monte e Pacajá, observa-se uma acentuada redução de 58% dos casos na região de Belo Monte. Os municípios que detêm mais casos são Altamira, Pacajá e Brasil Novo, com 40,7%, 30,0% e 18,1% respectivamente. Os municípios de Anapu, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu concentram 11,2% dos casos restantes na região. Foram registrados 203 casos de Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) nos municípios da AID da UHE Belo Monte e Pacajá. No mesmo período de 2012, registrou-se 303 casos, o que demonstra decréscimo de 39% na transmissão da doença na região.

O Instituto Evandro Chagas (IEC) executou em outubro de 2013, conforme previsto no cronograma de atividades do PBA, a 7ª etapa do monitoramento de vetores. Foi disponibilizado o Relatório Anual elaborado pelo IEC.

Comentários:

O documento informa a manutenção da sistemática de trabalho em parceria entre a Norte Energia com o 10º Centro Regional de Saúde da SESPA, para o acompanhamento da implantação das ações de saúde nos municípios, e a análise das informações epidemiológicas das principais doenças incidentes nos municípios da AID Belo Monte e Pacajá, com o objetivo de monitorar o comportamento das doenças, para detectar possíveis surtos para adoção oportuna de medidas de controle.

MP
40/118
[Handwritten signatures and initials]



2.7.3 Programa de Ações para o Controle da Malária

Este programa está sob avaliação da Secretária de Vigilância em Saúde – SVS, do Ministério da Saúde – MS, a qual já se manifestou sobre algumas inconformidades. Devem ser incorporadas as recomendações expedidas pela SVS.

2.8 Plano de Valorização do Patrimônio

2.8.1 Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural

Este programa está sob avaliação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.

2.8.2 Programa de Arqueologia Preventiva

Este programa está sob avaliação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.

2.8.3 Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico

Este programa está sob avaliação do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

2.9 Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais

2.9.1 Programa de Monitoramento da Sismicidade

Os dados coletados durante o período de junho a novembro de 2013 apontam para a ocorrência de 692 eventos distribuídos nas seguintes categorias: 646 eventos locais artificiais, 24 eventos regionais artificiais, 2 eventos regionais naturais e 20 telessismos.

Os eventos regionais naturais tiveram epicentro no norte do estado de Goiás e no sudeste do estado do Pará.

Foi informado que continuam sendo fornecidas pelo Consórcio Construtor Belo Monte as planilhas diárias dos planos de fogo executados para a Norte Energia, que são repassadas ao Observatório Sismológico da UnB para correlação destes dados com as informações registradas na rede sismográfica do Programa.

2.9.2 Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias

Atualização da relação de processos minerários registrados junto ao DNPM

Conforme o empreendedor, o acompanhamento da atualização e andamento dos processos minerários interferentes com a área de bloqueio vem sendo realizada diariamente, com consulta ao DOU e também junto ao site do DNPM (Cadastro do Mineiro).

Foi apresentada uma planilha de controle, com a listagem de todos os processos minerários interferentes na poligonal de bloqueio, a descrição dos principais eventos registrados e seus respectivos *status* atuais. Foi apresentado também um mapa das poligonais e da distribuição espacial dos processos minerários interferentes na área de influência do empreendimento, tendo como data base 31/12/2013.

Solicitação de bloqueio de áreas junto ao DNPM

O bloqueio provisório foi realizado.

Conforme o 5º Relatório, ainda persiste a discussão acerca da transformação do atual *status* do bloqueio provisório para definitivo.

Foi informado que a protocolização do processo de transformação do bloqueio provisório em definitivo junto ao DNPM está programada para o primeiro trimestre de 2014.

Análise e acompanhamento dos processos minerários junto ao DNPM e por meio de trabalhos de campo

MP
41/118
[Handwritten signatures and initials]

Até o final de dezembro de 2013 foram realizadas 27 campanhas mensais de acompanhamento (período de outubro/11 a dezembro/13) e 30 campanhas mensais de atualização (períodos janeiro a março/11 e outubro/11 a dezembro/13) dos processos minerários.

O empreendedor informou ainda que no segundo semestre de 2013 foram realizadas campanhas de campo junto à superintendência do DNPM em Belém/PA nas datas de 02/08/13, 10/10/13, 14/10/13 e 07/11/13 que, somadas com as oito campanhas realizadas anteriormente, indicam um total de 12 campanhas de campo junto ao DNPM, até o final de dezembro de 2013.

Conforme os dados apresentados junto ao 5º Relatório, ao longo do segundo semestre de 2013, houve um incremento de 24% no número de processos minerários recorrentes na base do DNPM, passando o total de 69 para 86, com relação ao apresentado no 4º Relatório.

Realização de acordos com os titulares dos processos minerários

Esta atividade se encontra em andamento.

Segundo o empreendedor, esta atividade continua com uma demanda reduzida, principalmente após a diminuição da poligonal de bloqueio, que liberou áreas para novos requerimentos no leito do rio Xingu, no entorno da cidade de Altamira.

2.9.3 Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos

Geoprocessamento, fotointerpretação e preparo de mapas base

Foi informado que as inspeções trimestrais realizadas no segundo semestre de 2013 (02 campanhas) não apresentaram novas informações que indicassem a necessidade de atualização do mapa apresentado no relatório consolidado anterior.

Mapeamento geológico-geotécnico e caracterização dos processos e instabilização

Foram realizadas duas inspeções durante o segundo semestre de 2013, sendo uma delas realizada no mês de agosto (vazante) e a outra em outubro (seca).

É relatado que a análise comparativa das situações avaliadas nas inspeções trimestrais, realizadas desde maio de 2012, mostra que não são identificadas mudanças significativas no desenvolvimento de processos instabilizatórios nos pontos monitorados, ou seja, as condições estão estáveis ou pouco alteradas sob o ponto de vista geotécnico.

Investigações e instalação de monitores

No relatório anterior havia sido relatado que os monitores instalados nos taludes do rio Xingu ficam submersos devido à elevação da lâmina de água na cheia.

Já no 5º Relatório é relatado que nos períodos de vazante e seca, com a redução da lâmina de água, os taludes/margens apresentam-se mais expostos. Em alguns pontos, os monitores continuam no local de instalação, porém, devido ao uso e às atividades agropastoris nas margens do rio, muitos monitores foram removidos.

Diante disso, o empreendedor optou por não substituir os monitores instalados, já que o período em que os mesmos se encontram submersos é extenso, não compensando sua utilização para o monitoramento proposto nos casos supracitados. Os taludes continuarão sendo monitorados trimestralmente, porém serão reavaliados após o enchimento do reservatório.

Foi informado que nos casos onde forem identificados taludes nos quais seja viável e imprescindível a instalação e manutenção dos monitores para auxílio no monitoramento das encostas, os mesmos serão instalados.

Acompanhamento e interpretação dos resultados das investigações

Conforme já mencionado, é relatado junto ao 5º Relatório que, até o momento, não são identificadas mudanças significativas no desenvolvimento de processos instabilizatórios nos pontos monitorados.

MP
42/118
[Handwritten signatures and initials]

O empreendedor informou que ocorreram mudanças na cobertura vegetal para a maioria dos pontos comparados, sem uma tendência nítida.

É relatado ainda que ocorreram mudanças perceptíveis nos taludes do rio Xingu pelo aparecimento de praias, ou de zonas de deposição de depósitos aluvionares ou de taludes localizados. Segundo o empreendedor, todas estas mudanças estão diretamente relacionadas ao regime de vazante do nível atual deste rio e tenderão a desaparecer quando o período climático da Amazônia voltar à época de chuvas.

Estudo das medidas de proteção das encostas marginais

Foi informado que as atividades desenvolvidas durante o segundo semestre de 2013, principalmente as observações feitas durante as inspeções trimestrais realizadas nas encostas marginais e áreas adjacentes aos futuros Reservatório Xingu e Reservatório Intermediário, bem como às vias de acesso e ao trecho de jusante da Casa de Força Principal, continuam mostrando que a região apresenta elevada integridade ambiental com relação ao aparecimento de processos erosivos e instabilizatórios.

Conforme o empreendedor, na ampla maioria dos pontos em que foram observados problemas locais e limitados de erodibilidade ou desbarrancamento de solo, não se notou necessidade de implementação de medida de controle substancial, seja de mitigação ou de eliminação do eventual problema geotécnico.

Inspeções, levantamentos e leitura de instrumentos

Foi realizado pela equipe executora do programa um levantamento geofísico complementar, com o objetivo de fornecer subsídios para a definição de ações a serem realizadas caso o enchimento do reservatório crie condições de risco para as edificações de Altamira, tendo em vista processos e mecanismos potenciais de instabilização tais como inundação, surgimento de áreas úmidas e alagadas, adensamento dos solos moles e instabilização de pavimentos, edificações e instalações sobre aterros e aluviões da cidade de Altamira.

O levantamento geofísico complementar foi realizado por meio da técnica de tomografia elétrica 2D. Os resultados obtidos encontram-se apresentados junto ao 5º Relatório.

Monitoramento das condições de erosão e de estabilidade das encostas marginais

Esta atividade encontra-se em andamento.

Monitoramento das áreas revegetadas no âmbito do PRAD

Atividade prevista para ser iniciada no 3º Semestre de 2016.

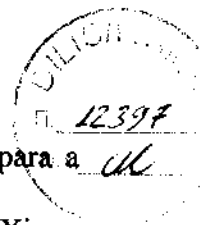
2.9.4 Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios

O 5º Relatório reproduziu o conteúdo da Nota Técnica NT_SFB_Nº038-PCER_09_12_2013_LEME, encaminhada pela Norte Energia por meio do documento CE 0483/2013-DS.

A referida Nota apresentou justificativas técnicas para interrupção do programa fundamentadas por uma análise detalhada dos dados produzidos por meio de levantamentos e estudos realizados na região do Kararaô, além de informações relativas a toda área de influência do empreendimento, principalmente na região da margem direita do Reservatório Intermediário, considerando a modificação dos seus limites originais para a configuração atual.

A equipe do Ibama analisou o conteúdo da Nota Técnica através do Parecer 276/2014 COHID/IBAMA, cuja conclusão é a seguinte:

Recomenda-se que o Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios permaneça sendo executado pela Norte Energia, realizando uma investigação mais detalhada da região do Graben do Macacão e acompanhando, juntamente com a equipe de engenharia, as soluções de estanqueidade propostas para que



Mp
43/118
Handwritten signatures and initials.

não ocorra fuga de água do reservatório. Novas áreas que tragam preocupação para a equipe de engenharia no que tange à estanqueidade poderão surgir com o decorrer do detalhamento das estruturas que formarão o Reservatório Intermediário e estas devem ser relatadas, acompanhadas e investigadas pelo programa ambiental. O referido programa deve ainda manter as suas atividades de monitoramento após a implantação dos reservatórios, e caso algum processo de fuga de água se instale na região medidas de controle deverão ser adotadas para mitigar os eventuais impactos negativos.

2.10 Plano de Gestão de Recursos Hídricos

2.10.1 Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico

2.10.1.1 Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico

Conforme o 5º Relatório, este projeto vem se desenvolvendo de acordo com o previsto no cronograma, não havendo atrasos ou pendências.

A medição da vazão sólida vem sendo feita mensalmente na maioria das estações.

O 5º Relatório apresentou a análise dos dados obtidos no monitoramento até o mês de outubro de 2013.

Foram apresentados e analisados os gráficos de variabilidade granulométrica, o cálculo de descarga sólida em suspensão, as curvas-chave (vazão líquida x vazão sólida em suspensão) e a estimativa de descarga sólida de arraste para as diferentes estações hidrossedimentométricas.

Foi ressaltado que a maioria das conclusões já apresentadas no 4º Relatório foram confirmadas no 5º Relatório. Entre estas conclusões, pode-se citar a antropização das bacias hidrográficas dos igarapés de Altamira (notadamente os igarapés Altamira e Panelas) e do rio Bacajá. Além disso, foi relatado que a inserção de dados consistidos até outubro de 2013 não mudaram a caracterização já apresentada no último relatório consolidado, em que se observa que a bacia do rio Xingu apresenta baixas taxas de transporte de sedimentos em suspensão.

Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico na região dos Bancos de Areia (Ria do Xingu)

Monitoramento hidrossedimentológico

Medições de descarga líquida/sólida e operação da estação hidrossedimentométrica

Atividades estão sendo atendidas.

Levantamentos topobatimétricos e levantamentos planialtimétricos

Já foram realizados dois levantamentos topobatimétricos entre as seções 8 e 15, sendo a primeira no período de 01 de dezembro de 2011 a 17 de fevereiro de 2012 (época de estiagem) – 1ª Etapa e de 20 de abril de 2012 a 10 de maio de 2012 (época de cheias) – 2ª Etapa.

Em substituição ao levantamento planialtimétrico convencional por perfilamento a laser, foi executado, em novembro de 2013, o imageamento com radar interferométrico.

Foi relatado que as imagens obtidas no primeiro levantamento da área em estudo estão sendo trabalhadas por empresa especializada e serão disponibilizadas no primeiro trimestre de 2014. Conforme o empreendedor, de posse dos produtos gerados a partir do levantamento planialtimétricos será possível analisar a alteração ou não das características geométricas na área de interesse.

Medições de velocidades

A primeira campanha de medição de campos de velocidade foi realizada em setembro de 2013.

MP
44/118
[Handwritten signatures and initials]

A segunda campanha está prevista para o segundo trimestre de 2014 com vistas a contemplar o levantamento previsto para o período de cheia do rio Xingu.

Modelo Sedimentológico

Foi relatado que a última reavaliação da modelagem de erosão foi realizada em agosto de 2013, cujos resultados obtidos foram discutidos no 4º Relatório Consolidado.

Segundo o empreendedor, a próxima atualização da modelagem está prevista para o próximo relatório, a ser apresentado em julho de 2014, onde serão incorporados os dados do período de cheia de 2013 associados à atualização dos levantamentos topobatimétricos e planialtimétricos.

Monitoramento do Tráfego de Embarcações

Conforme descrito no projeto, *o monitoramento do tráfego de embarcações tem como objetivo principal a caracterização e avaliação do aumento de fluxo da navegação na região conhecida como "Tabuleiro do Embaubal", localizado nas proximidades do porto hidroviário de Vitória do Xingu, em função da implantação da UHE Belo Monte. Este local é habitualmente utilizado como banco de desova das tartarugas no período compreendido entre os meses de agosto a novembro e sua eclosão costumeiramente nos meses de dezembro e janeiro.*

Foi relatado que o primeiro monitoramento das embarcações foi estabelecido no primeiro semestre de 2013, sendo que efetivamente esta atividade foi devidamente implantada e intensificada em agosto de 2013, quando foi obtido o licenciamento do Porto da UHE Belo Monte junto a SEMA-PA.

O 5º Relatório apresentou um mapa com a rota de navegação utilizada por embarcações de pequeno e de grande porte; a localização das praias de desova; e a localização de seis portos hidroviários, que estão sendo alvo do estudo. Foram apresentados os dados sobre o movimento de embarcações nos seis portos, incluindo dados do Porto da UHE Belo Monte.

Conforme os dados obtidos pelo projeto, até o momento, foi verificado um aumento no tráfego de embarcações de pequeno porte no ciclo hidrológico de seca (agosto a novembro), quando são formadas praias utilizadas como lazer pela população local. Segundo o empreendedor, *o aumento no tráfego destas embarcações de pequeno porte, na época de seca, não tem acarretado problemas relacionados a processos erosivos na região de praias dos quelônios, pois o efeito de ondas gerado por estas embarcações é pouco significativo quando as mesmas trafegam na rota especificada.*

Ainda conforme os dados do projeto, foi verificado um aumento significativo de tráfego de embarcações de grande porte no ano de 2013 associado às obras da UHE Belo Monte. Segundo o empreendedor, o maior fluxo de embarcações no ano de 2013 está compreendido entre os meses de junho a outubro, no período do verão amazônico, onde ocorre uma maior demanda de produção da obra da usina. Foi relatado *que a rota de navegação das grandes embarcações é realizada pela margem esquerda do rio Xingu, onde o leito do rio é mais largo, profundo e relativamente distante das principais praias de desova dos quelônios.*

Ressalta-se que o porto da UHE Belo Monte encontra-se em plena operação. No período de agosto a dezembro de 2013, 44 embarcações já haviam aportado no referido porto.

O monitoramento do tráfego de embarcações na região dos bancos de areia continuará ao longo do ano de 2014.

O empreendedor informou que o monitoramento do tráfego de embarcações passará a ser executado pela equipe técnica responsável pelo Projeto de Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios, já que esta atividade está intimamente relacionada com a avaliação que o aumento do fluxo de embarcações pode interferir e impactar a região das praias de desova dos quelônios. A partir do 6º Relatório Consolidado a apresentação de todo o escopo deste projeto será apresentado como anexo ao Projeto de Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios.



NO 45/118
[Handwritten signatures and initials]

Proposição de medidas corretivas

O PBA prevê que a proposição de medidas corretivas deverá ser feita em caso de identificação de erosão das praias de desova e modificação no comportamento dos quelônios. O 5º Relatório Semestral não trouxe propostas de medidas corretivas, uma vez que o monitoramento, até o presente momento, não apontou erosões das praias.

2.10.1.2 Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões

Conforme relatado junto ao 5º Relatório, este projeto vem se desenvolvendo de acordo com o previsto no cronograma, não havendo atrasos ou pendências.

Junto ao 5º Relatório foi ampliado o intervalo de dados medidos utilizados até outubro de 2013, sendo preliminarmente ajustadas as relações cota-vazão produzidas até então e apresentados os perfis de variação de cotas limnimétricas de cada uma das estações monitoradas.

Já é possível verificar boas relações cota-vazão, com aderência satisfatória das curvas-chave aos dados medidos para grande parte das estações fluviométricas.

2.10.1.3 Projeto de Monitoramento da Largura, Profundidade e Velocidade em Seções do TVR

Monitoramento Permanente

Levantamento da Calha Fluvial no Rio Xingu – TVR

Este levantamento está sendo realizado trimestralmente pela medição de descarga líquida por meio de medidores acústicos de efeito doppler (ADCP).

Já foram realizados sete levantamentos das seções do TVR (março/2012, julho/2012, setembro-outubro/2012, dezembro/2012, março/2013, junho/2013 e setembro/2013).

O 5º Relatório apresentou os resultados obtidos nos sete levantamentos das características físicas da calha fluvial do rio Xingu (profundidade, vazão, área, largura e velocidade) para as seções das margens direita e esquerda do rio.

Levantamento do Perfil da Linha D'Água no Rio Xingu – TVR

Este levantamento foi iniciado em janeiro de 2012 e vem sendo realizado mensalmente, nas mesmas seções onde são feitos os levantamentos da calha fluvial do rio Xingu.

O 5º Relatório apresentou os resultados obtidos em 22 meses de levantamento – janeiro de 2012 a outubro de 2013.

Levantamento Contínuo do Nível D'Água na Estação Mangueiras

O empreendedor vem monitorando continuamente as variações de cotas limnimétricas em duas estações no TVR: Mangueiras, próxima ao barramento principal e Ilha da Fazenda, na margem direita do rio Xingu, a jusante da estação Mangueiras e a montante da foz do rio Bacajá.

A estação Mangueiras conta com medição horária de limnígrafo, além de seção de réguas limnimétricas. Ilha da Fazenda é dotada somente de réguas limnimétricas.

O 5º Relatório apresentou a evolução do nível d'água diário do rio Xingu nas estações Mangueiras e Ilha da Fazenda, no período de outubro de 2010 a outubro de 2013.

Coleta de Sedimentos

As coletas de sedimento vem sendo feitas com frequência mensal nas estações Mangueiras e Foz do Bacajá e trimestral nas estações Aldeia Mrotidjãm e Fazenda Cipaúba. Estão sendo coletadas amostras de sedimentos em suspensão e de material do leito dos rios (sedimento de arraste).

O 5º Relatório apresentou os resultados obtidos até outubro de 2013.

Medição das Vazões Afluentes ao TVR

MP
46/118
[Assinaturas]

12399
M

As medições das vazões afluentes ao TVR tiveram início em: outubro de 2010 (Estações Mangueiras e ilha da Fazenda); abril de 2011 (Estação Foz do Bacajá); e Dezembro de 2011 (Estação Fazenda Cipaúba).

O 5º Relatório apresentou os resultados obtidos até outubro de 2013.

Levantamento do Perfil da Linha D'Água no Rio Bacajá

O levantamento do perfil da linha d'água foi iniciado em julho de 2012, com periodicidade mensal, em 7 seções (Bacajá E, Bacajá F, Bacajá 1, Bacajá 2, Bacajá 3, Bacajá 4 e Fazenda Cipaúba).

O 5º Relatório apresentou os resultados obtidos no período da julho de 2012 a outubro de 2013.

Não foram apresentados os resultados da Seção Bacajá 5.

Monitoramento Sazonal

Levantamento da Calha Fluvial do Rio Bacajá

Os levantamentos topobatimétricos no rio Bacajá foram divididos em duas fases distintas. A primeira fase compreende em 4 etapas, sendo que a primeira (outubro de 2012), a segunda (abril de 2013) e a terceira (outubro de 2013) já foram executadas, e a quarta está prevista para ocorrer em abril de 2014. Já a segunda fase deverá ocorrer após a entrada em operação da UHE Belo Monte, no período de 2020 a 2025, com frequência anual, caracterizando 6 etapas a serem executadas no T1 de cada ano.

O 5º Relatório apresentou os resultados obtidos na campanha de outubro de 2013.

Medição de Larguras e Profundidades em trechos críticos para a navegação

Esta atividade está dividida em duas fases distintas. A primeira fase, composta por 4 etapas, teve início com o primeiro levantamento dos locais críticos para a navegação executado em outubro/2012, o segundo levantamento em maio/2013 e o terceiro em outubro/2013. Resta ainda uma etapa, prevista para ser realizada em abril/2014. Já a segunda fase deverá ocorrer após a entrada em operação da UHE Belo Monte no período de 2020 a 2025, com frequência anual, caracterizando 6 etapas a serem executadas no T1 de cada ano.

Já foram identificados 23 locais com restrição à navegação nos rios Xingu e Bacajá.

No levantamento de outubro de 2013 o empreendedor mediu 21 trechos dos 23 previstos. Conforme o relatado no 5º Relatório, as cachoeiras Paratizão e Seca Farinha não puderam ser levantados em campo, devido à dificuldade de navegação, muito comprometida pela baixa vazão do rio.

O terceiro levantamento de campo dos locais críticos para a navegação nos rios Xingu e Bacajá também foi executado pelo empreendedor em duas etapas:

- **1ª Etapa:** realizada de 23 a 24 de outubro/2013, consistiu na medição dos trechos dos rios, mais estreitos e rasos, por meio de trena eletrônica, GPS e régua; e
- **2ª Etapa:** realizada de 23 a 24 de outubro/2013, abrangendo o levantamento dos locais críticos para a navegação, por meio do levantamento longitudinal dos cursos d'água, ao longo dos canais de navegação, nas margens esquerda e direita. Estes levantamentos foram feitos, em média, em trechos de 5 km de extensão, em todos os locais onde foram mapeados trechos críticos, por meio da utilização de ADCP.

Vistoria multidisciplinar

Esta atividade ocorre concomitantemente com as atividades de levantamento dos níveis críticos de navegação e vem sendo realizada desde novembro de 2011.

Já foram realizadas 5 vistorias nos meses de novembro/2011, agosto/2012, dezembro/2012, abril e maio/2013 e em outubro/2013. A próxima etapa está prevista para ser realizada no período de cheia em abril/2014.

Foi relatado no 5º Relatório que os resultados obtidos na última vistoria multidisciplinar não apresentaram mudanças quanto ao regime hidráulico e foi constatado que as características de navegabilidade mantiveram-se inalteradas. De posse dos dados referentes

47/118
M P

ao monitoramento de navegação, o empreendedor atualizou e apresentou o Mapa de Rotas de Navegação no TVR.

Avaliação da rede e da necessidade de continuação do monitoramento sazonal

Foi informado que em novembro de 2013 foi realizada a terceira campanha de avaliação do monitoramento sazonal previsto para o TVR, onde constatou-se não haver necessidade de alteração na rede amostral do projeto.

Reavaliação periódica das variáveis monitoradas, complementada pela simulação matemática do TVR

No que tange à simulação matemática do TVR, foi informado que será necessária vistoria adicional e avaliação específica de seções para controle e calibração do modelo hidrodinâmico. Diante disso, a Norte Energia propôs que a simulação matemática fosse apresentada no terceiro trimestre de 2014.

Recomendações:

A Norte Energia deve justificar se existe prejuízo para o levantamento do perfil da linha d'água do rio Bacajá o fato de não serem realizadas leituras na seção Bacajá 5 – local de difícil acesso.

Reiterando uma recomendação do Parecer 7802/2013 COHID/IBAMA, recomenda-se que nos próximos relatórios seja explicitado o valor da vazão na estação Mangueiras no momento da execução das atividades de levantamento de dados nos pontos críticos à navegação no rio Xingu. Já para os pontos críticos localizados no rio Bacajá deverão ser explicitados os valores de vazão na estação Mangueiras e Fazenda Cipaíba no momento da execução das atividades.

No que se refere à solicitação da Norte Energia em apresentar a simulação matemática do TVR no terceiro trimestre de 2014, esta equipe entende não haver óbice.

2.10.2 Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques

Monitoramento Hidrológico

A Norte Energia, por meio do documento CE 0474/2013-DS, encaminhou a Nota Técnica NT_SFB_Nº036-PMIID_13_12_2013_LEME que apresentou uma proposta de vazões remanescentes nos igarapés que serão interceptados pelos diques, e solicitou o término do monitoramento hidrológico realizado no âmbito deste Programa, por julgar ter dados suficientes para a definição inicial de vazão residual dos igarapés interceptados.

O Ibama analisou o referido documento por meio do Parecer 622/2014 COHID/IBAMA, datado em 14 de fevereiro de 2014, cuja conclusão é a seguinte:

[...] recomenda-se que (i) seja acatada a solicitação de interrupção do monitoramento hidrológico uma vez que os dados já obtidos são suficientes para a definição inicial de vazão residual dos igarapés interceptados; e (ii) sejam aprovadas as vazões propostas pelo empreendedor, ressaltando a necessidade adoção de soluções de engenharia nos diques que permitam um eventual aumento da vazão caso o monitoramento dos componentes flora e ictiofauna indiquem esta necessidade.

As vazões dos igarapés aprovadas pelo Ibama foram as seguintes: 0,7 m³/s – igarapé Paquiçamba; 0,5 m³/s – igarapé Ticaruca; 0,1 m³/s – igarapé Cajueiro; 0,3 m³/s – igarapé Cobal; 0,1 m³/s – igarapé Turiá. Estas vazões correspondem à 30% da Q95 para o período de cheia (mês de março).

O Ibama por meio do Ofício 02001.002040/2014-15 DILIC/IBAMA, datado em 6 de março de 2014, encaminhou o Parecer 622/2014 COHID/IBAMA à Agência Nacional de Águas (ANA), solicitando que esta avalie as vazões aprovadas pelo Ibama, tendo em vista as

MP
48/118
[Handwritten signatures and initials]

disposições da Resolução ANA n.º 48/2011 (outorga de direito de uso de recursos hídricos em favor da Norte Energia S.A).

Até o fechamento deste parecer, a ANA não se manifestou.

O monitoramento hidrológico dos igarapés encontra-se concluído.

Monitoramento de usos da água

Foi relatado que não há propriedades rurais de terceiros localizadas nos igarapés Paquiçamba e Ticaruca, já que todas as propriedades ali existentes foram adquiridas pela Norte Energia. Nos demais igarapés (Cobal, Cajueiro e Turiá) foram identificadas três propriedades remanescentes que foram adquiridas parcialmente pela Norte Energia.

Já foram realizadas 4 campanhas de leitura de nível de água dos poços referente à etapa 1 do programa – os resultados foram apresentados no 4º Relatório Consolidado. A etapa 2 terá início em janeiro de 2014.

Monitoramento da qualidade da água

Até o momento foram realizadas campanhas trimestrais nos períodos de enchente (dezembro de 2011 e janeiro de 2013), cheia (março de 2012 e abril de 2013), vazante (junho de 2012 e julho de 2013) e seca (setembro e novembro de 2012 e outubro de 2013). Nestas campanhas foi realizada uma avaliação completa da qualidade da água dos igarapés (limnologia, biota aquática e sedimentos).

A partir de julho de 2012, campanhas mensais (julho a outubro de 2012, dezembro de 2012 e fevereiro a dezembro de 2013) foram realizadas nos igarapés Paquiçamba, Ticaruca e Turiá e a partir de agosto de 2012 nos igarapés Cajueiro e Cobal (agosto a outubro de 2012, dezembro de 2012 e fevereiro e dezembro de 2013) para o monitoramento da qualidade da água (sonda multiparamétrica).

Os resultados obtidos nas campanhas trimestrais e mensais foram apresentados no 5º Relatório.

Monitoramento dos padrões fenológicos

O Relatório apresentou dados coletados nas 4 parcelas em estudos do Igarapé Paquiçamba, que será interceptado pelo Dique 28. As etapas 1, 2, 3 e 4 do cronograma foram antecipadas e finalizadas, e a etapa 5 seguirá o proposto no PBA. Não existiam atividades previstas para o T3 e T4 de 2013, portanto os resultados apresentados foram os mesmos do 4 RC.

O estudo foi realizado em 4 parcelas isoladas e adotou os seguintes procedimentos de coleta de dados: definição e delimitação das parcelas, determinação das espécies de maior IVI e frequência para análise dos padrões fenológicos, levantamento da fenologia das cinco espécies de maior IVI, e caminharmento das parcelas para levantamento florístico e análise fenológica.

As parcelas seguiram o desenho amostral do RAPELD apresentado no Plano de Conservação e Manejo dos Ecossistemas Terrestres, e protocolo metodológico do Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme.

Como resultados, foram apresentados dados consolidados das análises de estrutura, florística, fitossociologia, espécies ameaçadas, diversidade e similaridade tanto para dados agrupados como por tratamento (jusante e montante).

Foram encontrados 245 indivíduos contabilizados em 59 espécies, 50 gêneros distribuídas em 26 famílias. Para dados florísticos foram encontrados 187 espécies, distribuídas em 49 famílias.

Para os dados agregados, o índice de diversidade de Shannon (H') foi de 3,23 nats/ind, Simpson (C) 0,05 e equabilidade (J) em 0,58, foi considerado alto, sugerindo que os valores de diversidade de Shannon permaneceram próximos ao máximo aguardado para o número de espécies amostradas, corroborando índices já calculados em estudos para essa região.

Para os dados apresentados por tratamento, a seguir são apresentados os dados sucintos para parcelas a jusante e montante.



49/118
Mo

	N° indivíduos	Espécies	Gêneros	Família
Montante	96	34	29	22
Jusante	149	33	30	12

Para os índices foram apresentados os seguintes resultados:

	Shannon (H)	Simpson (C)	Equabilidade (J)
Montante	3,05	0,06	0,55
Jusante	2,62	0,110	0,47

Não foi apontado no relatório nenhum registro de espécies arbóreas invasoras e sim um processo natural contrário de regeneração nestas áreas. Apenas o cacau e a goiabeira foram identificadas no entorno das áreas, mas não consideradas como invasoras.

As parcelas a jusante e montante foram consideradas bem distintas entre si, o que pode se dar pela variação da composição do solo e variação de altitude das parcelas. Outro fator importante a ser considerado é a fragmentação devido a antropização da região.

A listagem de espécies de maior IVI foram apresentadas no Quadro 11.2-44 e indicadas as 5 primeiras sugeridas para acompanhamento fenológico são elas: *Mollia lepidota*, *Cynomera emarginata*, *Alexa grandiflora*, *Guarea kunthiana*, e *Patinoa paraensis*. Entretanto, foram identificados problemas em encontrar espécies que ocorram nas parcelas de jusante e montante simultaneamente e no quantitativo de indivíduos requerido na metodologia de Fournier (8 indivíduos). Foi incluída a espécie mogno (*Swetenia Macrophylla*) na lista de monitoramento, devido a sua presença ter sido verificada nas proximidades das parcelas.

A Norte Energia sugere que sejam consideradas as espécies identificadas com maior IVI, mas que não contemplem a quantidade de indivíduos, mesmo considerando a inclusão de indivíduos nas adjacências das parcelas. Por isso, adotou o critério de seleção a abundância existente, diminuição do número de indivíduos por espécies e espécies presentes a montante e jusante, dentro e fora das parcelas. O IBAMA aprovou a escolha destas espécies, segundo as alterações propostas, conforme Parecer Técnico nº 7244/2013.

Mesmo com a alocação de novas espécies, o cronograma de desenvolvimento de atividades não teve prejuízo, visto que o início do monitoramento estava previsto para T1/2014, e foi inicializado em T2/2012.

Não foram apresentados mapas com a localização das parcelas realocadas e para o próximo relatório deverá ser apresentado mapa com estas de localização das parcelas e coordenadas de localização dos indivíduos escolhidos para acompanhamento fenológico.

Recomendações:

Apresentar mapa de localização das parcelas realocadas e coordenadas de localização dos indivíduos escolhidos para acompanhamento fenológico.

Monitoramento da ictiofauna

O monitoramento realizado apresentou no 3º os integrados (março, junho/julho, outubro e novembro) nos igarapés Cobal, Cajueiro, Ticaruca e Paquiçamba. O 4º Relatório Consolidado agregou aos resultados apresentados no 3º Relatório Consolidado (resultados das 4 campanhas realizadas no ano de 2012) os resultados das campanhas executadas em janeiro e abril de 2013, já incluindo o igarapé Turiá. O 5º Relatório Consolidado apresentou os resultados integrados das oito campanhas de coleta da ictiofauna. O estudo ressalta que a análise e interpretação de resultados são feitas de forma acumulativa e contínua. Os resultados referentes ao igarapé Turiá são analisados de forma individual e independente por ter tido início posterior aos demais.

22.401
u

Igarapés Paquiçamba, Cobal, Cajueiro e Ticaruca

No total, foram coletados 8.287 espécimes de peixes pertencentes a 103 espécies ou morfoespécies, contidas em 69 gêneros, 27 famílias e sete ordens taxonômicas. Esse montante corresponde a 9% da abundância absoluta total de indivíduos e 28% da riqueza total da ictiofauna amostrada em toda área de influência do empreendimento, quando se considera as demais amostragens de ictiofauna realizadas no âmbito do Programa de Conservação da Ictiofauna (372 espécies/morfoespécies, 45 famílias e 12 ordens taxonômicas). Das espécies ou morfoespécies amostradas quatro foram exclusivas desses quatro igarapés em relação aos outros 43 igarapés amostrados e em relação ao rio Xingu, a saber *Hypoptopoma* sp., *Microschemo brycon* sp., *Tatia* sp. "preta", e *Eigenmania* aff. *limbata*. Acompanhando a tendência para as ictiocenoses encontradas em rios da região neotropical, a ordem mais diversa foi Characiformes, que apresentou 11 famílias contendo 35 gêneros e 63 espécies. Dentre as famílias dessa ordem, Characidae destacou-se em riqueza e abundância. Do total coletado, apenas 20 espécies apresentaram número superior a 100 indivíduos coletados. Não foram registradas espécies que fazem parte das listas de espécies ameaçadas de extinção nacional ou internacional (IUCN - CITES). Contudo foram registradas três espécies endêmicas para a bacia do Xingu: *Moenkhausia xinguensis* (Characidae), *Cichla melanie* (Cichlidae) e *Retroculus xinguensis* (Cichlidae).

O estudo apresentou uma atualização da análise da complexidade estrutural de cada um dos igarapés. Nesse ponto, o estudo ressalta novamente, como em relatórios anteriores, que o igarapé Cajueiro encontrava-se completamente seco em outubro e novembro de 2012. Em julho de 2013 foi encontrada apenas uma poça de água rasa onde não foi possível aplicar os métodos de monitoramento da ictiofauna. Nos mesmos períodos o igarapé Paquiçamba encontrava-se com suas águas paradas, sem fluxo. Nesse último caso o protocolo pôde ser aplicado onde foi observada água nos poções ao longo do igarapé.

O grau de conservação dos igarapés variou bastante no tempo em função da variação dos parâmetros utilizados para a classificação, ora saindo de um estado mais conservado para um mais alterado e retornando posteriormente em outras campanhas. Alguns parâmetros que apresentaram grandes variações foram "regimes de velocidade e profundidade", "fluxo de água no canal", "deposição de sedimentos", "proteção vegetal nos barrancos" e "largura da faixa ciliar".

O igarapé Cajueiro apresentou a menor diversidade dentre os igarapés amostrados. O estudo discute esse fato alegando que essa baixa diversidade pode ser um efeito do número de amostragens, que foi menor nessa drenagem, ou decorrente do tamanho da bacia. Contudo, o igarapé Paquiçamba também apresentou baixa diversidade e foi mais amostrado e possui a maior área de drenagem dentre os quatro igarapés considerados. Nesse caso o estudo discute que a baixa diversidade pode decorrer do histórico de uso e ocupação das margens desse igarapé ou do número e magnitude de alterações pelo andamento da obra na região do Reservatório Intermediário. O igarapé Ticaruca foi o mais abundante, com mais de 3.000 indivíduos coligidos. Este igarapé também vem sofrendo muitas alterações, e mesmo assim ainda é um dos igarapés mais diversos na região.

O estudo apontou uma baixa afinidade ictiofaunística entre os diferentes ambientes estudados, o que foi evidenciado pela análise de MDS a partir das abundâncias relativas de todas as espécies de peixes coletadas nos quatro igarapés e pela análise de similaridade que detectou diferenças significativas entre os igarapés. As espécies que foram encontradas simultaneamente nas quatro drenagens estão entre as que apresentaram maiores abundâncias absolutas, apontando um quadro de dominância numérica de poucas espécies, nos igarapés.

A comparação da frequência de ocorrência (FO%) com a abundância relativa (N%) das espécies demonstra que a ictiofauna é representada por espécies raras e restritas, uma vez que 83 espécies correspondentes a 80% da riqueza total apresentaram abundância inferior a

Mp
51/118
u

100 indivíduos, correspondendo a apenas 15% da abundância total e que 59 espécies correspondentes a 57% da riqueza total foram registradas em até dois igarapés, apenas. Além disso, a soma das espécies que foram exclusivas de um igarapé representou apenas 5% da abundância absoluta total. Destas 32 espécies, 25 foram restritas a apenas um período amostral. Através de curvas de ranqueamento de abundância o estudo demonstrou que a maioria das espécies foi representada por populações reduzidas e com distribuição espacial restrita. O estudo discute esse resultado concluindo que os igarapés tendem a apresentar alta especificidade ictiofaunística, cuja composição específica pode ser suscetível a alterações ambientais.

Igarapé Turiá

O monitoramento da ictiofauna no igarapé Turiá não foi previsto no PBA e foi incorporado ao Projeto de Monitoramento da Ictiofauna após dezembro de 2012. A metodologia utilizada foi a mesma para os demais igarapés interceptados pelos diques, contudo, por haver um número menor de campanhas, os resultados são apresentados e analisados em separado.

No total, foram coligidos 623 espécimes de peixes pertencentes a 28 espécies ou morfoespécies, contidas em 26 gêneros, 12 famílias e quatro ordens taxonômicas. Como esperado, Characiformes e Siluriformes foram as ordens mais representativas. O número de espécies se manteve praticamente constante variando entre uma riqueza mínima de 16 espécies em abril de 2013 e riqueza máxima em julho de 2013. A abundância absoluta das espécies variou entre 147 espécimes em abril de 2013 e 297 espécimes em outubro de 2013. Também nessa drenagem não foram registradas espécies que fazem parte da lista de espécies ameaçadas de extinção, tampouco espécies endêmicas para a bacia do Xingu. Uma única espécie, *Steindachnerina amazonica* foi exclusiva do igarapé Turiá quando comparada com a ictiofauna monitorada nos outros quatro igarapés interceptados pelos diques. No entanto, esta espécie foi registrada em outros quatro igarapés monitorados no Projeto de Monitoramento da Ictiofauna. O grau de conservação do igarapé Turiá foi classificado em abril de 2013 no limiar entre “alterado” e “natural”, no entanto, nas campanhas subsequentes foi observada uma recuperação. A curva de ranqueamento de abundância do igarapé Turiá foi bem similar às curvas dos igarapés Paquiçamba, Cajueiro e Cobal, indicando que as abundâncias de espécies diferentes neste igarapé segue o mesmo padrão já apresentado.

2.10.3 Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas

2.10.3.1 Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas

Foram realizadas, até o momento, duas leituras trimestrais durante o ano de 2012 e mais quatro durante o ano de 2013.

A rede de monitoramento é composta por 26 cisternas existentes na área urbana de Altamira e 55 poços de monitoramento instalados, na área urbana de Altamira e no entorno da área dos futuros reservatórios Xingu e Intermediário.

Foram incorporados à rede de monitoramento 4 pontos (2 localizados no trecho de vazão reduzida – SP-C1 e SP-C2 e outros 2 a jusante da casa de força principal/trecho de restituição de vazão – BMP-C1 e BMP-C2). Segundo o empreendedor, estes poços já fazem parte da rede de coleta de amostras do Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas e seus níveis são medidos trimestralmente.

No 5º Relatório foram apresentados os resultados obtidos nas 6 campanhas de leitura de nível de água, tanto nas cisternas existentes quanto nos poços perfurados.

Os níveis medidos tanto nas cisternas existentes quanto nos poços de monitoramento instalados apresentaram, de forma geral, cotas do nível d'água mais baixas no mês de dezembro. Segundo a equipe executora do projeto, o rebaixamento do nível de água neste período *mesmo depois de mais de um mês, com chuvas regulares e este fato é explicado pelo*

retardo que o aquífero mostra com relação às águas de superfície. As águas das primeiras chuvas são retidas nas camadas superficiais dos solos para aumentar sua umidade e apenas depois de um período de mais de um mês é que as plumas de umidade alcançam a zona saturada do aquífero.

Conforme já mencionado nos relatórios anteriores, os ensaios de condutividade hidráulica dos solos da região mostraram que cerca de 75% dos resultados têm ordem de grandeza menor que 10^{-6} m/s, ou seja, são solos com baixa permeabilidade.

De maneira geral, se observa níveis mais profundos no período final da seca e início da enchente (outubro a dezembro) e níveis mais rasos no final do período de cheia (maio).

No 5º Relatório foram apresentados ainda: (i) Mapa geológico-geotécnico da área urbana de Altamira, que apresenta as unidades geológico-geotécnicas que caracterizam a área urbana de Altamira; e (ii) Mapas que mostram a situação do lençol freático em Altamira nos períodos de enchente, cheia, vazante e seca.

Foi relatado que *na área urbana de Altamira, se observa que áreas com cotas menores que 100 metros, são as áreas que mais apresentam variações de nível nos diferentes períodos do ano. Portanto, essas áreas indicam locais mais favoráveis à influência da subida o lençol freático. Estas áreas seguem a orla do rio Xingu e adentram para o interior da cidade seguindo os igarapés. Nos casos em que a declividade é reduzida, espera-se que a influência da elevação do nível freático seja mais acentuada.*

Foi relatado ainda que *as áreas com maior potencial de recarga se localizam nas porções mais elevadas topograficamente e recobertas por solos com elevada condutividade hidráulica (latossolos).*

Comentários e recomendações:

Recomenda-se que a Norte Energia apresente uma avaliação de suficiência do número de poços/cisternas monitorados no Trecho de Vazão Reduzida (TVR) e nas propriedades rurais do entorno dos reservatórios para avaliar os eventuais impactos que poderão surgir na fase pós-enchimento. No caso do TVR, existem apenas duas cisternas sendo monitoradas e no entorno dos reservatórios os poços estão concentrados nas bordas dos futuros reservatórios. Ressalta-se a importância da obtenção destas informações antes do enchimento dos reservatórios.

2.10.3.2 Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas

No segundo semestre de 2013 foram realizadas duas campanhas de coleta de água, em agosto e outubro. Já foram executadas seis campanhas trimestrais.

Cada grupo de pontos (poços rasos e cisternas em Altamira; poços de monitoramento, localizados em Altamira; Sítio Pimental; Belo Monte; Belo Monte do Pontal; Reservatório Xingu e Reservatório Intermediário) foi representado graficamente em diagramas de Piper (gráficos hidroquímicos que ilustram as principais características químicas de uma amostra d'água, quanto aos seus íons dominantes). Outros gráficos também foram apresentados para os mesmos grupos de amostras, contendo os valores obtidos nas diferentes campanhas para os seguintes parâmetros: nitrato; nitrito; amônia; pH; sólidos totais dissolvidos; sódio; potássio; cálcio; magnésio; e cloreto.

Diante dos resultados já obtidos nas seis campanhas, foi relatado no 5º Relatório que se observa uma *tendência de algumas variáveis se manterem fora dos valores máximos permitidos, principalmente turbidez, coliformes, nitrato, ferro total, alumínio, manganês e chumbo. Cor aparente, cromo, níquel, mercúrio e arsênio também se apresentaram fora dos limites de potabilidade, principalmente em período com menor influência das águas pluviais – período de seca. Além disso, foi observado também que os elementos e substâncias presentes nas águas subterrâneas são diluídos no sistema, e geralmente aparecem em menor concentração após o período das chuvas.*

No 5º Relatório também foram apresentados mapas que mostram a variação de algumas variáveis utilizadas para avaliação da potabilidade da água (Ferro; Cloreto; Amônia; Nitrato; Chumbo; pH; e Turbidez), para a área urbana de Altamira

Os resultados obtidos no 2º semestre de 2013 (5ª e 6ª campanhas) reforçaram a condição registrada nos relatórios anteriores, de contaminação sanitária e de metais nas águas subterrâneas da área de influência da UHE Belo Monte, notadamente na área urbana de Altamira.

2.10.4 Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água

2.10.4.1 Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial

O 5º Relatório Consolidado reúne os dados levantados de dezembro de 2011 a outubro de 2013, totalizando 9 campanhas trimestrais no rio Xingu e tributários; e 23 campanhas de monitoramento mensal da qualidade da água no entorno e no interior dos canteiros e em pontos próximos às vias de acesso e linhas de transmissão.

Monitoramento trimestral do rio Xingu e tributários

De maneira geral, os resultados das campanhas de julho/2013 e outubro/2013 apresentaram boa qualidade de água no rio Xingu e tributários – boa parte dos resultados atende o padrão classe II da Resolução Conama n.º 357/2005 –, porém exceções foram identificadas. As exceções foram mais evidentes nos igarapés de Altamira e nos igarapés localizados na região do futuro Reservatório Intermediário e Canal de Derivação.

Conforme relatado no 5º Relatório, as inconformidades observadas nos igarapés da região do Reservatório Intermediário e Canal de Derivação *podem estar associadas às atividades das obras com a construção dos diques e canais e já esperadas, com a alteração dos cursos dos igarapés. Tais intervenções são potencialmente causadoras do aporte de material terrígeno aos corpos hídricos (aumento de turbidez), gerando aumento da concentração de fósforo total, de ferro dissolvido e manganês total, no entanto, vale ressaltar que são temporárias e constante foco de atenção no gerenciamento e controle ambiental do empreendimento.*

No que se refere aos resultados do monitoramento da qualidade dos sedimentos, foi concluído que as alterações decorrentes do ciclo hidrológico não foram tão acentuadas como as observadas nas variáveis de qualidade de água. De maneira geral, os resultados de qualidade dos sedimentos apresentados apontam que este componente se encontra em bom estado ambiental.

Foram apresentados os resultados de monitoramento mensal (no ponto RX03) dos perfis de temperatura e oxigênio dissolvido (metro a metro) e amostragens das frações inorgânica e orgânica de fósforo na superfície e fundo da coluna d'água, conforme solicitado pelo Ibama por meio do Ofício n.º 510/2011/DILIC/IBAMA (item 1.44) – recomendações do Estudo Complementar de Modelagem Matemática da Qualidade da Água.

Foram apresentados ainda os resultados obtidos por meio de uma análise estatística multivariada aplicada aos dados de qualidade de água e sedimento das campanhas trimestrais realizadas até o momento. O objetivo do uso deste tipo de ferramenta é observar a influência dos fatores espaço, considerando as áreas da paisagem fluvial do rio Xingu e tempo (sazonalidade das campanhas) sobre as condições ambientais na área de monitoramento.

Por fim, no que se refere ao monitoramento trimestral, o 5º Relatório apresentou os resultados de monitoramento da biota aquática (comunidades fitoplanctônica, zooplanctônica e bentônica). Para ambas as comunidades é relatado que não foram observadas *evidências de alterações ocasionadas pela construção do empreendimento em toda a malha amostral analisada.*



Monitoramento mensal – entorno dos canteiros

O 5º Relatório apresentou os valores obtidos nas campanhas mensais entre o período de janeiro de 2012 a novembro de 2013.

Avaliando os resultados apresentados do período julho/2013 a novembro/2013 – período de análise do 5º Relatório –, é possível afirmar que alguns pontos apresentaram melhora em relação às campanhas anteriores. Porém, cumpre ressaltar que os pontos PACBM - J (canteiro Belo Monte); PACBM-M (canteiro Belo Monte); RX07 (canteiro Belo Monte); ETEPIM (canteiro Pimental); PACPIM – M (canteiro Pimental); e IGPAQ – M1 (canteiro Canal e Diques) apresentaram inconformidades mais frequentes que os demais pontos no referido período (julho a novembro de 2013).

Monitoramento em pontos próximos às vias de acesso e linhas de transmissão

Foram apresentados os resultados das campanhas realizadas no período de janeiro de 2012 a novembro de 2013. Foram observadas algumas inconformidades em alguns pontos do período julho/2013 a novembro/2013 – período de análise do 5º Relatório. Os pontos que apresentaram inconformidades com mais frequência foram IGLH (igarapé Galhoso – Canal de Derivação), IGTC (igarapé Ticaruca – Diques), IGPAQ (igarapé Paquiçamba – Diques), e IGCAJ (igarapé Cajueiro – Diques). Possivelmente parte das inconformidades observadas está associada às obras da UHE Belo Monte no local.

Monitoramento mensal – interior dos canteiros

Foram apresentados os laudos do interior dos canteiros obtidos ao longo de 2012 a novembro de 2013.

Foi relatado que, *de maneira geral, as variáveis monitoradas indicaram que a qualidade de água das saídas da ETA, bebedouros e dos efluentes está de acordo com as respectivas legislações (Portaria MS 2914/11 e Resolução CONAMA 430/11). Exceções foram registradas, pontuais, no espaço e no tempo: aproximadamente 91% dos 4.865 laudos avaliados estiveram em conformidade.*

Avaliando a porcentagem de laudos em não conformidade no interior dos canteiros, pode-se afirmar que os resultados das saídas das ETEs nos sítios Pimental, Canal e Diques e Bela Vista e da saída da caixa separadora de óleos e graxas do Sítio Belo Monte não têm sido satisfatórios.

Recomendações:

Reiteradas as recomendações do Parecer 7802/2013 COHID/IBAMA, recomenda-se que a Norte Energia seja oficiada a adotar, no âmbito do Comitê de Qualidade de Águas, ações mais rigorosas de controle ambiental nos canteiros e imediações com vistas a melhorar de forma significativa os resultados de qualidade da água nos pontos localizados no entorno do canteiros; próximos às vias de acesso; interior dos canteiros e nas regiões do futuro Reservatório Intermediário e Canal de Derivação.

2.10.4.2 Projeto de Monitoramento e Controle de Macrófitas Aquáticas

O 5º Relatório Consolidado reúne os dados consolidados das campanhas trimestrais dos meses de dezembro de 2011 a outubro de 2013, totalizando nove campanhas.

Já foram identificadas 104 espécies de macrófitas aquáticas, pertencentes a 34 famílias.

Foi relatado no 5º Relatório que o ponto LA 03 (Lagoa do Maradona), localizado na área do futuro Reservatório do Xingu e que apresenta inúmeras lagoas temporárias, foi o que apresentou a maior quantidade de espécies de macrófitas aquáticas. Além deste ponto, as lagoas LA 02, LA 04, lagoa do Noronha, RX 04 (localizado na orla da cidade de Altamira-PA) e os igarapés Altamira (IG 02), Ambé (IG 03) e Trindade (IG 04), todos localizados na área do futuro Reservatório do Xingu, foram os locais onde ocorreram as maiores riquezas de espécies.

MP
55/118
Handwritten signatures and initials.

Outra área com importante contribuição para a riqueza de espécies de macrófitas aquáticas foi a área de jusante da Casa de Força Principal, representado pelos pontos TVR 07, TVR 08 e TVR 09, todos localizados no rio Xingu e o ponto IG 13, no igarapé Tucuruí (Vitória do Xingu).

No primeiro ciclo hidrológico avaliado pelo projeto os pontos TVR 09, DI 03, DI 04 e a lagoa próxima ao igarapé Paquiçamba apresentaram altos níveis de infestação de macrófitas aquáticas (níveis IV e V). Já no segundo ciclo hidrológico os pontos LA 03, LA 04, TVR 09, DI 03, DI 04 e a lagoa próxima ao igarapé Paquiçamba são os que apresentaram tais níveis.

Foi evidenciado no 5º Relatório, assim como no relatório anterior, o efeito do período de seca sobre a comunidade de macrófitas aquáticas, considerando que as lagoas, nesta época, ficam completamente secas, inviabilizando a permanência de diversas espécies. Na maioria das áreas avaliadas houve um aumento da diversidade de espécies nos períodos de cheia.

No que tange à diversidade de espécies, em média, os pontos localizados no futuro Reservatório do Xingu apresentaram uma maior diversidade de espécies – nesta região se localizam praticamente todas as lagoas avaliadas no projeto. Já as áreas a montante do Reservatório do Xingu e no rio Bacajá apresentaram baixa diversidade ou ausência de espécies de macrófitas aquáticas.

Foi ressaltado que o igarapé Altamira é um local propício ao desenvolvimento de macrófitas aquáticas infestantes, considerando que este corpo d'água recebe efluentes domésticos sem tratamento e que já registrada a presença de espécies infestantes neste igarapé.

Foi ressaltado ainda que as macrófitas aquáticas possuem grande importância para os ecossistemas aquáticos, pois adicionam heterogeneidade ao ambiente, aumentando a diversidade de espécies ao proporcionar alimento, abrigo e habitat para diversas espécies animais. Porém, as macrófitas também podem abrigar diversas fases do ciclo de vida de insetos, vetores de doenças ou não. Neste sentido, cabe informar que no Seminário Técnico realizado entre os dias 02 e 04 de abril de 2014, foi solicitado que a Norte Energia encaminhe proposta de monitoramento de mosquitos (criadouros de larvas) de maneira associada ao Projeto de Monitoramento e Controle de Macrófitas Aquáticas.

Recomendações:

Com vistas a evitar a proliferação de vetores de doenças associados às macrófitas aquáticas, especialmente na região dos igarapés de Altamira e orla, o empreendedor deve estudar e apresentar as medidas de controle a serem executadas nestes locais quando do enchimento do Reservatório do Xingu.

2.10.5 Programa de Monitoramento do Microclima Local

Este programa está sendo executado normalmente.

Junto ao 5º Relatório foram apresentadas a análise e a consistência dos dados obtidos no monitoramento até o mês de outubro de 2013, com apresentação da distribuição dos parâmetros meteorológicos (Precipitação, Temperatura do ar, Umidade relativa do ar, Velocidade dos ventos, Pressão barométrica e Evaporação) obtidos por anotações diárias de observador e automaticamente nas plataformas de coleta de dados.

2.11 Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres

Neste plano o relatório buscou conexões entre grupos, meios e/ou compartimentos, de tal forma a se caracterizar temporal e espacialmente os efeitos e a eficiência das medidas adotadas para mitigação e/ou compensação de impactos. Para tanto, foi apresentada uma proposta de integração baseada em análise estatística e modelagem dos dados obtidos nos Projetos desenvolvidos nos módulos Rapeld.

MP
56/118
[Handwritten signatures and initials]

11 404
U

Para a elaboração deste documento, o monitoramento da biota terrestre concentrou-se nos seguintes grupos biológicos: Artrópodes, Avifauna, Herpetofauna, Mastofauna e Fanerógamas. Foram incluídos nas análises dos levantamentos de Solo (físico e químico). Dessa forma, este documento apresenta o desenvolvimento de um sistema para análise estatística e modelagem dos dados de levantamentos de Fauna e Flora.

As populações biológicas foram avaliadas por meio de três parâmetros principais: Abundância, Riqueza e Diversidade.

Para os Artrópodes (Abelhas e Drosófilas) foram utilizados valores por armadilha e por dia de 24 horas. Para a Avifauna foi utilizado a metodologia de Pontos de Escuta com os valores padronizados por hora de escuta; e para o levantamento por redes de neblina por hora e por rede aberta. Para Herpetofauna, o levantamento por parcela foi avaliado por hora e por transecto. Para a Mastofauna os valores foram calculados por hora de busca nos transectos. Para as Fanerógamas (Fitossociologia) os valores foram transformados em hectare. Para Solo (Físico e Químico) as unidades já estavam definidas para cada um dos elementos ou características analisadas.

Para os Grupos de Fauna foram calculados, para cada unidade da amostragem (Parcela ou Transecto), os seguintes índices normalizados: Índice de Abundância, Índice de Diversidade e Índice de Riqueza. Para os dois Grupos de Fanerógamas, além desses índices, foi também calculado o Índice de Biomassa, baseado no valor da biomassa seca por hectare. Para as características físicas e químicas do solo foram calculados dois índices para cada grupo: Índice de Qualidade e Índice de Diversidade. O Índice de Qualidade considera que as observações de maior valor apresentam maior índice e para o Índice de Diversidade, quanto maior a variabilidade da amostra maior este índice.

Para a análise das características de cada variável estudada foi usado o Diagrama de Caixa (Box Plot). As variáveis foram agrupadas por tipo de Índice (Diversidade, Abundância e Riqueza) e por Grupos (Fauna, Fanerógamas e Solo).

Observou-se que os maiores Índices de Abundância foram os obtidos por transecto para Herpetofauna, Mastofauna e Avifauna (Pontos de Escuta). Isto mostra que as varreduras em áreas maiores apresentam maior abundância (maior probabilidade de encontrar indivíduos). As menores abundâncias foram aquelas em que foi utilizada a amostragem por armadilha (garrafas) ou em parcelas, ou seja, a observação foi restrita a armadilha ou parcela.

Quanto à riqueza, as maiores variações foram encontradas nos levantamentos da Herpetofauna, quando o transecto foi a unidade amostral escolhida. A menor média foi para a Mastofauna e a maior para as Abelhas.

Notou-se também que a vegetação com indivíduos inferiores a 29,9 cm de DAP apresenta maiores valores em todos os índices calculados que os indivíduos superiores a 29,9 cm. Entretanto, o comportamento relativo dos Índices foi semelhante, dentro de cada classe de DAP. Isto mostra que os indivíduos pertencentes a classe de 10 a 29,9 cm de DAP são mais abundantes e apresentam maior riqueza e diversidade. Ao comparar a vegetação com os Índices da Fauna, esta apresenta maiores valores, ou sejam, maior Diversidade, Abundância e Riqueza que a Fauna.

Para as características físicas e químicas do solo amostradas nas parcelas dos módulos Rapeld, o Índice de Abundância reflete a quantidade dos elementos físicos e químicos existentes nos solos. Quanto maior as características físicas ou químicas (mais rico o solo) maior o Índice de Abundância. Os Índices de Diversidade mostram a variação entre essas características. Para o estudo de possíveis impactos ambientais, estes índices serão calculados em diferentes ocasiões e comparados. Como estes índices são bastante sensíveis qualquer mudança no comportamento da Fauna, Flora (Vegetação de Fanerógamas) e Solo serão detectados.

O relatório também apresentou uma análise de correlação entre as variáveis que é dada pelo coeficiente de correlação (que varia de -1 a +1), sendo que quando as duas variáveis

MP
57/118
U

mudam na mesma direção à correlação é chamada de *positiva*. Quando os valores das duas variáveis mudam em direções opostas a correlação é chamada de *negativa*.

O relatório inicialmente estudou as associações entre as variáveis da Fauna. Em seguida entre as variáveis da Flora (Vegetação Fenerogâmica) e por fim entre as variáveis do Solo. Em seguida foram estudadas as relações entre as variáveis da Fauna com as da Flora e depois entre as variáveis da Flora com as do Solo.

Observou-se, por exemplo, que o Índice de Diversidade das Abelhas apresenta apenas uma forte associação inversa com o ID da Herpetofauna (amostragem por transecto), ou seja, nos locais onde é maior a diversidade da Herpetofauna menor é a diversidade das Abelhas.

Já o Índice de Abundância das Abelhas está diretamente associado com o Índice de Abundância das Drosófilas, mas inversamente associado com a abundância da Mastofauna. O Índice de Riqueza das Abelhas também apresenta o mesmo resultado, diretamente associado com a riqueza das Drosófilas e inversamente com a riqueza da Mastofauna. A diversidade, abundância e riqueza das Drosófilas estão inversamente relacionadas com a diversidade, abundância e riqueza da Herpetofauna. A diversidade da Mastofauna está diretamente associada à diversidade da Avifauna (amostragem por escuta). A abundância e a riqueza estão diretamente associadas a abundância e riqueza da Herpetofauna. Isto mostra que o habitats para os dois grupos são similares. Além das associações já mencionadas, a diversidade da Herpetofauna apresenta associação muito forte com a diversidade da Avifauna, mas a abundância e riqueza da Herpetofauna apresenta associação inversa e muito forte com a Avifauna. O que pode estar acontecendo devido à predação da herpetofauna pelas aves. O aumento da abundância e riqueza da Avifauna (amostragem por pontos de escuta) pode estar diminuindo a abundância e riqueza da Herpetofauna.

O documento mostra que todas as variáveis da Flora estão associadas entre si e esta associação é muito forte. As associações do Índice de Biomassa com a abundância e riqueza da vegetação, com valores superiores a 70% chegando a 92% mostram que a biomassa pode ser usada como uma variável indicadora da riqueza e da abundância da vegetação. Portanto, as técnicas de sensoriamento remoto podem ser utilizadas na avaliação da riqueza e abundância de vegetação.

Em relação à correlação entre fauna e flora, o estudo mostrou que as maiores associações das características da flora com a fauna são com a mastofauna em primeiro lugar, seguida da herpetofauna e por último da avifauna. Os Artrópodes não apresentam associação com a Flora. Todas as associações significativas (fortes e muito fortes) são positivas, ou seja, a intensidade das características da Flora aumenta a intensidade das características da Fauna. Por outro lado, as características da Flora ($DAP < 29,9$ cm) são mais influentes que a Flora com $DAP > 29,9$ cm. Portanto, o habitat é mais apropriado para a fauna, quanto mais intensa as características do estrato inferior da floresta. Observa-se ainda que não há associação entre as características químicas dos solos e a Vegetação Fenerogâmica. No entanto há uma forte associação positiva entre as características físicas do solo com a vegetação do estrato inferior da floresta.

O documento também apresentou a análise de modelos de regressão, que descreve a relação entre duas ou mais variáveis. Neste estudo foram testados dois modelos de regressão linear, o simples e o múltiplo (quadrático). Considerando os valores obtidos nas análises de correlação, foram estudadas as relações entre a variável Índice de Biomassa do estrato inferior e as variáveis indicadores da Fauna.

Os resultados mostraram que quanto maior a biomassa do estrato inferior maior a diversidade da Mastofauna. Portanto, quanto maior a biomassa maior a adequação do habitat para a Mastofauna, o mesmo acontece com a Riqueza deste grupo. A biomassa do estrato inferior também está diretamente relacionada através de um modelo de regressão linear simples, com a diversidade da Herpetofauna (busca ativa por transecto). O aumento da biomassa também está diretamente relacionado ao aumento da diversidade da Avifauna.

MP
58/118
SA
WJ
CUB
Desta

12 de 05
U

Quanto à relação entre a biomassa e as características físicas do solo (variabilidade e abundância), o estudo mostrou que, para a variabilidade a relação é linear, positiva e altamente significativa, ou seja, a biomassa requer solos drenados e de textura média a arenosa. Entretanto, com a abundância a relação é linear e negativa, ou seja, se uma característica do solo se destaca, como o aumento do teor de argila ou de areia ou ainda de silte, a biomassa diminui, mostrando que ela é mais abundante em solos equilibrados (textura média). O estudo mostra ainda que as relações da biomassa do estrato inferior são muito fortes com as características da vegetação fanerogâmica.

As relações da biomassa da vegetação fanerogâmica com diversidade e riqueza de Fauna e Flora são importantes, pois permitem o uso de sensores remotos para o estudo da distribuição espacial desses índices na área de influência da UHE Belo Monte.

Para a análise espacial dos resultados dos levantamentos do monitoramento terrestre foram utilizadas imagens do satélite RapidEye obtidas em 2012 na área de influência direta da UHE Belo Monte. Em seguida calculou-se para cada pixel o NDVI (Índice de Vegetação por Diferença Normalizada) e foram levantadas as coordenadas geográficas (UTM) do centro de cada parcela. Foi então gerado um arquivo com os valores das coordenadas geográficas do centro de cada parcela. Cada parcela foi identificada pelo seu número, transecto e módulo. Esses valores foram passados para as imagens de satélite, e para calcular o NDVI de cada parcela ou transecto utilizou-se um buffer de 50 e 100 metros de raio em volta do centro das parcelas. Em seguida foram calculados os Índices de Sensibilidade Ambiental (ISA) para cada grupo biológico: Artrópodes, Avifauna, Herpetofauna, Mastofauna e Vegetação fenerógama.

Os valores dos ISA foram classificados em 3 classes: Alto, quando as características populacionais e de assembleia são mais presentes ou de maior valor. Baixo quando estas características são de menor valor. Há também os valores intermediários.

Concluiu-se que, para Artrópodes, a sensibilidade ambiental é amplamente distribuída, mas há uma predominância em área de vegetação mais preservada. Para avifauna, o mapa de sensibilidade ambiental para apresenta poucas áreas com ISA baixo, mostrando que o comportamento deste grupo é se distribuir uniformemente na área. Já para herpetofauna, é importante notar que as áreas de alta sensibilidade são de vegetação riparia, principalmente próximas ao Rio Xingu.

Há uma grande semelhança entre o mapa do ISA para a Mastofauna e a Vegetação, mostrando que a Mastofauna é sensível a recursos oriundos da Vegetação para a sua sobrevivência. O que ainda se destaca é o aumento da sensibilidade ambiental da Mastofauna para habitats próximos aos cursos d'água.

A análise dos mapas de sensibilidade para a área de influência da UHE indica uma grande heterogeneidade na configuração espacial do habitat e características específicas. Por meio desta análise é possível indicar áreas de maior sensibilidade de fauna e flora onde estão os maiores fragmentos e mais conectados (Área A da Figura 12-31 do Relatório), e as de menor sensibilidade, onde estão as áreas degradadas ainda com fragmentos de grande porte que deverão ser preservados (Áreas B e C da Figura 12-31 do Relatório).

Foram descritas as metodologias utilizadas e como resultados, dentre outros, a apresentação dos mapas de sensibilidade para cada grupo. Importância se dá a esta análise quando for utilizada em interfaces com outros programas, principalmente o do PACUERA. O cruzamento destes com os apresentados na fase de prognósticos ambientais e identificação da vulnerabilidade e fragilidade dos meios físico e biótico e identificação de potenciais naturais, subsidiarão, na fase importante que é o zoneamento ambiental, a indicação preliminar das áreas do entorno e do uso futuro dos reservatórios.

Instalação dos Módulos RAPELD

A implantação dos módulos Rapeld foi considerada concluída no Parecer Técnico 7.244/2013.

C. MP
59/118
U

2.11.1 Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios

2.11.1.1 Projeto de Desmatamento

O projeto de desmatamento apresentou atividades referentes ao período de junho a novembro de 2013 e contemplou atividades como: capacitação das equipes de trabalho, planejamento de atividades junto com equipes de resgate de fauna e flora, inventários florestais e supressão de vegetação em si.

Foram liberadas neste período mais duas ASVs: 776/2013 (Vala de Drenagem Bota-Fora 32) e 780/2013 (Travessão 50). Com isso, foram suprimidos 5.352,39 hectares dos 6.267,78 hectares previstos, correspondendo a 85%. A seguir, está apresentada a lista de ASVs liberadas, sua abrangência e quantitativo previsto de supressão.

ASV	Abrangência	Total autorizado
ASV 581/2011	T27 e jazidas	7,92
ASV 596/2011	T55	204,76
ASV 680/2012	T27 e ASV 581/2011	507,38
ASV 681/2012	Canal e Diques	10.514,67
ASV 708/2012	Belo Monte	8.841,26
ASV 711/2012	Pimental	4.468,27
ASV 723/2012	Bela Vista	8.670,53
ASV 735/2013	Acesso a Transassurini	76,65
ASV 776/2013	Vala de drenagem	210,23
ASV 780/2013	Travessão 50A	9,14
Total	-	33.510,81

Segundo consta no relatório o total autorizado é de 33.297,15 hectares, entretanto, ao se realizar o somatório das áreas autorizadas, consta 33.510,81 hectares.

Conforme cronograma de supressão apresentado, o programa encontra-se com algumas atividades dentro do prazo. Como resultados, foram apresentados o total da área suprimida no 4º RC e no acumulado, destacado a seguir:

Quadro 12.1.1 - 2 – Total de área suprimida no período do 5º RC e acumulado

FOAP	2.908,38	1.806,89	501,86	144,64	646,49	2.453,38
FOD	209,46	177,55	19,11	12,80	31,91	209,46
Veg. Secundaria	809,91	448,15	63,32	8,44	71,76	519,91
Pastagem	2.340,03	1.598,26	480,06	91,32	571,38	2.169,64
Total	6.267,78	4.030,85	1.064,35	257,19	1.321,54	5.352,39

FOAP: Floresta Ombrófila Aberta com Palmeiras; FOD: Floresta Ombrófila Densa Aluvial.

Com uma análise feita do total das áreas das ASVs com o total previsto e suprimidos, somente cerca de 16,07% foi efetivamente suprimido.

ASV	Área da	Total previsto no	Total suprimido	Total acumulado	Total m ³
-----	---------	-------------------	-----------------	-----------------	----------------------

MP
60/118
Handwritten signatures and initials.

Delineamento
Fl. 12 406
MCS. *ll*

	ASV	período (ha)	no período (ha)	(SRC)	acumulado
581/2012	7,92	7,92	0,00	7,92	Não consta
596/2011	204,76	204,76	0,00	204,76	1.829,19
680/2012	507,38	252,44	0,00	252,44	904,42
681/2012	10.514,67	2.756,36	679,30	2.656,36	71.927,53
708/2012	8.841,26	1.711,40	321,71	1.106,40	8.744,09
711/2012	4.468,27	565,33	88,32	565,33	13.466,97
723/2012	8.670,53	758,89	221,93	548,89	6.263,10
735/2012	76,65	0,00	0,00	0,00	0,00
776/2013	210,23	1,50	1,11	1,11	0,00
780/2013	9,14	9,14	9,14	9,14	188,64

*Não foram apresentados dados referentes a ASV nº 581/2011.

Os valores de suprimidos até novembro de 2013 somam 6.267,74 hectares para as ASVs vigentes, gerando um volume de 103.323,94m³ de toras. Excluindo os dados referentes a ASV nº 581/2011 que não estão contabilizadas no cálculo final.

Quadro 12.1.1 - 20 – Volume (m³) Total de Toras e Mourões Estocados por ASV e GV

	ASV	GV	GV	GV	GV	GV	GV	GV
596/2011	359,18	144,07	123,91	649,12	14,64	150,41	0,0	1.441,33
680/2012	188,38	205,03	234,84	103,16	31,75	141,26	0,0	904,42
681/2012	15.713,64	8.230,63	6.814,82	17.947,19	1564,59	6.753,77	9,68	57.024,64
708/2012	2.424,02	548,60	1.263,08	2.851,29	142,32	232,07	0,0	7.461,38
711/2012	2.386,28	1.589,65	2.090,58	2.994,62	406,31	893,91	0,0	10.361,35
723/2012	1.367,00	273,66	581,93	1.974,41	178,59	641,11	0,0	5.016,70
780/2013	26,30	0,00	26,08	96,94	11,73	27,59	0,0	188,64
Total	22.464,80	10.991,64	11.135,24	26.616,73	2.349,93	8.840,12	9,68	82.408,14

GV: Grupo de Valor; Sem GV: * Espécies em identificação.

Foram apresentados também os volumes totais de lenha e resíduos grossos por ASV, sendo respectivamente 7.905,99 mst e 484.677,78 m³. Apresentados resumidamente a seguir:

	Toras e mourões (m ³)	Lenha (mst)	Resíduo grosso (m ³)
Volume	103.323,94	7.905,99	484.677,78

A destinação da madeira suprimida foi apresentada no âmbito do programa de Delineamento do Mercado Madeireiro e será abordado na análise deste.

É importante destacar, que já houve reorganização dos pátios ao longo do TR-50, com reclassificação de 43,05 m³ de madeira dos grupos de valores G3 e G5 para resíduo grosso, por a perdas de qualidade da madeira.

Como anexo, foram apresentados mapas de quantificação de áreas suprimidas e mapas de localização de pátios finais e de estoque de resíduos para todas as ASVs vigentes.

ll MP
6/1/18
ll

Recomendações:

Atender criteriosamente os procedimentos determinados no Plano Operacional de Supressão, atentando as proibições presentes e as licenças necessárias que devem acompanhar a atividade.

2.11.1.2 Projeto de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro e Certificação de Madeira

O Relatório consolidado apresentou como antecedentes do programa, informações sobre a análise do Plano Estratégico, e apontou os segmentos envolvidos diretamente com as ações do Programa.

Foram apresentados a evolução das atividades com resultados e avaliação e envolveram as seguintes ações:

- **Volumetria de produtos florestais disponíveis para destinação:** padronização na identificação das espécies, grupos de valores, sistematização de procedimentos de romaneio e organização de pátios finais. Foram organizados 15 pátios finais com 35.207,58m³ de madeira e protocolados o requerimento de AUMPF de 23.895,85 m³. Foi apresentado no Quadro 12.1.2-1 do 5RC, informações sobre os 46 pátios de toras e mourões, com 82.396,63 m³, sendo assim distribuídos: 43.757,89 vistoriados e aguardando emissão de AUMPF, 2.926,69 destinados para uso interno, 11.749,23 m³ já vistoriados, 12.396,49 m³ estocados em pátios abertos e 11.566,33 m³ estocados em pátios fechados. Para a lenha, as informações foram apresentadas no Quadro 12.1.2-2, sendo que do total de 7.905,99 st (distribuídos em 38 pátios), 1.384,65 st já possuem AUMPF e 1.907,03 st aguardam vistoria. Para os resíduos grossos, foram estocados total de 401.955,88 st, apresentados no Quadro 12.1.2-3 distribuídos por ASVs;
- **Destinação de madeira:** O relatório apresentou as tratativas para execução do Projeto Piloto. As metas mencionadas no Quadro 12.1.2-2, descritas sucintamente no item 5, onde foram apresentados status, para destinação da madeira em tora e da fitomassa. Para a madeira em tora, foi firmado contrato com a serraria que processará a madeira em tora. Para a fitomassa, foi realizado divulgação do edital de licitação nacional, sendo a escolha a ser definida posteriormente.

No que tange aos contatos institucionais formalizados, estão em fase de reuniões, consultas, formalização de acordos, e agendamento de reuniões, com apoio formalizado da AIMAT – Associação das indústrias de Madeira de Altamira e SIMBAX – Sindicato das Industrias do Setor Florestal do Baixo/Médio Xingu.

Foi formalizado também o contrato com a empresa que executará o projeto de recuperação de áreas degradadas em 58,33 hectares no Centro de Estudos Ambientais. A recuperação desta área contabilizou para liberação dos créditos de reposição florestal.

As atividades relativas ao andamento do projeto piloto de destinação foram iniciadas, com a contratação da serraria e publicação dos editais de oferta de produtos para o mercado nacional. Os procedimentos deverão ser ajustados, e este piloto de destinação terá sua função principal alavancada neste momento, quando os ajustes de procedimentos que envolvem as instituições serão realizadas.

A Norte Energia deverá encaminhar, quando possível, a empresa recebedora da fitomassa lenhosa escolhida segundo os resultados da oferta pública (leilão).

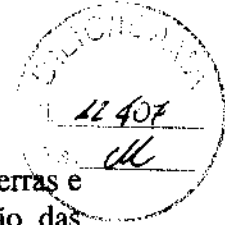
Recomendações:

A Norte Energia deverá encaminhar, quando possível, a escolha da empresa recebedora da fitomassa lenhosa, segundo os resultados da oferta pública (leilão).

2.11.1.3 Projeto de Demolição e Desinfecção de Estruturas e Edificações

As atividades deste programa foram antecipadas em seu planejamento. Estão sendo realizadas atividades de demolição e desinfecção de estruturas de moradores de áreas já

MP
62/118
[Handwritten signatures and initials]



adquiridas pela Norte Energia no âmbito do Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural. Sendo estas atividades caracterizadas como antecipação das atividades do Programa de Demolição.

Com relação as atividades realizadas, o planejamento do projeto foi dividido entre zona urbana e zona rural no reservatório do Rio Xingu e totalmente rural no reservatório Intermediário. Destaca-se a realização das atividades de demolição e desinfecção da Agrovila Santo Antônio como modelo padrão para as atividades. Vem sendo realizada também constante atualização dos bancos de dados por meio do levantamento das fichas de campo.

Zona urbana

Foi finalizada a reavaliação dos quantitativos e edificações pendentes na zona urbana de Altamira e elaborado o Termo de Referência para contratação das empresas pra execução das atividades. Foi apresentado os quantitativos e tipologias das edificações nos três igarapés próximo a cidade, perfazendo 5.270 edificações, sendo 3.172 no igarapé Ambé, 1.765, no igarapé Altamira e 333 no igarapé Pannels. Sendo essas edificações limitadas a cota 100,00m. Serão impactadas por este projeto 7.790 famílias, segundo o cadastro realizado.

O processo de licitação das empresas está em andamento. A definição da contratação será feita em janeiro/2014.

Está sendo licenciada a área especifica do aterro sanitário de Altamira para recebimento do material proveniente das atividades de demolição.

Foram apresentados macrofluxogramas das atividades de demolição.

Na fase de demolição, os resíduos passarão por triagem, sendo que os utilizáveis serão recolhidos pelos atingidos e os não-utilizáveis destinados aos aterros. A classificação será feita segundo termo de referência e resolução Conama nº 307/2002.

Zona rural

Já estava iniciada as atividades de demolições nas zonas rurais no Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural. Importante destacar que foram realizadas as demolições concomitantemente com as realocações visando impedir reocupação indevidas destas áreas.

Das 1541 propriedades que compõe a Área 1, 51 delas já foram desocupadas e demolidas. Destas, 65 propriedades não possuem nenhuma edificação, portanto não existe necessidade de qualquer intervenção. E 32 propriedades irão requerer a implantação integral das atividades de demolição, limpeza e desinfecção.

Após o cadastramento das fichas, teve inicio a elaboração do termo de referência de contratação da empresa especializada e foi concluído em dezembro 2013. para início das atividades em janeiro de 2014

Foram solicitadas ajustes com relação a periodicidade das atividades de planejamento e execução do programa. E com o 5RC, foram incorporadas ao cronograma de atividades. O Relatório apontou que alguns produtos ainda não foram apresentados, mas que foram considerados iniciados, dentre eles, descrição do cadastramento, elaboração de termos de referência e contratação de empresas.

2.11.2 Programa de Conservação e Manejo da Flora

2.11.2.1 Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora

Este projeto será analisado por meio de parecer específico.

2.11.2.2 Projeto de Formação de Banco de Germoplasma

Este projeto será analisado por meio de parecer específico.

2.11.2.3 Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme

Este projeto será analisado por meio de parecer específico.

MP
63/118
[Handwritten signatures and initials]

2.11.3 Programa de Conservação da Fauna Terrestre

2.11.3.1 Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre

Durante a evolução de todo o Projeto (junho de 2011 a novembro de 2013) foram empreendidos 733 dias de esforço, sendo afugentados 2.421 indivíduos classificados em 171 espécies das quatro classes de vertebrados terrestres (Amphibia, Reptilia, Aves e Mammalia).

Entre as espécies afugentadas, a maioria pertence ao grupo dos répteis, com 58 espécies, seguido pelos mamíferos (S=53), aves (S=33) e anfíbios (S=27). Quanto à abundância, os mamíferos se destacam com 1.305 indivíduos afugentados. O menor número de afugentamentos é de anfíbios, 87 indivíduos.

Entre junho e novembro de 2013 foram afugentados 895 indivíduos, abundância que corresponde a 37% do total de afugentamentos do Projeto. O acréscimo nos registros de animais afugentados desde o início das atividades (junho/2011) pode ser atribuído às atividades de abertura de picadas (10 em 10 m), permitindo, dessa maneira, que as equipes de afugentamento percorram maiores distâncias dentro das áreas que serão suprimidas.

Considerando os sítios de atuação das frentes de supressão, as atividades no Sítio Canais e Diques resultaram no maior número de afugentamentos (N=1.852) em função da maior área suprimida neste sítio. Em relação à distribuição e variação espacial, os ambientes de Floresta Ombrófila Aberta com Cipó apresentaram o maior quantitativo de indivíduos (N=1.554) e espécies afugentadas (S=126), uma vez que estes ambientes foram dominantes no período de atividades.

Com relação aos grupos de animais afugentados, as espécies de anfíbios mais abundantes foram *Adenomera andreae* (28,7%) e *Leptodactylus mystaceus* (9,2%), espécies estenóicas e especialistas em ambientes florestais associadas à serrapilheira local.

Quanto aos répteis, as espécies mais abundantes foram os lagartos *Iguana iguana* (15,2%) e *Gonatodes humeralis* (10,4%). As duas espécies são subarborícolas associadas aos ambientes florestais.

As espécies mais abundantes de aves, considerando as ações de afugentamento, foram *Ara chloropterus* (arara-vermelha) (31% dos indivíduos afugentados) e *Opisthocomus hoazin* (jacú-cigana) (26,6% dos indivíduos afugentados).

Entre os mamíferos afugentados, as espécies mais abundantes foram *Hydrochoerus hydrochaeris* (capivara) (18,2%) e *Dasypus novemcinctus* (tatu) (14,7%).

2.11.3.2 Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna

As ações de resgate no 2º semestre de 2014 tiveram maior concentração nos Sítios Canais e Diques, Pimental, Belo Monte, Bela Vista e, em menor proporção, no Travessão 50-A.

Em antecipação ao potencial aumento no recebimento de espécimes no Centro Veterinário, em função do início da supressão vegetal na área dos reservatórios e em atendimento ao Ofício 6177/2013_68 DILIC/IBAMA e Parecer 4.933/2013 DILIC/IBAMA, foi concluída a implantação de 11 novos recintos e um viveiro para recuperação da fauna, todos anexos ao Centro Veterinário, conforme pôde ser confirmado em vistoria realizada na área entre os dias 18/03 e 21/03/2014.

Ao final de 30 meses de atividades (junho de 2011 a novembro de 2013), o quantitativo total resgatado, considerando a fauna de vertebrados terrestres (anfíbios, répteis, aves e mamíferos), foi de 508 espécies e 104.667 espécimes.

Herpetofauna

Entre as 112 espécies de anfíbios registradas no resgate, as mais frequentes até o momento no Projeto foram *Adenomera andreae* (N = 13.875; 30,1%) e *Pristimantis fenestratus* (N = 7.693; 16,7%), seguido de *Rhinella castaneotica* (N = 3.897; 8,4%), espécies especialis-

MP
64/118
Handwritten signatures and initials.



tas no uso do ambiente, associadas e dependentes dos ambientes de serrapilheira das florestas.

Em relação à riqueza e abundância observada por sítio de supressão, o Sítio Canais e Diques obteve a maior representatividade de espécies e número de indivíduos resgatados (85,7% e 70,8%, respectivamente). Considerando a característica fitofisionômica do ambiente suprimido, os maiores índices de resgate de anfíbios (58,6%) e também a maior riqueza (82,1%) foram observados para ambientes de Floresta Ombrófila Aberta com Cipó. Este padrão é justificado pela predominância deste ambiente nas áreas contempladas pela supressão da vegetação.

Considerando os répteis (Crocodylia, Testudines e Squamata), 51.454 espécimes foram resgatados e classificados em 182 espécies. As espécies mais frequentes foram *Gonatoes humeralis* (N = 15.990; 31%), *Copeoglossum nigropunctatum* (N = 4.336; 8,4%) e *Norops fuscoauratus* (N = 4.191; 8,1%), que são lagartos subarborícolas com ampla distribuição geográfica.

Em relação aos índices de resgate, considerando os sítios de supressão, a maior representatividade de espécies (87,3%) e espécimes (71,7%) de répteis também foi observada no Sítio Canais e Diques. Ambientes de Floresta Ombrófila Aberta com Cipó contribuíram com a maior riqueza e abundância dos répteis resgatados (84% e 57,3%, respectivamente). Esses resultados também podem ser justificados pela maior atividade de supressão nesses ambientes.

Avifauna

Desde o início das atividades (junho de 2011) obtiveram-se 285 espécimes de 111 espécies. Dentre os registros, a maior parte apresentou dúvidas taxonômicas ou eram ninhegos. Das espécies prontamente identificadas, *Opisthocomus hoazin* (jacú-cigana) (8%) foi a mais frequente. A abundância observada pode estar relacionada aos tipos de ambientes suprimidos e a disponibilidade de recursos.

A maior parte dos registros se concentrou no Sítio Canais e Diques com 54% dos espécimes resgatados (N = 154) e 56,2% (N = 63) das espécies registradas. Em relação às fitofisionomias suprimidas, 49,1% das espécies e 44,2% dos espécimes foram resgatados em ambientes de Floresta Ombrófila Aberta com Cipó, ambiente dominante no Sítio Canais e Diques.

Mastofauna

Até o momento foram resgatados 6.789 espécimes de mamíferos (102 espécies) no âmbito do Projeto.

As espécies mais frequentes durante as atividades do Projeto foram *Bradypus variegatus* (17,2%; N = 1.168) e *Dasypus novemcinctus* (16,8%; N = 1.145).

O Sítio Canais e Diques (85,2% das espécies e 67,5% dos espécimes resgatados) e a fitofisionomia Floresta Ombrófila Aberta de Cipó (75,4% das espécies e 59,3% dos espécimes resgatados) também detiveram os maiores números de resgate de espécies para este grupo.

Destinação dos animais

Do total de animais resgatados entre junho de 2011 e novembro de 2013 (104.667 indivíduos), 95,4% (99.864 indivíduos) foram destinados à soltura, e 3.545 (3,38%) foram descartados. Durante as atividades de acompanhamento das áreas de soltura foi possível obter 1.857 registros. Deste total, 156 registros foram refinados em nível mais acurado de identificação (gênero, espécie), sendo a maioria representada pelos répteis (32,1%).

Em outubro de 2013, foram encaminhados cinco lotes de animais e de material biológico para as instituições parceiras. Ao todo foram encaminhados 189 espécimes (16 anfíbios, 27 répteis, quatro aves e 142 mamíferos) aos respectivos departamentos de referência do Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ), Universidade de São Paulo

Handwritten signatures and the number 65/118.

(ESALQ/MZUSP), Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), além da doação ao Programa de Educação Ambiental da UHE Belo Monte (PEA).

Entre dezembro de 2012 e novembro de 2013 o número de animais com demanda para atendimento veterinário diminuiu significativamente. Entre dezembro e maio, o Centro Veterinário registrou 372 animais, enquanto que no intervalo de junho a novembro, apenas 211 indivíduos. Esse decréscimo deve-se, principalmente, à redução gradativa das áreas de supressão para a construção das obras civis.

Resgate, Aproveitamento Científico e Econômico de Abelhas (Hymenoptera apoidea)

As ações de resgate de abelhas ocorreram entre os meses de outubro de 2011 a novembro de 2013. Neste período foram encontrados 841 ninhos, sendo que 464 foram resgatados e removidos para uma das três áreas de soltura, de acordo com o local de origem da colônia e/ou para o Meliponário do CEA.

O maior número de ninhos foi resgatado no Sítio Canais e Diques. Um total de 70 ninhos identificados aguarda remoção, visto que na maioria dos casos os locais não permitem condições seguras de acesso ou ainda não ocorreu supressão da vegetação. Além disso, foram realizadas 25 remoções de ninhos de vespas e 75 de abelhas africanizadas.

Foram encontrados 725 (86,20%) ninhos de abelhas sem ferrão utilizando nidificações arbóreas distribuídas em 84 espécies botânicas. Isto indica que a maioria dessas abelhas depende de árvores vivas para construir seus ninhos em detrimento de outros tipos de substratos. As cinco espécies botânicas mais representativas para a nidificação de abelhas foram *Apuleia leiocarpa* (amarelão), *Vouacapoua americana* (acapu), *Bertholletia excelsa* (castanheira-do-brasil), *Alexa grandiflora* (melancieira) e *Lecythis lurida* (jarana), que, juntas, representaram 52,99% dos ninhos. Os demais ninhos arbóreos (47,01%) foram representados por 79 espécies botânicas.

A coleção atual de referência possui 1.616 indivíduos pertencentes a 52 espécies de abelhas (Hymenoptera: Apidae), agrupadas em 19 gêneros. O acervo é oriundo de 406 ninhos resgatados nos quatro sítios da área de influência da UHE Belo Monte.

O meliponário dispõe de 145 colônias, sendo que 52 delas estão alojadas em caixas racionais, quatro ninhos em seus respectivos cupinzeiros e 89 em troncos que aguardam transferência.

Atendimento da condicionante 2.6 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 108/2012 e retificações:

2.6 Apresentar relatórios semestrais de atividades, encaminhados juntamente com os Relatórios Consolidados Semestrais de Andamento do PBA e Condicionantes. Os relatórios devem conter:

a) Descrição dos pontos captura e soltura de fauna silvestre. Os pontos devem ser georreferenciados e caracterizados quanto a sua fitofisionomia.

Item atendido: No 4º Relatório Consolidado, foi enviado um anexo sobre o atendimento deste item da condicionante. Este documento descreve as 32 áreas de soltura da fauna do projeto apontando as coordenadas geográficas de cada ponto de soltura e especificando a tipologia vegetal e espécies vegetais predominantes em cada área. O documento apresenta ainda um relatório fotográfico com imagens de cada área de soltura e um mapa destas áreas.

b) Caracterização dos fragmentos florestais das áreas de soltura, explicitando-se aproximadamente seu tamanho, perímetro e morfologia.

Item atendido: O documento citado anteriormente descreve as fitofisionomias dos pontos de soltura explicitando suas áreas e perímetro.

c) Detalhamento dos procedimentos de captura, marcação e soltura, bem como dos demais procedimentos adotados para os exemplares capturados.

MP
06/118
[Handwritten signatures and initials]

Item atendido: O documento citado acima detalhou os procedimentos adotados para a captura e manejo de cada grupo resgatado. No caso dos anfíbios, a coleta foi manual e o armazenamento se deu em potes de plástico contendo chumaços de algodão umedecido. Os répteis foram capturados manualmente ou com uso de laços e foram acondicionados em sacos de pano ou caixas de madeira. As serpentes de menor porte e sem peçonha foram capturadas manualmente e acondicionadas em sacos de pano ou potes de acordo com o tamanho. O mesmo procedimento ocorreu com as anfisbenas e serpentes fossoriais. As serpentes peçonhentas e não peçonhentas foram imobilizadas com uso de ganchos com cabo de madeira e haste de metal em forma de "L". A marcação de espécimes da herpetofauna foi realizada com biopolímeros para anurofauna e "cinturão pélvico" com contas coloridas para lagartos. A marcação em serpentes é realizada através de um corte no intervalo da 5ª a 20ª escama ventral, na região cervical imediatamente após as escamas pré-ventrais craniais. Os crocódilianos capturados recebem a marcação do tipo corte de escamas sacrais simples, correspondendo a uma sequência de dezenas e unidades numéricas. Os quelônios capturados e devidamente identificados serão marcados através de cortes nos escudos marginais da carapaça. A marcação de quelônios aquáticos é realizada através da fixação de presilhas de nylon de aço contendo esquema de contas coloridas nos escudos marginais. Para a avifauna, as atividades de resgate foram focadas nos ninhos, já que este grupo possui grande capacidade de deslocamento. Os ninhos encontrados foram demarcados com fita zebra e monitorados. Quando não houve essa possibilidade os ninhos foram realocados. As aves feridas encontradas em locais de supressão vegetal são destinadas à Base de Resgate. Após o tratamento, os indivíduos que pertencem à lista de autorização de marcação, recebem uma anilha de identificação de acordo com as especificações do CEMAVE. Para mamíferos os equipamentos de manejo utilizados foram: puçás, sacos de pano, armadilhas, zarabatanas, anestésicos e caixas de contenção, além de veículos para transporte. O tipo de marcação adotado para o grupo de pequenos mamíferos foi colar e brinco. Para mamíferos de médio e grande porte, os métodos de marcação adotados foram tatuagem e microchip.

d) Lista dos espécimes capturados, com apresentação de nome científico, data e horário de captura, nome do local e coordenadas de captura, sexo, estado reprodutivo, tipo e número da marca, dados sanitários, data e horário de soltura, nome do local e coordenadas de soltura

Item atendido O banco de dados apresenta a lista dos animais capturados com as informações solicitadas.

e) Lista dos espécimes submetidos a tratamento médico veterinário, com apresentação do tipo e número da marca, do estado de entrada, da terapia empregada, do estado de saída e da sua destinação.

Item atendido O banco de dados apresenta a lista dos animais submetidos a tratamento veterinário com as informações solicitadas.

f) Lista dos espécimes avistados durante as atividades de afugentamento, com apresentação do nome científico, data e horário de avistamento, nome do local e coordenadas de avistamento.

Item atendido O banco de dados apresenta a lista dos animais afugentados com as informações solicitadas.

g) Listas dos espécimes encaminhados para as instituições interessadas, com apresentação de tipo e número da marca, estado do espécime encaminhado, data de encaminhamento, destinação, e declaração de recebimento por parte da instituição.

Item atendido: O relatório apresenta as declarações de recebimento de material biológico das instituições depositárias contento as listas de indivíduos recebidos com seus respectivos números de registro.

MP
67/118
11

h) Deve ser explicitado nas listas sempre que algum espécime capturado pertencer a uma espécie listada em listas oficiais de animais ameaçados (IUCN, Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção – MMA, Lista estadual da Fauna Ameaçada de Extinção – SEMAT etc).

Item atendido: Consta no relatório uma lista de espécies registradas no Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna, com o grau de ameaça de acordo com as listas da IUCN, MMA, SEMA-PA. A salamandra *Bolitoglossa paraensis*, a única espécie da ordem Urodela presente na região, é classificada na categoria “vulnerável” na lista de espécies ameaçadas do Estado do Pará (SEMA-PA, 2007). *Bolitoglossa tapajonica*, espécie recentemente descrita, é citada com um único registro para o município de Vitória do Xingu, Pará. O status conservacionista de *B. tapajonica* é considerado na categoria de “Dados deficientes” em função dos poucos registros até então conhecidos. No âmbito de listas de espécies ameaçadas em nível global, as espécies de anfíbios das famílias Aromobatidae (*Allobates femoralis*) e Dendrobatidae (*Adelphobates castaneoticus*, *A. galactonotus*), de répteis (*Boa constrictor*, *Corallus batesi*, *Corallus hortulanus*, *Clelia clelia*, *Iguana iguana*, *Podocnemis unifilis*, *Chelonoidis carbonaria* e *C. denticulata*) e o primata *Alouata belzebul* são listadas no Apêndice II do CITES, que considera as espécies não necessariamente ameaçadas de extinção, mas que podem se tornar caso a pressão imposta pelo comércio ou ações cinegéticas não sejam controladas (CITES, 2013). De acordo com a IUCN (2013), *Podocnemis unifilis* e *Chelonoidis denticulata* estão classificadas na categoria “Vulnerável” em função da pressão cinegética. As demais espécies são classificadas nas categorias “Baixa Preocupação” e/ou “Dados Deficientes”.

i) Anexo digital editável das planilhas listadas nos subitens “d”, “e”, “f” e “g”.

Item atendido: Tais anexos foram enviados.

2.11.3.3 Projeto de Mitigação de Impactos pela Perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento

No relatório anterior, foram apresentados os dados referentes ao período de fevereiro/2011 a junho/2013, no qual foram concluídas as atividades do monitoramento periódico, visando a caracterização da situação atual do índice de atropelamento, por amostragem, de carcaças da fauna silvestre nas três principais vias que são utilizadas para acessar as obras do empreendimento: BR-230 e os travessões 27 e 55.

No período de fevereiro/2011 a novembro/2013 foram realizadas aproximadamente 130 campanhas de monitoramento por via, com o registro sistemático da ocorrência dos eventos de atropelamento da fauna silvestre ao longo de 24 meses; identificação dos locais mais propícios à ocorrência de atropelamento da fauna; realização, até o presente momento, de 34 atividades de sensibilização junto aos trabalhadores da obra e comunidades do entorno, além da produção de material impresso na forma de folhetos e cartazes.

Ao longo do segundo semestre de 2013, além da continuidade das atividades de sensibilização junto aos funcionários da obra, também foi realizada a substituição da sinalização danificada e a verificação do uso das passagens de fauna e galerias pluviais pela fauna. Com a conclusão das obras no travessão 55, foi iniciada a instalação das placas de sinalização nos pontos críticos desta via.

Nos dois anos de execução do projeto foi percorrido um total de 18.629,2 km nas vias monitoradas, ao longo de 389 dias de atividade, que resultou em 2.262 registros de carcaças de animais silvestres atropelados.

Os resultados obtidos no período confirmaram que a evolução de ações diretas (melhoria nas vias de acesso, aumento no tráfego de trabalhadores, ocupação e modificação das áreas de entorno) e indiretas (movimentação populacional na região), tiveram como consequência um aumento dos eventos de atropelamento, inferido pelo aumento do registro

MP UC PA
68/118
PST



de carcaças de animais silvestres atropelados.

Na BR-230, em uma extensão de 63,2 km (55 km asfaltados e 8,2 km não pavimentados) foram encontradas 1.996 carcaças de animais silvestres atropelados, com uma média de 31,6 indivíduos/km, e uma taxa de atropelamento de 0,24 indivíduos/km/dia. O trecho 2 desta via (km 9,5 a partir de Altamira), foi considerado o mais crítico na análise feita com o software SIRIEMA, com uma taxa de 0,66 indivíduos/km/dia para todo período monitorado.

No travessão 27, foram encontradas 193 carcaças de animais silvestres atropelados, em uma extensão de 45 km, com uma média de 4,3 indivíduos/km e uma taxa de atropelamento de 0,032 indivíduos/km/dia. Dois importantes trechos críticos para a fauna foram identificados no monitoramento: o primeiro, nos trechos 2 e 3, ao longo dos quilômetros seis e quinze a partir do entroncamento com a BR-230; e o segundo, ao longo dos 10 quilômetros após o acesso ao sítio Canais e Diques, sentido Pimental, onde estão localizadas as áreas mais florestadas ao longo desta via.

No travessão 55, ainda sem pavimentação e com melhorias de alargamento, foram encontradas 73 carcaças de animais silvestres atropelados, em uma extensão de 35 km, com uma média de 2,1 indivíduos/km e uma taxa de atropelamento de 0,017 indivíduos/km/dia. Não foram identificados pontos críticos específicos nesta via. A sinalização e demais dispositivos estão sendo instalados próximos aos locais em que esta via transpassa fragmentos florestais.

Segundo o relatório, atualmente existem 11 placas de sinalização quanto à travessia de animais nos travessões 27 e 55. Redutores de velocidade foram instalados provisoriamente ao longo das vias, de acordo com o fluxo de veículos em cada trecho e estão em processo de relocação para locais definitivos, de acordo com a conclusão da implantação da malha asfáltica. Duas passagens de fauna foram instaladas até o presente momento, uma em cada travessão. Nas últimas vistorias realizadas (outubro e novembro de 2013), foram encontrados rastros de pequenos e médios mamíferos (*Cerdocyon thous*, *Hydrochoerus hydrochaeris*, *Dasyprocta agouti* e *Cuniculus paca*) no entorno e dentro das passagens de fauna e também nas galerias pluviais existentes ao longo das vias, confirmando a utilização destes dispositivos por animais silvestres.

Ao longo do segundo semestre de 2013 foram realizadas vistorias nos pontos críticos das vias de acesso à UHE Belo Monte, no intuito de avaliar o atual estado da sinalização e demais dispositivos (redutores de velocidade, passagens de fauna e galerias pluviais), bem como confrontar os dados obtidos a partir dos monitoramentos, com as atuais condições das vias e a fitofisionomia local. Também foi verificada a funcionalidade das passagens de fauna instaladas, por meio da busca por vestígios de fauna e a eventual necessidade de substituição ou ajustes na distribuição da sinalização existente.

Trinta e quatro campanhas de educação ambiental foram realizadas em 2012 e 2013, com um público de 1.216 pessoas, formado por motoristas de ônibus e operadores de máquinas e veículos pesados do CCBM e pela comunidade residente nas proximidades das vias monitoradas. As ações voltadas para o público externo (demais usuários das vias e população local) foram realizadas ao longo do ano de 2012.

A coleta de material biológico deste projeto está respaldada pela Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 110/2012 e retificações, na qual o Departamento de Zoologia da UFPA/Campus Altamira consta como instituição de destinação do material. A condicionante 2.3 desta autorização informa que a coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA. O atendimento a esta condicionante foi apresentado no 4º Relatório Semestral Consolidado, após a conclusão dos dois anos de atividades de monitoramento da fauna nas vias de acesso à obra.

MP
69/118
Handwritten signatures and initials.

2.11.3.4 Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre

Durante as atividades do projeto (novembro/2011 a novembro/2013) foram coletadas amostras em 448 animais entre silvestres (N = 264) e domésticos (N = 184). A colheita de amostras sanguíneas de mamíferos silvestres vem sendo realizada com indivíduos resgatados nos Sítios Canais e Diques, Bela Vista, Pimental e Belo Monte.

Entre julho e novembro de 2013 as atividades de Educação Ambiental foram desenvolvidas em seis escolas nos municípios de Anapú e Senador José Porfírio. Essas atividades foram compostas por palestras sobre as endemias abordadas no projeto, informações básicas sobre higiene e saúde, jogos de interação sobre a Leishmaniose e aplicação de questionários.

As amostras de animais domésticos foram colhidas em campo, acondicionadas em recipiente adequado, centrifugadas e dessoradas no Centro Veterinário do CEA da UHE Belo Monte. Os animais silvestres também tiveram suas alíquotas de soro extraídas no CEA, identificadas e congeladas em freezer doméstico. Posteriormente, estes animais foram soltos, fixados, descartados ou encaminhados para cuidados veterinários.

Todas as amostras acumuladas no ano de 2013 foram submetidas à análise de sorologia para cinomose, parvovirose, leptospirose e toxoplasmose canina e leishmaniose, ambas realizadas no Laboratório TECSA (Belo Horizonte - MG). Quando as amostras dos mamíferos domésticos apresentam sorologia positiva são encaminhadas ao LACEN - leishmaniose LACEN, laboratório credenciado pelo Ministério da Saúde.

Dentre as colheitas realizadas em animais silvestres, cinco indivíduos apresentaram sorologia positiva para Leishmaniose, sendo três indivíduos de tatu-galinha (*Dasypus novemcinctus*), um tatu-quinze-quilos (*Dasypus kappleri*) e um porco-espinho (*Coendou prehensilis*), confirmando a presença do protozoário no ambiente silvestre, com uma prevalência de aproximadamente 3,4%. Complementar, os animais domésticos apresentaram 39 indivíduos com sorologia positiva para Leishmaniose, indicando uma prevalência de aproximadamente 21,19%, no período de avaliação.

Já a Toxoplasmose foi detectada em nove animais domésticos. Por meio dos resultados sorológicos positivos, é possível verificar que o protozoário *Toxoplasma gondii* está presente na região. Dois indivíduos silvestres foram reagentes para esta endemia, *Cabassous unicinctus unicinctus* e *Tamandua tetradactyla*.

Cinco mamíferos silvestres apresentaram sorologia positiva para leptospirose, sendo eles: *Hydrochoerus hydrochaeris* (cavivara), *Bradypus variegatus* (preguiça), *Coendou prehensilis* (coendu), *Tamandua tetradactyla* (tamanduá-mirim), para as sorovares: *L. batavia*, *L. brastislava*, *L. canicola*, *L. grippotyphosa*, *L. hardjo*, *L. icterohaemorrhagiae*, *L. tarassovi*, *L. wolffi*. Roedores, marsupiais e pequenos mamíferos são os mais importantes na veiculação e transmissão da doença.

A Cinomose foi detectada em 97 dos animais domésticos amostrados, indicando uma prevalência de aproximadamente 52,71%, um aumento de 26 animais reagentes para esta endemia, do relatório apresentado anteriormente. Esse incremento se justifica pela ausência de controle profilático e correta imunização dos animais domésticos, bem como o desconhecimento das possíveis doenças que acometem os cães e gatos, facilitando a exposição e veiculação do patógeno. Houve registro de sorologia positiva para Cinomose em 19 animais silvestres amostrados, indicando uma prevalência de aproximadamente 7,19%. Dentre as espécies silvestres acometidas estão relacionadas *Alouatta belzebul*, *Bradypus variegatus*, *Coendou prehensilis*, *Cuniculus paca*, *Dasypus novemcinctus*, *Echimys sp.*, *Pecari tajacu*, *Proechimys sp.*, *Speothos venaticus*, Roedor (Indeterminado).

A Parvovirose foi detectada em 108 dos animais domésticos amostrados, indicando uma prevalência de aproximadamente 58,69%, ou um incremento de 28 animais reagentes. A quantidade de animais domésticos soro reagentes aponta para a necessidade de um programa de vacinação adequado para estes cães da região. Dentre os animais silvestres, foram identificados 147 indivíduos soro reagentes para Parvovirose, indicando uma prevalência de aproxi-

MP
70/118
H. Min. Saúde

12411
ll

madamente 55,68%. Apenas 4 espécies silvestres dentre as 35 espécies de mamíferos silvestres amostradas, não apresentaram sorologia reagente para Parvovirose são elas: *Cyclopes didactylus*, *Philander opossum*, *Proechimys cuvieri*, *Saguinus niger*.

Comentários e recomendações:

O Parecer Técnico nº 52/2011 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, que subsidiou a emissão da LI do empreendimento, recomendou que Norte Energia, em parceria com a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - PA, Município de Altamira, Brasil Novo e Vitória do Xingu, apoiasse a promoção e divulgação de campanhas de vacinação para animais domésticos. Em relatórios anteriores (mais especificamente o 2º RC) a empresa informou que havia se firmado uma articulação junto ao 10º Centro Regional de Saúde, responsável pelo controle de zoonoses estadual, situado na cidade de Altamira (PA). Esta articulação resultou na doação de vacinas anti-rábicas para a imunização dos animais incluídos no projeto. Também foi informado que estava sendo articulada ainda a vacinação de animais contra cinomose e parvovirose, com apoio da Biota Projetos e Consultoria Ambiental na conscientização (distribuição de informativos de orientação), e auxílio com mão de obra especializada na imunização de animais da região influenciada pelo empreendimento e seu entorno próximo. O 2º RC informou ainda que a parceria entre executores do projeto e órgãos do governo, como o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Saúde e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, assim como as autarquias e centros de referência a eles vinculados, estava em processo de construção. O 5º RC demonstrou uma alta ocorrência de doenças como cinomose e parvovirose em animais domésticos. Além disso, o público das atividades de educação ambiental evidenciou que seus animais têm acesso à imunização (vacina) uma vez ao ano, apenas contra o vírus da raiva e que a população parece desconhecer a necessidade da prevenção às doenças. Neste sentido, a Norte Energia deve envidar esforços para dar continuidade à articulação de parcerias com as entidades públicas no intuito de apoiar campanhas de vacinação nos animais domésticos, principalmente para cinomose e parvovirose.

2.11.3.5 Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres

Drosophilidae

Durante as quatro campanhas realizadas até o momento, utilizando a metodologia de armadilhas com iscas de banana, foram coletados 11.089 machos de Drosophilidae, dos quais 11.034 foram identificados até espécie/morfoespécies, sendo que 55 indivíduos ainda estão em processo de análise taxonômica. Dentre estas estão representadas 73 espécies e cinco gêneros. Na 4ª campanha foram coletados 2.217 indivíduos pertencentes a 29 espécies. Cerca de 2,5% do material coletado ainda não foi identificado em nível específico, o que pode, posteriormente, acrescer o valor da riqueza registrada para esta campanha.

A espécie mais abundante do total das quatro campanhas foi *Scaptodrosophila latifasciaeformis*. No entanto, esta dominância se deve à sua alta densidade apenas no Módulo 6 (C1). Nos demais módulos foi observada dominância de *Drosophila sturtevanti*, *D. malerkottiana* e *D. willistoni*.

Em relação à eficiência amostral, a curva de acumulação obtida ainda não atingiu a assíntota, contudo, há uma tendência à desaceleração.

Abelhas

Nas quatro campanhas, considerando tanto o método de armadilha quanto de busca ativa, foram coletadas 8.881 abelhas, classificadas em 125 espécies (ou morfoespécies), distribuídas em 26 gêneros e cinco famílias. A espécie mais abundante foi *Eulaema meriana* (2.786 indivíduos com armadilha de essência; 04 indivíduos com busca ativa). O gênero *Eufriesea* apresentou-se como o de maior número de espécies (seis) coletadas uma única vez.

O método de armadilhas de essências resultou um grande número de indivíduos e de espécies de abelhas. Durante todas as campanhas foram coletadas 8.270 indivíduos distribuídos em uma única família: Apidae, com 59 espécies ou morfoespécies identificadas.

MP
7/1/18
ll

Pelo método de armadilha de essência, o módulo 1 obteve a maior abundância (N=1.446), com muitos indivíduos da espécie *Eulaema nigrita*.

Entre os sete gêneros coletados (armadilha de essência), *Euglossa* foi o mais abundante com 4.237 indivíduos, seguido por *Eulaema* (3.546), *Exaerete* (436), *Eufriesea* (30), *Megalopta* (2), *Melipona* (1) e *Trigona* (1). *Eulaema meriana* foi a espécie com maior abundância (2.786) correspondendo 33,7% do total de indivíduos coletados.

Nas três campanhas realizadas com o método de busca ativa, foram capturados 611 indivíduos, distribuídos em cinco famílias, 22 gêneros identificados e 70 espécies. A espécie mais abundante foi *Trigona williana* (*Trigona* cf. *williana*) (105), seguida por *Apis mellifera* (49) e *Trigona branneri* (44).

Quanto à eficiência amostral, a curva de acumulação de espécies produzida com os dados obtidos nas quatro campanhas apresenta uma desaceleração significativa, o que significa que já foi detectada boa parte das espécies do grupo na região amostrada.

Quanto à análise de similaridade, O dendrograma produzido apresentou alta similaridade (>50%) entre todos os módulos, sendo os módulos M1 e M3, com maior similaridade entre si. Os módulos M8 e M5 ficaram distantes dos demais.

2.11.3.6 Projeto de Levantamento e Monitoramento da Herpetofauna

Anfíbios

Considerando os resultados obtidos ao final das quatro campanhas do projeto, foram registradas 9.613 espécimes de anfíbios classificados em três ordens (Anura, Gymnophiona e Caudata). Estes indivíduos se distribuíram em 16 famílias, 32 gêneros e 125 espécies. A riqueza de anfíbios com confirmação taxonômica (identificados até nível de espécie) é de 64 espécies.

Dentre as famílias registradas até o momento, Hylidae, representada em sua maioria por espécies de hábito arborícola, apresentou maior riqueza (36%). A Família Leptodactylidae, representada por espécies terrestres, foi a mais abundante, com 42,5% dos indivíduos registrados. As espécies mais abundantes por campanha foram: *Leptodactylus* sp. (9,4%) e *Hypsiboas multifasciatus* (8,7%), na primeira campanha; *Adenomera* sp. (42%) e *Pristimantis* sp.1 (8,3%), na segunda campanha, *Rhinella castaneotica* (21,1%) na terceira campanha e *Pristimantis fenestratus* (13,6%) na quarta campanha.

Quanto à eficiência amostral, a curva de acúmulo de espécies de anfíbios mostrou-se ascendente sem tendência à estabilidade para todos os módulos monitorados, evidenciando que novos registros poderão ocorrer em função do aumento do esforço amostral temporal.

Nas quatro campanhas, a metodologia de Procura Ativa nas Parcelas (PP) foi responsável pelo registro de 56,4% dos espécimes e a Busca nos Sítios Reprodutivos (SR), por 23,8%. Enquanto o método PP registrou 82,4%, o SR possibilitou a visualização de 73,6% de todas as espécies registradas (125 espécies).

Os valores de Equitabilidade mostraram que os módulos monitorados apresentam uniformidade de mais de 68% de distribuição de espécies, onde no geral, não se verificou a presença de espécies dominantes.

O dendrograma gerado a partir do índice de Jaccard, para os diferentes módulos, mostra a formação de dois grupos importantes, onde pode-se verificar similaridade acima de 50% entre os Módulos 2, 5, 6 e 7, os quais são situados na mesma margem do rio Xingu (margem esquerda). Os Módulos 8 e 4, da mesma forma, agrupados num mesmo ramo, estão situados na margem direita. A maior similaridade foi encontrada entre os Módulos 6 e 7, que correspondem ao compartimento do Reservatório Intermediário. Este resultado pode ser atribuído às características similares dos fragmentos monitorados considerando a disponibilidade de recursos (micro-habitat, disponibilidade de presas, etc.) bem como à proximidade.

Répteis

MP
72/118
F. L. P.

12 412
U

Em relação às três ordens de répteis Neotropicais (Crocodylia, Testudines e Squamata) registradas nas quatro campanhas, 3.269 espécimes foram classificadas em 22 famílias, 68 gêneros e 125 espécies (considerando todas as incertezas/imprecisões taxonômicas e os indivíduos das famílias Teiidae e Alligatoridae, ainda não identificados em nível de espécie). A riqueza de répteis com confirmação taxonômica (identificados até nível de espécie) é de 85 espécies.

Serpentes de hábitos terrestres e arborícolas da família Dipsadidae representaram a maior riqueza (21,6%), enquanto a família Sphaerodactylidae, representada por lagartos subarborícolas e criptozoicos, a maior abundância (57,5%). As espécies mais abundantes foram: *Gonatodes humeralis* (33%), *Chatogekko amazonicus* e *Copeoglossum nigropunctatum* (8,7% cada) na primeira campanha; *Chatogekko amazonicus* (37,5%), *Gonatodes humeralis* (16,6%) e *Copeoglossum nigropunctatum* (7,5% cada), na segunda campanha; *Chatogekko amazonicus* (19%) e *Copeoglossum nigropunctatum* (16,6%), na terceira campanha. Na quarta campanha, as espécies mais abundantes também foram *Chatogekko amazonicus* (51%) e *Gonatodes humeralis* (15,8%).

Quanto à eficiência amostral, a curva de acúmulo de espécies de répteis mostrou-se ascendente sem tendência à estabilidade para todos os módulos monitorados, evidenciando que novos registros poderão ocorrer em função do aumento do esforço amostral temporal.

Considerando as quatro campanhas, a metodologia de Procura Ativa nas Parcelas (PP) apresentou maior registro de espécimes (64,4%) e espécies (66,4%) de répteis.

Em relação às análises referentes à estrutura da comunidade de répteis por módulos, a maior riqueza foi observado no Módulo 2 e a maior abundância foi observada no Módulo 4. Os índices de diversidade analisados apontam para o Módulo 2 como o de maior diversidade.

Os valores de Equitabilidade mostram uma uniformidade acima dos 60%, exceto nos Módulos 3 e 4. As menores equitabilidades refletem a dominância da espécie de lagarto cripto-zoico *Chatogekko amazonicus* nos dois módulos.

A análise de similaridade de Jaccard mostrou que, entre os módulos, apenas 30% da comunidade de répteis registrada até o momento é comum a todos. Além disso, o valor mais alto de similaridade entre dois módulos foi de 51%, o que ainda é baixo. Esse resultado reflete a complexidade na estruturação de comunidades de répteis amazônicos, demonstrando que cada módulo apresenta sua particularidade de espécies.

2.11.3.7 Projeto de Levantamento e Monitoramento da Avifauna

Ao longo do monitoramento foram registrados 40.923 indivíduos de aves sendo que na quarta campanha foram registrados 12.839 indivíduos. Quanto à riqueza, foram registradas 531 espécies de aves. Destas, 26 novas espécies de aves foram registradas somente na quarta campanha, na qual foram registradas 367 espécies.

As espécies mais abundantes para os dados de censo por ponto de escuta foram o chororó-negro (*Cercomacra nigrescens*), o garrinchão-coraia (*Pheugopedius coraya*), tucano-grande-de-papo-branco (*Ramphastos tucanus*) e o crierió (*Lipaugus vociferans*). Para captura, marcação e recaptura com redes de neblina, as mais abundantes foram uirapurú-laranja (*Pipra fasciicauda*), tico-tico-do-bico-preto (*Arremon taciturnus*) e o arapaçu-de-bico-de-cunha (*Glyphorynchus spirurus*).

As espécies registradas ao longo das quatro campanhas estão distribuídas em 24 ordens e 65 famílias. A Família Tyrannidae foi a mais representativa, com 50 espécies e 1.941 indivíduos registrados, seguido por Thamnophilidae com 46 espécies e 7.660 indivíduos. Entre os não-passeriformes, a Família Psittacidae foi a mais representativa, com 28 espécies, seguida da Família Trochilidae, com 24 espécies registradas.

Para o método de censo bioacústico, ao longo das quatro campanhas, os módulos M5 e M6 foram os mais ricos e, comparando-os com a riqueza total observada para todos os módulos ao longo das quatro campanhas, representam 52,4 e 51,2%, respectivamente, da riqueza de

MO
73/118
U

espécies de aves inventariadas até o presente para as áreas de influência da UHE Belo Monte. Por outro lado, o M3 foi o que apresentou menor riqueza de espécies, com o registro de apenas 37,9% do total de espécies.

Para o método de captura em rede de neblina, ao longo das quatro campanhas, de um modo geral, este segue o mesmo padrão apresentado para os dados de censo, sendo os mais ricos os módulos M5 e M6, respectivamente.

Quanto à eficiência amostral, conforme as curvas estimadas, numa escala temporal de dias de esforço, o número de espécies registradas nos módulos mostrou uma tendência à estabilização para os dados de censo por pontos de escuta, mas esta tendência não foi observada para o método de captura com rede de neblina.

A amostragem de avifauna por meio do método de censo por ponto de escuta registrou um total de 448 espécies de aves e 19.249 registros individuais; para amostragem por meio de captura com redes de neblina foram capturados 9.760 indivíduos de 287 espécies. Através de registros fortuitos foram contabilizados 11.914 indivíduos pertencentes a 452 espécies. O método de amostragem por censo foi mais eficiente para estimar riqueza de espécies entre os módulos do que o método de captura com redes de neblina. Apesar da diferença no número de espécies registradas, os métodos são complementares, uma vez que algumas espécies somente são registradas por um ou outro método.

A partir de uma análise de similaridade (índice de Jaccard) com os dados de censo, foi possível observar maior similaridade entre os módulos M1, M7 e M6 e entre os módulos M5 e M8, sendo os módulos M3 e M4 os mais dissimilares. A maior similaridade entre os módulos citados, possivelmente, está associada à fitofisionomia e à estrutura da vegetação registradas pela classificação categórica dos mesmos, uma vez que em todas as parcelas dos módulos M1, M6 e M7 predomina Floresta Ombrófila de Terra Firme.

2.11.3.8 Projeto de Levantamento e Monitoramento de Mamíferos Terrestres

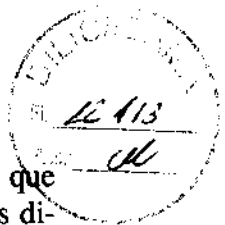
Considerando as quatro campanhas já foram registradas 47 espécies de mamíferos nativos confirmados, pertencentes a nove ordens e 24 famílias, através de métodos diretos e indiretos, incluindo os registros fortuitos obtidos durante os deslocamentos até os transectos ou através de relatos fidedignos de terceiros. Somam-se a essas, outras cinco espécies de mamíferos exóticos representados pelo cachorro-doméstico, porco, boi, búfalo e cavalo, que não foram consideradas nas análises quali-quantitativas, totalizando 52 espécies e 26 famílias. Ainda, uma espécie da mastofauna (*Galictis vittata*) resgatada no Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna não foi registrada no projeto de monitoramento. Dessa forma, consideradas todas as espécies registradas, entre as nativas e exóticas e de diferentes projetos, foram obtidas 53 espécies para a região.

Através exclusivamente dos censos realizados em transecções lineares, por meio de metodologia padronizada para a busca de indícios diretos e indiretos da presença das espécies, já foram registrados 3.001 indivíduos de 40 espécies nativas pertencentes a nove ordens e 21 famílias. As ordens com maior número de espécies representantes foram a dos primatas (N = 10) e carnívoros (N = 9), seguida pela dos cingulados (N = 5) e roedores (N = 5).

Comparativamente às outras três campanhas, desconsiderando registros ocasionais e relatos, houve o acréscimo de duas espécies durante o censo, representadas pelo tatu-peba (*Euphractus sexcinctus*) e pela preguiça-real (*Choloepus didactylus*).

Em termos de composição, 10 espécies de mamíferos foram as mais frequentes, sendo registradas em todos os oito módulos de amostragem, representadas pelo bugio (*Alouatta belzebul*), tatu-de-rabo-mole (*Cabassous unicinctus*), zogue-zogue (*Callicebus moloch*), paca (*Cuniculus paca*), cutia (*Dasyprocta aguti*), tatu-galinha (*Dasypus novemcinctus*), catipuru (*Guerlinguetus gilvicularis*), quati (*Nasua nasua*), cateto (*Pecari tajacu*) e macaco-prego (*Sapajus apella*).

MP CC
74/118
[Handwritten signatures and initials]



A diversidade e a equitabilidade foram calculadas através do índice de Shannon, que considera tanto a riqueza como a distribuição da abundância de espécies. Os módulos mais diversos foram representados pelo M4 e M8, ambos situados na margem direita do rio Xingu. O M7, apesar de ser um dos mais ricos, foi o módulo menos diverso, possivelmente devido à baixa abundância e equitabilidade de espécies (*Sapajus apella* foi responsável por aproximadamente 50% da abundância registrada nesse módulo durante as 4 campanhas).

Quanto à eficiência amostral, é possível observar que a curva de acumulação de espécies já se encontra estabilizada, indicando uma amostragem efetiva.

No geral, foram obtidos 3.687 registros de mamíferos nativos e exóticos ao longo das quatro campanhas e dos oito módulos amostrais incluindo a metodologia de censo e os registros ocasionais, adquiridos durante os deslocamentos até os módulos ou através de terceiros (registros fortuitos). Considerando apenas os mamíferos nativos, foram obtidos um total de 3.447 registros, dos quais, 3.001 foram obtidos exclusivamente através de censos padronizados. Desses, o maior número de registros foi representado por visualização (76%).

Das 40 espécies de mamíferos registradas, 25 foram visualizadas durante o censo. Os primatas foram responsáveis por maior parte dos registros visuais e, juntos, compreenderam 58% de todos os registros obtidos. O macaco-prego e o bugio foram as espécies de primatas mais visualizadas (46% e 13%, respectivamente). Ambos são mais conspícuos e fáceis de serem localizados. Dos outros grupos, o quati (4,6%), a queixada (4,0%) o cateto (2,7%) e a cutia (2,3%) foram os mais registrados. Dos vestígios, vocalização (44%) e pegadas (38%) foram os mais abundantes.

Sete espécies presentes na lista de mamíferos com ocorrência para a região ainda não foram registradas por meio da metodologia de censo, representadas pelo tatu-mulita (*Dasyus septemcinctus*), tamanduá (*Cyclopes didactylus*), macaco-da-noite (*Aotus infulatus*), cachorro-do-mato-vinagre (*Speothos venaticus*), ariranha (*Pteronura brasiliensis*), jupará (*Potos flavus*) e o gato-mourisco (*Puma yagouaroundi*). Esse fato se deve, provavelmente, às particularidades de cada uma.

Considerando as quatro campanhas de amostragem, foi empregado um esforço de aproximadamente 1.090 km distribuídos ao longo dos oito módulos de amostragem. Foi detectado o maior número de espécies nativas nos módulos onde os esforços amostrais foram maiores em termos de números de campanhas (M5 e M7).

Através dos dados de riqueza e abundância é possível verificar que os módulos com maior similaridade da mastofauna, medida através do coeficiente de Jaccard, foram representados pelo M2 (Reservatório Xingu) e M6 (Reservatório Intermediário), que apresentaram 73% de espécies em comum. Os módulos M3 (Reservatório Xingu) e M4 (Trecho de Vazão Reduzida) também apresentaram uma alta porcentagem de espécies compartilhadas (69%). Os dois primeiros estão situados na margem esquerda, enquanto que os dois últimos estão localizados na margem direita. A alta porcentagem de espécies em comum entre esses módulos pode estar relacionada às características semelhantes da vegetação que são partilhadas por essas áreas.

Foi observado que algumas espécies apresentaram padrões de variação na coloração considerando as duas margens do rio Xingu, que parece constituir uma barreira natural para alguns mamíferos. Essas variações podem refletir apenas um polimorfismo, mas também não se descarta a possibilidade de se tratarem de espécies distintas.

2.11.3.9 Projeto de Levantamento e Monitoramento de Quirópteros

Na quarta campanha, foram amostrados cinco pedrais (Navio, Sossego, Araras, Mucura e Barra do Vento). As cavernas inventariadas foram a Pedra da Cachoeira, Kararaô, Leonardo da Vinci e a Cama de Vara. Os módulos monitorados foram o 1, 2, 4 e 5, isto é, os mais próximos aos pedrais do rio Xingu, priorizando as parcelas também mais próximas ao rio,

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including the number 75/118.

com vistas a acompanhar, o deslocamento dos morcegos que utilizam temporariamente os pedrais emersos como abrigos.

Ao longo das quatro campanhas foram registrados 5.028 indivíduos. Os valores apresentados levam em conta indivíduos recapturados (marcados na mesma campanha) e indivíduos recuperados (marcados em outras campanhas). O monitoramento contabiliza a ocorrência de nove famílias, 41 gêneros e 74 espécies.

Módulos Rapeld

No geral, nas quatro campanhas foram registradas 54 espécies de morcegos em 690 capturas, em seis módulos amostrados (M1, M2, M4, M5, M6 e M7). Na quarta campanha foram capturados 118 indivíduos, distribuídos em 21 espécies. Quatro novos registros foram computados nesta quarta campanha: *Artibeus concolor*, *A. gnomus*, *Lionycteris spurelli* e *Micronycteris hirsuta*.

Quanto à eficiência amostral, a curva de acúmulo de espécies mostrou-se ascendente sem tendência à estabilidade para todos os módulos monitorados, evidenciando que novos registros poderão ocorrer em função do aumento do esforço amostral temporal.

A maior riqueza de espécies ocorreu no módulo M5, com registro de 29 espécies e, a menor riqueza no módulo M4 com o registro de 13 espécies.

A análise das quatro campanhas continua indicando uma baixa similaridade entre os módulos (<50%), indicando a presença de uma comunidade diversificada e heterogênea.

A análise trófica nos módulos continua revelar uma dominância de morcegos frugívoros (463 capturas distribuídas em 20 espécies). Os insetívoros, somando os catadores e aéreos, dominaram a riqueza com 25 espécies em 120 capturas. Foram 13 espécies de insetívoros catadores e 12 espécies de insetívoros aéreos. Sete espécies de morcegos nectarívoros foram anotadas em 55 capturas. Carnívoros, onívoros e hematófagos completaram a assembleia com duas espécies cada.

A alta abundância de frugívoros está relacionada em parte ao método utilizado para amostragem (redes de neblina).

Quanto às marcações e recapturas, as marcações realizadas nos módulos, até a 4ª campanha, contabilizam 554 indivíduos. As recapturas totais das 4 campanhas, envolveram 26 indivíduos. Na 4ª campanha, dois indivíduos de duas espécies (*Carollia perspicillata* e *Desmodus rotundus*) foram recapturados nos módulos M1 e M5 com intervalo de dois dias e nas mesmas parcelas em que foram marcados previamente.

Pedrais

Na quarta campanha, realizada na baixa do Xingu, foram amostrados os pedrais das Araras, Sossego, Pedra do Navio, Barra Vento e Mucura, sendo capturados 221 indivíduos distribuídos em oito espécies.

Na primeira campanha capturaram-se sete espécies, na segunda oito, na terceira 19 e na quarta oito espécies. Esta diferença na riqueza observada entre a terceira e as outras campanhas pode se justificar como sendo artefatos de capturas. Algumas redes foram colocadas no entorno de pedrais, na terceira campanha resultando na captura de espécies que não são típicas deste tipo de abrigo.

Os molossídeos apresentaram maior número de capturas na quarta campanha com três espécies (S=3) e 43,4% dos morcegos registrados. Em termos de capturas, os noctilionídeos e embalonurídeos também se destacaram com 56 (S=1) e 51 (S=2) capturas cada. Nesta última campanha dois novos registros foram adicionados à lista dos pedrais: *Myotis nigricans* e *Neoplatymops mattogrossensis*.

Os pedrais mais semelhantes são Barra do Vento e Cachoeira do Mucura 75%. Estes dois pedrais possuem cerca de 50% de semelhança com o Pedral das Araras. Os pedrais do Sossego e Pedra do Navio formam um agrupamento, mas com pouca semelhança faunística (~36%). A maior diferença faunística foi anotada entre o pedral das Araras e Pedra do navio,

12 414
U

com apenas 23,8% de similaridade. As diferenças ou semelhanças encontradas podem estar associadas a fatores intrínsecos (biologia das espécies associadas) ou extrínsecos (fatores ambientais diversos), sendo necessário o acompanhamento desta fauna, durante o monitoramento para maiores inferências.

Quanto à eficiência amostral, a curva de acúmulo de espécies mostrou-se ascendente sem tendência à estabilidade, evidenciando que novos registros poderão ocorrer em função do aumento do esforço amostral temporal.

Quanto à estrutura trófica, os morcegos insetívoros aéreos dominaram os pedrais, tanto em número de espécies (N = 16), quanto em número de capturas (N = 516). Os morcegos frugívoros foram também muito abundantes com 111 capturas, a maior parte delas referente à espécie *C. perspicillata* (N = 100). Embora com oito espécies registradas, o número de frugívoros nos pedrais deve ser menor, pois muitas espécies foram capturadas ocasionalmente, ao utilizá-los como rota de voo. Hematófagos e onívoros foram registradas em baixa densidade e não utilizando os pedrais como abrigo. Apenas uma espécie nectarívora, *Glossophaga soricina*, com 10 capturas registradas.

As marcações realizadas nos pedrais, até a 4ª campanha, contabilizam 524 indivíduos. O maior número de marcações ocorreu no Pedral do Sossego (N=132). Três recapturas foram registradas nos pedrais, sendo apenas uma delas na 4ª campanha. Um indivíduo de *Furipterus horrens* foi recapturado no pedral Pedra do Navio, após ter sido marcado no mesmo pedral um ano e um mês antes.

Cavernas

Após quatro campanhas de monitoramento contabiliza-se 3.667 capturas de 25 espécies.

Na quarta campanha, trabalhando-se nas quatro cavernas, capturou-se 627 morcegos distribuídos em 18 espécies.

Dentre as espécies exclusivas observadas, nas diferentes cavernas têm-se, *Micronycteris megalotis* e *Peropteryx* cf. *trinitatis* na caverna Kararaô. Na caverna Cama de Vara, observou-se *Carollia benkeithi* e *Chrotopterus auritus*, na Leonardo da Vinci como exclusivas destas cavidades. A Pedra da Cachoeira não apresentou espécies exclusivas durante o monitoramento.

Quanto à eficiência amostral, as curvas de acumulação de espécies observadas e estimadas demonstram tendência à estabilização. Nesse sentido, poucas espécies ainda devem ser acrescentadas a lista, durante a continuidade do monitoramento.

A quiropterofauna apresentou baixa similaridade entre as cavernas. As cavernas que apresentaram faunas mais similares foram a Pedra da Cachoeira e a Kararaô (52%), enquanto que a caverna Leonardo da Vinci apresentou a fauna mais dissimilar.

Quanto à estrutura trófica, os insetívoros dominaram amplamente a riqueza (13 espécies) e o número de capturas (N=1.633). Os frugívoros apresentaram também um alto índice de capturas, especialmente devido a ocorrência de *C. perspicillata* (99% das capturas dos frugívoros), notadamente na caverna Leonardo da Vinci. A riqueza das demais guildas nas cavernas foi baixa. Três espécies de carnívoros, três de nectarívoros e duas de hematófagos completaram a amostragem. Os nectarívoros foram muito frequentes com 7.588 capturas. Os carnívoros, por estarem no topo da cadeia alimentar, apresentaram baixa densidade com apenas 12 capturas.

As marcações realizadas nas cavernas, até a 4ª campanha, contabilizam 3.071 indivíduos. O maior número de marcações ocorreu na caverna Leonardo da Vinci. Foram feitas até a 4ª campanha, uma recaptura na Cama de Vara, sete na Kararaô, 76 na Leonardo da Vinci e 34 na Pedra da Cachoeira. Além disso, uma espécie, *Carollia perspicillata*, capturada no módulo M2, foi recapturada em um intervalo de 12 dias na caverna Cama de Vara, com deslocamento de 1 km. Três indivíduos (dois *C. perspicillata* e um *Myotis riparius*), marcados na 3ª

MP
7/11/18
U

campanha na caverna Cama de Vara, foram recapturados na mesma caverna com um intervalo de quatro meses.

Atendimento da condicionante 2.3 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 251/2013 e Retificações:

A coleta de material biológico para os projetos de monitoramento de invertebrados terrestres, mastofauna, herpetofauna, avifauna e quiropteroфаuna está respaldada pela Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 251/2013 e retificações. A condicionante 2.3 desta autorização informa que a coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA, portanto, o atendimento da referida condicionante será avaliado a seguir:

2.3 A coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA. Estes relatórios devem conter os seguintes itens:

a) Lista das espécies encontradas durante o monitoramento destacando as espécies ameaçadas de extinção (lista vermelha das espécies ameaçadas da IUCN, livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção no MMA e lista estadual da fauna ameaçada, outras listas podem ser utilizadas de forma complementar), endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadoras de qualidade ambiental, as de importância econômica e cinética, as potencialmente invasoras ou de risco epidemiológico, inclusive domésticas e as migratórias.

Atendida para invertebrados.

Não foram encontradas espécies ameaçadas, endêmicas e raras. Até o momento, foram detectadas quatro espécies exóticas invasoras de Drosophilidae esperadas em áreas rurais antropizadas na Amazônia, sendo elas: *D. simulans*, *D. malerkoltiliana*, *Zaprionus indianus* e *Scaptodrosophila latifasceaeformis*. A espécie *Zaprionus indianus*, recentemente introduzida no Brasil tem causado impacto na fruticultura. Suas larvas, diferentemente da maioria dos Drosophilidae, podem se desenvolver em frutos ainda nas árvores. As quatro espécies exóticas de Drosophilidae encontradas são indicadoras de degradação ambiental em áreas originalmente ocupadas por florestas.

Euglossa sp.1 é uma espécie que está em processo de descrição e deverá ser nomeada como *Euglossa irisa*. Esta espécie é abundante na área de abrangência do empreendimento. Com 304 indivíduos, ela é a sétima em abundância, dentre as 35 espécies de *Euglossa* detectadas neste projeto. Ela também está amplamente distribuída, tendo sido encontrada nas quatro campanhas, assim como em todos os módulos. *Euglossa* sp.4 foi indicada como uma possível nova espécie, contudo novos indivíduos deverão ser capturados para melhor averiguação dos caracteres que vão determinar o possível novo registro. Foi coletado apenas um indivíduo desta espécie no módulo 5, na quarta campanha. Pode se tratar de uma espécie rara e de distribuição restrita. Nas coletas da 4ª campanha foi registrado um indivíduo de *Euglossa fimbriata*, o que representa uma nova ocorrência para o estado do Pará. Foram encontrados apenas dois indivíduos desta espécie, um no módulo 5 e outro no módulo 7.

As espécies de abelhas Euglossini são responsáveis pela polinização de cerca de 10% de espécies de orquídeas. Além disso, *Eulaema meriana*, *E. mocsaryi*, *E. cingulata* e *Eufriesea flaviventris* estão envolvidas, juntamente com abelhas de outros grupos, na polinização da castanha-do-Brasil. *Eulaema meriana* é a espécie dominante nas armadilhas de abelhas em todos os módulos. *Eulaema cingulata* está presente em todos os módulos, mas em baixa abundância. *Eulaema mocsaryi* ainda não foi detectada nos módulos 1 e 5, enquanto *Eufriesea flaviventris* só foi detectada no módulo 6.

Quanto às espécies bioindicadoras, *Euglossa analis* (N=2), detectada apenas no módulo M5 é indicadora de áreas florestadas. Devido a sua baixa abundância, esta ainda não

MP CC M
78/118
D. S. P.

pode ser utilizada para indicar variações qualitativas no ambiente. *Eulaema nigrita* (N=236) e *Euglossa cordata* (N=60) são indicadoras de áreas degradadas ou de vegetação aberta.

Atendida para herpetofauna.

Nenhuma espécie de anfíbio encontra-se listada na lista brasileira oficial de espécies ameaçadas de extinção do IBAMA. De acordo com a IUCN (2013), as espécies registradas estão classificadas nas categorias "Baixa Preocupação" e "Dados Deficientes". As espécies das famílias Aromobatidae e Dendrobatidae são listadas no Apêndice II do CITES que considera as espécies não necessariamente ameaçadas de extinção, mas podem se tornar, caso a pressão imposta pelo comércio não seja controlada.

Quanto à raridade e endemismo, com exceção da espécie *Bolitoglossa tapajonica*, que pode evidenciar uma espécie rara com poucos registros conhecidos, com ocorrência para a região, as espécies de anfíbios registradas são espécies típicas da Amazônia, não tendo sido registrados, até o momento, casos de microendemismo.

Em relação às espécies de interesse comercial e/ou médico veterinário, houve registro de anfíbios das famílias Aromobatidae e Dendrobatidae que compartilham o aposematismo conspícuo e diferentes graus de toxicidade utilizados na defesa contra predação. É em função do aposematismo que são ameaçadas pelo tráfico de animais e enquadradas na lista do CITES (2013). Outro fator relevante é o alto potencial farmacológico dessas espécies em função das toxinas produzidas por glândulas cutâneas. A espécie arborícola *Phyllomedusa bicolor* também é alvo de captura e sua secreção tem sido utilizada para fins medicinais e rituais indígenas e não-indígenas.

Dentre as espécies indicadoras de qualidade ambiental, destacam-se as especialistas no uso de ambientes florestados, sendo dependentes do microclima proporcionado pela serrapilheira e de microambientes disponíveis nos diversos estratos da Floresta (por exemplo, *Adelphobates castaneoticus*; *Engystomops freibergi*, *Osteocephalus* spp.).

Nenhuma espécie de réptil registrada até o momento encontra-se na lista brasileira oficial de espécies ameaçadas de extinção do IBAMA ou na lista de espécies ameaçadas do Estado do Pará. A espécie *Boa constrictor* está listada no Apêndice I do CITES, que considera a ameaça em função do comércio internacional. As espécies *Epicrates cenchria*, *Chelonoidis denticulata*, *Caiman crocodilus* e *Paleosuchus trigonatus* estão listadas no Apêndice II do CITES, que considera as espécies não necessariamente ameaçadas de extinção, mas que podem se tornar, caso a pressão imposta pelo comércio não seja controlada. Por último, de acordo com a IUCN (2013), *Chelonoidis denticulata* é uma espécie vulnerável em função da pressão cinegética.

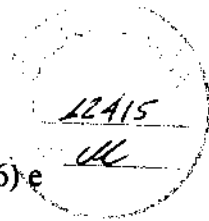
Até o momento não foram coletadas ou observadas espécies de répteis endêmicas da área do empreendimento.

As principais espécies de interesse econômico da área são as duas espécies de jacarés e o quelônio do gênero *Chelonoidis* que são utilizados pelos habitantes locais para alimentação. Entre as espécies de serpentes peçonhentas, destacam-se as ocorrências de espécimes das famílias Elapidae e Viperidae.

Muitas espécies de répteis podem ser consideradas estenóicas e indicadoras de qualidade ambiental, sendo dependentes de ambientes florestais, por exemplo *Alopoglossus angulatus*, *Norops fuscoauratus* e *Chatogecko amazonicus*.

Atendido para avifauna.

Das 531 espécies de aves registradas nas áreas de influência da UHE Belo Monte, três estão na lista de ameaçados da União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) / Ministério do Meio Ambiente (MMA), sendo *Anodorhynchus hyacinthinus* e *Guaruba guarouba* comuns às duas listas, *Psophia viridis* somente na lista da IUCN e *Pyrrhura lepida* e *Pteroglossus bitorquatus*



MP
79/118
Handwritten signatures and initials.

somente na lista do MMA;

Um total de 16 espécies de aves estão na lista da IUCN (2013) como quase ameaçados (ex. *Harpia harpyja*; *Morphnus gujanensis*; *Odontophorus gujanensis*; *Spizaetus ornatus*; *Tinamus major*) e 14 encontram-se como vulneráveis (Ex.: *Capito dayi*, *Hylexetastes brigidai*, *Pyrrhura lepida*, *Patagioenas subvinacea* e *Tinamus tao*).

Para todos os módulos, mais de 90% das espécies estão inclusas na categoria de pouco preocupante, conforme a IUCN (2013). As demais categorias (vulnerável, quase ameaçada, ameaçada e sem informação), em sua maioria, oscilam em valores inferiores a 2%. Dentre as espécies ameaçadas de extinção registradas nos módulos, destacam-se: a arara-azul-grande (*Anodorhynchus hyacinthinus*), foi registrada nos módulos M1 (oito indivíduos), M4 (16 indivíduos), M6 (cinco indivíduos), M7 (12 indivíduos) e M8 (um indivíduo); a ararajuba (*Guaruba guarouba*) foi registrada no M4 (31 indivíduos) e M8 (37 indivíduos); o jacamim-de-costas-verdes (*Psophia viridis*) foi registrado no M3 (um indivíduo), no M4 (um indivíduo) e no M8 (um indivíduo). Já *Pyrrhura lepida* foi registrada no M4 (três indivíduos) e no M6 (33 indivíduos) e *Pteroglossus bitorquatus* no M2 (dois indivíduos), no M3 (dois indivíduos), M5 (dois indivíduos), M6 (três indivíduos) e M8 (nove indivíduos).

Cinco espécies registradas (*Anodorhynchus hyacinthinus*, *Jabiru mycteria*, *Harpia harpyja* e *Ara macao*, *Guaruba guarouba*) estão citadas no Anexo I CITES. Segundo qual, as espécies só podem ser comercializadas em casos excepcionais e desde que se garanta que isso não afetará a sobrevivência da espécie.

Um total de 71 espécies está citado no Anexo II da CITES, que inclui as espécies que mesmo não estando em perigo de extinção precisam ter seu comércio regularizado, para que tal fato não ocorra. Entre as espécies que são listadas pelo Anexo II da CITES e que foram registradas na área de influência da UHE Belo Monte podem ser citados *Aratinga leucophthalma*, *Daptrius ater*, *Ibycter americanus* e *Herpetotheres cachinnans* sendo que as quatro foram registradas em todos os módulos.

Foram registradas 206 espécies de aves consideradas endêmicas do bioma Amazônia. Destaca-se aqui a presença de espécies endêmicas com distribuição restrita (*Penelope pileata* e *Neomorphus squamiger*). Dentre os módulos, o M6 foi o que apresentou maior porcentagem de endemismos com 157 espécies, seguido pelo M4 com 151 e M5 com 142 espécies de aves endêmicas.

Destaca-se aqui a presença de espécies endêmicas com distribuição restrita (*Ortalis momot*, *Neomorphus squamiger*, *Rhegmatorhina gymnops*). Destaca-se também *Avocetulla recurvirostris*, pequeno beija-flor que conta com pouquíssimos registros na Amazônia e tem hábitos desconhecidos (2 indivíduos no M2), beija-flor *Discosura langsdorfii melanosternum* (1 indivíduo avistado no M4), *Hemitriccus minimus* (15 indivíduos registrados em M5, M6, M2) e *Phaethornis aethopyga* (4 indivíduos no M1 e 13 indivíduos no M2), recentemente elevado à categoria de espécie válida e que tem, no Rio Xingu, o seu limite oeste. Cabe ressaltar que esta espécie, segundo Piacentini *et al.* (2009), é endêmica do Brasil e conhecida por pouco mais de 20 exemplares em coleções de museus de todo o mundo, ocorrendo desde a margem direita dos rios Teles Pires e Tapajós até a margem esquerda do baixo Xingú. Além destas, destaca-se ainda a presença dos arapaçus *Dendrexetastes rufigula* (20 indivíduos nos M1, M2, M4, M5, M6 e M7), *Hylexetastes brigidai* (2 indivíduos nos M2 e M4) e *Xiphocolaptes carajaensis* (14 indivíduos nos M2, M4, M5, M6, M7 e M8), essas últimas são aves que ocupam apenas florestas em muito bom estado de conservação.

Quanto às espécies cinegéticas e de interesse econômico, nos módulos amostrados foram registrados um total de oito (08) representantes da família Tinamidae, entre eles a azulona (*Tinamus tao*) registrada nos módulos 1, 4, 5, 7 e 8, o inhambu-de-cabeça-vermelha (*Tinamus major*) registrada no módulo 7, e o inhambu-galinha (*Tinamus guttatus*) registrada

Mo
80/118
Desta

12416
111

nos módulos 6 e 7. Estas espécies são os maiores representantes desta família na Amazônia brasileira, e estão entre as espécies mais visadas por caçadores.

A família Cracidae também está entre os grupos de aves sensíveis às pressões antrópicas. Nos módulos amostrados foram registradas cinco (05) espécies desta família: o mutum-cavalo (*Pauxi tuberosa*) registrado nos módulos 2, 5, 6 e 7, a jacupiranga (*Penelope pileata*) registrada nos módulos 1, 2, 4, 5, 6 e 7, a jacupemba (*Penelope superciliaris*) registrada nos módulos 2, 4 e 6, o jacu-de-spix (*Penelope jacquacu*) registrado nos módulos 2 e 5 e o aracuã-pequeno (*Ortalis motmot*) registrado nos módulos 3 e 4.

Entre as espécies indicadoras de boa qualidade de habitat registradas, pode-se citar: o gavião-miudinho (*Accipiter superciliosus*), pica-pau-de-barriga-vermelha, (*Campephilus rubricollis*) arapaçu-barrado (*Dendrocolaptes certhia*), o arapaçu-meio-barrado (*Dendrocolaptes picumnus*), chororó-pocua (*Cercomacra cinerascens*), chupa-dente-de-cinta (*Conopophaga aurita*), anambé-azul (*Cotinga cayana*), cabaça-branca (*Dixiphia pipra*), cabeça-de-ouro (*Pipra erythrocephala*), patinho-de-coroa-branca (*Platyrinchus platyrinchus*), pinto-do-mato-de-cara-preta (*Formicarius analis*), azulona (*Tinamus tao*), inhambu-relógio (*Crypturellus strigulosus*), uiraçu-falso (*Morphnus guianensis*) e falcão-críptico (*Micrastur mintoni*).

Atendido para a mastofauna. Dentre as 40 espécies nativas registradas, 12 estão presentes em duas ou mais listas de espécies ameaçadas de extinção, de acordo com a União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Resolução 054/2007 que homologa a lista de espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção do estado do Pará.

Quanto às espécies endêmicas, nenhuma espécie pôde ser considerada endêmica do ecossistema local. Porém, as espécies endêmicas do bioma Amazônico registradas foram o macaco-aranha, os cuxiús, o mico-de-cheiro (*S. ustus*), o sagui-branco e o zogue-zogue.

Cinco espécies exóticas de mamíferos foram registradas nas áreas de monitoramento: boi, búfalo, cavalo, cachorro-doméstico e o porco-doméstico.

Indícios de atividades de caça foram encontrados em todos os oito módulos amostrados, dentre esses, presença de caçador munido de espingarda próximo à área (n=6), pegada e latidos de cachorro doméstico (n=6), trilhas dentro da mata para facilitar o acesso à caça (n=3), cartucho (n=4) e girau de espera (n=3). Nas proximidades do módulo 4, onde residem indígenas (etnia Arara), foi observado um evento de travessia a nado de queixadas no rio Xingu e em seguida a perseguição e matança dos indivíduos pelos índios.

Quanto às espécies indicadoras de qualidade ambiental, sete espécies foram definidas como bioindicadoras, alvos do monitoramento, a saber: *Alouatta belzebul* (foram obtidos 235 registros do bugio, que ocorreu em todos os oito módulos de amostragem), *Saguinus niger* (25 visualizações com tamanhos do grupo variando entre dois a oito indivíduos nos módulos 3, 4 e 8), *Saimiri ustus* (29 visualizações com grupos variando entre um e 30 indivíduos nos módulos 1, 2, 5, 6 e 7), *Chiropotes albinasus* (O cuxiú só foi registrado no módulo 5), *Chiropotes utahickae* (Registrado apenas no módulo 8. Na quarta campanha, entretanto, houve o registro fortuito da espécie também no M4. Para as quatro campanhas foram obtidos 11 registros, com o tamanho dos grupos variando entre um e 15 indivíduos), *Ateles marginatus* (O macaco-aranha só foi registrado nos módulos 2 e 7) e *Tayassu pecari* (14 visualizações com tamanhos do grupo variando entre um a 50 indivíduos em todos os 8 módulos).

Atendido para quiropterofauna. *Natalus macrourus* é um espécie estritamente cavernícola e hábito alimentar insetívoro. Esta espécie está classificada como Vulnerável na lista do Pará (SEMA, 2008). De fato, embora de ampla distribuição geográfica, no Pará esta espécie foi registrada apenas nas cavernas de Belo Monte, ocorrendo em três delas: Kararaô, Pedra da Cachoeira e Cama de Vara. Ao todo 24 indivíduos foram capturados, seis na Kararaô, nove na

81/118
MP

Pedra da Cachoeira e nove na Cama de Vara.

No âmbito do licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, em 2012 foi consolidado o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Endêmicas e Ameaçadas de Extinção da Região do Baixo e Médio Xingu – PAN Xingu, em que *Natalus macrourus* (= *Natalus espiritosantensis*) é uma das espécies alvo.

Os morcegos da subfamília Phyllostominae são considerados bons indicadores de qualidade ambiental. Entre as espécies dessa família, que podem ser boas indicadoras de qualidade ambiental, encontradas nas áreas inventariadas, podem ser citadas as seguintes: *Vampyrum spectrum* (Esta espécie é a maior que ocorre nas Américas com hábito predominantemente carnívoro. Abrigam-se em ocos de árvores, um recurso escasso e dependente da floresta em pé. Três indivíduos foram capturados nas cavernas Kararaô e Pedra da Cachoeira), *Chrotopterus auritus*, *Glyphonycteris* sp., *Lamproncycteris brachyotis*, *Lonchorhina aurita*, *Lophostoma brasiliense*, *L. silvicolum*, *Macrophyllum macrophyllum*, *Micronycteris megalotis*, *Trachops cirrhosus*, *Trinycteris nicefori*, *Micronycteris minuta*, *Micronycteris* sp., *Mimon crenulatum*, *Tonatia bidens* e *Tonatia saurophila*.

Algumas espécies como *Thyroptera* spp. são dependentes de plantas específicas para se abrigarem (*Musa* e *Heliconia*), estando desta forma associadas a áreas de vegetação com estas plantas. Apenas oito indivíduos foram anotados apenas na primeira campanha na área dos módulos.

Algumas espécies são dependentes de habitats de boa qualidade e que são escassos na natureza, como as espécies caverna-dependente. Este é o caso de *N. espiritosantensis* e *Lonchorhina aurita*. *Lonchorhina aurita* teve apenas uma captura no módulo 6 na 1ª campanha. No entanto, os levantamentos nas cavernas resultaram num grande número de captura da espécie, 177 indivíduos, com a maior população verificada na Pedra da Cachoeira (106 animais).

Quanto às espécies de interesse econômico e de saúde pública, foram capturados 82 indivíduos de *D. rotundus* nestas quatro campanhas, sendo 51 nas cavernas (18 na Kararaô e 33 na Pedra da Cachoeira), dois em pedrais (Pedra do Navio e Sossego) e 29 nos módulos. Em 2004 e 2005, três surtos de raiva humana transmitida por *Desmodus rotundus* foram notificados no Pará e no Maranhão e colocaram o morcego o principal transmissor da raiva humana no país.

b) Detalhamento da captura, tipo de marcação, triagem e dos demais procedimentos a serem adotados para os exemplares capturados ou coletados, informando o tipo de identificação individual, registro e biometria.

Atendido para invertebrados, herpetofauna, avifauna, mastofauna e quiropterofauna, o 5º relatório não apresentou essas informações, no entanto ela já haviam sido apresentadas detalhadamente pelo 2º relatório conforme consta no parecer nº 168/2012 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

c) Esforço e eficiência amostral, parâmetros de riqueza e abundância das espécies, índice de diversidade, coeficiente de similaridade entre as áreas e demais análises estatísticas pertinentes, por fitofisionomia e grupo inventariado, contemplando a sazonalidade em cada área amostrada.

Atendido para invertebrados, herpetofauna, avifauna, mastofauna e quiropterofauna.

d) Tabela contendo todos os indivíduos capturados e observados apresentando nome científico, nome comum, área amostral, fitofisionomia, habitat, coordenadas planas (UTM – datum horizontal SIRGAS 2000), estação do ano, método de registro, data, horário de registro, status de conservação (IUCN, MMA, lista estadual), endemismo, e o coletor/observador. Em caso de captura, devem ser registrados os dados biométricos e sanitários dos espécimes. Para os animais sociais observados, deve ser registrado o número

Mp *ll*
82/118
llh *llh* *llh*

de indivíduos presente no grupo e para animais arborícolas anotar a altura no estrato vegetacional.

Atendido para invertebrados, herpetofauna, avifauna, mastofauna e quiropteroфаuna.

e) Anexo digital com lista dos dados brutos dos registros de todos os espécimes – forma de registro, local georreferenciado (sistema de coordenadas planas, projeção UTM, datum horizontal SIRGAS 2000), habitat e data;

Atendido para invertebrados, herpetofauna, avifauna, mastofauna e quiropteroфаuna.

f) Cartas de recebimento das Instituições Depositárias, originais ou autenticadas em cartórios contendo todos os espécimes coletados, detalhando as espécies, quantidades e número de tombo. Os espécimes oriundos desta Autorização não poderão ser comercializados.

Atendido para invertebrados. Foram apresentadas as declarações de depósito de material do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA e do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Não se aplica para herpetofauna. Na terceira e quarta campanhas de monitoramento não houve envio de material para as instituições receptoras.

Atendido para avifauna. Foram apresentadas as declarações de depósito de material da Coleção Zoológica do Instituto de Biociências da Universidade Federal de Mato Grosso.

Não se aplica para mastofauna. Na terceira e quarta campanhas de monitoramento não houve envio de material para as instituições receptoras.

Atendido para quiropteroфаuna. Foi apresentada a declaração de depósito de material da Universidade Federal de Goiás – Campus de Jataí.

2.11.4 Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea

Este programa será analisado por meio de parecer específico.

2.11.5 Programa de Registro e Armazenamento Cartográfico, Fotográfico e Acervo de Elementos Espeleológicos

Este programa será analisado por meio de parecer específico.

2.11.6 Programa de Compensação Ambiental

2.11.6.1 Projeto de Criação de Unidades de Conservação

O relatório não apresentou andamento no período, sob justificativa do não pronunciamento do Comitê de Compensação Ambiental Federal. Sobre este aspecto, informações mais atualizadas encontram-se disponíveis na análise da condicionante 2.23.

Foi proposto nos encaminhamentos do 4 RC, a aquisição de imagens de satélite para melhor caracterização das áreas. Entretanto, o empreendedor informou não ter sido possível a entrega devido a instabilidades atmosféricas da região. Além disso, a Norte Energia contratou o monitoramento com radar aerotransportado interferométrico, para acompanhamento das alterações de paisagens da área 1, que possui proposta de criação de Estação Ecológica.

Recomendação:

Apresentar a situação fundiária e caracterização detalhada da paisagem para as novas propostas de áreas para criação da Unidade de Conservação.

2.11.6.2 Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente

O relatório não apresentou atividade para este período, visto que a Norte Energia não recebeu nenhum pronunciamento do CCAF sobre a implantação do Programa de Compensação Ambiental. O relatório aponta ainda a recomendação que o IBAMA e ICMBIO

reveja as indicativas de aplicação de recursos da compensação ambiental na ESEC Terra do Meio, devido a distância da UC ao empreendimento e demandas urgentes de proteção dos recursos naturais existentes nas áreas mais próximas da área de influência da UHE Belo Monte. O IBAMA encaminhou a presente demanda por meio do MEM. 007706/2013 CGENE/IBAMA, em 30 de abril de 2013, para o CCAF. Sobre este aspecto, informações mais atualizadas encontram-se disponíveis na análise da condicionante 2.23.

Recomendação:

Após manifestação do Comitê de Compensação Ambiental Federal, deverá ser realizada a adequação do cronograma de atividades.

2.12 Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos

2.12.1 Programa de Monitoramento da Flora

2.12.1.1 Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais

Este projeto será analisado por meio de parecer específico.

2.12.1.2 Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras

Este projeto será analisado por meio de parecer específico.

2.12.2 Programa de Conservação e Manejo de Hábitats Aquáticos

Este programa será analisado por meio de parecer específico.

2.12.3 Programa de Conservação da Ictiofauna

2.12.3.1 Projeto de Investigação Taxonômica

Este projeto será analisado por meio de parecer específico.

2.12.3.2 Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna

Este projeto será analisado por meio de parecer específico.

2.12.3.3 Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais

Este projeto será analisado por meio de parecer específico.

2.12.3.4 Projeto de Monitoramento da Ictiofauna

Este projeto será analisado por meio de parecer específico.

2.12.3.5 Projeto de incentivo à pesca sustentável

Este projeto será analisado por meio de parecer específico.

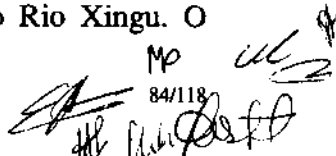
2.12.3.6 Projeto de Implantação e Monitoramento de Mecanismo para Transposição de Peixes

Este projeto será analisado por meio de parecer específico.

2.12.4 Programa de Conservação da Fauna Aquática

2.12.4.1 Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos
Mustelídeos

Ao longo das oito campanhas de campo foram percorridos 1.122 transectos, totalizando 8.069,12 km percorridos. Dentre estes, 1.067,4 km foram percorridos em corpos de água adjacentes ao Rio Xingu (igarapés, rio e lagos) e 7.001,7 km no Rio Xingu. O

MP
84/118


12418
M

monitoramento de mustelídeos no período de cheia também foi realizado nos módulos Rapeld.

Segundo o relatório, durante as amostragens sistemáticas nos transectos foram registrados 1.554 vestígios e 111 visualizações de mustelídeos semiaquáticos. Além disso, 72 vestígios foram registrados durante os deslocamentos da equipe, considerados registros fora de esforço, e 70 visualizações foram registradas fora de esforço ou relatadas por outras equipes de monitoramento da fauna aquática.

Foram registrados 1.041 vestígios e 40 visualizações de lontras durante as amostragens nos transectos, além de 47 vestígios registrados durante os deslocamentos e 22 visualizações registradas por outras equipes do monitoramento da fauna aquática, considerados como registros fora de esforço. A densidade de registros (vestígios e visualizações) de lontra variou significativamente entre as áreas amostradas, sendo o trecho a jusante do empreendimento (Área 4) o que apresentou menor densidade de registros. Esta menor densidade nesta área pode ser devido ao fato desta apresentar menor quantidade de pedrais, que são importante para a ocorrência de lontras. Além disso, o tráfego de embarcações é intenso nesta área.

Não houve diferença significativa no número de registros de lontra entre as campanhas de campo.

Dentre todos os vestígios registrados, 62,13% se encontravam relacionados à pedrais ou ambientes rochosos e 22,7% a barrancos. 81% de todas as fezes registradas foram encontradas em ambientes de pedrais. A maioria das tocas de lontra foi registrada em barrancos, com substrato de terra ou areia, mas também foram registradas tocas em cavidades naturais de ambientes rochosos.

Durante as oito campanhas de campo foram analisadas 1.058 amostras de fezes, as quais tiveram seus conteúdos classificados de acordo com grandes grupos taxonômicos, sendo que peixes e crustáceos foram os itens mais frequentes na dieta da espécie. Durante a sétima campanha de campo, foram encontradas três fezes de lontras contendo fragmentos de malhadeiras, uma evidência direta de que o conflito entre lontras e pescadores ocorre no rio Xingu.

Quanto às ariranhas, Foram registrados 513 vestígios e 71 visualizações de ariranhas durante as amostragens nos transectos, além de 25 vestígios registrados durante os deslocamentos e 48 visualizações registradas por outras equipes do monitoramento da fauna aquática, considerados registros fora de esforço. Dentre todas as formas de registros da presença de ariranhas, as tocas foram as mais frequentes (38%), seguidas pelas latrinas (25,4%). As visualizações representaram 18,11% dos registros.

Ao longo das oito campanhas de campo foi possível identificar 99 indivíduos (através das manchas individuais no pescoço) em 43 grupos que variaram entre 1 e 10 indivíduos. Dos 43 grupos identificados, 6 grupos foram visualizados em mais de uma campanha de campo, sendo os grupos 1 e 6 visualizados em três campanhas, o que já permite algumas inferências sobre a área utilizada por esses animais. Foram visualizados grupos com filhotes em seis ocasiões, quatro no período de seca e duas no período de início de enchente.

Não foi observada diferença significativa na densidade de registros de ariranhas entre as áreas amostradas, mas sim no número de registros entre as campanhas.

A análise do número de vestígios por tipo de habitat sugere que as ariranhas utilizam preferencialmente os barrancos com mata ciliar.

Foram analisados os restos fecais de ariranhas em 167 latrinas, 39 tocas e 11 paragens. Dentre estas 217 amostras, apenas duas continham, além de peixes, restos de crustáceos.

Considerando as duas espécies em conjunto, a densidade de registros de mustelídeos semi-aquáticos difere entre as áreas amostrais. Este resultado indica um menor

3 140
85/118
SECA

uso da área a jusante de Belo Monte pelos mustelídeos, tanto para as lontras quanto para as ariranhas.

O número de registros de mustelídeos semi-aquáticos também diferiu significativamente entre os períodos hidrológicos, sendo que os maiores números de registro foram obtidos nas campanhas de seca e vazante, e os menores números nas campanhas realizadas no período de cheia.

Foram realizadas 37 entrevistas com moradores da região nas quais estes foram questionados sobre conhecimentos a respeito das duas espécies e sobre sua opinião com relação aos impactos do empreendimento sobre as populações de mustelídeos.

O monitoramento de mustelídeos no período de cheia também foi realizado nos módulos Rapeld ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2013. Foram realizadas 105 vistorias em parcelas ripárias e não foi obtido nenhum registro desses animais. O relatório afirma que fatores observados em campo demonstram que em nenhum dos módulos implantados os cursos d'água existentes apresentam condições favoráveis ao registro das duas espécies de mustelídeos alvos do estudo, salientando-se fatores como cursos d'água com pequeno volume de água, pouca ou nenhuma oferta de alimento e falta de locais favoráveis a construção de tocas.

Cetáceos

Ao todo foram realizados 157 transectos de banda, num total de 2033,07 km percorridos em 13.012 minutos de amostragem. Também foram realizados 40 transectos lineares, que totalizaram 291,7 km durante 2010 minutos. Além disso, foram realizadas 70 unidades de esforço de pontos fixos com o total de 1400 minutos. Durante as oito campanhas realizadas até o presente momento, para o monitoramento dos cetáceos, na área de influência da UHE Belo Monte foram registrados 909 indivíduos de botos e 89 de tucuxis. Além dos registros realizados por meio dos transectos e dos pontos fixos, foram observados durante os deslocamentos da equipe (considerados registros fora de esforço) 112 indivíduos de botos e 29 de tucuxis.

Através da metodologia de transecto de banda (rio Xingu) foram avistados 657 botos (*Inia geoffrensis*), sendo que o maior número foi registrado na sexta campanha, em período de cheia e o menor durante a segunda campanha, em período de vazante. Através da metodologia de transectos lineares foram observados 56 animais.

O número de registros demonstrou que os ciclos hidrológicos têm grande influência no uso de habitat dos botos, sendo que foi observada maior abundância relativa de botos durante a sexta campanha, período de cheia coincidindo com a migração da principal família de peixes consumida pelos botos.

O tamanho dos grupos de botos variou de um indivíduo até 12 indivíduos. Foram observados também grupos de fêmeas com filhotes e fêmeas e filhotes com outros indivíduos adultos. Quanto à classificação etária dos botos, a maior parte da população é adulta, porém, a classe de indivíduos imaturos também foi representativa, o que pode ser um indicativo de que o número de recrutamento de novos indivíduos para a área em estudo é satisfatório.

Analisando-se o número de avistamentos por tipo de margem, os ambientes mais explorados pelos botos foram o capim flutuante e o barranco com vegetação. Estas vegetações são utilizadas por diversas espécies de peixes, devido à disponibilidade de alimentos e refúgio, o que conseqüentemente atrai predadores piscívoros, como os botos. A maior parte dos avistamentos ocorreu no intervalo entre 1 e 100 m de distância da margem em todas as fases do período do ciclo hidrológico.

Em relação ao Tucuxi (*Sotalia fluviatilis*) durante a realização do método de transecto de banda, 58 indivíduos foram avistados, enquanto que com o método de transecto linear, apenas um grupo com dois indivíduos adultos foi avistado, sendo que o maior número de indivíduos foi observado durante a sexta campanha, cheia, o que pode ser explicado pelo fato desses animais preferirem ambientes com maiores amplitudes e profundidades para

alimentarem-se de cardumes presentes em áreas abertas. Apesar de ter sido empreendido 1400 min de esforço no ponto-fixado, nenhum animal foi avistado durante a realização desse método. Em encontros ocasionais, foram registrados 29 indivíduos da espécie. No presente estudo, foi observado maior número de registros de tucuxis próximos a margem (<100m) no período de cheia.

Foram avistados 27 grupos de tucuxis sendo que o número de indivíduos dentro do grupo variou de um a oito indivíduos. Em apenas quatro avistamentos foram vistos filhotes. Esse baixo número pode estar associado à dificuldade em se avistar filhotes dentro dos grupos, visto que são animais muito ariscos.

Sirênios

Foram realizadas oito campanhas de campo com um total de 87 transectos e uma distância de 388,17 km percorridos. foram realizados 333 registros de peixe-boi-da-Amazônia (*Trichechus inunguis*), sendo 332 vestígios (forrageamento e fezes) e uma carcaça. Entre estes registros 302 foram realizados durante os transectos e, 31 fora de esforço (registros ocasionais). Nenhum indivíduo vivo foi avistado até o momento.

Comentário e Recomendações:

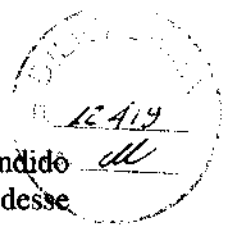
O Parecer nº006404/2013 COHID/IBAMA discorre sobre a alteração da metodologia de monitoramento de mustelídeos e crocodilianos, solicitadas pela NT nº 011 de 2013. Esta nota destacou a dificuldade da realização de monitoramento de mustelídeos e crocodiliano nas parcelas aquáticas nos módulos Rapeld em função, principalmente, da inexistência de corpos d'água com as características necessárias para a implantação das parcelas aquáticas nos moldes do que foi estabelecido no PBA e um limitado número de igarapés perenes encontrados nos módulos durante o período seco do ano. O documento levou em consideração os resultados das campanhas realizadas nos módulos Rapeld no âmbito do Programa de Conservação da Fauna Aquática (T3/2012 e T1/2013) e informações levantadas nas vistorias realizadas nos módulos ao longo do segundo semestre de 2012 e primeiro trimestre de 2013, com o objetivo de mapear os corpos d'água existentes e verificar as possibilidades de implantação das parcelas aquáticas.

Nas vistorias realizadas no primeiro trimestre de 2013 (enchente/cheia) na grade amostral do Rapeld, foram mapeados 48 igarapés com possibilidade de ocorrência de mustelídeos. No entanto, nenhum apresentou dimensões ou volume de água adequado para a implantação de parcelas aquáticas ao longo de um trecho de 1000m, conforme previsto no PBA. No total, foram realizadas 105 vistorias em parcelas ripárias e não foi obtido nenhum registro desses animais.

O Parecer Técnico nº006404/2013 COHID/IBAMA solicitou que a metodologia preconizada no PBA fosse mantida por mais um ciclo hidrológico para que fosse tomada uma decisão acerca do ajuste da metodologia. Portanto, com base nos resultados obtidos até o momento, conclui-se que o monitoramento de mustelídeos nos módulos Rapeld deve ser excluído já que esta metodologia está mostrando-se pouco eficiente neste caso, mantendo o monitoramento nos transectos aquáticos nos seis setores do rio.

2.12.4.2 Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática

Durante as oito campanhas realizadas no Projeto de Monitoramento da Avifauna aquática e Semi-aquática da UHE Belo Monte na fase pré-enchimento do reservatório foram realizados 50.702 registros de aves – 36.427 registrados através de avistamentos e 14.275 através de vocalizações. Desse total de registros, 27.435 (54,11%) são de indivíduos pertencentes à espécies de aves associadas a ambientes aquáticos *lato sensu*, dos quais, 8.778 indivíduos são estritamente aquáticos, correspondendo a 17,31% das aves registradas, e 18.657 são espécies associadas a habitats de rios, que correspondem a 36,80%. Considerando o total de registros *lato sensu*, 20.513 (74, 77%) espécimes foram registrados durante os



87/118
IBAMA

transectos aquáticos para registros quali-quantitativos e 6.922 (25,23%), através do método de censo por ponto de escuta.

Quanto à riqueza da região, as aves registradas estão distribuídas em 389 espécies pertencentes a 25 ordens, 61 famílias e 264 gêneros. Em relação àquelas associadas a ambientes aquáticos *lato sensu*, a riqueza é composta de 95 espécies distribuídas entre 19 ordens, 40 famílias e 86 gêneros, sendo 44 espécies estritamente aquáticas e 51 restritas a ambientes criados por rios.

Através do método de censo quali-quantitativo foram registradas 85 espécies aquáticas *lato sensu*, e destas, 43 são consideradas aves estritamente aquáticas e 42, restritas a habitats criados por rios. Com a aplicação do método de censo por pontos de escuta teve-se como resultado o registro de 87 espécies, das quais 36 são consideradas estritamente aquáticas e 51 são associadas à habitats criados por rios.

A curva de estimativa de riqueza esperada mostra que para todos os casos curvas de rarefação de perfil ainda levemente ascendentes, mostrando que ainda podem surgir espécies ainda não observadas neste estudo.

Quanto à raridade, do total de 95 espécies de aves associadas a ambientes aquáticos registradas, 23 foram consideradas não raras; duas foram consideradas raras apenas em nível de abundância (espécie incomum); outras 15 foram consideradas raras apenas em nível de especificidade ao habitat (alta especificidade); 43 foram consideradas raras nos níveis abundância (espécie incomum) e especificidade ao habitat (alta especificidade); e uma espécie foi considerada rara nas três dimensões analisadas, sendo, portanto, altamente vulnerável à perturbações ambientais (*Phaethornis rufurumii*).

Dentre as áreas estudadas, a Área 4 (jusante de Belo Monte) foi a que apresentou a maior riqueza de aves associadas a ambientes aquáticos, com 89 espécies do total de 95 registradas. As áreas 1 (controle), 2 (reservatório principal) e 3 (TVR) apresentaram, respectivamente, 78, 80 e 71 espécies.

De um conjunto de 118 espécies registradas algumas foram exclusivas para cada área, sendo que na Área 1 foram observadas duas espécies (*Actitis macularius* e *Berlepschia rikeri*), na área 2 foi registrada somente uma espécie exclusiva (*Tringa melanoleuca*); na Área 3 foi observada 1 espécie exclusiva (*Tringa flavipes*); na Área 4, foram registradas o maior número de espécies exclusivas, 9 (*Amazonetta brasiliensis*, *Phalacrocorax brasilianus*, *Anhinga anhinga*, *Anhima cornuta*, *Arundinicola leucocephala*, *Dendrocygna viduata*, *Gallinago paraguayana*, *Gelochelidon nilótica*, *Hemitriccus striaticollis*, *Pluvialis dominica*, *Platalea ajaja*). Ressalta-se que a Área 4 possui grandes extensões de vegetação de igapó, presente em alguns lugares, durante período transição de vazante para seca no rio Xingu, representando assim uma zona de habitats específicos com vegetações aquáticas variadas.

Considerando a composição de espécies que apresentam relação com ambientes aquáticos (estritamente aquáticas e restritas a habitats criados por rios), os dados obtidos até o momento revelaram que a área amostral 4 (jusante de Belo Monte) é a que apresenta a maior diversidade. Das quatro áreas amostrais, a Área 1 apresentou a menor diversidade.

Quanto à análise de ordenação espacial, foi possível verificar que ocorre um arranjo segregativo formado por dois conjuntos, sendo um composto pelas espécies das áreas amostrais 1, 2 e 3 e outro apenas pelas espécies da Área 4. Esse resultado certamente revela a influência de um grupo de 27 espécies registradas exclusivamente na Área 4.

Analisando a influência do fator sazonal sobre os registros das aves estritamente aquáticas teve-se que na campanha realizada no período de seca e vazante foram registrados a maior abundância de indivíduos. Esse padrão tem se mantido com o tempo de monitoramento.

Um total de seis espécies estritamente aquáticas apresenta comportamento migratório (*Pandion haliaetus*, *Actitis macularius*, *Tringa melanoleuca*, *Tringa flavipes*, *Pluvialis dominica* e *Calidris fuscicollis*), sendo todas classificadas como visitantes do Hemisfério Norte.

MP ill
88/118
H. M. P. S. P.



Para o monitoramento das áreas preferenciais de nidificação, foram vistoriadas onze ambientes de praias que se destacaram nas incursões a campo em razão de apresentarem quantidades expressivas de indivíduos de uma mesma espécie e indícios de reprodução, como ninhos e filhotes de aves aquáticas e associadas à habitats criados por rios.

O relatório apresentou ainda dados de áreas identificadas como locais sugeridos para a conservação de espécies de aves, em especial àquelas restritas à habitats criados por rios e espécies estritamente aquáticas. Estes locais foram identificados e georreferenciados durante a realização da campanha amostral 7. O primeiro local é caracterizado por uma extensa área de pastagem temporariamente alagada, entre o Furo Tamanduá e o Furo Pirarucuquara, conhecido como Furo Piquiri e o segundo, nas proximidades do povoado de Vila Nova, Furo Cajuí, caracterizado por floresta aluvial permanente. Estes dois locais estão inseridos em uma área proposta para a criação de um mosaico de Unidades de Conservação (UCs) pré-definidas no grupo de Reserva de Uso Sustentável, localizadas na AII da UHE Belo Monte e ainda conta com uma área de proteção ambiental próxima, de grande importância, o Tabuleiro Embaubal.

Quanto às áreas preferenciais de alimentação, não foi encontrado nenhuma área permanente de forrageamento da avifauna associada a ambientes aquáticos. O que se observou foram bandos de aves de espécies como *Phalacrocorax brasilianus* e *Anhinga anhinga* se deslocando no rio em pontos com presença de cardumes na Área 4, nas proximidades do Arquipélago Embaubal.

Atendimento da condicionante 2.3 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 259/2013:

Os projetos de monitoramento de mamíferos aquático e de avifauna aquática e semi-aquática estão respaldados pela Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 259/2013. A condicionante 2.3 desta autorização informa que a coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA, portanto, o atendimento da referida condicionante será avaliado a seguir:

2.3 *A coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA. Estes relatórios devem conter os seguintes itens:*

a) *Lista das espécies encontradas durante o monitoramento destacando as espécies ameaçadas de extinção (lista vermelha das espécies ameaçadas da IUCN, livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção no MMA e lista estadual da fauna ameaçada, outras listas podem ser utilizadas de forma complementar), endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadores de qualidade ambiental, as de importância econômica e cinegética, as potencialmente invasoras ou de risco epidemiológico, inclusive domésticas e as migratórias.*

Item atendido: Em relação ao Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos, das cinco espécies de mamíferos aquáticos e semiaquáticos registradas na área de estudo, duas (*Pteronura brasiliensis* e *Trichechus inunguis*) são classificadas como vulneráveis na Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção (Instrução Normativa MMA nº 03/2003). Na a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas no Estado do Pará (SEMA, nº Decreto 802/2008), estas espécies encontram-se nas categorias vulnerável e em perigo, respectivamente. A CITES classifica as espécies *Pteronura brasiliensis*, *Lontra longicaudis* e *Trichechus inunguis* em seu Apêndice I, definindo que as espécies silvestres listadas neste apêndice estão ameaçadas de extinção e proíbe o comércio internacional de espécimes dessas espécies, exceto quando a finalidade da importação não é comercial. A CITES também cita as espécies *Inia geoffrensis* e *Sotalia fluviatilis* em seu Apêndice II, cujas espécies não estão ameaçadas de extinção, mas, podem se tornar se o

MP
89/118
lll

comércio não for controlado. Já a lista vermelha da IUCN classifica *Pteronura brasiliensis* como ameaçada e *Trichechus inunguis* como vulnerável. Já para *Lontra longicaudis*, *Inia geoffrensis* e *Sotalia fluviatilis* a instituição cita dados deficientes.

No caso da avifauna aquática, foi registrada somente uma espécie com *status* de ameaça, o *Jabiru mycteria* (tuiuiú). Esta espécie consta do Apêndice I da CITES, que proíbe o comércio internacional de espécimes, exceto quando a importação for para fins não comerciais, como por exemplo, para a pesquisa científica. O tuiuiú é uma espécie de habitat aquático, e ao longo do período amostral foi registrado apenas 1 (um) indivíduo na área amostral 2, em ambiente de praia, durante a campanha de seca. O relatório apontou 15 espécies como indicadoras de qualidade ambiental, dentre estas, destaca-se o *Opisthocomus hoazin* na manutenção dos fragmentos florestais. Entre as 95 espécies associadas a ambientes aquáticos registradas, há 17 espécies endêmicas da Amazônia. Todas essas espécies ocupam habitats criados por rios, e entre elas há *Phaethornis rupurumii amazonicus*, já destacada em relatórios anteriores, pelo seu alto *status* de raridade.

b) *Caracterização do ambiente encontrado na área de influência do empreendimento, com descrição dos tipos de habitats e fitofisionomias.*

Item atendido.

c) *Esforço e eficiência amostral, parâmetros de riqueza e abundância das espécies, índice de diversidade, coeficiente de similaridade entre as áreas e demais análises estatísticas pertinentes, por fitofisionomia e grupo inventariado, contemplando a sazonalidade em cada área amostrada.*

Item atendido.

d) *Tabela contendo todos os indivíduos capturados e observados apresentando nome científico, nome comum, área amostral, fitofisionomia, habitat, coordenadas planas (UTM – datum horizontal SIRGAS 2000), estação do ano, método de registro, data, horário de registro, estágio de desenvolvimento, status de conservação (IUCN, MMA, lista estadual), endemismo, destinação e o coletor/observador. Para os animais sociais observados, deve ser registrado o número de indivíduos presente no grupo.*

Item atendido

e) *Anexo digital com lista dos dados brutos dos registros de todos os espécimes – forma de registro, local georreferenciado (sistema de coordenadas planas, projeção UTM, datum horizontal SIRGAS 2000), habitat e data;*

Item atendido.

f) *Cartas de recebimento das Instituições Depositárias, originais ou autenticadas em cartórios contendo todos os espécimes coletados, detalhando as espécies, quantidades e número de tomo.*

Não se aplica: até o momento não foi coletado material biológico.

2.12.4.3 Projeto de Monitoramento de Crocodilianos

No segundo semestre de 2013 foram realizadas a sétima (07 a 19/07/13) e a oitava (21/10 a 01/11/13) campanhas de campo.

Ao longo das oito campanhas de campo foram realizados censos aquáticos nos quatro compartimentos do rio Xingu (Foz do Iriri a jusante de Belo Monte) e nos igarapés Arara, Babaquara, Bacajaí, Bom Jardim, Cacau, Cutia, Ressaca, Bicho, Torrão, Escondido, Faustino, Itatá, Ituna, Jarauá, Maixacá, Petessaca, Pitinga 2, Pitoa, Salva Terra, Tamanduá e Tucunareí, bem como na foz do rio Iriri e no lago Pimentel. Durante os censos aquáticos foram percorridos 1.796 km em contagens visuais realizadas em igarapés, furos, lagoas e no rio Xingu em transectos com dimensões variadas. Já nos módulos Rapeld as amostragens foram realizadas ao longo de cinco dias em cada um dos oito módulos Rapeld.

Mp
90/118

22421
ll

Segundo o relatório, durante a realização dos censos aquáticos foram registrados 4.697 crocodilianos, sendo 2.187 *Caiman crocodilus* (46,5%), 215 *Melanosuchus niger* (4,5%), 329 *Paleosuchus trigonatus* (7,0%), sete *Paleosuchus palpebrosus* (0,14%) e 1.959 não identificados (41,7%).

Caiman crocodilus (jacaretinga) foi registrada em todas as áreas monitoradas, enquanto *Melanosuchus niger* (jacaré-açu) foi registrada somente na Área 4 (Jusante). *Paleosuchus palpebrosus* (jacaré-paguá) foi registrada nas Áreas 1 (confluência com o Iriri), 2 (reservatório do Xingu) e 4 (Jusante).

Quanto aos ambientes de ocorrência, observou-se que *Caiman crocodilus* e *Melanosuchus niger* exploraram o mesmo número de ambientes, sendo que, *Caiman crocodilus* foi o único encontrado em pedral e seus registros em margens de terra firme foram mais representativos que em margens de ilhas, o contrário do observado para *Melanosuchus niger*.

A variação no número total de jacarés contados, englobando as quatro espécies, nas quatro áreas por campanha, representando o ciclo hidrológico, teve o pico de avistamentos no período de seca, entre agosto e novembro de 2012.

Quanto aos espécimes capturados para coleta de dados biométricos, sexagem e marcação, nas oito campanhas realizadas nas quatro áreas amostrais, foram capturados, marcados e georeferenciados 583 indivíduos: 444 de jacaretinga, (*Caiman crocodilus*), 96 indivíduos de jacaré-coroa (*Paleosuchus trigonatus*), 42 indivíduos de jacaré-açu (*Melanosuchus niger*) e 01 de jacaré-paguá (*Paleosuchus palpebrosus*).

Quanto à proporção sexual, o número de machos se sobressaiu ao de fêmeas. Dos 583 espécimes capturados foram registradas 117 fêmeas (31,4%) e 255 (68,6%) machos de *Caiman crocodilus*, nove (25%) fêmeas e 27 (75%) machos de *Melanosuchus niger*, 28 (29,8%) fêmeas e 66 (70,2%) machos de *Paleosuchus trigonatus* e um macho de *Paleosuchus palpebrosus*. Oitenta indivíduos capturados não tiveram o sexo determinado.

Em relação à reprodução, no mês de julho de 2013, foram registradas 11 ninhadas de três espécies: oito de jacaretinga (*Caiman crocodilus*), duas de jacaré-açu (*Melanosuchus niger*), e uma de jacaré-coroa (*Paleosuchus trigonatus*).

No segundo semestre, a atividade de busca e monitoramento de ninhos passou a ser realizada de maneira contínua, de setembro a dezembro, por uma equipe específica formada por seis integrantes, como forma de incrementar os resultados relativos à reprodução das quatro espécies de crocodilianos que ocorrem na região. O esforço de procura foi distribuído nas quatro áreas, durante 55 dias, sendo 13 dias em setembro, 20 dias em outubro, 15 dias em novembro e sete dias em dezembro. Foram empregadas um total de 20 horas e 43 minutos de buscas ativas, sem considerar os deslocamentos, que resultaram no registro de 44 ninhos, sendo: 16 de *Paleosuchus trigonatus*, 14 de *Melanosuchus niger*, sete de *Caiman crocodilus*, um de *Paleosuchus palpebrosus* e seis não foram identificados.

Quanto ao monitoramento nos módulos Rapeld, no Módulo 2, o registro de 14 indivíduos foi obtido em uma área alagada (brejo) utilizada como pastagem para búfalos no início do Transecto 1. Nos módulos 1, 3, 5 e 6 não foram registrados crocodilianos. Nos demais módulos, o registro de crocodilianos foi insignificante para o esforço empregado.

Foram realizadas entrevistas ao longo do segundo semestre de 2013 com a população ribeirinha, nas quatro áreas de monitoramento de crocodilianos da UHE Belo Monte, pela equipe responsável pelo monitoramento de ninhos, de maneira não sistemática, com o objetivo de obter informações sobre a localização de posturas na região.

Quanto à pressão de caça, nas campanhas realizadas ao longo do segundo semestre de 2013, durante a realização dos levantamentos noturnos e na busca por ninhos, as equipes voltaram a encontrar jacarés abatidos ou capturados. De acordo com as observações feitas até o momento, o jacaretinga (*Caiman crocodilus*), tem sido a espécie mais caçada na região da UHE Belo Monte.

MP
9/11/18
ll

Comentários e recomendações:

Em 26/06/13 foi protocolada na DILIC/IBAMA a Nota Técnica "NT_SFB_Nº011_RAPELD_07_06_2013", encaminhada pela CE 257-2013-DS-IBAMA, que teve como objetivo apontar as dificuldades no monitoramento de crocodilianos nos módulos Rapeld. Em 18/09/13 o IBAMA emitiu o Parecer no 6404/2013, encaminhado pelo ofício OF 02001.011887/2013-18, determinando que fosse mantida, por pelo menos mais um ciclo hidrológico completo, a amostragem de crocodilianos nos módulos Rapeld, para que se pudesse obter subsídios adicionais na avaliação do pedido de dispensa das amostragens nas parcelas aquáticas no período da seca.

As atividades de monitoramento de crocodilianos nos módulos Rapeld foram realizadas ao longo dos meses de novembro e dezembro de 2013, com amostragens de cinco dias em cada módulo, durante a noite, conforme previsto no PBA. Embora parte das amostragens tenha sido realizada no início do período das chuvas, a situação predominante nos módulos foi a mesma encontrada na campanha anterior de seca, ou seja, com poucos cursos d'água com características adequadas para a ocorrência de crocodilianos e um número de registros extremamente baixo.

Com os resultados de todas as campanhas realizadas, pode concluir-se que as amostragens de crocodilianos nos módulos Rapeld durante a seca é pouco efetiva, já que não há corpos d'água com condições propícias para o registro desses animais e houve pouquíssimo resultado nessas campanhas. Portanto, não há óbices para a exclusão do monitoramento de crocodilianos nos módulos Rapeld durante a estação seca, sendo que este deve ser mantido na estação chuvosa. Lembrando que o monitoramento nos transectos aquáticos no rio deve ser mantido como vem sido feito.

Atendimento da condicionante 2.5 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 252/2013:

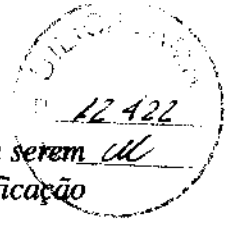
Este projeto está respaldado pela Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 252/2013. A condicionante 2.5 desta autorização informa que a coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA, portanto, o atendimento da referida condicionante será avaliado a seguir:

2.5 A coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA. Estes relatórios devem conter os seguintes itens:

a) Lista das espécies encontradas durante o monitoramento destacando as espécies ameaçadas de extinção (lista vermelha das espécies ameaçadas da IUCN, livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção no MMA e lista estadual da fauna ameaçada, outras listas podem ser utilizadas de forma complementar), endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadoras de qualidade ambiental, as de importância econômica e cinegética, as potencialmente invasoras ou de risco epidemiológico, inclusive domésticas e as migratórias.

Item atendido: o relatório contém uma lista de espécies encontradas durante o monitoramento, o texto informa que das quatro espécies registradas para a área de estudo, nenhuma consta na Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção e nem no Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção para o Estado do Pará. Já a CITES classifica todas as espécies brasileiras da Ordem Crocodylia em seu Apêndice II, e define que as espécies silvestres listadas neste apêndice não estão ameaçadas de extinção, mas, podem se tornar se o comércio não for controlado. Quanto à IUCN (*International Union for Conservation of Nature*), as quatro espécies registradas são classificadas em baixo risco de extinção. Apenas para *Melanosuchus niger* – jacaré-açu a instituição cita cuidados para o desenvolvimento de ações de preservação.

MP
92/118
[Assinaturas]



b) *Detalhamento da captura, tipo de marcação, triagem e dos demais procedimentos a serem adotados para os exemplares capturados ou coletados, informando o tipo de identificação individual, registro e biometria.*

Item atendido: As capturas manuais são feitas com o uso de laços e cambões, dependendo do local e tamanho do indivíduo, a fim de que a operação não ofereça risco ao técnico e nem ao animal. Os dados biométricos coletados são: comprimento da cabeça (CCB), comprimento do crânio (CCR), comprimento do focinho à cloaca (CFC), peso, sexo e temperatura da cloaca. A marcação de crocodilianos é realizada com a utilização de brincos plásticos enumerados.

c) *Caracterização do ambiente encontrado na área de influência do empreendimento, com descrição dos tipos de habitats e fitofisionomias.*

Item atendido

d) *Esforço e eficiência amostral, parâmetros de riqueza e abundância das espécies, índice de diversidade, coeficiente de similaridade entre as áreas e demais análises estatísticas pertinentes, por fitofisionomia e grupo inventariado, contemplando a sazonalidade em cada área amostrada.*

Item atendido: o relatório e a planilha apresentaram o esforço amostral e a densidade das espécies encontradas e descreveu as diferenças de ocorrência das espécies entre as áreas amostradas.

e) *Tabela contendo todos os indivíduos capturados e observados apresentando nome científico, nome comum, tipo de marcação, sequência de marcação, área amostral, fitofisionomia, habitat, coordenadas planas (UTM – datum horizontal SIRGAS 2000), estação do ano, método de registro, data, horário de registro, sexo, estágio reprodutivo, estágio de desenvolvimento, status de conservação (IUCN, MMA, lista estadual), endemismo, destinação e o coletor/observador. Adicionalmente, devem ser registrados os dados biométricos e sanitários dos espécimes capturados.*

Item atendido: A Planilha digital dos registros foi encaminhada.

f) *Anexo digital com lista dos dados brutos dos registros de todos os espécimes – forma de registro, local georreferenciado (sistema de coordenadas planas, projeção UTM, datum horizontal SIRGAS 2000), habitat e data;*

Item atendido

2.12.5 Programa de Conservação e Manejo de Quelônios

Este parecer apresenta a análise dos projetos referentes aos quelônios constantes no 4º e 5º Relatórios Semestrais.

2.12.5.1 Projeto Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)

Quanto a este projeto, foi encaminhada ao IBAMA, por meio de Nota Técnica (NT 016-2012_30.03.2012_PCMQ_VS), uma solicitação de adequação no escopo do PCMQ, que passaria a contar com dois projetos: o Projeto Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios (PPEQ) e o Projeto de Manejo de Quelônios de Belo Monte (PMQBM), eliminando assim, as sobreposições de atividades entre os três projetos originalmente descritos, com vista a obter maior eficiência das ações em campo e excelência dos resultados.

A proposta de reestruturação do PCMQ foi novamente apresentada ao IBAMA em 10/12/12, durante o seminário de análise do segundo relatório consolidado, que contou com representantes da DILIC e DBFLOR. Na ocasião ficou acordado que os resultados do Projeto Estudos Bioecológicos passariam a ser apresentados de maneira consolidada no relatório do Projeto Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios.

Neste relatório a Norte Energia solicita ao Ibama uma orientação quanto à adequação do escopo solicitada na Nota Técnica acima referida.

MP
93/118
[Handwritten signatures and initials]

Comentários e Recomendações:

Até o momento a análise dos projetos relativos a quelônios da UHE Belo Monte estava a cargo do PQA (DBFLO). A partir de agora, o acompanhamento de tais projetos passam a ficar sob responsabilidade da DILIC para que se possa ter um acompanhamento mais eficaz de seu andamento. Portanto, para que se possa dar prosseguimento à análise da referida Nota Técnica, solicita-se que esta seja encaminhada novamente à DILIC.

2.12.5.2 Projeto Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios

Até o 4º Relatório Semestral Consolidado a área de monitoramento do PPEQ foi dividida em três compartimentos (reservatório do Xingu, TVR e jusante), de acordo com o PBA. A partir do 5º relatório, seis áreas amostrais foram padronizadas para todos os projetos do Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos, visando propiciar a análise integrada e a comparação dos dados. Em função desta padronização, alguns transectos realizados nas primeiras campanhas, com parte de seu traçado localizado em duas áreas, tiveram que ser desconsiderados, bem como os indivíduos observados neles. As áreas de abrangência do PPEQ são as seguintes:

- Área 2 (RESERVATÓRIO DO XINGU): trecho do rio que irá sofrer inundação permanente pela formação do reservatório do Xingu; compreende a calha do rio Xingu (ilhas e margens), desde a Ilha Grande, a montante de Altamira, até a barragem principal no sítio Pimental.
- Área 3 - (TRECHO DE VAZÃO REDUZIDA): trecho do rio Xingu na Volta Grande, sujeito à redução de vazão após a formação do barramento principal. Estende-se desde o barramento principal no sítio Pimental, até a cachoeira de Itamaracá.
- Área 4 - (JUSANTE): porção do rio Xingu desde a cachoeira de Itamaracá até 10 km a jusante de Vitória do Xingu.
- Área 5 - (RESERVATÓRIO INTERMEDIÁRIO): trecho de terra firme, onde será formado o reservatório Intermediário.
- Área 6 - (BACAJÁ): porção inferior do rio Bacajá, ao longo de um trecho de até 15 km, a partir da sua foz.

As atividades de monitoramento no reservatório Intermediário (Área 5) têm início previsto para o ano de 2016.

No primeiro semestre de 2013 foram realizadas a quarta e a quinta campanhas de campo, no período de 14/01 a 01/02/2013 e 09 a 17/05/2013, respectivamente. No segundo semestre de 2013 foi realizada a sexta campanha de campo, no período de 08 a 23/07/2013. Nos períodos de 04 a 08/11/13 e de 30/11 a 02/12/13, foram realizadas duas campanhas para a coleta de amostras de material biológico (conteúdo estomacal e sangue) e para a medição da altura das praias de desova e ninhos.

Ao longo das seis campanhas de campo realizadas até o presente momento, foram percorridos 2.015,4 km (cerca de 360 km por campanha) em 400 transectos, nas quatro áreas amostrais definidas para o projeto, para as contagens de quelônios na calha principal do rio Xingu e de seus afluentes.

Considerando as seis campanhas realizadas nas áreas amostrais, foram observados 1.772 indivíduos, sendo 1.771 pertencentes à espécie *Podocnemis unifilis*, conhecida como tracajá e um representante da espécie *Podocnemis sextuberculata*, conhecida como pitiú. O único indivíduo de pitiú observado estava morto, portanto, não foi incluído nas análises de densidade.

Quando a abundância de tracajás é analisada em relação à sazonalidade, evidenciam-se as duas estações de vazante monitoradas como sendo as que resultaram nas maiores quantidades de indivíduos avistados (N = 491 e N = 402, nas campanhas 6 e 2, respectivamente). Em seguida destaca-se a estação de enchente 1 (N = 369). As demais estações resultaram em uma menor quantidade de avistamentos, sendo que na seca 1 foi

registrada a menor quantidade de indivíduos (N = 130), seguida pelas duas estações de cheia (N = 178 e N = 202, respectivamente). Por estar diretamente ligada à abundância, a densidade apresentou o mesmo padrão de variabilidade ao longo dos períodos sazonais.

A densidade média de tracajás, obtida durante as campanhas deste monitoramento foi superior àquela observada durante a realização do EIA. Tal diferença pode ser atribuída a um maior esforço amostral empregado durante a fase do monitoramento.

A avaliação dos parâmetros populacionais em relação às áreas amostrais revelou que a Área 2 apresentou a maior abundância de tracajás, com 926 indivíduos no total. Na Área 3 foram observados 591 indivíduos. Na Área 6 (rio Bacajá) foram obtidas abundâncias máximas de 48 e 39. Já na Área 4, localizada a jusante, ocorreu o menor número de indivíduos observados (N = 26).

Em relação às margens, obteve-se uma maior quantidade de avistamentos de tracajás na margem direita do que na margem esquerda do rio Xingu. Poucos indivíduos de *P. unifilis* foram observados no canal do rio. Nos ambientes localizados às margens de terra firme foram avistados, em média, mais indivíduos por transecto do que naqueles às margens de ilhas. Nos trechos de rio cujas margens apresentavam como fitofisionomia predominante Floresta Ombrófila Aberta e Floresta Ombrófila Densa foram observadas as maiores densidades médias de tracajás, ao passo que as menores densidades foram verificadas em ambientes de mata ciliar e/ou mata de galeria.

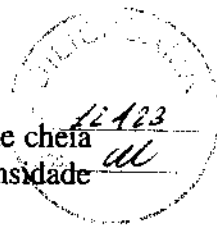
O conjunto de dados obtidos ao longo das seis campanhas amostrais não evidenciou fortes correlações estatisticamente significativas entre a abundância de quelônios e as variáveis ambientais coletadas (profundidade média da água, temperatura média da superfície da água, temperatura média do fundo da água e temperatura média do ar), assim como entre a densidade e estas mesmas variáveis.

Todos os 1.771 indivíduos vivos observados durante a realização dos censos pertenciam à espécie *Podocnemis unifilis*. Ao longo da área amostral 91,81% (N = 1.626) dos indivíduos avistados não puderam ser seguramente identificados quanto ao sexo. Dentre os restantes, 3,67% (N = 65) foram identificados como machos e 4,52% (N = 80) como fêmeas. Quanto à estrutura etária, considerando-se todas as áreas amostrais, a maioria dos indivíduos observados foi classificada como filhotes (54,32%; N = 962), seguidos pelos juvenis (33,03%; N = 585) e adultos (12,65%; N = 224).

Variadas técnicas de captura de quelônios foram aplicadas ao longo das campanhas, como armadilhas *fyke net* e redes de espera, bem como métodos utilizados pelos ribeirinhos, como mergulhos e armadilha de rama. Alguns espécimes foram capturados fora do esforço amostral e incluídos no demonstrativo. No total foram capturados 58 quelônios, sendo 24 (41,38%) *Podocnemis unifilis*, 14 (24,14%) *P. expansa* e 20 (34,48%) *P. sextuberculata*. Todos os espécimes capturados foram soltos sendo 71 previamente marcados com placas metálicas ou através de corte de escudos marginais. Amostras de sangue foram coletadas em 72 indivíduos (sendo 53 *P. unifilis*, dois *P. expansa* e 17 *P. sextuberculata*) e serão destinadas à Universidade Federal do Tocantins - UFT, para a realização da caracterização genética.

Ao longo dos períodos reprodutivos de 2012 e 2013 (entre 20/09 e 11/11, em ambos os anos), foram vistoriadas 13 praias de desova. No entanto, capturas de fêmeas que desovaram ocorreram em apenas 11 destes tabuleiros. O monitoramento dos períodos reprodutivos (2012 e 2013) resultou na captura de 333 fêmeas de quelônios, sendo 19,22% (N = 64) *P. unifilis*; 39,94% (N = 133) *P. expansa* e os por 41,84% (N = 136) foram representado por *P. Sextuberculata*. A captura das fêmeas objetivou a coleta de dados biométricos e material biológico para caracterização genética das populações. Todas as fêmeas capturadas foram soltas no mesmo local e, deste total, 332 (99,40%) foram marcadas com placas metálicas numeradas.

Dentre as 333 fêmeas capturadas em praias, 218 (65,46%) tiveram seus respectivos ninhos identificados. Destes ninhos 21 (9,63%) foram da espécie *P. unifilis*; 64 (29,36%) de



Handwritten signatures and dates: 95/11/18, 11/18, and other illegible marks.

P. expansa e 133 (61,01%) de *P. sextuberculata*. No período reprodutivo de 2013 foram instalados dataloggers em 24 ninhos visando o monitoramento constante das condições ambientais do interior dos ninhos. A partir dos ninhos monitorados foram capturados 304 filhotes de quelônios, sendo 18 (5,92%) tracajás, 203 (66,78%) tartarugas-da-Amazônia e 83 (27,30%) pitiús. Estes filhotes foram preservados e serão encaminhados à Universidade Federal do Tocantins, para a análise da razão sexual no nascimento e realização da caracterização genética.

Quanto à avaliação da dieta dos quelônios foi aplicada a técnica de *stomach flushing* (regurgito). Esta técnica foi aplicada em 16 quelônios, sendo 15 tartarugas-da-Amazônia e um tracajá. O material oriundo do trato digestório dos quelônios foi enviado ao Laboratório Multiusuário de Mestrado e Doutorado em Ciências do Ambiente da UFT, para análise. A análise de hábitos alimentares baseou-se na observação de itens alimentares às margens dos cursos d'água, durante a realização dos transectos. No total, durante a realização dos censos foram identificados 15 itens alimentares descritos pelos ribeirinhos como utilizados pelos quelônios. A maior oferta de recursos alimentares não explicou a distribuição dos quelônios, visto que locais com evidente presença de vegetais conhecidos por serem utilizados em sua alimentação não apresentaram maior abundância em relação aos locais sem a presença destes recursos.

Atendimento da condicionante 2.3 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 379/2013:

A coleta de material biológico para o Projeto Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas) e para o Projeto Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios está respaldada pela Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 379/2013. A condicionante 2.3 desta autorização informa que a coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA, portanto, o atendimento da referida condicionante será avaliado a seguir:

2.3 A coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA. Uma cópia destes relatórios também deve ser enviada à GCFAP. Estes devem conter os seguintes itens:

a) *Lista das espécies encontradas durante o monitoramento destacando as espécies ameaçadas de extinção (lista vermelha das espécies ameaçadas da IUCN, livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção no MMA e lista estadual da fauna ameaçada, outras listas podem ser utilizadas de forma complementar), endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadoras de qualidade ambiental, as de importância econômica e cinegética.*

Item atendido: Nenhuma das três espécies de quelônios selecionadas para o presente estudo, consta na Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção (MMA, 2003) nem na lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas no Estado do Pará (Decreto 802/2008). Na lista vermelha da IUCN, *Podocnemis unifilis* e *Podocnemis sextuberculata* são classificadas como vulneráveis. *Podocnemis expansa* é classificada como menor risco e dependente de conservação. Já a CITES classifica *Podocnemis unifilis*, *Podocnemis expansa* e *Podocnemis sextuberculata* em seu Apêndice II, e define que as espécies silvestres listadas neste apêndice não estão ameaçadas de extinção, mas a situação pode se inverter caso o comércio não seja controlado.

b) *Detalhamento da captura, tipo de marcação, triagem e dos demais procedimentos a serem adotados para os exemplares capturados ou coletados, informando o tipo de identificação individual, registro e biometria.*

Mp uk
96/118
HT

12429
M

Item Atendido: Variadas técnicas de captura de quelônios foram aplicadas ao longo das campanhas, como armadilhas *fyke net* e redes de espera, bem como métodos utilizados pelos ribeirinhos, como mergulhos e armadilha de rama. Os espécimes capturados foram marcados com placas metálicas ou através de corte de escudos marginais.

c) *Caracterização do ambiente encontrado na área de influência do empreendimento, com descrição dos tipos de habitats e fitofisionomias.*

Item Atendido

d) *Esforço e eficiência amostral, parâmetros de riqueza e abundância das espécies, índice de diversidade, coeficiente de similaridade entre as áreas e demais análises estatísticas pertinentes, por fitofisionomia e grupo inventariado, contemplando a sazonalidade em cada área amostrada.*

Item atendido

e) *Tabela contendo todos os indivíduos capturados e observados apresentando nome científico, nome comum, tipo de marcação, sequência de marcação, área amostral, fitofisionomia, habitat, coordenadas planas (UTM – datum horizontal SIRGAS 2000), estação do ano, método de registro, data, horário de registro, sexo, estágio reprodutivo, estágio de desenvolvimento, status de conservação (IUCN, MMA, lista estadual), endemismo, destinação e o coletor/observador. Adicionalmente, devem ser registrados os dados biométricos e sanitários dos espécimes capturados.*

Item atendido

f) *Anexo digital com lista dos dados brutos dos registros de todos os espécimes – forma de registro, local georreferenciado (sistema de coordenadas planas, projeção UTM, datum horizontal SIRGAS 2000), habitat e data;*

Item atendido

g) *Carta de recebimento da Instituição Depositária, originais ou autenticadas em cartórios contendo todos os espécimes coletados, detalhando as espécies, quantidades e número de tombo.*

Não se Aplica: Não foram enviados espécimes para as instituições depositárias.

2.12.5.3 Projeto Manejo de Quelônios de Belo Monte

Dentre as atividades desenvolvidas neste projeto, destacam-se a realização de vistorias no TVR e no reservatório do Xingu para monitoramento da desova e eclosão de *Podocnemis*; o manejo das praias (marcação de covas; biometria e soltura de filhotes; monitoramento de predações de covas) a jusante e a montante da UHE de Belo Monte; o levantamento taxonômico e investigação da fitofisionomia das praias e áreas de soltura à Jusante e à Montante da UHE de Belo Monte, as entrevistas (levantamento etnoecológico) na Volta Grande do rio Xingu e a jusante, a atualização do banco de dados, as ações de educação ambiental junto ao Programa de Educação Ambiental da UHE Belo Monte e a sinalização das áreas de postura.

Distribuição de posturas

Em setembro de 2012 foram identificadas 11 posturas de *P. expansa* e 46 posturas de *P. unifilis* na Volta Grande do rio Xingu. Porém, conforme relatado no 4º RC e no EIA/RIMA, devido a pressão antrópica, algumas covas foram removidas por moradores e outras foram alagadas, sendo possível obter informações de apenas três posturas marcadas. Com aumento das ações de sensibilização e conscientização da comunidade do entorno da Volta Grande do rio Xingu, até novembro de 2013, foi possível marcar 97 posturas de *Podocnemis unifilis*, sendo a maioria realocada para chocadeiras seminaturais. O maior número de posturas foi observado na praia Rebojinho.

MP
97/118
Dest

Entre junho de 2012 a novembro de 2013 foram identificadas 2.198 posturas na região a jusante do Sítio Belo Monte, em 17 áreas de postura, sendo 1.258 na temporada de 2012 e 940 até o momento, no ano de 2013. Em cada período reprodutivo, *P. sextuberculata* vêm apresentando o maior número de covas marcadas em relação às outras espécies de *Podocnemis*. As três espécies podem utilizar as mesmas praias de postura, diferindo apenas da localização da área de desova. A preferência de praia seguiu o mesmo padrão observado em 2012, onde *P. expansa* apresentou maior número de desovas na praia Juncal, *P. unifilis* na praia do Puruna e *P. sextuberculata* na praia de Peterçu.

Comparando a região a montante e a jusante do Sítio Belo Monte, as posturas de *P. unifilis* parecem ter seguido padrão diferente. A montante, a espécie iniciou as posturas em agosto/2013, com pico de desova em setembro/2013, um mês antes do observado a jusante. Adicionalmente, o padrão em relação a precipitação permaneceu, tendo seguido a diminuição dos regimes pluviométricos daquela região.

Até novembro de 2013, nesta temporada, em todas as covas marcadas, o total contabilizado foi de 4.378 ovos, incluindo todas as praias/sítios amostrais, com média de 11,25 ovos por postura de *P. sextuberculata*, 29,00 para *P. unifilis* e 102,67 para *P. expansa*. Ocorreram eclosões em 211 covas de *P. sextuberculata*, seis covas de *P. expansa* e duas covas de *P. unifilis*, na região a jusante do Sítio Belo monte, representando 22,55% das covas marcadas no período. Na região a montante, a eclosão ocorreu em 54 (59,34%) das covas de *P. unifilis*.

Para as covas que apresentaram eclosão até novembro de 2013, foram contabilizados 730 ovos a montante do sítio Belo Monte, dos quais 85,61% dos filhotes sobreviveram. A jusante, dos 3.047 ovos contabilizados nas covas já eclodidas, dos quais 66,92% dos filhotes sobreviveram (2.039) e 26,94% dos ovos estavam inviáveis.

Biometria de Matrizes e filhotes

Na temporada de 2013, a coleta de dados biométricos das fêmeas abrangeu as 3 espécies: *P. sextuberculata* (N= 78), *P. unifilis* (N=26) e *P. expansa* (N=19). Apenas uma fêmea de *P. unifilis* foi capturada na região a montante do Sítio Belo Monte.

Perdas de posturas e filhotes

Na temporada de 2013, de todas covas marcadas, 491 foram para *P. sextuberculata*. Destas 21,18% foram perdidas, sendo 7,13% por alagamento, 7,94% por ação antrópica (consumo) e 5,50% por sobreposição (remoção por tartarugas), 0,51% predadas e 0,20% não foram identificadas as causas das perdas. Entre as 60 covas marcadas para *P. expansa*, um total de 3,17% foram perdidas, sendo 3,17% por consumo. Para *P. unifilis*, das 386 covas marcadas no Tabuleiro do Embaubal, 6,99% foram inviabilizadas, sendo 1,55% por alagamento, 2,85% por consumo e 2,33% por predadores naturais. Adicionalmente, entre as 97 covas de *P. unifilis* marcadas na Volta Grande do rio Xingu, 8,25% foram perdidas, sendo 6,19% por consumo e 2,06% por predação.

Em relação ao consumo de quelônios pelos ribeirinhos, entrevistas realizadas no primeiro semestre de 2012 e segundo semestre de 2013 apontaram que, para a região a jusante, há maior preferência para a carne e ovos de tartaruga-da-amazônia (*P. expansa*), enquanto a montante do empreendimento há maior preferência para carne e ovos de *P. unifilis*. Até o momento o número de perdas por alagamento e consumo em 2013 encontram-se inferiores aos dados coletados em 2012, quando foram perdidas 39,59% do total de covas marcadas, por alagamento, predação humana e causas não identificadas, enquanto o percentual de perdas sobre o total de covas marcadas em 2013, até o momento é de 12,26%. Tal fato pode estar correlacionado ao atraso das posturas de *P. sextuberculata* no período reprodutivo de 2013 e às ações de fiscalização entre a SEMAT, SEMA/PA e IBAMA.

MP
98/118
[Handwritten signatures and initials]

12.425
ll

Soltura de Filhotes das praias do tabuleiro

O manejo realizado no período de reprodução de 2011 (entre out/2011 a fev/2012) resultou na soltura de 398.606 filhotes, sendo: 99,09% de *P. expansa*, 0,31% de *P. unifilis* e 0,60% *P. sextuberculata*. A SEMAT de Senador José Porfírio manejou 401.660 filhotes, sendo: 99,24% de *P. expansa*, 0,82% de *P. unifilis* e 0,02% de *P. sextuberculata*. Somando foram manejados 800.266 filhotes.

Entre outubro de 2012 e fevereiro de 2013 foram manejados pelo projeto do PBA no Tabuleiro do Embaubal 142.340 filhotes, sendo: 97,82% de *P. expansa*, 0,90% de *P. unifilis* e 1,28% de *P. sextuberculata*. A SEMAT manejou 229.975 filhotes, sendo: 99,28% de *P. expansa*, 0,37% de *P. unifilis* e 0,35% de *P. sextuberculata*. Adicionalmente às solturas, foram destinados 488 filhotes para o Projeto de Estudos Ecológicos e Bioecologia do PBA, quando foram fixados 400 filhotes para sexagem e soltos 88. Ao todo 372.315 filhotes foram manejados nesta campanha reprodutiva.

Sinalização das praias

Foram instaladas 20 placas de sinalização em 13 áreas de monitoramento no Tabuleiro do Embaubal (Andorinhas, Cajueiro, Carão, Embaubal, Jenipaí, Juncal, Largo, Mestre Pedro, Muricituba, Peteruçu, Puruna, São Cosme e Taxiteua), entre os meses de setembro e outubro/2013.

Ações de Manejo

Nas residências de duas famílias da região que se voluntariaram a participar dos projetos, foram instaladas "chocadeiras seminaturais", que consistem em uma porção da praia natural, cercada com tela sombrite e protegida com caibros de madeira. O objetivo da "chocadeira" é reduzir a pressão sobre as posturas devido ao consumo exacerbado de ovos e carne de quelônios na região, facilitando o manejo e o monitoramento no período reprodutivo. Entre as 97 covas identificadas à montante, 91 foram realocadas para as praias com chocadeiras seminaturais. Foram transferidas três posturas de *P. unifilis* e uma de *P. sextuberculata* para áreas seguras. A SEMAT também auxiliou a equipe de manejo na marcação de quatro covas de *P. unifilis* na praia Peteruçu e na identificação de 24 posturas no Campo do Peteruçu e Campo do Padre. Além, de aproximadamente 30 covas da mesma espécie na praia Juncal. Essas ações parecem ser eficazes, uma vez que já em novembro, mais de 80% dos ovos, a montante do sítio Belo Monte, já havia eclodido demonstrando que a realocação de posturas para as chocadeiras seminaturais resultou em um alto sucesso de eclosão.

Ações de Educação Ambiental

Foi explicado a 26 moradores das comunidades locais (Vila Ressaca, Ilha da Fazenda, Aldeia Murici, São Sebastião, Cana Verde, Travessão do Pirarara, São Francisco e Ilha do Orlando), que trabalhos voltados à conservação da espécie, visam contribuir para o aumento das populações de *Podocnemis* na região. Foi criado o Calendário de Consumo para coletar informações sobre o tamanho de fêmeas e machos consumidos na região. Todos os participantes foram informados que o calendário não implicaria em autuações fiscalizadoras, visto que se trata de um levantamento realizado por pesquisadores e que não será inserido o nome dos participantes, garantindo assim o anonimato dos moradores. Porém, dentre as oito famílias que receberam o calendário, apenas uma de fato anotou a quantidade de ovos consumidos.

Além disso foram realizadas entrevistas e aplicação de questionários à comunidade dessa região com a finalidade de levantar os conhecimentos em relação ao consumo e áreas de postura e captura de quelônios na região da Volta Grande do rio Xingu.

Também foram realizadas três palestras no Trecho de Vazão Reduzida. A atividade

MP
ll
99/118
ll
ll

abordou temas relacionados à história (utilização dos quelônios, crenças populares), fábulas populares, conservação, manejo, espécies em estudo, área de atuação, fases do comportamento reprodutivo das três espécies, diferenças entre as espécies, utilização e consumo, métodos de captura utilizados para o consumo, metodologia empregada ao manejo (praias, matrizes e filhotes), técnicas de transferências, monitoramento de predadores, trabalho comunitário (chocadeira artificial), aceitação e participação comunitária e vídeos educativos. Também foi promovida uma atividade educativa na praia do Leme em Senador José Porfírio e na praia Primavera em Vitória do Xingu, onde foram repassadas informações sobre o manejo de quelônios, conservação da espécie e informações sobre as espécies em estudo.

Monitoramento de embarcações

O monitoramento do tráfego de embarcações tem como principal objetivo caracterizar e avaliar o fluxo de navegação no perímetro do Tabuleiro do Embaubal. O levantamento inicial realizado no âmbito do Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico, caracterizou as principais rotas de navegação e os destinos mais utilizados pelas embarcações que trafegam na região. A pesquisa realizada apontou que o município de Vitória do Xingu, recebe embarcações de grande a pequeno porte em seis portos. O Projeto de Manejo de Quelônios realizou um levantamento secundário, no sentido de averiguar o aumento do fluxo das embarcações, visto que, em agosto/2013 o Porto de Belo Monte iniciou as atividades de operação.

Atendimento da condicionante 2.4 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 064/2012 – 2ª Retificação:

A coleta de material biológico para o Projeto Manejo de Quelônios de Belo Monte está respaldada pela Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 064/2012 e retificações. A condicionante 2.4 desta autorização informa que a coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA, portanto, o atendimento da referida condicionante será avaliado a seguir:

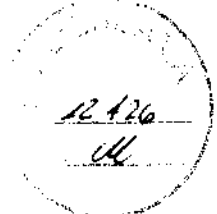
2.4 A coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA. Uma cópia destes relatórios também deve ser enviada à GCFAP. Estes devem conter os seguintes itens:

a) *Lista das espécies encontradas durante o monitoramento destacando as espécies ameaçadas de extinção (lista vermelha das espécies ameaçadas da IUCN, livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção no MMA e lista estadual da fauna ameaçada, outras listas podem ser utilizadas de forma complementar), endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadores de qualidade ambiental, as de importância econômica e cinegética.*

Item Atendido: Nenhuma das três espécies de quelônios selecionadas para o presente estudo, consta na Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção (MMA, 2003) nem na lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas no Estado do Pará (Decreto 802/2008). Na lista vermelha da IUCN, *Podocnemis unifilis* e *Podocnemis sextuberculata* são classificadas como vulneráveis. *Podocnemis expansa* é classificada como menor risco e dependente de conservação. Já a CITES classifica *Podocnemis unifilis*, *Podocnemis expansa* e *Podocnemis sextuberculata* em seu Apêndice II, e define que as espécies silvestres listadas neste apêndice não estão ameaçadas de extinção, mas a situação pode se inverter caso o comércio não seja controlado.

b) *Detalhamento da captura, tipo de marcação, triagem e dos demais procedimentos a serem adotados para os exemplares capturados ou coletados, informando o tipo de identificação individual, registro e biometria.*

100/118
14
12
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100



Item atendido: Informação contida na planilha de dados brutos.

c) *Caracterização do ambiente encontrado na área de influência do empreendimento, com descrição dos tipos de habitats e fitofisionomias.*

Item Atendido: As 17 áreas monitoradas no Tabuleiro do Embaubal, bem como as áreas monitoradas na Volta Grande do rio Xingu, foram classificadas como Floresta Ombrófila Aluvial

d) *Esforço e eficiência amostral, parâmetros de riqueza e abundância das espécies, índice de diversidade, coeficiente de similaridade entre as áreas e demais análises estatísticas pertinentes, por fitofisionomia e grupo inventariado, contemplando a sazonalidade em cada área amostrada.*

Não se aplica

e) *Tabela contendo todos os indivíduos capturados e observados apresentando nome científico, nome comum, tipo de marcação, sequência de marcação, área amostral, fitofisionomia, habitat, coordenadas planas (UTM – datum horizontal SIRGAS 2000), estação do ano, método de registro, data, horário de registro, sexo, estágio reprodutivo, estágio de desenvolvimento, status de conservação (IUCN, MMA, lista estadual), endemismo, destinação e o coletor/observador. Adicionalmente, devem ser registrados os dados biométricos e sanitários dos espécimes capturados.*

Item Atendido

f) *Anexo digital com lista dos dados brutos dos registros de todos os espécimes – forma de registro, local georreferenciado (sistema de coordenadas planas, projeção UTM, datum horizontal SIRGAS 2000), habitat e data;*

Item Atendido

Comentários e Recomendações:

O 4º e 5º relatórios não mostram o andamento das ações de fiscalização principalmente durante os períodos de postura e eclosão, não especificando se os agentes de praia treinados ainda estão atuando e se os órgão públicos estão cumprindo sua participação nestas ações. Também faltam informações sobre o a continuação (ou não) do apoio da Norte energia à SEMAT de Senador José Porfírio, como compra de combustível, alimentação e manutenção da base de fiscalização. Outra informação relevante que os relatórios não apresentam, é sobre a implantação da base de fiscalização e dos flutuantes acordada com o PQA. Também se fazem necessárias informações sobre a sinalização nas rotas de embarcações e as tratativas junto à Capitania dos Portos.

No seminário de acompanhamento do PBA realizado entre os dias 02/04/2014 a 04/04/2014 tais pontos foram abordados. Com relação ao apoio à fiscalização, a Norte Energia informou que alguns dos agentes de praia treinados no primeiro ano foram contratados pela Biota e outros pela SEMAT de Senador José Porfírio e que têm sido realizadas ações junto à comunidade para que haja mais participação nas ações de conservação e fiscalização.

Quanto ao apoio à SEMAT, a Norte Energia informou que o Acordo de Cooperação Técnica foi renovado e que o apoio logístico e financeiro continua.

Em relação às base flutuante e à base de fiscalização solicitadas pelo PQA, o empreendedor informou que a base de fiscalização já existente no local será reformada e ampliada para atender a esta solicitação. Segundo a empresa, as bases flutuantes não são adequadas para atender aos objetivos dos projetos e não são apropriadas para a realidade da região, além disso estas seriam subutilizadas pois não há pessoal suficiente para exercer a fiscalização nestas bases. Tendo isto em vista, a Norte Energia sugeriu que os projetos fossem revistos, já que com o andamento destes foi possível se obter uma melhor noção da realidade da região e algumas coisas previstas no início mostraram-se inadequadas.

MP
101/118
[Handwritten signatures and initials]

Quanto à fiscalização ainda, a Norte Energia salientou que o período de fiscalização mais intensa pelos órgãos públicos, que ocorre durante a desova e eclosão, deveria se estender para logo após a desova já que neste período as matrizes voltam para os igarapés ocorrendo bastante captura. Foi sugerido ainda Pelo Ibama que houvesse uma inclusão da Dipro nas discussões de ações de fiscalização no local.

Também foi discutida a tratativa com a Capitania dos Portos para a demarcação das rotas de navegação na região do Tabuleiro do Embaubal com o objetivo de reduzir as perturbações para os quelônios na época da desova. Quanto a isso, a Norte Energia informou que as praias do Juncal e Peteroçu foram marcadas e que o projeto executivo será enviado à Capitania dos Portos. Foi informado ainda que existe uma proposta de implantação de duas Unidades de Conservação na região do tabuleiro e que as ações de marcação das rotas de navegação devem fazer parte dos planos de manejo destas UC's.

2.13 Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande

2.13.1 Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias

2.13.1.1 Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira

O 5º Relatório Semestral apresenta informações que mantêm o entendimento de que projeto vem sendo executado normalmente.

No monitoramento da evolução dos status dos processos minerários junto ao DNPM, realizado por meio do acompanhamento no Diário Oficial da União e com vistas aos processos na superintendência do órgão em Belém-PA, aponta que o número de processos na região monitorada pelo projeto mantém-se estável, 30 (trinta) no total, sendo registrados 08 (oito) mudanças de status nos processos.

No período compreendido pelo 5º Relatório Semestral, foram realizadas duas campanhas de campo (agosto e dezembro). A Norte Energia relata que não houve alteração da situação encontrada no semestre anterior para as frentes de garimpo terrestres, a saber: garimpos do Galo, Ouro Verde, Grotta Seca e Ressaca permanecem desativados e garimpo Itatá permanece ativo (única fora da poligonal da empresa Belo Sun). Ainda sobre a atividade de mineração terrestre, o relatório informa que o empreendimento Belo Sun obteve a Licença Prévia em dezembro de 2013. No que se refere a avaliação da mineração na calha do rio Xingu, foi identificada três balsas e/ou dragas promovendo atividade garimpeira na região do Trecho de Vazão Reduzida, sendo que nenhuma das três atividades de lavra possui autorização do DNPM. O empreendedor informa que, em função da identificação de lavra na calha do rio, a área de monitoramento do programa foi ampliada de 19 km para 70 km.

O relatório ainda apresentou os resultados do monitoramento da qualidade de água e da ictiofauna para avaliação de eventual comprometimento ambiental decorrente da atividade garimpeira. É relatado que *foram detectadas concentrações de mercúrio (Hg) acima do valor preconizado pela resolução CONAMA 454/2012 (0,17 mg/kg) em sete amostras de sedimento em pontos da Volta Grande (RX21, RX20, RESSACA), rio Bacajá (BAC02) e tributários do Reservatório do Xingu, igarapés Ambé e Galhoso (AMB02 e IGLH)*. Contudo, na avaliação do empreendedor, o mercúrio não representa um problema ambiental considerando a quantidade de amostras realizadas e à baixa frequência de ocorrência de concentrações de mercúrio acima do limite de detecção. Também foi apresentada uma avaliação sobre a concentração de metais pesados nos peixes capturados no Projeto de Monitoramento da Ictiofauna. O relatório registra que os valores detectáveis de metais pesados no tecido muscular do pescado foram raros, sendo que para os metais cádmio e arsênio não foi registrada ocorrência nas amostras analisadas. Recomenda-se que, diante da verificação de atividades de mineração na calha do rio Xingu, sejam mantidas as avaliações de qualidade de água e concentração de metais pesados em peixes no âmbito do Programa de

Monitoramento da Atividade Garimpeira e que a ampliação da área monitorada permaneça a de 70 km.

Recomendação:

Recomenda-se que a Norte Energia mantenha as avaliações de qualidade de água e concentração de metais pesados em peixes no âmbito do Programa de Monitoramento da Atividade Garimpeira e que a ampliação da área monitorada permaneça a de 70 km, considerando a verificação de atividades de mineração na calha do rio Xingu.

2.13.2 Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida

2.13.2.1 Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações

O Sistema de Transposição de Embarcações (STE) definitivo já se encontra implantado e em operação na margem direita do rio Xingu desde o dia 22 de dezembro de 2012, assim como a sinalização definitiva posteriormente instalada. Diferentemente do 4º Relatório Semestral, o 5º Relatório Semestral apresentou a quantidade e tipo de embarcações que atravessaram o trecho próximo ao barramento do Sítio Pimental (via fluvial ou via STE), assim como o número de pessoas transportadas com dados coletados em uma campanha trimestral, ao invés de coletas mensais. Estas informações foram novamente consolidadas no Boletim Diário de Monitoramento do STE, que encontra-se como anexo ao 5º Relatório Semestral.

As informações presentes no relatório semestral foram coletadas no mês de setembro de 2013 e contabilizou um total de 378 embarcações que transpuseram o canal da margem direita no rio Xingu na altura do Sítio Pimental por via fluvial e 05 embarcações utilizaram o Sistema de Transposição de Embarcações. No que se refere ao número de pessoas que transitaram pelo trecho monitorado em setembro de 2013, do total de 2.222 pessoas, 14 utilizaram o STE e 2.208 atravessaram o trecho pelo rio.

O 5º Relatório Semestral não apresentou a continuação da avaliação de satisfação das pessoas que utilizaram o STE, tampouco apresentou quais as principais reclamações dos usuários. Neste sentido, recomenda-se que esta pesquisa permaneça sendo realizada para que se possa acompanhar a prestação do serviço de transposição. Estes dados devem ser apresentados no próximo relatório semestral. Outra informação a ser encaminhada se refere aos encaminhamentos dados às reclamações sobre danos materiais às embarcações provocadas pela transposição, já solicitadas na análise do 4º Relatório Semestral.

Por fim, o relatório relata que houve mais uma reunião da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu, ocorrida em 12 de novembro de 2013, na qual foi discutido (i) os resultados das reuniões em seis comunidades da Volta Grande do Xingu para apresentar as ações do Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida; e (ii) o lançamento das atividades de comunicação de preparação da comunidade para o próximo período de cheia do rio Xingu, no início de 2014.

Recomendação:

Recomenda-se que a Norte Energia (i) encaminhe as informações sobre os encaminhamentos dados para as reclamações de danos e avarias nas embarcações informadas no 4º Relatório Semestral; e (ii) mantenha a pesquisa de satisfação para que se possa acompanhar a prestação do serviço de transposição e o envio dos dados das reclamações sobre danos materiais às embarcações provocadas pela transposição. Sobre este último tema, solicita-se que seja incorporado como item específico nos próximos relatórios semestrais.

12/12/13
U

MP
103/118
U
U

2.13.2.2 Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de escoamento da Produção

O 5º Relatório Semestral informa que o estudo para proposição de uma rede básica de transporte intraregional está em elaboração. Neste contexto, o empreendedor cita algumas das alterações ocorridas na infraestrutura viária da região, assim como registra os cursos que a Norte Energia está promovendo para a habilitação de aquaviários. O PBA prevê a atividade de elaboração do plano até o terceiro trimestre de 2015. O relatório ainda apresenta os dados relativos à 6ª e 7ª campanhas de monitoramento da navegabilidade e das condições de escoamento da produção. As informações prestadas indicam que, durante o período monitorado (março/abril de 2012 a setembro/outubro de 2013), houve uma alteração nas características da prestação de serviços de transporte fluvial, atribuída principalmente ao fechamento dos garimpos na Volta Grande (em função da Belo Sun) e pelos serviços associados à implantação da UHE Belo Monte. Apesar de ter havido uma estabilização do número de embarcações destinadas à frete/aluguel nos últimos dois levantamentos, percebeu-se uma alteração no tipo específico de embarcação, com aumento da quantidade de voadeira (aumento de 58 para 73 unidades) e de balsas (aumento de 09 para 11 unidades) e redução do número de barcos de madeira, com exceção dos maiores de seis toneladas. Os dados apresentados ainda apontam para um cenário de formalização da atividade, com consequente aumento da renda. Outra informação relevante prestada pelo relatório é a de que 22 profissionais interromperam as atividades de frete e serviços fluviais. Deste total, 10 profissionais deixaram de realizar os serviços de transporte fluvial e frete em função do remanejamento das atividades produtivas após o processo de realocação da UHE Belo Monte. O empreendedor não informou, no âmbito do Programa de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção, se os profissionais que tiveram suas atividades produtivas afetadas pela relocação da UHE Belo Monte conseguiram se restabelecer em outras atividades.

Nas entrevistas realizadas nas últimas duas campanhas de campo, verificou-se que a grande maioria dos usuários de transporte fluvial reside nas vilas da Ressaca e Ilha da Fazenda (aproximadamente 70%) e Garimpo do Galo (cerca de 10%). Cabe ressaltar que os dados do relatório indicam que está ocorrendo um esvaziamento destas três comunidades em função da desativação das atividades de garimpo.

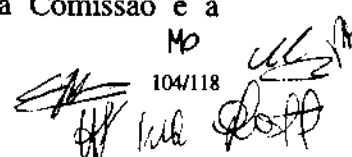
O 5º Relatório Semestral ainda apresentou informações sobre as rotas de navegação utilizadas para o transporte escolar e serviços de saúde indígena e não indígena. Constatou-se que até o presente momento, não houve alterações significativas nas rotas utilizadas por estes serviços durante a fase de implantação.

No que se refere a atividade, prevista no PBA, de repasse de informações para implantação de soluções mitigadoras para dificuldades à navegabilidade e ao escoamento produção e adequação do projeto do dispositivo de transposição, verificou-se que não foram apresentadas propostas para o cenário futuro de restrição de navegação na região do Trecho de Vazão Reduzida.

Recomendação:

Recomenda-se que seja avaliada e proposta soluções para a mitigação à navegabilidade da região, utilizando-se de dados já obtidos no Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção e associados ao Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões.

Todos os encaminhamentos propostos no 5ºRC (continuidade dos monitoramentos/levantamentos periódicos entre os três públicos do sistema de transporte fluvial, continuidade dos estudos sobre a formulação de uma rede básica de transportes intraregional, repasse de informações para implantação de soluções mitigadoras para dificuldades à navegabilidade e ao escoamento da produção, continuidade da prestação de informações do projeto para a população da Volta Grande por meio da Comissão e a

MO
104/118


12/20
ll

apresentação dos resultados do projeto e discussão de cenários futuros da navegação do rio Xingu com o poder público local para o desenvolvimento de políticas públicas sociais) estão alinhados à continuidade das atividades previstas no projeto, com base nos indicadores previstos e nos dados coletados nos levantamentos de referência.

Solicita-se a confirmação da realização de atividade para habilitação de pilotos no município de Altamira no 1º semestre de 2014 e, em caso de realização, a apresentação dos resultados alcançados.

Recomenda-se a averiguação de informação prestada na pág.6 do 5ºRC referente a este projeto, que versa sobre a previsão de construção de ponte no rio Xingu, entre Belo Monte e Belo Monte do Pontal, para este ano de 2014, devido à enorme possibilidade de não ocorrer este ano.

Recomenda-se, para o 6ºRC, que sejam apresentadas as informações sobre possíveis alterações no cronograma de enchimento do reservatório do rio Xingu e o rebatimento deste sobre o planejamento e continuidade das atividades listadas no cronograma de trabalho do projeto 14.2.2, inicialmente para o corrente ano.

2.13.2.3 Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande

O Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande foi proposto no PBA como monitoramento de aspectos socioeconômicos da população da Volta Grande do Xingu, para se avaliar como as alterações provocadas pela implantação e operação da UHE Belo Monte afetarão o modo de vida dos moradores desta localidade. No 5º Relatório Semestral, o empreendedor apresentou informações obtidas durante a pesquisa amostral realizada em julho e agosto de 2013, tanto para a área rural e quanto para a área urbana da Volta Grande do Xingu. Os resultados foram apresentados de maneira comparativa com as duas campanhas realizadas anteriormente. O relatório não informa se o público entrevistado nas três campanhas é o mesmo. Alguns dos resultados apresentados são os mesmos já mostrados no Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de escoamento da Produção. Os dados apresentados pela Norte Energia apontam que não houve alterações significativas nas condições de vida da população da Volta Grande do Xingu na atual fase de instalação da UHE Belo Monte. Os dados obtidos até o momento servirão de base para comparação após a formação do trecho de vazão reduzida, quando são esperados os maiores impactos para esta região. Até o presente momento, não foram propostas soluções para a melhoria das condições de vida da população da Volta Grande.

Todos os encaminhamentos propostos no 5ºRC estão alinhados à continuidade das atividades previstas no projeto, com base nos indicadores previstos e nos dados coletados nos levantamentos de referência.

Mediante a proposta do projeto de manter as interfaces com os programas do meio socioeconômico, considerada muito adequada, solicita-se para o 6ºRC a apresentação dos resultados do curso de educadores ambientais populares para o ensino formal e não formal a ser realizado/realizado no 1º semestre de 2014, com foco direcionado à inserção das comunidades da Volta Grande.

Solicita-se também informações sobre a continuidade, ou não, da realização de estudos etnoantropológicos para outras comunidades da VGX e a definição dos alvos em caso afirmativo, à exemplo do realizado para a Ilha da Fazenda.

Recomenda-se, nas apresentações dos resultados dos monitoramentos à Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu, endosso nos itens de evasão escolar, segurança das embarcações para o transporte escolar e as porcentagens de uso de fossas negras e rudimentar no saneamento, tanto na área rural quanto urbana. Neste quesito, a exposição da percepção da população sobre problemas e dificuldades na VGX referentes ao saneamento (+ de 50%), sobretudo das áreas urbanas, pode servir de incentivo ao trabalho de conscientização sobre a necessidade de realização das ligações domiciliares à rede.

Mp
105/118
ll
ll
ll

Solicita-se a confirmação do início das atividades do novo espaço físico do posto de saúde da comunidade da Ressaca. Da mesma forma, solicita-se também informações sobre o acompanhamento relevante sugerido pelo projeto, a respeito do aumento do número de domicílios utilizando amianto na cobertura e quais tipos de alterações nas qualidades de vida e das habitações esse aumento pode significar.

2.13.2.4 Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial

Da mesma maneira como realizado no 4º Relatório Semestral, o empreendedor apresentou as informações do Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial de maneira separada em 03 eixos, a saber: (i) levantamentos da infraestrutura fluvial a ser recomposta; (ii) identificação dos trechos fluviais de difícil passagem para as embarcações no TVR; e (iii) acompanhamento da sinalização de segurança e alerta das obras da UHE Belo Monte. Para facilitar o entendimento, a avaliação das informações contidas no relatório será realizada de modo separado pelas atividades previstas no PBA.

Detalhamento do Projeto de Engenharia do Sistema de Transposição de Embarcações e do Plano de Contingências

Atividade realizada.

Identificação dos locais a terem o acesso restrito ou a serem interditados para a navegação em função de medidas de segurança durante o período de obras

A sinalização para a navegação, nos pontos em que foram identificados dificuldade ou impedimento de acesso pelas obras já foi instalada pelo empreendedor. O empreendedor ainda aponta que, adicionalmente, estão sendo levantados, no âmbito do Projeto de Monitoramento da Largura, Profundidade e Velocidade das Seções do TVR, os obstáculos naturais à navegação no TVR (rio Xingu e rio Bacajá), sendo a terceira campanha tendo sido realizada entre os dias 23 e 24 de outubro de 2013. O relatório informa ter identificado diversos pontos que atualmente possuem restrição de navegação, incluindo dois pontos (cachoeiras Paratizão e Seca Farinha) que não puderam ser monitorados pela grande dificuldade de navegação no período seco. A maioria dos locais com restrição de navegação se concentra nas proximidades da Terra Indígena Paquiçamba. É importante ressaltar que, no momento da coleta de dados do monitoramento, o rio Xingu estava com vazão de 1.142 m³/s, superior à mínima prevista no Hidrograma de Consenso.

Identificação das infraestruturas, como atracadouros e outras estruturas que devem ser recompostas

O 5º Relatório Semestral apresenta, mais uma vez, a informação de que as estruturas fluviais a serem recompostas estão localizadas na cidade de Altamira. O empreendedor afirma que serão afetados (i) os portos de Altamira que servem como locais de desembarque de pessoas e cargas, sede de empresas e cooperativas que prestam serviços de navegação e comércio de apoio; e (ii) os estaleiros de carpinteiros e construtores navais de Altamira. O relatório ainda informa que a recomposição destas estruturas serão tratadas em conjunto com o Projeto de Parques e Reurbanização da Orla, componente do Programa de Intervenção em Altamira.

Discussão das propostas de recomposição da infraestrutura afetada e das restrições de navegação com a população e organismos representativos do Poder Público Comunicado e informativo aos usuários e operadores do sistema de transporte fluvial das eventuais restrições e cuidados a serem tomados

A Norte Energia informou que foram realizadas, entre os dias 7, 8 e 9 de agosto de 2013, reuniões com aquaristas, armadores e trabalhadores do setor naval; e barqueiros e proprietários de empresas de locação de embarcações. Como encaminhamento das reuniões, foi realizada vistoria à orla do Xingu no mês de setembro de 2013, com o objetivo de subsidiar a equipe do referido projeto com informações sobre a dinâmica de uso dos locais de embarque e desembarque de passageiros e cargas em Altamira. Também foi relatado o repasse

MP
106/118
10/3

de dados importantes para o planejamento da recomposição da infraestrutura, tais como o número de embarcações que atracam nos portos da orla de Altamira e a dinâmica de funcionamento e uso daqueles espaços aos técnicos responsáveis.

Análise e acompanhamento dos projetos de sinalização e alerta na obra

O 5º Relatório Semestral registra que foram realizadas três vistorias no segundo semestre de 2013, ocorrendo em agosto, outubro e dezembro de 2013. O objetivo destas vistorias é a de verificar a alteração da sinalização já instalada. Segundo o empreendedor, foi identificada a necessidade de se realizar pequenos ajustes no posicionamento das boias e que este serviço foi imediatamente realizado.

Proposição e implementação de medidas, subsidiado pelos resultados dos Projetos de Monitoramento do Dispositivo de Transposição e da Navegabilidade, melhorias para o funcionamento do sistema, locais críticos no que tange alterações no tráfego de embarcações

O Sistema de Transposição de Embarcações está em operação e, no período entre julho e dezembro de 2013, permaneceu a opção da maioria das embarcações em não utilizar o STE para transpor o trecho próximo ao Sítio Pimental. Conforme avaliação presente no Programa de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações, o 5º Relatório Semestral não apresentou a continuação da avaliação de satisfação das pessoas que utilizaram o STE, tampouco apresentou quais as principais reclamações dos usuários.

Recomendações:

Recomenda-se que no próximo relatório semestral já seja feita uma avaliação sobre as restrições de navegação no TVR, com base nos dados já obtidos pelos diversos programas do PBA e que sejam iniciadas as discussões sobre possíveis ações.

2.14 Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios

O Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios (Pacuera) será dividido em seis etapas. O 5º Relatório Semestral Consolidado informa que atualmente estão sendo executadas as etapas 1 e 2, a saber: Compilação de Dados e Estabelecimento dos Parâmetros Socioambientais. Está previsto para ser encaminhado, no quarto trimestre de 2014, o Relatório Técnico Geral, que irá ser subsidiado pelas atividades das duas primeiras etapas acrescidas da avaliação das Unidades Ambientais Homogêneas (UHA's) em uma matriz de interação e a elaboração do Zoneamento Sócio-Ambiental do Entorno dos Reservatórios.

O 5º Relatório Semestral apresentou a metodologia aplicada para a definição das áreas de abrangência e a elaboração das zonas de fragilidade para o meio físico, de vulnerabilidade do meio biótico e definição do mapa de vulnerabilidade ambiental. A metodologia por meio de matrizes não se difere da utilizada em Pacueras de outros empreendimentos hidrelétricos. Também foi apresentada a metodologia para a definição das AHA's, que considerou critérios de natureza legal além dos usuais atributos ambientais.

O empreendedor ainda apresentou a agenda das oficinas participativas para a apresentação e discussão do Pacuera. Para este planejamento, o entorno do reservatório foi dividido em cinco pólos, onde serão realizadas as reuniões participativas.

O empreendedor informa que a conclusão das etapas 2 e 3 está condicionada à aprovação de proposta da APP dos Reservatórios. Neste sentido, cabe ressaltar que a proposta de APP será avaliada pelo Ibama após a conclusão da análise do 5º Relatório Semestral Consolidado.

Considerando o disposto no PBA, verifica-se que a execução do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios está atendendo ao cronograma proposto. A avaliação específica sobre os produtos gerados nas etapas do Pacuera serão avaliados por análises específicas.

12429
ul

MP
107/118
ul

Estudo de Viabilidade para a Implantação de Parques Aquícolas nos Reservatórios do Xingu e Intermediário

Este estudo está previsto para ser apresentado em momento posterior à emissão da Licença de Operação, quando os reservatórios estiverem estabilizados.

3. ACOMPANHAMENTO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 795/2011

A seguir são arroladas as condições específicas da Licença de Instalação nº 795/2011, com o acompanhamento de sua execução até a presente data. Para fins de análise serão consideradas as seguintes categorias:

- **Condicionante atendida:** após análise, o item foi considerado como cumprido.
- **Condicionante em atendimento:** no momento não existe pendência identificada; trata-se de ações que estão em curso e que terão conclusão no futuro ou de ações contínuas.
- **Condicionante parcialmente atendida:** quando foi identificada alguma pendência.
- **Condicionante não exigível:** será exigida para a próxima fase.
- **Condicionante não atendida:** após análise da informação, conclui-se que os documentos apresentados não atendem o disposto no item da licença.

2.1 *Implementar os programas e projetos inseridos nos planos elencados abaixo, em acordo com o conteúdo e cronograma¹ aprovado por este Ibama:*

- a) Plano de Gestão Ambiental*
- b) Plano Ambiental de Construção*
- c) Plano de Atendimento à População Atingida*
- d) Plano de Requalificação Urbana*
- e) Plano de Articulação Institucional*
- f) Plano de Relacionamento com a População*
- g) Plano de Saúde Pública*
- h) Plano de Valorização do Patrimônio*
- i) Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais*
- j) Plano de Gestão de Recursos Hídricos*
- k) Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres*
- l) Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos*
- m) Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande*
- n) Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios*

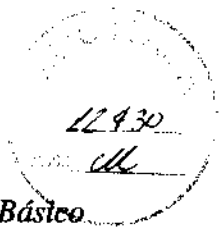
Condicionante parcialmente atendida. Conforme pode ser verificado na análise do item 2 deste Parecer, existem programas e projetos que não vêm cumprindo o cronograma previsto, ou não estão sendo implementados a contento.

2.2 *Apresentar relatórios relativos aos Planos, Programas e Projetos com periodicidade semestral, com exceção daqueles que exigem frequência distinta. Os relatórios devem conter os dados brutos e a análise elaborada por responsável técnico competente. Deverão ser entregues em versão impressa e digital, constando sumário, numeração das páginas, referências bibliográficas, instituições e agentes envolvidos, assinatura dos responsáveis técnicos pelo projeto e pela execução dos trabalhos, registro dos profissionais nos órgãos de classe, ART (quando pertinente) e número no Cadastro Técnico Federal do IBAMA.*

Condicionante atendida. Foi apresentado o relatório referente ao período de julho a dezembro de 2013, contendo os itens solicitados por esta condicionante.

¹ - O cronograma de implantação dos planos socioambientais está associado ao cronograma de implantação do empreendimento.

Mo
108/118
E3
RSTP



2.3 Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, documento intitulado: "Projeto Básico Ambiental – versão final" elaborado a partir do PBA – março de 2011 e incorporando as alterações efetuadas nos seguintes documentos:

- a) Nota Técnica de Esclarecimento sobre o PBA da UHE Belo Monte, encaminhada pela NESÁ por meio do documento NE 075/2011-DS;
- b) Documentos CE 0146 e 0147/2011-DS referentes ao atendimento do Ofício nº 471/2011/DILIC/IBAMA; e
- c) Ofício nº 510/2011/DILIC/IBAMA – referente aos ajustes a serem efetuados no PBA – março 2011.

Condicionante parcialmente atendida. Não houve alterações em relação à análise do Parecer Técnico nº 168/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

2.4 Estão bloqueadas e dependerão de avaliação e aprovação expressa da Diretoria de Licenciamento Ambiental a execução das atividades de implantação/melhorias relativas à: Travessões 50, 52 e 55; acesso ao porto; LT 138 kV; RD 34,5 kV; LT 230 kV; LT 500 kV; exploração de jazidas e às atividades de botafora. Para instruir a avaliação mencionada, o empreendedor deverá apresentar as seguintes informações:

a) Para os Travessões dos Km 50; 52; 55 e acesso ao porto:

I. apresentar os projetos geométricos, nos moldes daqueles apresentados para os Travessões 27 e 45; e

II. prever, no projeto a ser apresentado, a implantação de dispositivos com vistas à manutenção dos fluxos d'água nos igarapés a serem interceptados.

b) Para as Linhas de Transmissão para suprimento dos canteiros (LT 138kV; RD 34,5kV):

I. apresentar os projetos básicos de engenharia com os traçados definitivos, plotados sobre imagem de alta resolução da região, discriminando as faixas de servidão e os acessos que eventualmente serão abertos para suas instalações.

c) Para as Linhas de Transmissão para escoamento da energia da usina (LT 230kV; LT 500kV):

I. apresentar os traçados definitivos, plotados sobre imagem de alta resolução da região, discriminando as faixas de servidão e os acessos que eventualmente serão abertos para suas instalações.

d) Para as explorações de jazidas e as atividades de botafora:

I. apresentar o detalhamento das atividades prevendo o uso otimizado do material escavado excedente, utilizando-o, conforme permitir a logística envolvida, nos projetos de estradas, acessos, ações antecipatórias e demais estruturas associadas ao empreendimento; e

II. apresentar memorial descritivo das áreas selecionadas e das atividades a serem empregadas em cada polígono, com destaque para as jazidas de areia localizadas no leito do rio Xingu e para as pedreiras, discriminando as extrações realizadas em área seca e área molhada.

Parágrafo único – Para todas as estruturas tratadas nesta condicionante (2.4), o empreendedor deverá apresentar os arquivos no formato shapefile, discriminando: (i) as áreas que serão intervindas e (ii) as áreas que serão ocupadas pelas faixas de servidão (quando aplicável). As informações deverão contemplar os traçados definitivos e os acessos eventualmente abertos para a instalação e manutenção das estruturas.

Condicionante em atendimento. Os pareceres n.ºs 143/2011, 168/2012, 4933/2013 e 7244/2013 apresentaram os desbloqueios de uma série de atividades. Assim, serão apresentadas abaixo apenas as atividades que foram objetos de solicitação de desbloqueio e as que foram desbloqueadas após a publicação do Parecer n.º 7244/2013.

Linhas de Transmissão para escoamento da energia da usina

MP
109/118
Handwritten signatures and initials.

Em resposta ao Ofício 02001.010792/2013-79 DILIC/IBAMA, a Norte Energia encaminhou, em 12 de novembro de 2013, o documento CE 0434/2013-DS, em que são apresentadas informações complementares para o desbloqueio da linha de transmissão 500kV.

Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada reunião técnica no Ibama-sede, onde a equipe de engenharia da Norte Energia esclareceu a impossibilidade de realizar uma pequena mudança de traçado da linha 500kV. Na ocasião a equipe do Ibama solicitou que a Norte Energia apresentasse os esclarecimentos por escrito.

Em 15 de janeiro de 2014 a Norte Energia, por meio do documento CE 006/2014-DS, apresentou os esclarecimentos relativos à impossibilidade técnica de mudança de traçado da linha 500kV. Contudo, informações sobre aspectos socioeconômicos solicitadas na reunião de 13 de dezembro de 2013 não foram apresentadas.

O Ibama, por meio do Ofício 02001.000745/2014-06 DILIC/IBAMA, de 27 de janeiro de 2014, solicitou que fossem encaminhadas as informações vinculadas aos aspectos socioeconômicos de implantação da LT 500kV, tais como o número de famílias e perfil socioeconômico dos impactados pelo projeto, plano de comunicação previsto junto à população interferida, detalhamento das opções de tratamento que serão ofertadas aos atingidos e especificação das interferências relativas ao processo construtivo da Linha de Transmissão nas comunidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal.

Até o momento, a Norte Energia não encaminhou as informações complementares vinculadas aos aspectos socioeconômicos da linha de transmissão 500kV. Neste sentido, esta linha ainda se encontra bloqueada.

No que tange às linhas LT 69kV e LD 13,8kV, que fazem parte do sistema de transmissão restrito da UHE Belo Monte, o Ibama anuiu, por meio do Ofício 02001.000477/2014-14 DILIC/IBAMA, a inclusão destas linhas no processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, nos termos da condicionante 1.3 da Licença de Instalação n.º 795/2011. Ainda por meio do referido ofício o Ibama solicitou que o empreendedor apresentasse as informações complementares solicitadas por meio do Ofício 02001.010792/2013-79 DILIC/IBAMA.

Em resposta a Norte Energia encaminhou o documento CE 096/2014-DS, em 21 de março de 2014, que apresenta as informações complementares referentes à linha 69kV. O referido documento foi analisado pelo Ibama por meio da Nota Técnica 665/2014 COHID/IBAMA, em que foi recomendada a aprovação do traçado da linha proposto pelo empreendedor.

Até o momento, a Norte Energia não encaminhou as informações complementares vinculadas à linha 13,8kV. Esta linha ainda se encontra bloqueada.

Jazidas e áreas de bota-fora

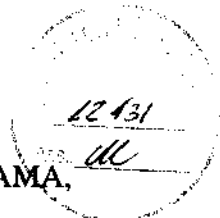
A Norte Energia solicitou, por meio do documento CE 0448/2013-DS, o desbloqueio da Pedreira 13, localizada na área de inundação do futuro Reservatório Intermediário. O Ibama analisou a solicitação através da Nota Técnica n.º 7029/2013 COHID/IBAMA e, por meio do Ofício n.º 02001.014767/2013-64 DILIC/IBAMA, datado em 2 de dezembro de 2013, autorizou o desbloqueio.

A Norte Energia solicitou, por meio dos documentos CE 034/2014-DS e CE 037/2014-DS, o desbloqueio da Área de Empréstimo AE-1A, localizada no sítio construtivo Pimental, em substituição a Área de Empréstimo AE-1 (área já desbloqueada pelo Ibama). O Ibama analisou a solicitação através da Nota Técnica n.º 248/2014 COHID/IBAMA e, por meio do Ofício 02001.001352/2014-10 DILIC/IBAMA, datado em 13 de fevereiro de 2014, autorizou o desbloqueio.

A Norte Energia solicitou, por meio do documento CE 043/2014-DS, o desbloqueio das áreas de bota-fora BF-MD1, BF-MD2 e BF-MD3, localizadas no sítio Pimental (margem direita), em substituição a área de bota-fora denominada "Bota-fora da Margem Direita" (área já desbloqueada pelo Ibama). O Ibama analisou a solicitação através da Nota Técnica n.º

110/118
Eliane M. P.
D. Costa

404/2014 COHID/IBAMA e, por meio do Ofício 02001.001939/2014-11 DILIC/IBAMA, datado em 5 de março de 2014, autorizou o desbloqueio.



Travessões dos Km 50 e 52

O Ibama, por meio do Parecer 7244/213 COHID/IBAMA, havia tecido a seguinte recomendação relativa aos travessões 50 e 52:

Recomenda-se que a Diretoria de Licenciamento Ambiental oficie a Norte Energia a esclarecer quais atividades foram realizadas nos travessões 50 e 52 e como se procedeu o licenciamento ambiental destas atividades. Caso seja verificado que existem irregularidades na execução de obras nestes travessões, a Norte Energia deverá ser penalizada por não cumprir o que se pede na Condicionante 2.4 da LI 795/2011 (item a).

A Diretoria de Licenciamento Ambiental, por meio do Ofício 02001.001395/2014-78 GABIN/PRESI/IBAMA, notificou a Norte Energia a esclarecer se foram realizadas obras de requalificação nos travessões 50 e 52.

A Norte Energia, por meio do 5º Relatório Consolidado e do documento CE 106/2014-DS, apresentou a seguinte resposta:

[...] por meio de levantamentos realizados para implantação de acessos na região do sítio Belo Monte, constatou-se que os trechos a serem utilizados nesses travessões encontram-se dentro dos limites do canteiro de obras do referido sítio ou são de uso exclusivo para as obras de implantação dos Diques localizados no Reservatório Intermediário, diferentemente dos Travessões 27 e 55, que também são de uso das comunidades vizinhas ao empreendimento. Dessa maneira, não foi levado adiante o pedido de desbloqueio para esses acessos, tal como para todos os outros acessos de uso interno da obra.

Comentários e recomendações:

O Ibama, por meio da condicionante 2.4 (item a), havia bloqueado qualquer intervenção nos travessões 50 e 52, uma vez que não havia sido apresentado o detalhamento das obras que seriam realizadas nestes travessões quando da emissão da licença de instalação. Para tanto, era necessário que o empreendedor apresentasse o que se pede na condicionante para avaliação e posterior anuência do Ibama. Entende-se que o fato dos travessões estarem inteiramente na poligonal do sítio Belo Monte e estar ou não sendo utilizados pela população local não exime a Norte Energia de cumprir às determinações do Ibama. Neste sentido, considerando que a Norte Energia realizou intervenções nos referidos travessões sem, contudo, ter cumprido a condicionante 2.4 da LI n.º 795/2011 (item a), recomenda-se que o empreendedor seja penalizado administrativamente.

2.5 *Apresentar documento com o detalhamento das implicações ambientais associadas a: (i) retirada do vertedouro complementar; e (ii) definição do número de diques e quais deles deverão contar com um sistema de vazão sanitária. A anuência deste Instituto para as referidas alterações dependerá de apreciação do mencionado documento.*

Condicionante atendida. Esta condicionante encontra-se atendida, conforme análise exposta no Parecer n.º 168/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

2.6 *No que tange à navegação na Volta Grande do rio Xingu e no rio Bacajá:*

a) *Apresentar os Projetos Básicos de Engenharia do Mecanismo de Transposição Provisório e Definitivo, para manifestação da Funai e aprovação do IBAMA, prévias ao início de sua implantação.*

MP
111/118
[Handwritten signatures and initials]

b) Seguir as diretrizes e orientações da Capitania dos Portos quanto ao sistema de sinalização e alerta previsto para ser implantado no trecho do rio Xingu, próximo ao sítio Pimental.

c) Não interromper o fluxo de embarcações até que o sistema provisório de transposição de embarcações esteja em pleno funcionamento. Tal restrição aplica-se inclusive para as obras de engenharia previstas para o sítio Pimental.

Parágrafo Único - O início do lançamento das ensecadeiras principais do Sítio Pimental não está autorizado até aprovação expressa da Diretoria de Licenciamento Ambiental. A referida aprovação fica condicionada:

I. **Para as ensecadeiras de 1ª fase – 1ª etapa**²: efetuar tratativas com a Comunidade São Pedro, de forma conjunta com o IBAMA, de modo a esclarecer àquela comunidade quanto aos impactos previstos para afetá-los, e as respectivas ações mitigatórias/compensatórias;

II. **Para as ensecadeiras de 1ª fase - 2ª etapa**³: manifestação favorável da FUNAI e avaliação do IBAMA quanto ao detalhamento do(s) mecanismo(s) de transposição de embarcações. O cronograma de implantação e início de operação, deverá se apresentar compatível com o caráter preventivo do mecanismo em relação aos impactos em questão.

Condicionante atendida. Esta condicionante encontra-se atendida, conforme análise exposta no Parecer n.º 7244/2013 COHID/IBAMA.

2.7 *No que tange aos estudos referentes à qualidade de água:*

a) Apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, modelagem matemática de qualidade para os igarapés de Altamira, contemplando: (i) simulações que considerem os piores cenários de rebaixamento do reservatório do Xingu; e (ii) propostas que visem melhorar a qualidade de água nos igarapés de Altamira para as condições de reservatório com nível inferior à cota 97 metros.

b) Apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, plano de trabalho a ser desenvolvido ao longo da instalação do empreendimento, com vistas a executar as ações prévias necessárias à calibração e à validação dos modelos matemáticos de qualidade da água apresentados. A calibração e a validação deverão ser realizadas durante as fases de enchimento e estabilização dos reservatórios. A proposta deverá seguir as recomendações do estudo denominado "Modelagem Matemática da Qualidade da Água" da Norte Energia S.A de abril de 2011.

c) Apresentar, 1 (um) ano antes do enchimento do reservatório do Xingu, modelagem matemática de qualidade da água que considere as fases de enchimento e estabilização dos reservatórios, utilizando dados de qualidade da água e meteorológicos proveniente dos monitoramentos a serem realizados no âmbito dos programas e projetos do PBA. Esta modelagem deverá considerar a vegetação a ser inundada, avaliando diferentes cenários, incluindo o proposto no EIA, e ainda deverá:

I. Avaliar a possibilidade de ocorrência de estratificação térmica, principalmente nos pontos de baixa circulação no reservatório Intermediário;

II. Avaliar a possibilidade de acúmulo, mobilização e contaminação da cadeia trófica por metais pesados – as concentrações de alguns metais pesados são naturalmente altas nas águas da região e podem causar acumulação nos dendritos do reservatório Intermediário;

III. Vir acompanhada por parecer de um especialista em ictiofauna quanto aos impactos que a qualidade da água prognosticada possa causar aos peixes da região; e

IV. Apresentar medidas de mitigação e/ou corretivas, principalmente para o reservatório Intermediário e igarapés de Altamira.

Condicionante parcialmente atendida.

² - Ensecadeira de 1ª fase e 1ª etapa: ensecadeira lançada para alcançar a Ilhas Pimental.

³ - Ensecadeira de 1ª fase e 2ª etapa: atividades de fechamento dos canais do rio Xingu situados entre as ilhas da Serra e Marciana.

112/118
MP
11/11/18

Item a – Conforme registrado no Parecer n.º 168/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, este item se encontra atendido.

Item b – Conforme registrado no Parecer n.º 7244/2013 COHID/IBAMA, este item se encontra atendido.

Item c – Item não atendido. A Norte Energia encaminhou, por meio do documento CE 0386/2013-DS, os resultados da modelagem matemática de qualidade da água para os compartimentos Reservatório do Xingu e Trecho de Vazão Reduzida. O Ibama analisou preliminarmente o documento e, em reunião realizada em Altamira, no dia 4 de dezembro de 2013, relatou aos técnicos da Norte Energia as inconsistências do documento apresentado e solicitou que ajustes fossem realizados para atender as expectativas do Ibama e a condicionante 2.7 da Licença de Instalação n.º 795/2011.

A Norte Energia, por meio do documento CE 0477/2013-DS, solicitou prazo até o dia 28 de fevereiro de 2014 para apresentar a modelagem matemática de qualidade da água.

O Ibama, por meio do Ofício 02001.000412/2014-79 COHID/IBAMA, informou não haver óbice ao prazo solicitado pela Norte Energia.

Em 28 de fevereiro de 2014 a Norte Energia encaminhou, por meio do documento CE 072/2014-DS, um relatório de acompanhamento das atividades dos estudos de modelagem matemática dos reservatórios da UHE Belo Monte. A modelagem matemática prevista nos termos da condicionante 2.7 (item c) não foi apresentada. Junto ao referido relatório a Norte Energia apresentou proposta de cronograma de entrega de produtos parciais nos meses de março, maio e junho, com a apresentação do produto final em setembro de 2014.

O Ibama, por meio do Ofício 02001.002091/2014-47 DILIC/IBAMA, de 9 de março de 2014, informou que a proposta da Norte Energia é incompatível com a previsão oficial de formação do reservatório do Xingu (janeiro/2015) e solicitou que a Norte Energia revisasse o cronograma de entrega do produto final.

2.8 Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, projeto de monitoramento hidrossedimentológico, na região onde se encontram os bancos de areia – ria do Xingu, contemplando:

a) As recomendações apresentadas pelo “Estudo complementar de hidrossedimentologia a jusante da casa de força principal”;

b) O monitoramento do tráfego de embarcações na ria do Xingu; e

c) A previsão de ações para evitar a erosão nos bancos de areia, bem como a interferência sobre os hábitos dos quelônios.

Condicionante atendida. Esta condicionante se encontra atendida, conforme análise exposta no Parecer n.º 7244/2013 COHID/IBAMA. A Norte Energia segue apresentando semestralmente relatórios específicos do Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico na região dos Bancos de Areia (Ria do Xingu).

2.9 Apresentar, previamente às intervenções nos corpos d'água, as Outorgas de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, referentes às captações de água e lançamento dos esgotos, relativas aos Canteiros de Obra de Bela Vista e do Canal de Derivação, a serem emitidas pelo órgão competente.

Condicionante em atendimento. O Programa de Controle Ambiental Intrínseco, componente do Plano Ambiental de Construção do PBA, apresentou as outorgas de direito de uso dos recursos hídricos obtidas junto à Secretária de Estado de Meio Ambiente (SEMA-PA) no 1º semestre de 2013. Conforme o referido programa, durante o segundo semestre de 2013 o CCBM não fez solicitações de novos pedidos de outorga.

2.10 Em relação à implantação do saneamento básico, atender o cronograma exposto abaixo:



MP
113/118
Handwritten signatures and initials.

Ação	Previsão	Altamira	Vitória do Xingu	Belo Monte	Belo Monte do Pontal
Ações Imediatas	Início	24/05/2011	24/05/2011	-	-
	Término	30/10/2011	30/10/2011	-	-
Abastecimento de água	Início	25/07/2011	25/06/2011	-	-
	Término	25/07/2014	25/06/2014	-	-
Esgotamento sanitário	Início	25/07/2011	25/06/2011	25/06/2011	25/06/2011
	Término	25/07/2014	25/06/2014	31/03/2012	31/03/2012
Aterro sanitário	Início	30/06/2011	30/06/2011	30/09/2011	30/09/2011
	Término	30/06/2012	31/12/2012	31/03/2012	31/03/2012
Projeto Básico de Remediação do Lixão	Início	-	-	-	-
	Término	01/12/2011	-	-	-
Remediação do Lixão	Início	-	-	-	-
	Término	25/07/2014	-	-	-
Drenagem Urbana	Início	31/03/2012	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
	Término	30/06/2014	31/12/2012	30/06/2012	30/06/2012

Condicionante parcialmente atendida. A presente condicionante faz referência às obras relativas ao saneamento básico previstas no PBA da UHE Belo Monte e explicita os prazos definidos nos cronogramas apresentados junto aquele documento. A análise do estágio de implantação de cada uma das ações registradas na tabela foram descritas no item intitulado “Andamento dos Programas Ambientais” deste Parecer – Plano de Requalificação Urbana.

Sobre este aspecto, cabe ressaltar que, no período entre os meses de junho e dezembro de 2013, foi observado um avanço na implementação das ações citadas na condicionante 2.10 quando comparado aos períodos compreendidos pelos quatro primeiros relatórios semestrais consolidados. Deste modo, após quatro avaliações de condicionante não atendida, entende-se como pertinente a alteração de status da condicionante 2.10 para condicionante parcialmente atendida.

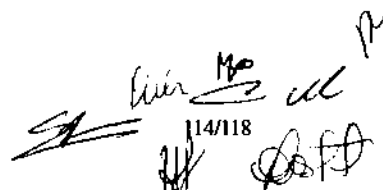
Recomenda-se que a Norte Energia permaneça executando as obras de saneamento básico observando o cronograma de execução das obras previsto por esta condicionante.

2.11 Apresentar, no âmbito dos relatórios semestrais do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos, avaliação quanto à suficiência dos equipamentos de saúde e educação disponibilizados às municipalidades da AID. A avaliação deverá contemplar a projeção da demanda no semestre subsequente e apresentar manifestação conclusiva quanto à necessidade de implantação de ações antecipatórias adicionais.

Condicionante atendida. Atendida para o período referente ao 5º Relatório Consolidado de Andamento do Projeto Básico Ambiental.

2.12 Implantar integralmente os equipamentos de saúde e educação, conforme prazos e especificações assumidos junto às prefeituras municipais, sem extrapolar o cronograma apresentado no documento “Resposta ao Ofício nº 471/2011 – DILIC/IBAMA”, encaminhado por meio do ofício CE 0147/2011 – DS. Apoiar a manutenção dos equipamentos disponibilizados até a entrada em operação do empreendimento.

A condicionante não mais se aplica ao atual momento do empreendimento. Em relação aos prazos de implantação dos equipamentos, não houve alterações em relação à análise do Parecer Técnico 4933/2013/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Porém, além da necessidade de implementação de um Plano de Ação para Obras de Educação, com vistas a atender a demanda para 2012, as análises de suficiência que vêm sendo efetuadas no âmbito do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos têm demonstrado que os equipamentos implantados pela Norte Energia têm atendido à demanda provocada pelo empreendimento.



 14/118

2.13 Definir, em comum acordo com as prefeituras municipais, medidas antecipatórias adicionais voltadas à disponibilização de equipamentos de saúde e educação, sempre que o Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos apontar um incremento crítico⁴ na demanda aos serviços públicos em questão. A disponibilização de equipamentos adicionais de saúde e educação deverá ser feita sempre de forma antecipada ao esgotamento da capacidade de atendimento dos serviços públicos.

Condicionante em atendimento. Semestralmente são efetuadas análises de suficiência no âmbito do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos. Até o momento, houve a necessidade da implementação de um Plano de Ação para Obras de Educação, com vistas a atender a demanda para 2012.

2.14 Em relação ao Cadastro Socioeconômico:

- a) Realizar os levantamentos por meio de profissionais capacitados para a execução desta atividade, aptos para identificação e diferenciação das categorias presentes no questionário;
- b) Divulgar nas localidades as atividades de cadastramento, previamente a sua execução, garantindo o esclarecimento adequado do público-alvo, inclusive quanto ao período de sua realização;
- c) Aplicar os questionários de forma isenta, evitando que o cadastrador induza as respostas;
- d) Divulgar e disponibilizar em locais públicos os resultados do cadastro, durante 30 (trinta) dias, contendo a lista dos atingidos objeto do CSE por setor, para eventual correção de distorções ou inclusão de atingidos não detectados; e
- e) Garantir que todos os atingidos sejam cadastrados.

Condicionante em atendimento. Em que pese não ter sido oficializada a finalização do CSE, questões orientativas do Ibama estão sendo respeitadas.

2.15 A população interferida deverá ter livre acesso ao Cadastro Socioeconômico, Caderno de Preços, mapas e laudos de avaliação de suas propriedades, onde deverão ser apresentados de forma discriminada, a relação das benfeitorias indenizadas e respectivos valores.

Condicionante em atendimento. A Norte Energia tem apresentado indicativos de atendimento às questões orientativas da condicionante.

2.16 Deverá ser garantida a plena liberdade de escolha da população quanto aos diversos tipos de tratamento indenizatório previstos no PBA, observadas as modalidades disponíveis para cada público.

Condicionante em atendimento. A Norte Energia tem apresentado indicativos de atendimento às questões orientativas da condicionante.

2.17 Implantar os Fóruns de Discussão Permanente com regras e critérios comuns que evitem tratamento díspares acerca de casos similares e divergência de procedimentos entre os diversos fóruns a serem criados.

Condicionante em atendimento. A Norte Energia tem apresentado indicativos de atendimento às questões orientativas da condicionante.

2.18 Em relação à implantação da Área de Preservação Permanente – APP no entorno dos reservatórios do Xingu e do Canal:

⁴ - Incremento crítico é aquele que excede a capacidade de atendimento proporcionada pelas ações antecipatórias implementadas pelo empreendedor.

a) *Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias após a conclusão do Cadastro Socioeconômico, a proposta de delimitação final da APP com largura média de 500 (quinhentos) metros, para avaliação e aprovação do IBAMA; e*

b) *Adquirir as áreas destinadas a compor a APP no entorno dos reservatórios do Xingu e do Canal.*

Condicionante em atendimento. A definição da APP está em processo de discussão junto ao empreendedor. Como último encaminhamento, o empreendedor enviou ao Ibama, por meio do documento CE 041/2014-DS, a Nota Técnica NT_SFB-N°002_PACUERA_10_02_14_LEME "Definição da APP Variável no Entorno dos Reservatórios", na qual consta proposta dos critérios a serem adotados para definição da APP variável no entorno dos reservatórios assim como uma delimitação de APP. Este documento será avaliado pelo Ibama para a definição da APP dos reservatórios da UHE Belo Monte.

2.19 *Concluir, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a implantação dos módulos RAPELD para o monitoramento da biota.*

Condicionante atendida. Esta condicionante encontra-se atendida, conforme análise exposta no Parecer n.º 7244/2013 COHID/IBAMA.

2.20 *Em relação aos órgãos envolvidos no licenciamento ambiental, observar as seguintes orientações:*

a) *FUNAI: atender ao disposto no Ofício n° 126/PRES-Funai e apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange ao componente indígena;*

b) *IPHAN: atender ao disposto no Ofício n° 093/11-CNA/DEPAM/IPHAN e apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange à conclusão das atividades referentes ao patrimônio histórico e arqueológico;*

c) *DNPM: implementar o Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico, observando o disposto no Ofício n° 15/DIFIS-2011 – DNPM e apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange à conclusão das atividades referentes ao citado programa;*

d) *ICMBio: apoiar as ações referentes à implementação do Plano de Ação de Espécies Ameaçadas;*

e) *MS/SVS: executar o Plano de Ação para o Controle da Malária – PACM, aprovado por meio do Parecer Técnico n° 28/2010/CGPNCM/DEVEP/SVS/MS;*

f) *INCRA: apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange à conclusão das tratativas referentes aos assentamentos agrários;*

g) *ITERPA: apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange à conclusão das tratativas referentes aos assentamentos agrários.*

Avaliação de status não pertinente. A análise do atendimento das exigências desta condicionante são de competência e responsabilidade dos órgãos intervenientes, conforme disposto na Portaria Interministerial n° 419/2011. Até o presente momento não houve manifestação formal desses órgãos. Junto ao 5º Relatório Consolidado, a Norte Energia apresentou as ações realizadas para atendimento do que foi solicitado pelos órgãos envolvidos.

2.21 *Dar continuidade às ações de apoio à fiscalização ambiental, a exemplo daquelas definidas nos Acordos de Cooperação Técnica com o IBAMA e com o Estado do Pará.*

Condicionante em atendimento. Adicionalmente ao que foi exposto junto ao Parecer n.º 7244/2013 COHID/IBAMA, a Norte Energia informou, por meio do 5º Relatório Consolidado, que a reforma das casas que servirão de bases fixas de fiscalização, localizadas nos travessões 27 e 55, já foram concluídas. Informou ainda que protocolou, em 3 de

compensação da UHE Belo Monte, chegando-se em R\$125.509.514,08. Deste total, é proposto que o Comitê de Compensação Ambiental Federal destine 30% do valor ao ICMBio para que, de acordo com critério definido pelo CCAF, possa aplicá-lo entre UCs de qualquer região do Brasil, mediante demanda justificada. Contudo, há uma recomendação para que estes recursos sejam aplicados em unidades de conservação localizadas na mesma região hidrográfica da UHE Belo Monte, preferencialmente UCs que protejam ambientes similares aos atingidos pelo empreendimento. O parecer técnico ainda propõe que do valor remanescente, 80% seja destinado ao ICMBio, para distribuição em (i) criação de UC de Proteção Integral que contemple os mesmos ambientes e fitofisionomias atingidos pela UHE Belo Monte, com especial atenção aos pedrais; (ii) EE Terra do Meio, para fortalecimento do bloco de UCs da Terra do Meio e propiciar a conservação de ecossistemas atingidos pelo empreendimento, em especial “florestas ombrófilas densa e aberta e pedrais, que encontram representatividade na região do interflúvio dos rios Xingu e Iriri”; e (iii) implementação de UCs, seguindo um ranqueamento pré-estabelecido, a critério do ICMBio. Para os 20% restantes, o parecer técnico sugere destinação ao Estado do Pará, priorizando ambientes e fitofisionomias impactados pela UHE Belo Monte.

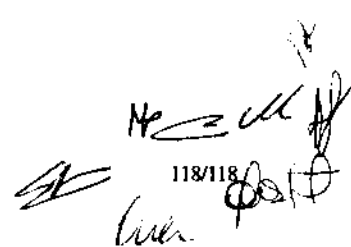
4. CONCLUSÕES

No decorrer deste Parecer Técnico foram elencadas pendências relacionadas aos Planos, Programa e Projetos constantes do Plano Básico Ambiental – PBA, para as quais foram tecidas recomendações que deverão ser atendidas pelo empreendedor. Estes ajustes deverão ser executados para o adequado controle ambiental, necessário nesta fase do projeto.

Ressalta-se que alguns Programas e Projetos não avaliados por este documento técnico serão objeto de pareceres específicos.

Este é o parecer.

Em, 17 de abril de 2014.

Handwritten signatures and initials, including the number 118/118.



URGENTE



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA - IBAMA
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do IBAMA CEP: 70.818-900 - Brasília-DF
Telefone (61) 3316-1046 email cojud.sede@ibama.gov.br

Memorando nº 071/2014/JCMB/COJUD/PFE/IBAMA-SEDE/PGF/AGU

Brasília, 17 de abril de 2014.

Da: Coordenação Nacional de Contencioso Judicial – COJUD
À: **Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC**

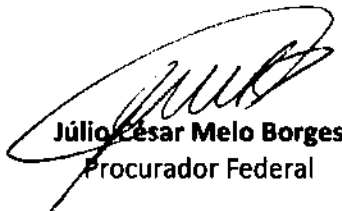
Processo Judicial: Ação Civil Pública nº 655.78.2013.4.01.3903
Interessados: JUSTIÇA FEDERAL NO PARÁ
Assunto: Ação Civil Pública. Contestação. Subsídios.

Sr(a). Diretor(a),

Por meio do presente, encaminho-lhe cópia da petição inicial que inicia a Ação Civil Pública nº 655.78.2013.4.01.3903, ajuizada pelo Ministério Público Federal contra o IBAMA e a FUNAI, para fins de apresentação de subsídios técnicos a esta Procuradoria, a quem incumbe a elaboração da Contestação da referida ação.

Considerando tratar-se de demanda com prazo judicial, solicita-se resposta dessa Diretoria no prazo máximo de 02/05/2014.

Atenciosamente,


Júlio César Melo Borges
Procurador Federal

A CGENE,

Por pertinência.

Em 22/04/14

Albis

ANA PAULDA R. REIS

ANALISTA AMBIENTAL

A COHCD-2,

Para instrução do processo.

Henrique Cesar Lemos Jucá
Coordenador Geral de Infraestrutura de
Energia Elétrica - Substituto
CGENE/DLIC/IBAMA

Ao analista Eduardo Trazzi por instrução
processual.

30/4/14

Leonora Milagre de Souza
Analista Ambiental
Matr. 1771.366
COHID/CGENE/DLIC/IBAMA

Júlio César Mélo Borges



De: José Carvalho dos Anjos
Enviado em: sexta-feira, 11 de abril de 2014 11:37
Para: willis.alarcao@ibama.gov.br; Denise Pereira Hartmann - IBAMA
Cc: Júlio César Mélo Borges
Assunto: RES: LIMINAR DEFERIDA - PROCESSO BELO MONTE
Anexos: 655-78.2013 - FUNAI.PDF; 655-78.2013IBAMA.PDF

Sinalizador de acompanhamento:

Status do sinalizador: Acompanhar
Sinalizada

Willis/Denise,

Distribuir ao Dr. Júlio César, para fazer a contestação.

Att.

José Carvalho dos Anjos

Procurador Federal - Mat. 1312058
Coordenador Nacional do Contencioso Judicial
AGU/PGF - PFE/IBAMA/SEDE/COJUD
(61) 3316-1046 – 8133-2874

De: Adriano Yared de Oliveira

Enviada em: quarta-feira, 2 de abril de 2014 12:49

Para: Carolina Saboia Fontenele e Silva; Mariana Karam de Arruda Araujo; Henrique Jorge Dantas da Cruz; Flavio Chiarelli Vicente de Azevedo; Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo (flavio.azevedo@funai.gov.br); Leandro Santos da Guarda

Cc: Thirzzia Guimaraes de Carvalho; José Carvalho dos Anjos; Thiago Cássio D'Ávila Araújo; Rafael Abijaodi Lopes de Vasconcellos

Assunto: LIMINAR DEFERIDA - PROCESSO BELO MONTE

Prioridade: Alta

Boa tarde,

Encaminho em anexo cópia dos mandados e liminar concedida no Processo nº 655-78.2013.4.01.3903 que o MPF move contra a Norte Energia, FUNAI e IBAMA, recebidos às 11:10hs de hoje.

Observar que fomos intimados da decisão e **citados** para contestar a ação. A liminar não determinou a paralisação do empreendimento, porém impõe a realização de medias em especial para a FUNAI, sob pena de multa.

Ficamos no aguardo das orientações quanto a emissão de parecer de força executória e encaminhamento de novas peças que sejam necessárias para a defesa das entidades.

Att.

Adriano Yared de Oliveira
Procurador-Chefe da PF/PA



Advocacia-Geral da União
Procuradoria-Geral Federal
Procuradoria Federal no Estado do Pará

Essencial à Justiça! Indispensável à Nação!

Ajude a reduzir o consumo de papel. Antes de imprimir, pense no seu compromisso com o MEIO AMBIENTE! Mas, se for imprimir, use a EcoFont (www.agu.gov.br/ecofont)!

Ajude a reduzir o consumo de papel. Antes de imprimir, pense no seu compromisso com o MEIO AMBIENTE! Mas, se for imprimir, use a EcoFont (www.agu.gov.br/ecofont)!



PCTT: 92.100.0

URGENTE



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
9ª VARA FEDERAL**

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

PROCESSO: 656-78.2013.4.01.3903
CLASSE: 7100 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
AUTOR: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RÉU: NORTE ENERGIA S/A (NESA) E OUTROS.



MANDADO: Nº 332455/2014
CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DE INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
CPF/CNPJ: 03.659.166/0001-02
ENDEREÇO: AV. BOULEVARD CASTILHO FRANÇA, Nº 708, EDÍFIO BACEN, 3º ANDAR, CENTRO, BELEM.

FINALIDADE: DAR CIÊNCIA dos termos da Ação para, querendo, respondê-la, no prazo de 60 dia(s), e intimar da decisão que DEFERIU o pedido de liminar para fins de imediato cumprimento.

ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos alegados (art. 285 do CPC).

ANEXO: Cópia da petição inicial e da(o) decisão/despacho de fls. 963/977.

SEDE DO JUÍZO: 9ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
DOMINGOS MARREIROS-RUA DOMINGOS MARREIROS, 598 BAIRRO UMARUZAL BELEM - PA CEP:
66055210
BELEM-PA
CEP: 66.055-210

Expedi este mandado por ordem deste Juízo Federal.

BELEM, 01 de Abril de 2014.

FABRÍCIO GONÇALVES

Diretor(a) de Secretaria do(a) 9ª VARA FEDERAL
Em Substituição

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA GERAL FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL 1ª Região
PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ
Belém (PA) 02/04/14
Adriano José de Oliveira
Procurador-Chefe da Procuradoria
Federal no Estado do Pará



Ministério Público Federal

Procuradoria do Município de Altamira

02/10

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA VARA ÚNICA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALTAMIRA - PARÁ

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA VARA ÚNICA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALTAMIRA - PARÁ 15-08-2013 15:14:00



Vara 655-78 2013 4 01.3903

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelos Procuradores da República que subscrevem a presente, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 127 e 129, III da Constituição da República de 1988 e nos artigos 2º e 6º, VII, alíneas 'a' e 'c', ambos da Lei Complementar nº 75/1993, bem como nos artigos 1º, 2º, 5º e 21, todos da Lei 7.347/1985, propor a presente

AÇÃO CIVIL PÚBLICA com pedido de liminar

em face de

NORTE ENERGIA S/A (NESA), concessionária de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, CNPJ/MF 12.300.288/0001-07, com sede em Brasília-DF, no Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco F, Lote 12, salas 706/708, Edifício Via Capital, CEP: 70.041-906, pelos motivos fático-jurídicos a seguir expostos.

MPF



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) – pessoa jurídica de direito público, CNPJ 00.059.311/0001-26, com sede no SEPS, Quadra 702/902, Projeção A, Ed. Lex – 3º andar, CEP 70.390-025, e;

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) – pessoa jurídica de direito público, CNPJ/MF 03.659.166/0001-02, com sede no SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Caixa Postal nº 09870, Brasília-DF, CEP 70818-900.

1. Da delimitação do objeto da demanda

Excelência, a obra da UHE Belo Monte é, hoje, um desafio ao Estado de Direito Brasileiro.

Um processo de licenciamento que nos lança à temível realidade de um 'direito flexível', em que a norma jurídica não se aplica, mesmo quando demonstrado o seu precedente. Ou melhor, *não precisa se aplicar*, porque interesses maiores estariam sendo buscados. *Não pode se aplicar*, porque da sua reiterada não aplicação, formou-se um turbilhão fático, que, em alta velocidade, torna cada vez mais difícil qualquer controle. E, com a norma jurídica suspensa, a obra avança, protegida por argumentos consequencialistas extraídos do fato consumado.



05/10

É nesse contexto que a presente ação aborda alguns dos aspectos do componente indígena do licenciamento ambiental da UHE Belo Monte.

Objetiva:

1 - a declaração da inviabilidade deste empreendimento hidrelétrico com relação aos Povos Indígenas afetados, enquanto não implementadas adequadamente ações de Proteção às Terras Indígenas Impactadas.

2 - O reconhecimento da ineficácia da anuência da FUNAI para a Licença de Instalação, em razão de amplo descumprimento de ações mitigatórias condicionantes indispensáveis ao atestado de viabilidade da obra, as quais, não exigidas pelos órgãos de controle, submetem hoje os povos indígenas do Médio Xingu à situação limítrofe de um etnocídio.

3 - Por fim, a imediata implementação do Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas do Médio Xingu.

2. Das condicionantes do licenciamento da UHE Belo Monte

2.1 Condicionantes Indígenas: aspectos genéricos

A viabilidade da obra da UHE Belo Monte sustenta-se em condicionantes previstas nas duas licenças emitidas pelo IBAMA, (LP n.342/2010, de 01/02/2010 e LI n.770/2011, de 01/06/11 - ANEXAS) que,



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira

quanto ao componente indígena, remetem às conclusões da FUNAI na análise dos Estudos Etnoecológicos do EIA da UHE Belo Monte.

Conclusões que constam do Parecer Técnico n.21/CMAM/CGPIMA-FUNAI (ANEXO) e do Ofício 126/PRES-FUNAI (no qual o órgão indigenista condiciona a Licença de Instalação - ANEXO). E que se materializaram em programas previstos, para longo prazo, no Plano Básico Ambiental (PBA indígena - ANEXO em cópia digital) e, de modo emergencial, em Termo de Compromisso firmado em 15/09/2010, entre FUNAI e NESA, operacionalizado, com prazos e obrigações específicas, em dois Planos de Trabalho, cuja imperatividade advém das obrigações condicionantes que o fundamentam e da necessidade de se antecipar ao agravamento das vulnerabilidades antevistas.

O Plano Básico Ambiental (PBA Indígena) da UHE Belo Monte é até hoje uma carta de princípios, pois não teve nem sequer o seu plano operativo aprovado pela FUNAI, o que impede a execução dos projetos de longo prazo.

Portanto, Excelência, embora a construção da hidrelétrica esteja próxima ao seu pico, quando se cogita de mitigação de impactos, remonta-se ainda às ações emergenciais impostas como viabilidade da obra, e que deveriam ter sido executadas previamente, para evitar as vulnerabilidades que hoje se apresentam.

MPF
Ministério Público Federal



02/16

2.1 Condicionantes Indígenas: obrigações de Proteção Territorial

A relevância conferida pelas normas do licenciamento da UHE Belo Monte à Proteção Territorial Justifica-se, seja pelo significado do território aos Povos Indígenas, seja pela situação de vulnerabilidade diagnosticada no momento de elaboração dos estudos etnoambientais.

Primeiro, necessário compreender que o *Território Indígena* abarca noção que suplanta o conceito civilista de moradia, terra e propriedade. É, isto sim, liame de preservação e garantia da identidade coletiva de um grupo étnico detentor de um modo peculiar de vida, para o qual,

"a terra está estreitamente relacionada com as suas tradições e expressões orais, seus costumes e línguas, suas artes e rituais, seus conhecimentos e usos relacionados com a natureza, suas artes culinárias, seu direito consuetudinário, sua vestimenta, filosofia e valores. Em função do seu entorno, sua integração com a natureza e sua história, os membros das comunidades indígenas transmitem de geração em geração este patrimônio cultural imaterial". (Corte Interamericana de Direitos Humanos, Comunidade Indígena *Yakye v. Paraguay*, 17/07/2005)

Deste entendimento não se distanciou o Supremo Tribunal Federal, que, após deixar claro que

"o desenvolvimento que se fizer sem ou contra os índios, ali onde eles se encontrarem instalados por modo tradicional, à data da Constituição de 1988, desrespeita o objetivo fundamental do inciso II do art. 3º da Constituição Federal, assecuratório de um tipo de "desenvolvimento nacional" tão



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira



ecologicamente equilibrado quanto humanizado e culturalmente diversificado, de modo a incorporar a realidade indígena"

assentou que

11.3. O marco da concreta abrangência fundiária e da finalidade prática da ocupação tradicional. Áreas indígenas são demarcadas para servir concretamente de habitação permanente dos índios de uma determinada etnia, de par com as terras utilizadas para suas atividades produtivas, mais as "imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar" e ainda aquelas que se revelarem "necessárias à reprodução física e cultural" de cada qual das comunidades étnico-indígenas, "segundo seus usos, costumes e tradições" (usos, costumes e tradições deles, indígenas, e não usos, costumes e tradições dos não-índios). Terra indígena, no imaginário coletivo aborígene, não é um simples objeto de direito, mas ganha a dimensão de verdadeiro ente ou ser que resume em si toda ancestralidade, toda coetaneidade e toda posteridade de uma etnia. Donde a proibição constitucional de se remover os índios das terras por eles tradicionalmente ocupadas, assim como o reconhecimento do direito a uma posse permanente e usufruto exclusivo, de par com a regra de que todas essas terras "são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis" (§ 4º do art. 231 da Constituição Federal). O que termina por fazer desse tipo tradicional de posse um heterodoxo instituto de Direito Constitucional, e não uma ortodoxa figura de Direito Civil. Donde a clara inteligência de que OS ARTIGOS 231 E 232 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL CONSTITUEM UM COMPLETO ESTATUTO JURÍDICO DA CAUSA INDÍGENA. (Pet 3388, Relator(a): Min. CARLOS BRITTO, Tribunal Pleno, julgado em 19/03/2009, Dje-181 DIVULG 24-09-2009 PUBLIC 25-09-2009 REPUBLICAÇÃO: Dje-120 DIVULG 30-06-2010 PUBLIC 01-07-2010 EMENT VOL-02408-02 PP-00229 RTJ VOL-00212- PP-00049)

Deste modo, vulneradas territorialmente as terras indígenas é a identidade coletiva que é posta em risco. Daí que, sendo a



proteção territorial garantia fundamental cultural, de existência e reprodução enquanto povo, a sua proteção remete à própria dignidade humana.

Neste contexto, a Convenção 169/OIT, que ingressou no ordenamento jurídico brasileiro mediante o Decreto Legislativo 143/2002, reconhece a necessidade de o Estado respeitar o significado que o Território possui para os povos indígenas:

PARTE II - TERRA
Artigo 13

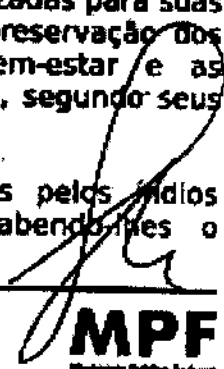
Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.

Ademais, o Território Indígena, já ressignificado, foi reconhecido pela Constituição Federal de 1988, como um direito fundamental inalienável dos povos indígenas:

"Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o



MPF
Ministério Público Federal



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira

usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. [...]

§ 4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º - É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco." (grifamos)

Portanto, quando falamos em Proteção Territorial no bojo do licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, estamos a tratar do respeito a direitos fundamentais inalienáveis e inderrogáveis. De modo que, as normas que regem este processo, ao disporem sobre as obrigações de proteção desses Territórios, nada mais fazem do que se adequar à normativa constitucional e internacional aplicável aos Povos Indígenas.

Não bastasse isso, as exigências da FUNAI relativas à proteção territorial no processo de licenciamento da UHE Belo Monte, por si inafastáveis, tornaram-se urgentes e prioritárias, quando reconhecida a vulnerabilidade que os povos indígenas do Médio Xingu já sofriam, em razão da histórica pressão antrópica na região, e que poderia tornar-se irreversível com a construção da hidrelétrica. É o que se depreende dos Estudos Etnoambientais do EIA da UHE Belo Monte, destacados pela FUNAI no Parecer Técnico 21:

"além das questões basicamente relacionadas com a 'vazão reduzida', os maiores problemas para todas as comunidades indígenas estudadas certamente estão relacionados com o afluxo de um contingente populacional para a região, ocasionando o aumento da pesca e da caça ilegal, da

MPF
Ministério Público Federal



Ministério Público Federal

Procuradoria de República no Município de Altamira

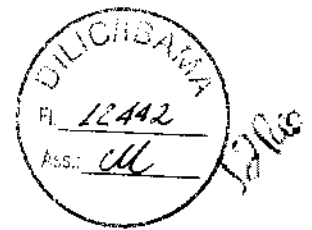
exploração madeireira e garimpeira, de invasões às TIs e da transmissão de doenças. Face a isto, são necessárias condições que dependem basicamente de ações de Estado que garantam a proteção de todas as terras indígenas afetadas, pelo ordenamento territorial, e a vigilância e fiscalização das terras indígenas e unidades de conservação, bem como do seu entorno." (Parecer Técnico 21/FUNAI - set/2009) - grifamos

Portanto, reconhecendo o direito dos povos indígenas ao seu território, bem como o significado deste para a sua reprodução física e cultural, a FUNAI, em 30/09/2009, expressa e inequivocamente, condicionou a viabilidade da obra da UHE Belo Monte à adoção de medidas que se antecipassem ao agravamento das vulnerabilidades territoriais.

"podemos considerar que o empreendimento em questão é viável, observadas as seguintes condições: (...) b) a garantia de que os impactos decorrentes da pressão antrópica sobre as terras indígenas serão devidamente controlados".
(Parecer Técnico 21/FUNAI - set/2009, fls.94)

E, partindo deste pressuposto, o órgão indigenista previu medidas e programas a serem executadas antes mesmo do leilão da UHE Belo Monte, e impôs, como responsabilidade do empreendedor:

"Elaborar e iniciar a execução de Plano de Fiscalização e Vigilância Emergencial para todas as terras indígenas, em conjunto com a FUNAI, comunidades indígenas e outros órgãos, contemplando inclusive áreas de maior incidência de garimpo no telto de Rio Xingu (trecho de Vazão Reduzida) logo após a assinatura do contrato de concessão da AHE." (Parecer Técnico 21/FUNAI - set/2009, fls.97)



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira

Essa previsão foi alçada a condicionante da obra da UHE Belo Monte quando o IBAMA, ao emitir a Licença Prévia para o empreendimento hidrelétrico, direcionou as condicionante indígenas à íntegra do disposto no Parecer Técnico 21-FUNAI.

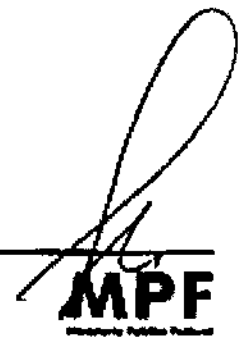
Em 15/09/2010 essa condicionante é reafirmada no Termo de Compromisso pactuado entre FUNAI e NESA (ANEXO), para ser executada emergencialmente, em dois anos, criando condições para o início das ações e programas de médio e longo prazo que seriam detalhados no PBA Indígena:

"As ações indígenas objeto deste Termo de Compromisso visam, em especial, a executar Planos de Trabalho emergenciais que possibilitem: [...]
c) a proteção das terras indígenas." Grifamos

O Plano de Trabalho previsto para execução dessas ações deveria ser implementado logo após a assinatura do contrato de concessão da obra, entre União e Norte Energia S.A, em 26/08/2010.

Porém, em 26/01/2011, ainda não havia sequer sido pactuado o Plano Emergencial de Proteção Territorial. A FUNAI, nesta data, por meio do Ofício 126/PRES/FUNAI manifestou-se favoravelmente à emissão da Licença de Instalação, postergando as medidas, mas impondo agora prazos e deixando explícitas as consequências de seu descumprimento. Destaque-se o contido no Ofício 126/PRS-FUNAI, acolhido pelo IBAMA como condicionante indígena, agora da Licença de Instalação:

Condicionantes [...]	Prazos [...]
Implementação Plano de Proteção das Tis	40 dias a contar da emissão da LI





B7C

Nessa manifestação, a presidência da FUNAI destaca, ainda, a necessidade de atenção especial às Terras Indígenas da área afetada pela redução da vazão do Rio Xingu:

"Há que se destacar ainda como condicionante prioritária a implementação do Plano de Proteção nas TIs da Volta Grande [...]". (Ofício 126 PRES/FUNAI - mai/2011)

Em março de 2011, com atraso de mais de sete meses, enfim, é apresentado o Plano de Fiscalização e Vigilância das Terras Indígenas, que deveria ser imediata e emergencialmente implementado.

2.1.1 Do Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu

Objetiva este Plano Trabalho n. 2 (Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu - ANEXO):

"fazer cumprir o disposto no art. 231, § 1º, da Constituição Federal, visando a execução das condicionantes solicitadas pela Funai, referentes ao monitoramento territorial, e o disposto no Termo de Cooperação Técnica Funai/NESA."

E, "aumentar a proteção territorial e ambiental das terras indígenas impactadas pela UHE Belo Monte, contribuindo para a posse e usufruto exclusivo dos povos indígenas habitantes dessas TIs. Ou seja, evitar que os impactos já existentes na região se agravem, bem como, que a nova dinâmica de desenvolvimento iniciada com o planejamento e estudos da Usina a ser intensificada com sua construção e operação, crie novas situações de impacto e aumente a pressão no interior



19/10



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira

das TIs sob sua área de influência." (Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu, fls.08)

A referida proteção deveria ser efetivada pela implementação de *Unidades de Proteção Territorial - UPTs*, localizadas em pontos estratégicos, que atuariam local e conjuntamente, de acordo com a demanda, próximos na medida exata de cada comunidade indígena, orquestradas por servidores contratados e capacitados, em um verdadeiro sistema protetivo.

Dessas Unidades de Proteção seria possível, por exemplo, um amplo controle da extração ilegal de madeira, mediante programa de comunicação e a participação de diversas instituições públicas e privadas e com o protagonismo dos indígenas envolvidos, utilizando e fortalecendo seus conhecimentos tradicionais.

Para além da proteção física das TIs, a implementação deste plano atuaria para a manutenção dos indígenas em seus espaços naturais, com efeito na sua organização social, uma vez garantindo direito de direito de usar e estar em seu território, com os limites definidos, beneficiando-se de programas de comunicação, capacitação e incentivo.

Para implementação deste Plano de Proteção a FUNAI definiu três rotas fluviais, que seriam geridas por Coordenações Técnicas Locais (CTLs), às quais estariam vinculadas 21 Unidades de Proteção Territoriais (UPTs), construídas na forma de BOs (Bases Operacionais) e Pvs (Postos de Vigilância), de acordo com as diferentes demandas de capacidade/necessidade e intervenção mínima, média e máxima.



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira

15/10

A FUNAI detalhou a estrutura de cada Unidade de Proteção e a necessidade mínima de recursos humanos, indicando a participação de cada agente na orquestração do sistema. Buscou-se

“criar uma estrutura que possibilite delegar e atribuir funções e monitorá-las por meio de um fluxo contínuo de informações. Da base à ponta e vice-versa. [...] definiu-se um quantitativo operacional mínimo de 112 pessoas para atuarem no período de vigência deste plano. Considerando que a base operacional foi pensada para abrigar um efetivo mínimo de 8 pessoas (situação de normalidade) e o posto de vigilância no mínimo 4 (situação de normalidade). Ou seja, serão 56 contratados para as BOs (8 pessoas x 7 BOs), e, 56 contratados para os PVs (4 x 14 Pvs)” (Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu)

Deste modo, a implementação do Plano de Proteção Territorial, dependente da estruturação física e de recursos humanos das Unidades de Proteção Territorial, restou prevista do seguinte modo:

CTL - Coordenação Técnica Local de Monitoramento Territorial Baçajá	Estrutura física: 08 UPTs: 2 (duas) BOs e 06 PVs
	Estrutura de Recursos Humanos: 40 pessoas, em situação de normalidade
CTL - Coordenação Técnica Local de Monitoramento Territorial Iriri	Estrutura física: 7 (sete) UPTs: 02 (duas) BOs e 05 (cinco) PVs
	Estrutura de Recursos Humanos: 36 pessoas, em situação de normalidade
CTL - Coordenação Técnica Local de Monitoramento Territorial Xingu	Estrutura física: 6 (seis) UPTs: 03 (três) BOs e 03 (três) PVs
	Estrutura de Recursos Humanos: 36 pessoas em situação de normalidade

Saliente-se que, embora a efetivação do plano dependa de atuação de diversos atores públicos e privados, a construção das Unidades de Proteção Territorial, bem como a contratação de pessoal, e respectiva



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira

capacitação são de responsabilidade do empreendedor, bem como deveriam ser arcados por este os custos dos demais programas previstos.

É o que se depreende já do Parecer Técnico 21/FUNAI, quando define como ação do empreendedor:

"Garantir recursos para a execução de todos os Planos, Programas e ações previstas no EIA para o componente indígena durante todo o período de operação do empreendimento" (Parecer Técnico 21/FUNAI - set/2009)

Ressalte-se, ademais, que, para que haja a mínima efetividade deste Plano de Proteção, a construção das Unidades Territoriais deveria vir acompanhada da contratação e capacitação de pessoal, conforme se depreende na planilha de prazos fixada pela FUNAI. E essa concomitância é indicativo não apenas da urgência da implementação do Plano, mas do risco de desperdício dos recursos aplicados, caso as Unidades ficassem expostas a processo de deterioração, sem operar.

Conforme manifestação da CR/FUNAI, entre as principais obrigações do empreendedor previstas no Plano Emergencial de Proteção, das quais dependem a execução de todos os outros programas, inclusive de ações de médio e longo prazo previstos no PBA, destaca-se:

- Construir 21 Unidades de Proteção Territorial (UPTs) - Bases Operacionais (BOs) e Postos de Vigilância (PVs);
- Contratar 112 agentes para atuar nas UPTs
- Capacitar os 112 agentes e 50 indígenas, para atuarem nas ações e proteção territorial e ambiental
- Aviventar as picadas dos limites (limpar os limites) das 11 Tis, e instalar placas a cada três Km no Perímetro das 11 Tis. (Ofício 145/CR/FUNAI)

MPF



3. Do descumprimento das condicionantes de Proteção Territorial

A Proteção Territorial é atribuída dentro da FUNAI à Diretoria de Proteção Territorial – DPT, que, por meio da Coordenação Geral de Monitoramento Territorial – CGMT, orienta e fiscaliza a execução das obrigações do empreendedor.

Em resposta a requisição do Ministério Público Federal (Ofício PRM/ATM/GAB1 80 e 81/2013 - ANEXOS), a DPT-FUNAI apresentou quadro avaliativo (Anexo I) e manifestação inequívoca sobre o Plano de Proteção Territorial: não foi executado! E os programas que foram pactuados para vigorar pelo prazo de 2 anos (03/2011 - 03/2013) não iniciaram, pois NENHUMA Unidade de Proteção Territorial foi construída em definitivo pela Norte Energia, tampouco houve contratação e capacitação de pessoal para sua implementação.

Conforme consta das conclusões da DPT/FUNAI (Informação Técnica n. 13 CGMT/DPT/FUNAI - ANEXO), referendadas pela Presidência do órgão indigenista (Ofício 78/2013/PRES/FUNAI-ANEXO):

"é fácil verificar que a maioria das metas não foram alcançadas, pois estas dependem da implementação das Unidades de Proteção Territorial – UPTs que não foram executadas pela Norte Energia." (Informação Técnica n. 13 CGMP/DPT - fev/2013)



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira



18/16

Inequívoca, e, no mesmo sentido, a manifestação da Coordenação Regional da FUNAI:

"mais de um ano após a concessão da Licença de Instalação do empreendimento UHE Belo Monte, já tendo ocorrido uma grande elevação da densidade populacional na região, e às vésperas do encerramento do Termo de Compromisso, praticamente nada foi feito em relação à Execução do Plano de Trabalho n. 02 (Plano de Proteção às Terras Indígenas).

De acordo com o cronograma, ao final do primeiro ano de implementação do Plano de Proteção deveriam ter sido entregues 12 UPTs e, após dois anos, todas as 21 UPTs. Embora tenha sido cumprida a meta que previa a implementação em caráter emergencial de 02 BOs provisórias na TI Apyterewa, as UPTs não foram entregues, tendo sido iniciada a construção das duas primeiras apenas no mês de julho de 2012. Nem mesmo as vistorias de campo da primeira etapa de implementação das unidades (12 UPTs) foram concluídas [...] Desse modo, ao final da vigência do Termo de Compromisso, em setembro de 2012, não terá sido entregue uma única UPT (além das duas provisórias)" (Memorando 382/CR/FUNAI - ago/2012)

Não implementadas as Unidades de Proteção Territorial, restou comprometida a execução do Plano Emergencial de Proteção como um todo. Por exemplo, quanto à execução das ações de prevenção, "observa-se que pouco se fez nessa área, pois se necessita que as UPTs estejam em funcionamento e com as equipes contratadas e em atividade. [...] As ações de prevenção estão previstas no plano emergencial e deveriam ser executadas assim que as unidades de proteção estivessem implementadas. No entanto, estas ainda não foram construídas e a demanda pelas ações tornaram-se emergenciais em algumas TIs." (Memorando 382/CR/FUNAI - ago/2012)



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira

O descumprimento é gravíssimo! Não implementado o Plano Emergencial de Proteção Territorial, programas indispensáveis à viabilidade da obra da UHE Belo Monte tornaram-se retóricos.

Mas o cenário é ainda pior! Além de não ter entregue as Unidades Territoriais necessárias à viabilidade da obra, a Norte Energia modificou o projeto inicial, sem aprovação da FUNAI. De modo que hoje pode-se afirmar que as Unidades de Proteção que deveriam estar em pleno funcionamento orquestrando uma proteção integrada das várias TIs, sequer tiveram seu projeto aprovado. A FUNAI é inequívoca:

"[...] o projeto arquitetônico das UPTs (bases e postos) elaborados por eles e aprovados pela DPT no ano passado foi modificado por solicitação da própria empresa que alegou estarem superdimensionados. Apenas em 21/11/2012, via CE 0564/2012, a Norte Energia enviou para apreciação os novos projetos. No entanto, conforme Ofício expedido pela DPT (Ofício 1198/DPT/2012 de 04/12/2012), estes projetos foram enviados sem o memorial descritivo e estão diferentes dos propostos inicialmente. Desta forma, não foi possível avaliá-los. [...]"

Menciona-se que oficialmente o projeto das BOs ainda não foi aprovado pela FUNAI [...]

Além disso, gostaria de deixar registrado que considero que a proposta da Norte Energia em transformar as estruturas das Bos provisórias em fixas não é tecnicamente viável e recomendável, uma vez que: há diversos relatórios das equipes das Bos provisórias informando a fragilidade das mesmas. As Bos provisórias são feitas de estruturas de contêineres construídos justamente para serem utilizados por tempo determinado, diferente de uma BO ou PV fixo que é construída de alvenaria e que possui características adequadas para região amazônica". (Informação Técnica n. 13 CGMP/DPT/FUNAI - fev/2013) grifamos



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira



2012

O quadro é o seguinte: o empreendedor apenas se preocupou em iniciar o cumprimento das obrigações relativas às Unidades de Proteção após a ocupação do canteiro de obras do Sítio Pimental por indígenas, em outubro de 2012.

Agora, no pico da obra, simplificando os projetos iniciais, sem respaldo do órgão responsável, a empresa está executando a ação de modo irregular, em padrão inferior ao exigido para, ao fim, sustentar o cumprimento da condicionante no fato consumado.

Excelência, em situações como essas, é necessário esforço mental para recordar que estamos a tratar do empreendedor do que pretende ser a maior obra do Brasil e a terceira maior hidrelétrica do mundo.

4. Do cenário atual de vulnerabilidade das TIs – confirmação dos prognósticos

As ações de proteção territorial contemplam 10 Terras Indígenas, localizadas na área impactada pela UHE Belo Monte: Apyterewa, Arara, Arara da Volta Grande do Xingu, Araweté do Igarapé Ipixuna, Cachoeira Seca, Juruna do Km 17, Kararaó, Koatinemo, Paquiçamba e Trincheira do Bacajá, bem como a área de índios isolados, Ituna/Itatá, nas quais existem mais de 30 aldeias.

Todos os estudos etnoambientais da UHE Belo Monte afirmaram a vulnerabilidade desses povos, cujo contato é considerado



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira

recente pela FUNAI, já que a maioria das etnias ali localizadas foi contatada a partir da década de oitenta, a partir da abertura da Rodovia Transamazônica (BR 230). (Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu, fls. 11) ✓

Anexo ao Plano Emergencial de Proteção consta um quadro com a situação de vulnerabilidade dessas terras, bem como um prognóstico do que a obra da UHE Belo Monte acarretaria, caso não adotadas as necessárias e urgentes ações mitigatórias.

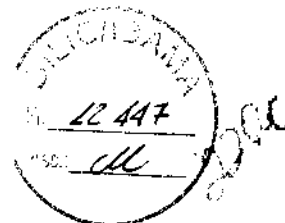
Segundo as previsões do órgão indigenista, a obra seria inviável para os povos indígenas da região. Por isso a necessidade de medidas eficazes! A expectativa era de significativo aumento da extração ilegal de madeira, da presença de madeireiros nas terras indígenas, de conflitos entre indígenas e colonos, da pressão sobre recursos pesqueiros, do estímulo à migração indígena aos núcleos urbanos, do aumento de doenças infecto contagiosas, da vulnerabilidade da organização social, da insegurança da população indígena quanto ao espaço de uso da terra e dos recursos naturais, de atividades garimpeiras ilegais...

Situações que, além de violar o direito dos povos indígenas sobre seus territórios, colocam em risco a própria existência desses grupos. E isso foi inúmeras vezes reconhecido pela FUNAI: "o Plano de Proteção apresentava, como quadro futuro que, caso não houvesse uma intervenção emergencial efetiva e eficaz do Estado na região, o prognóstico para as terras indígenas do Médio Xingu seria desastroso, com o agravamento irreversível da situação existente." (Ofício 145/CR/CLP/FUNAI/2013)

Portanto, os efeitos da não implementação das ações de proteção nada mais são do que a confirmação de um prognóstico sombrio, já



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira



antecipado pelo órgão indigenista responsável pelo licenciamento e por ele mesmo reconhecido:

“como consequência da não implementação efetiva do Plano de Proteção, o quadro previsto no momento da elaboração do Plano de Trabalho está se concretizando e tende a se agravar”. (Memorando 3B2/CR/FUNAI - ago - 2012)

Alguns desses efeitos são notórios, como o é a presença maciça de indígenas em Altamira, suscetíveis a toda ordem de doenças e riscos.

Outros, como a presença de madeireiros nas Terras Indígenas e sua aproximação com as comunidades é fato relatado pelos próprios indígenas, que assistem (e são chamados a cooperar) com a extração de madeira de suas terras. Estudos divulgados pelo IMAZON em 2012 confirmam que:

“a Terra Indígena Cachoeira Seca do Iriri aparece como a terceira Terra Indígena com maior perda absoluta de floresta original entre 2009 e 2011 de toda a Amazônia legal. [...] A intensificação das atividades de extração ilegal de madeira confirma a previsão de aumento da pressão sobre os recursos naturais nas TIs da região, fato que já havia sido previsto pelo próprio órgão indigenista no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), dando origem a condicionantes relativas à desintrusão de Terras Indígenas e ao Plano de Proteção e Fiscalização das TIs no entorno do empreendimento.” (Notícias Socioambientais - Instituto Sócio Ambiental - ANEXO)

Do mesmo modo, a FUNAI:

“têm sido constantes as denúncias de extração ilegal de madeira das terras indígenas localizadas ao longo da transamazônica, principalmente na TI Cachoeira Seca [...] No ano de 2012 recebemos inúmeras denúncias de delitos ambientais; acreditados que algumas destas ilegalidades



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Município de Altamira

poderiam ter sido evitadas caso as UPTs estivessem em funcionamento" (Ofício 145/CR/FUNAI - 2013)

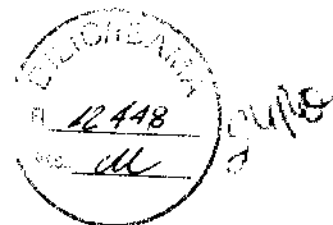
E essa realidade se estende às demais Terras Indígenas:

"Outras áreas, já homologadas e registradas, também têm sofrido grandes pressões, como a TI Arara [...] que, nesses últimos anos, voltou a ser explorada ilegalmente de forma quase contínua. Em 2012, realizamos em conjunto com a Polícia Federal quatro ações de fiscalização, contudo, a rapidez do processo de extração, que dura no máximo uma semana, aliada à ausência de equipes em campo, próximo ao local dos ilícitos, dificulta a autuação em flagrante dos criminosos, e a possibilidade de combate desta prática criminosa. A TI Tríncheira Bacajá também tem sofrido incremento em sua área explorada ilegalmente, principalmente, no norte da TI, área limite a vários projetos de assentamento e grandes fazendas." (Ofício 145/CR/FUNAI - 2013) - grifamos

Do mesmo modo, a enorme área da Tríncheira Bacajá encontra-se totalmente vulnerável, embora seja sabidamente área de fronteira de desmatamento. Os índios, em desespero, solicitam a reavivitação dos limites de suas Terras, o que já deveria estar concluído, se cumprido o Plano de Proteção Territorial.

"Na Tríncheira Bacajá, por exemplo, os servidores da FUNAI e os indígenas verificaram que não é mais possível identificar os limites da Terra Indígena, bem como não há mais placas que identificam a TI e, suspeita-se, os marcos foram retirados e/ou trocados de lugar. [...] a reavivitação dos limites (limpeza de picadas) e instalação das placas no perímetro da TI era, e ainda é, uma ação urgente, que foi, inclusive, solicitada à Norte Energia S/A pela Diretoria de Proteção Territorial da FUNAI, porém, não executada ainda" (Ofício 145/CR/FUNAI - 2013)

Quanto ao aumento da busca pelos recursos minerais



"a TI Trincadeira Bacajá também tem sofrido incremento em sua área explorada ilegalmente, seja através do garimpo do 'Manelão', seja pela abertura de novos garimpos, que têm sido denunciados" (Ofício 145/CR/FUNAI - 2013)

O aumento populacional na região levou, também, à intensificação da demanda pelos recursos pesqueiros nas áreas indígenas.

"fato identificado pela ação desenfreada de pescadores, atravessadores, e os chamados 'regatões', em praticamente todas as aldeias. Tais pessoas têm sido responsáveis pela disseminação do consumo de álcool e drogas ilícitas, além de haver a suspeita de casos de prostituição. [...] Na tentativa de coibir a prática de atravessadores e regatões, em 2012 foi firmado, com apoio do MPF, o Acordo de Pesca para os rios Iriú e Curuá, entre indígenas, ribeirinhos, entre outros, porém, a falta de estrutura e pessoal para o monitoramento deste acordo fizeram este instrumento perder a eficácia." (Ofício 145/CR/FUNAI - 2013) - grifamos

4.1 Das Terras Indígenas da Volta Grande do Xingu

Quanto aos povos indígenas da Volta Grande do Xingu, é sabido que estes mereceram tratamento diferenciado nesse processo de licenciamento, haja vista habitarem a área em que o Rio terá a vazão reduzida, pelo desvio do fluxo hídrico. Daí que, embora a garantia mínima de navegabilidade seja condicionante da obra, foram construídas estradas nessas Terras Indígenas, para permitir o acesso dos índios a Altamira, o que é preocupante, quando considerada a proximidade das Terras do Paquicamba e dos Araras da Volta Grande dos núcleos urbanos.



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira

Por isso, a FUNAI, ao anuir com a Licença de Instalação da obra da UHE Belo Monte, impondo o prazo de 40 dias para implementação do Plano de Proteção Territorial, salientou expressamente que:

"Há que se destacar ainda como condicionantes prioritárias a implementação do Plano de Proteção nas TIs da Volta Grande, estabelecimento do mecanismo de transposição em acordo com as comunidades indígenas e a implementação do controle de monitoramento da vazão" (Ofício 126 PRES/FUNAI - mai/2011) - grifamos

Na exata medida em que o Plano de Proteção Territorial deveria ter sido implementado na Volta Grande do Xingu de modo prioritário, os efeitos da sua não execução têm sido ainda mais desastrosos para esses povos. É o que se depreende do relato de Perito em Antropologia destacado pelo Ministério Público Federal para avallar a situação das Terras Indígenas da Volta Grande do Rio Xingu (Nota Técnica 05/2013 - ANEXA):

"[...] o cenário que eu encontrei na TI Paquicamba quatro anos após ter estado lá pela primeira vez foi desolador".

"[...] os índios denunciam a retirada de madeira dentro da Terra Indígena Paquicamba [...]"

"[...] sobre os efeitos da abertura da estrada, que se deu há seis meses, relatam que alterou completamente as relações da comunidade com o entorno. Antes eles não tinham qualquer contato com os moradores dos travessões (ramais da Rodovia Transamazônica) próximos e que agora eles conhecem todo mundo. Os moradores da aldeia adquiriram o hábito de frequentar a Vila mais próxima, conhecida como baixada. [...] O incremento no consumo de bebidas alcoólicas foi significativo desde então [...]"

"Não existe qualquer base de vigilância nas estradas que levam ao interior da TI Paquicamba. A área está totalmente vulnerável. A FUNAI por sua vez não tem presença na área, nem mesmo faz visitas regulares, ao passo que qualquer



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira



“pessoa tem acesso franco aos limites da Terra Indígena e até à própria aldeia, estando os índios completamente expostos a assaltos e outras violências, sentindo-se muito inseguros.”
(Nota Técnica 05/2013/MPF/PRM/MBA/6ºCCR) - grifamos

Excelência, se o objetivo das ações mitigadoras era evitar o agravamento da vulnerabilidade dos povos indígenas à desagregação social e a toda sorte de ilícitos, o que se verifica é o constante assédio de madeireiros, pescadores, garimpeiros, entre outros, à lideranças e outros indígenas, que são levados, muitas vezes, a permitir a prática de crimes ambientais em troca de bebidas alcoólicas, drogas ilícitas ou mesmo benefícios materiais irrisórios.

E, a “entrada de pessoas não autorizadas nas terras indígenas, como missionários, políticos, empresários, comerciantes, e todo tipo de pessoas que têm assediado as comunidades indígenas, agravando a situação de vulnerabilidade das mesmas, especialmente os povos de recente contato (assim considerados os povos Arara da Cachoeira Seca, Araweté e Parakanã), que ainda não possuem pleno domínio dos códigos da sociedade não indígena. Mesmo os povos de contato não tão recente, como é o caso dos Xikrin, estão sofrendo assédio de empresários e outros indivíduos que ingressam livremente nas Tis.”CR

E a conclusão é da própria FUNAI:

“Todos esses ilícitos poderiam ser combatidos, evitados ou minimizados se houvesse, efetivamente, em funcionamento, um plano de ações articuladas de vigilância, controle, prevenção e informação das terras indígenas, como é o Plano Emergencial de Proteção. Especialmente, as 21 (vinte e uma)



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Município de Altamira

07/100

Unidades de Proteção Territorial (UPTs), que ficariam localizadas em pontos estratégicos das terras indígenas e que contariam com a contratação de 112 (cento e doze) agentes pelo empreendedor, treinados, capacitados conforme orientação da FUNAI." (Ofício 145/CR/FUNAI - 2013)

É inevitável a conclusão de que o quadro atual, de concretização dos prognósticos que impuseram o condicionamento da obra da UHE Belo Monte a ações emergenciais de mitigação, serve como atestado da inviabilidade do empreendimento hidrelétrico, da forma como o empreendedor optou por executá-lo.

5. Das consequências jurídicas do descumprimento

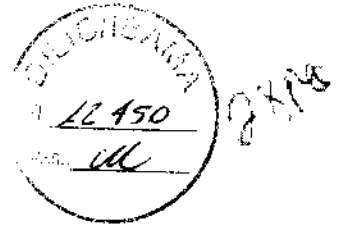
As consequências jurídicas do descumprimento acima descrito extraem-se das normas – específicas e genéricas – que regem o processo de licenciamento da UHE Belo Monte.

As condicionantes analisadas, como visto, derivam do direito dos povos indígenas de usufruir com exclusividade de seus territórios e de se reproduzir segundo seus usos e costumes, assegurados pela Constituição Federal e pelas normas internacionais protetivas, plenas de força normativa.

Deste modo, antes de descumprimento de condicionante, é de ofensa a direitos fundamentais que estamos a tratar. Mesmo que nada tivesse dito a FUNAI, a situação a que foram lançadas as Terras Indígenas em



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira



decorrência da obra da UHE Belo Monte consolida um quadro de vulnerabilidade extremo, que, pondo em risco a sobrevivência de grupos étnicos merecedores de proteção, ofende direitos inalienáveis desses povos.

Não bastasse isso, no plano normativo infraconstitucional, a Política Nacional do Meio Ambiente, prevista na Lei 6.938/81 e regulamentada pelo Decreto 99.274/90 e pelas Resoluções 01/86, 06/87 e 237/97 do CONAMA, dispõe que o processo de licenciamento ambiental é sustentado em condicionantes, cujo descumprimento é motivo para suspensão ou cancelamento da licença.

Art. 19. O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;

III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde. (grifamos)

Ademais, a norma específica para o caso em exame - a Licença de Instalação da UHE Belo Monte, emitida pelo IBAMA em 01/06/2011 - é expressa ao dispor que a sua emissão:

"está condicionada ao cumprimento das condicionantes constantes no verso deste documento, que deverão ser atendidas dentro dos respectivos prazos estabelecidos e dos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são parte integrante deste documento".

E, quanto ao componente Indígena, essa licença se sustenta na anuência da FUNAI, prevista no Parecer Técnico 21, e no Ofício 126/PRES/FUNAI. Anuência esta, condicionada ao cumprimento de ações



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira

mitigatórias, especialmente de Proteção às Terras Indígenas, e prioritariamente das TIs da Volta Grande do Xingu.

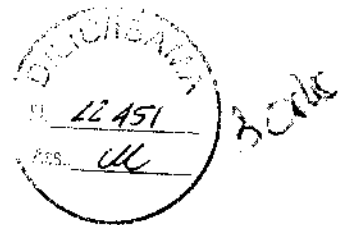
E, do ato mediante o qual a FUNAI manifesta-se pelo concessão da Licença de Instalação, consta expressa e inequivocamente que o descumprimento de qualquer daquelas condicionantes, "implicará na suspensão compulsória da anuência da FUNAI para o licenciamento ambiental do empreendimento". (Ofício 126 PRES/FUNAI - mai/2011)

Considerando que a FUNAI é o órgão federal responsável pela análise e acompanhamento do componente indígena – referente a todos os estudos, medidas de mitigação, de compensação e/ou indenizações – que envolvam as comunidades e terras indígenas ao longo do Processo de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos (Lei 5.371/67), e considerando todo o exposto, é certo que a FUNAI, neste processo, além de impor obrigações condicionantes, já se manifestou inequivocamente: 1. quanto ao grave e amplo descumprimento das condicionantes de Implementação do Plano de Proteção Territorial; 2. quanto à consequente suspensão compulsória da anuência da FUNAI para o licenciamento, caso descumpridas as condições impostas e; 3. quanto à materialização do prognóstico de prejuízo irreversível.

Porém, o órgão indigenista não adota medida adequada para exigir do empreendedor a execução das obrigações e se omite em manifestar-se quanto às consequências jurídicas do descumprimento. Neste ponto, ressalte-se que o Memorando 382/GAB/CRBEL/FUNAI narrando amplo descumprimento do Plano Proteção Territorial data de agosto de 2012. Do mesmo modo, o Ministério Público Federal requisitou da FUNAI, sem resposta.



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira



"informações sobre as medidas adotadas pela FUNAI com relação ao empreendedor, bem como com relação à anuência concedida à Licença de Instalação da obra da UHE Belo Monte, que restou condicionada à implementação deste Plano em 40 dias contados da emissão da licença, em 26 de janeiro de 2011". (PRM/ATM/GAB 1/Nº 0395/2013 - ANEXO)

Do mesmo modo, o IBAMA, no Parecer de análise de atendimento das condicionantes da UHE Belo Monte, nem mesmo faz referência à necessidade de avaliação conclusiva da FUNAI e silencia com a mera descrição do empreendedor.

"Funai: A Norte Energia descreveu junto ao 2º Relatório as ações realizadas até o momento para atendimento do que se pede no Parecer Técnico 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI e Ofício 126/2011/PRES-Funai." (PARECER 168/2012)

Excelência, no caso em tela: 1. demonstrado direlto fundamental inalienável e inderrogável dos povos indígenas; 2. demonstradas obrigações do empreendedor, que sustentam a viabilidade do empreendimento; 3. Demonstrado o completo descumprimento das referidas obrigações; 4. Demonstrados os danos irreversíveis que se afiguram; emerge pressuposto suficiente para o reconhecimento da inviabilidade do empreendimento hidrelétrico de Belo Monte aos povos indígenas da região, enquanto não implementado as condicionantes de Proteção Territorial.

Uma vez presente este pressuposto, o desafio que a obra da UHE Belo Monte apresenta ao Estado de Direlto Brasileiro é marca do silêncio dos agentes de controle, face à necessidade de imposição das devidas consequências jurídicas: a suspensão da anuência do órgão indigenista para o prosseguimento do licenciamento ambiental e a suspensão



3202

da Licença de Instalação da UHE Belo Monte, até que seja viabilizado o empreendimento para os povos indígenas afetados, com a implementação do Plano Emergencial de Proteção Territorial.

Excelência, ou as normas jurídicas têm força normativa apta a impor sua aplicabilidade, ou somos forçados a admitir que as condicionantes da obra da UHE Belo Monte não passam de enunciados retóricos que nos lançam a uma realidade em que tudo é possível.

6. Da necessidade de medida liminar

A Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85), no seu art. 12, possibilita a concessão de medida liminar, o que, no presente caso, mostra-se imprescindível, ante a relevância dos fundamentos da demanda (*fumus boni juris*) e o justificado receio de ineficácia do provimento final (*periculum in mora*).

No que tange ao *fumus boni juris*, os elementos trazidos aos autos revelam sustentação jurídica suficiente para amparar decisão liminar. Vejamos.

Quanto às *obrigações do empreendedor*, as licenças expedidas pelo IBAMA remetem diretamente às conclusões da FUNAI, que condicionam a viabilidade da obra a ações prévias de Proteção Territorial. Essas ações foram materializadas em Plano de Trabalho emergencial, de cumprimento obrigatório.



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira



H/O

Quanto ao *descumprimento das obrigações condicionantes*: a Presidência da FUNAI, a Diretoria de Proteção Territorial da FUNAI e Coordenação Regional do Médio Xingu/Altamira manifestarem-se formal e inequivocamente quanto à não implementação do Plano Emergencial de Proteção.

Quanto à *execução irregular da obrigação*: há manifestação inequívoca da FUNAI quanto à não aprovação dos projetos que estão sendo executados, o que, inclusive reafirma o descumprimento da obrigação.

No que se refere à urgência da medida, o justificado receio de ineficácia do provimento final (*periculum in mora*) se depreende do próprio perfil da obrigação descumprida. Tratamos de ação mitigadora antecipatória, que deveria ter se efetivado antes do início da obra, imediatamente após a assinatura do contrato de concessão, com o objetivo de evitar as vulnerabilidades que certamente adviriam.

Não efetivadas as ações, a situação antevista se materializa e os povos indígenas são hoje lançados à zona limítrofe de um irreversível etnocídio. O aumento do desmatamento, a presença crescente de não índios nas aldeias, a cooptação e dependência dos indígenas a madeireiros e *regatões*, o temor de circular pelas Terras, o perigo de confronto com colonos, os furtos nas aldeias, o abandono das Terras Indígenas e a presença constante dos índios em Altamira, a abertura de estradas sem qualquer controle de entrada, a não reavivenciação dos limites, são apenas alguns exemplos da brutalidade que a construção da hidrelétrica impõe sobre esses povos, impedidos de se reproduzir culturalmente em seus territórios.



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira

3300

O risco de Irreversibilidade do quadro que hoje se materializa foi anunciado nos Estudos de Impacto Ambiental da UHE Belo Monte, nos estudos do componente Indígena realizados pela FUNAI (Parecer Técnico 21) e consta de manifestação da Coordenadora Regional da FUNAI:

"há um sério risco de que, mesmo que ainda seja implementado, torne-se ineficaz para o alcance dos resultados previstos, uma vez que foi formulado para prevenir/evitar/controlar/mitigar impactos que já se concretizaram, sendo que alguns ameaçam se tornar irreversíveis". (Ofício 145/CR/FUNAI - 2013)

Deste modo, presentes esses elementos, requer deste d. Juízo a imediata concessão de medida liminar para:

1. Reconhecer a ineficácia da anuência da FUNAI para a Licença de Instalação da UHE Belo Monte, até que sejam executadas ações indispensáveis à implementação do Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas do Médio Xingu;
2. Suspender compulsoriamente a Licença de Instalação da UHE Belo Monte, até que sejam executadas ações indispensáveis à implementação do Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas do Médio Xingu;
3. Determinar à Norte Energia S.A que se abstenha de executar as obras das Unidades de Proteção Territorial em



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira



39/10

padrões diversos do pactuado no Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas do Médio Xingu, não autorizados pela FUNAI, sob pena de responsabilização pessoal do gestor pelas despesas necessárias para reexecução das obras;

4. Determinar à Norte Energia S.A que execute imediatamente as ações essenciais à implementação do Emergencial de Proteção das Terras Indígenas do Médio Xingu, consistentes em:

4.1 Construir as 21 Unidades de Proteção Territorial;

4.2 Contratar 112 agentes para atuar nas UPTs;

4.3 Capacitar os 112 agentes e 50 indígenas, para atuarem nas ações e proteção territorial e ambiental.

Sob pena de ser mantida ineficaz indefinidamente a anuência da FUNAI para a Licença de Instalação do empreendimento;

5. Determinar que seja imposta à Norte Energia S.A a imediata obrigação de fazer, consistente em aviventar as picadas dos limites das 11 Áreas Indígenas afetadas, bem como instalar placas a cada três Km nos perímetro dessas terras, sob pena de multa diária.

6. Determinar à FUNAI que apresente novo cronograma para o cumprimento das ações de proteção que deverão ser



35/18

executadas imediatamente após a implementação das Unidades de Proteção Territorial.

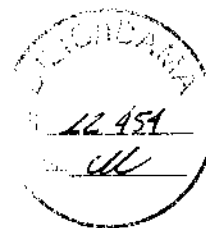
7. Dos Pedidos

Tendo em vista o exposto, o Ministério Público Federal requer a citação dos requeridos para que contestem a presente demanda, sob pena de revella, para que ao final seja confirmada a medida liminar, sendo julgada procedente a presente ação e deferidos em definitivos os pedidos, para:

1. declarar a inviabilidade do empreendimento da UHE Belo Monte para os povos indígenas afetados, em razão do amplo descumprimento da condicionante de Proteção das Terras Indígenas;
2. Reconhecer a ineficácia da anuência da FUNAI para a Licença de Instalação da UHE Belo Monte, até que sejam executadas ações indispensáveis à implementação do Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas do Médio Xingu;
3. Suspender compulsoriamente a Licença de Instalação da UHE Belo Monte, até que sejam implementadas as ações acima referidas;



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira



9/11/12

4. Determinar à Norte Energia S.A que se abstenha de executar as obras das Unidades de Proteção Territorial em padrões diversos do pactuado no Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas do Médio Xingu, não autorizados pela FUNAI, sob pena de responsabilização pessoal do gestor pelas despesas necessárias para reexecução das obras;

5. Determinar à Norte Energia S.A que execute imediatamente as ações essenciais à implementação do Emergencial de Proteção das Terras Indígenas do Médio Xingu, consistentes em:

5.1 Construir as 21 Unidades de Proteção Territorial;

5.2 Contratar 112 agentes para atuar nas UPTs;

5.3 Capacitar os 112 agentes e 50 indígenas, para atuarem nas ações e proteção territorial e ambiental.

Sob pena de ser mantida ineficaz indefinidamente a anuência da FUNAI para a Licença de Instalação do empreendimento;

6. Determinar que seja imposta à Norte Energia S.A a imediata obrigação de fazer, consistente em aviventar as picadas dos limites das 11 Áreas Indígenas afetadas, bem como instalar placas a cada três Km nos perímetro dessas terras, sob pena de multa diária.



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Altamira

7. Determinar à FUNAI que apresente novo cronograma para o cumprimento das ações de proteção que deverão ser executadas imediatamente após a implementação das Unidades de Proteção Territorial.

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos.

Dá-se à causa o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para efeitos fiscais.

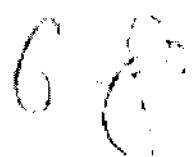
Termos em que espera deferimento.

Altamira, 19 de abril 2013.


THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA
Procuradora da República

MELIZA ALVES BARBOSA
Procuradora da República

UBIRATAN CAZETTA
Procurador da República


FELÍCIO PONTES JR.
Procurador da República



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ



CLASSE : 7100 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
PROCESSO : 655-78.2013.4.01.3903
AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RÉUS : NORTE ENERGIA S. A E OUTROS

DECISÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL ajuizou a presente ação civil pública, com pedido de liminar, contra a NORTE ENERGIA S. A. (NESA), a FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) e o INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA), pretendendo obter, em suma:

a) o reconhecimento da ineficácia da anuência da FUNAI para a Licença de Instalação da UHE Belo Monte, até que sejam executadas as ações indispensáveis à implementação do Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas do Médio Xingu;

b) a suspensão compulsória da Licença de Instalação do aludido empreendimento até o atendimento das medidas necessárias à implantação do referido plano emergencial;

c) que seja determinada à NESA se abster de executar obras em desacordo com o estabelecido no dito plano emergencial;

d) que seja determinada à NESA a execução imediata de ações essenciais à implementação do Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas do Médio Xingu, impondo-a a obrigação de construir 21 Unidade de Proteção Territorial, contratar 112 agentes para atuarem nestas unidades e capacitá-los.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ



assim como outros 50 indígenas para atuarem para atuarem nas ações de proteção territorial e ambiental, sob pena de ineficácia da Licença de Instalação do empreendimento hidrelétrico de Belo Monte;

e) que se imponha obrigação de fazer à NESA consistente em aviventar as picadas dos limites das 11 áreas indígenas afetadas, bem como instalar placas a cada 03 Km nos perímetros dessas terras;

f) determinar à FUNAI que apresente novo cronograma para o cumprimento das ações de proteção que deverão ser executadas imediatamente após a implementação das Unidade de Proteção Territorial.

Alega em síntese que os requeridos e, sobretudo a NESA, não estariam observando a condicionante de número de 2.20, item "a" da Licença de Instalação n. 795/2011, segundo o qual a empreendedora da UHE Belo Monte deveria cumprir ao disposto no Ofício n. 126/PRES-FUNAI que cuida da necessidade de adoção de medidas necessárias ao atendimento de algumas condicionantes indígenas, entre elas a implementação do Plano de Proteção das Terras Indígenas a serem afetadas pelo empreendimento.

Com base nisso, sustenta o pedido de concessão da medida liminar.

Em decisão de fls. 258/261, o Juízo da Subseção Judiciária de Altamira, onde o feito fora inicialmente proposto declinou da competência para esta 9ª Vara,

Neste juízo, não se vislumbrando periculum de dano foi determinada a prévia intimação dos requeridos para se manifestarem acerca do pedido liminar (fl. 270). Antes de serem ouvidos, contudo, o MPF atravessou petição (fls. 275/276), juntando os documentos de fls. 277/330.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ



O IBAMA manifestou-se as fls. 333/336 aduzindo que as condicionantes indígenas ora objeto de discussão não são de sua responsabilidade, vez que atuaria no caso como mero condutor do processo de licenciamento quanto a tais condicionantes. Não obstante isso, pugnou pelo indeferimento do pleito liminar sob a alegação da presença do *periculum in mora inverso*, sustentando que eventual concessão da medida que implicasse na paralisação das obras de construção da hidrelétrica implicaria também na inexecução de outras tantas condicionantes em execução, o que causaria incalculáveis impactos sociais e ambientais.

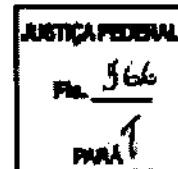
A FUNAI limitou-se a requerer a prorrogação de prazo para manifestação acerca da execução das ações a cargo da NESA relativamente ao cumprimento da condicionante de implantação do Plano de Proteção das Terras Indígenas (fls. 339), sendo certo que mesmo depois não mais houve manifestação da FUNAI nestes autos.

A NESA manifestou-se as fls. 360/410, suscitando, preliminarmente o reconhecimento de litispendência ou conexão com a Ação Civil Pública n. 18026-35.2011.4.01.3900, pois nesta última ação também se estaria discutindo as condicionantes indígenas ora repedidas nestes autos pelo MPF.

Quanto ao mérito da pretensão liminar sustentada, em resumo, que diferentemente do que fora alegado na exordial, estão sendo tomadas as medidas para a implantação do Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas do Meio Xingu e que após diversas tratativas com a FUNAI já implantou 06 Unidades de Proteção Territorial. Quanto à obrigação de contratação de pessoal para atuarem nas ditas unidades de proteção, sustentada não ser de sua atribuição esse encargo, o que estaria sendo objeto de discussão com a FUNAI.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ



No mais, arrima-se na presunção de legitimidade do ato de concessão da Licença de Instalação n. 795/2011 e na ausência do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*, imprescindíveis à concessão da medida liminar requestada pelo MPF.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

Fundamento e decido.

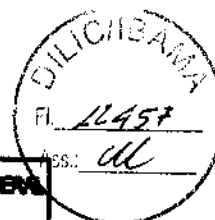
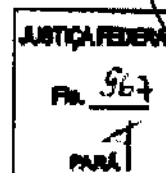
De início devem ser afastadas as preliminares de litispendência e continência suscitadas pela NESA. É que muito embora o MPF tenha manejado anteriormente outra Ação Civil Pública (Proc. nº 18026-35.2011.4.01.3900) discutindo o processo de licenciamento da UHE Belo Monte, é certo que as causas de pedir diferem uma da outra.

Na ação ajuizada anteriormente (Proc. nº 18026-35.2011.4.01.3900), o MPF objetiva a declaração de nulidade da Licença de Instalação nº 795/2011; que seja imposta à NESA obrigação de fazer no sentido de que cumpra todas as condicionantes previstas na até então Licença Prévia nº 342/2010 e; que seja imposta ao IBAMA obrigação de não fazer, a fim de que se abstenha de emitir uma nova Licença de Instalação para a UHE Belo Monte, enquanto as condicionantes da LP nº 342/2010 não forem cumpridas integralmente pela NESA.

Como causa de pedir nesta ação consta que o IBAMA teria emitido a Licença de Instalação sem que a NESA tivesse cumprido as condicionantes previstas na Licença Prévia, entre elas as condicionantes indígenas relacionadas à demarcação e desintrusão de algumas terras indígenas localizadas em volta do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ



empreendimento hidrelétrico.

Por outro lado, na vertente demanda, o MPF argúi como causa de pedir o não cumprimento de uma condicionante específica relacionada a não implantação e/ou implantação insatisfatória do Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas do Médio Xingu, que visa dentre outras metas, a construção de Unidades de Proteção Territorial e contratação de pessoal para nelas atuarem no monitoramento e defesa das terras indígenas do Médio Xingu. O pedido ou objeto da demanda é basicamente que seja suspensa a eficácia da Licença de Instalação nº 795/2011 e que se imponha à NESA obrigação de fazer para que construa as Unidades de Proteção Territorial e contrate o pessoal que nelas irão atuar e que se abstenha de construir as ditas unidades em desacordo com os padrões pactuados com a FUNAI.

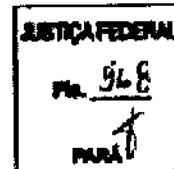
Logo se percebe que as causas de pedir de uma e outra ação são diferentes, sendo o da vertente ação específico em relação àquela ajuizada anteriormente pelo MPF. Ou seja, enquanto na ação ajuizada anteriormente (Proc. 18026-35.2011.4.01.3900) a causa de pedir está relacionada ao não cumprimento de condicionantes indígenas genéricas relativas à demarcação e desintrusão das terras indígenas afetadas pelo empreendimento, nesta, a causa de pedir relaciona-se a não construção e/ou construção irregular das Unidades de Proteção Territorial a que se refere o Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas do Meio Xingu.

As causas de pedir, portanto, são diferentes.

Quanto ao objeto, também se verifica serem diversos. Enquanto na primeira ação (Proc. nº 18026-35.2011.4.01.3900) objetiva-se a imposição de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ



obrigação de fazer à NESA para que cumpra todas as condicionantes previstas na Licença Prévia nº 342/2010, que nem mais existe em razão de ter sido sucedida pela Licença de Instalação nº 795/2011, nesta outra pretende-se que se imponha à NESA de obrigação de fazer e não fazer relacionada à implementação do Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas do Meio Xingu, sendo esta uma condicionante da LI nº 795/2011.

Nota-se assim que relativamente à NESA, as causas de pedir e objetos das ações são diversos, não sendo possível o reconhecimento da litispendência que consoante vetusta lição do § 2º do art. 301 do CPC pressupõe identidade de partes, de causa de pedir e de pedido, ou seja, a reprodução de ação anteriormente ajuizada, o que não se verifica na espécie.

Incabível também o reconhecimento da continência, que exige para a sua ocorrência, a identidade de partes e de causa de pedir, conforme preceitua o art. 104, CPC, o que não também não ocorre no caso já que demonstrado que as ações ostentam causa de pedir diversas.

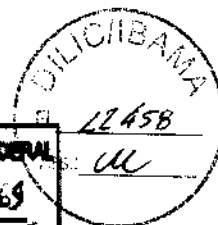
Com supedâneo nessas razões, hei por bem rejeitar as preliminares de litispendência de continência suscitadas pela NESA.

Quanto ao mérito da pretensão liminar, em análise perfunctória da querela ora posta em juízo, vislumbro a possibilidade de concessão da medida requestada, contudo, não na extensão pretendida pelo parquet. Explico.

É que relativamente aos pedidos de suspensão compulsória da LI 795/2011 e de reconhecimento da ineficácia da anuência da FUNAI para a referida licença de instalação até que sejam implementadas as ações do Plano



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ



Emergencial de Proteção das Terras Indígenas, não se vislumbra presente o requisito do *fumus boni iuris* necessário à concessão da medida de urgência.

Com efeito, as medidas relacionadas ao plano emergencial de proteção das terras indígenas afetadas pelo empreendimento hidrelétrico constituem apenas uma pequena parte das inúmeras condicionantes indígenas que integram a licença de instalação concedida à NESÁ, sendo certo que afora as condicionantes indígenas existem ainda inúmeras outras consignadas na licença de instalação do empreendimento.

Só para se ter uma idéia, basta verificar que a condicionante nº 2.20, letra "a" da LI nº 795/2011 impõe à NESÁ a obrigação de atender ao disposto no Ofício nº 126/PRES-Funal (fls. 104/105) que por sua vez se reporta a várias outras condicionantes indígenas, entre elas a de implementação de Plano Proteção de suas terras.

Assim, ao que parece, o não cumprimento de uma condicionante indígena específica ou o seu cumprimento parcial não constitui motivo idôneo a ensejar a suspensão da licença de instalação do empreendimento, sobretudo, se considerarmos que a referida licença apresenta outras inúmeras condicionantes não relacionadas aos índios, tais como aquelas voltadas para questões de saúde, saneamento, educação, preservação dos ecossistemas da região e tantas outras.

Ressalto ainda que o pleito formulado pelo Ministério Público Federal, no sentido de suspensão da LI 795/2011 até que sejam executadas as ações de implementação do Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas, além de não ser razoável, enseja a intervenção judicial indevida em sede de política pública estratégica para a Nação, com a configuração de periculum in



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ



mora inverso, como bem já sedimentado pelos tribunais pátrios que apreciaram o tema. Nesse sentido destaca o teor do voto do Desembargador Federal Olindo Menezes, do TRF da 1ª Região:

A interferência da atividade jurisdicional em políticas públicas, nas atribuições específicas e privativas da Administração, implicando não raro alterações na condução do planejamento da sua atuação, tema desafiante e de grande atualidade, deve ser feita com critério e prudência, de forma pontual e calcada em dados objetivos e técnicos que justifiquem a intervenção judicial. Com a devida vênia da divergência, não deve e não pode o Judiciário substituir-se ao Executivo nas escolhas diretas de política governamental, naquilo que representa a sua atuação institucional, que envolve conveniência e oportunidade, sob pena de violação da Constituição Federal quando traça a engenharia tripartite do exercício do poder. (Excerto do voto do Desembargador Federal Olindo Menezes, relator do Ag. Reg. na SL 224874720104010000/PA)

Na mesma linha de entendimento, a decisão exarada pela Min. Ellen Gracie, do STF, na SL 125/PA:

(...) é também relevante o argumento no sentido de que a não-viabilização do empreendimento, presentemente, compromete o planejamento da política energética do país e, em decorrência da demanda crescente de energia elétrica, seria necessária a construção de dezesseis outras usinas na região com ampliação em quatorze vezes da área inundada, o que agravaria o impacto ambiental e os vultosos aportes financeiros a serem despendidos pela União.

Acresce ainda, no tocante ao pedido de reconhecimento de ineficácia da FUNAI para a instalação da UHE Belo Monte, que eventual determinação nesse sentido ensejaria indevida intromissão do Judiciário em ato discricionário da referida entidade pública, responsável legal pela tutela dos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

JUSTIÇA FEDERAL
Fl. 971
PARÁ



Índios no processo de licenciamento do empreendimento hidrelétrico em liça, sendo certo que por se tratar de ato discricionário, o seu aval ao dito empreendimento só seria passível de revisão judicial caso fosse constatada manifesta ilegalidade no ato de concessão do seu assentimento, o que, por ora, não está demonstrado nos autos.

Por outro lado, no que concerne à pretensão de imposição de obrigação de fazer e não fazer à NESA e à FUNAI, constato estarem presentes os requisitos autorizadores de concessão dessas medidas.

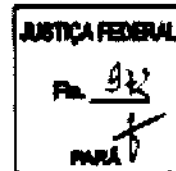
De efeito, a Magna Carta de 1988 concedeu primazia aos índios relativamente aos direitos originários sobre as terras por eles habitadas, consoante art. 231 de nossa Carta Política, de modo que o desenvolvimento de qualquer empreendimento nos limites dessas terras, ainda que de interesse nacional (§ 3º do art. 231), deve necessariamente ser precedido da oitiva das comunidades afetadas e de autorização do Congresso Nacional, além, obviamente, de estudos de impactos nessas áreas com o apontamento das medidas mitigadoras desses impactos.

Foi com esse propósito que por ocasião das tratativas que antecederam a construção da UHE Belo Monte, como exigência da FUNAI no interesse das comunidades afetadas pelo empreendimento hidrelétrico, que estabeleceram-se uma série de condicionantes mitigadores dos impactos nessas comunidades, entre elas, a implantação de um plano voltado para a proteção das terras dessas comunidades indígenas no Meio Xingu.

A exigência de um Plano de Proteção das Terras Indígenas constou originalmente no Parecer Técnico 21/FUNAI (fls. 53/102) e integrou a Licença



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ



Prévia nº 342/2010 (fls. 40/44). Posteriormente, o cumprimento dessa exigência restou postergado para a fase da Licença de Instalação (LI nº 795/2011), fase na qual o empreendimento se encontra na atualidade.

Como forma de materializar esse plano, a NESA firmou com a FUNAI um a Termo de Compromisso assinado em 15.09.2010, constante de dois Planos de Trabalho, onde comprometeu-se, no prazo de 02 (dois) anos, a adotar ações de proteção das terras indígenas afetadas pelo empreendimento (Plano de Trabalho nº 2).

A partir de então, como parte integrante das condicionantes indígenas, a FUNAI elaborou o Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas do Médio Xingu (fls. 116/146), incluindo a exigência de construção de 21 (vinte e uma) Unidades de Proteção Territorial, sendo 07 (sete) Bases Operacionais e 14 (quatorze) Postos de Vigilância. Sobre essas Unidades de Proteção Territorial, colhe-se do Plano Emergencial o seguinte:

B.1.1. Quantificação e localização das unidades

Para quantificar e priorizar a estruturação das unidades fixas por áreas de monitoramento foi avaliado o nível de avanço das frentes de ocupação sobre as áreas indígenas, considerando a distribuição do desmatamento acumulado, das estradas vicinais e dos focos de calor, bem como, a proximidade com empreendimentos sinérgicos a UHE Belo Monte.

Assim, chegou-se a um valor de 07 (sete) bases operacionais e 14 (quatorze) postos de vigilância totalizando 21 (vinte e uma) unidades fixas de proteção territorial para monitorar 11 terras indígenas (incluindo a TI Ituna/Itatá).

A escolha do local das unidades fixas foi definida a partir de uma criteriosa avaliação dos pontos críticos do conjunto de Tis. Esta avaliação foi realizada juntamente com a FPEMX que informou a demanda local das comunidades indígenas e da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ



própria avaliação dos técnicos, além de dados coletados em campo

As unidades estão situadas dentro das TIs, próximas aos seus limites e, de preferência, distantes das aldeias, visando não alterar a rotina das comunidades indígenas, e sim, cumprir a função do Estado de proteger e garantir às comunidades o usufruto de suas terras.

O referido Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas, a par de ter previsto a construção das Unidades de Proteção Territorial com suas respectivas localizações, estrutura física de construção e funcionamento, previu ainda a exigência de contratação de pessoal para atuar nessas unidades, fazendo referência em que todas as Bases Operacionais teriam servidores da FUNAI que trabalhariam em conjunto com aqueles das equipes a serem contratadas pelo Empreendedor (item 8.1.4). Dessa forma, além de servidores da FUNAI, o Plano Emergencial prevê a contratação, pelo empreendedor, de pessoal necessário ao funcionamento das Unidades de Proteção, no total de 112 pessoas a serem alocadas nessas unidades conforme estipulado pelo Plano Emergencial em questão.

Deve-se esclarecer, entretanto, que não se incluem entre esse pessoal a ser contratado pela NESA os agentes e servidores públicos, vez que estes só podem ser integrados nos cargos públicos pela realização de concurso público de provas e títulos, conforme preceitua o inciso II do art. 37 da CRFB/88, o que, por certo, não compete a um ente privado como a NESA.

No mais, o Plano Emergencial prevê também a obrigação de aviventação e limpeza dos limites das terras indígenas, além da instalação de placas de indicação de terra indígena a cada 3 Km de perímetro de limite fluvial



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ



e/ou de linha seca ou limite terrestre.

Como bem se percebe, essas obrigações constam expressamente no Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas do Médio Xingu, como parte integrante das condicionantes indígenas previstas na Licença de Instalação (LI 795/2011, expedida em favor da NESA, devendo, portanto, serem cumpridas.

Ocorre que decorridos mais de 02 (dois) anos da celebração do Termo de Compromisso com a FUNAI e da elaboração do Plano Emergencial de socorro às comunidades indígenas afetadas pelo empreendimento, a própria NESA informa em sua manifestação acerca do pedido liminar que não cumpriu integralmente estas obrigações, tendo construído apenas 06 (seis) Unidades de Proteção, sendo que estas, segundo o MPF, teriam sido construídas em desacordo com o projeto Inicial.

Esse fato é corroborado pela Nota Técnica n. 01/2013/CGMT-DPT-FUNAI-MJ, juntada pelo MPF as fls. 926/934, onde os técnicos da FUNAI concluem, após vistoria realizada nas 06 (seis) unidades já construídas pela NESA, que estas foram construídas em desacordo com o projeto original e que carecem de readequação, onde constatou-se ainda a não contratação de pessoal pela NESA para atuarem nessas unidades. Esse fato é extraído do Ofício n. 966/DPT/2013 (fls. 924/925), onde a FUNAI faz o seguinte resumo da situação:

(...).

a) O recebimento pela Funai das seis Bases Operacionais (BOs) já construídas precedem de readequações, conforme consta na Nota Técnica nº 01/2013/CGMT-DPT-FUNAI-MJ de 24/09/2013, e que demanda-se a contratação de RH conforme previsto e aprovado no Plano Emergencial e mencionado na IT nº 89/2013/CGMT-DPT-FUNAI-MJ;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 935
PARÁ



b) A construção de novas bases deve ser feita já com os materiais previstos no PEPT e não no material proposto pela Norte Energia e utilizado nas 06 BOs, e, conforme descrito no Relatório de Vistoria 12/2013/CGMT-DPT-FUNAI-MJ;

c) Desta forma, não carece, portanto, de reunião entre técnicos da Funai e Norte Energia para proposta de readequação das bases já construídas. Devendo a Norte Energia seguir as recomendações previstas no Relatório de Vistoria e Nota Técnica nº 01;

d) Quando estiverem concluídas as alterações a Norte Energia deve oficializar a Funai para que faça nova vistoria. Tal encaminhamento é sugerido em decorrência do processo de contingenciamento que estamos enfrentando (Decreto nº 8.062/13), para que as dificuldades orçamentárias enfrentadas pela Funai não obstaculize as ações de competência do empreendedor.

Está caracterizado nos autos, portanto, que NESA não está cumprindo satisfatoriamente o seu encargo concernente à construção das Unidades de Proteção previstas no Plano Emergencial aprovado pela FUNAI, donde resulta a plausibilidade do direito invocado pelo MPF ao pretender que se cumpram as obrigações fixadas pela FUNAI, enquanto ente público responsável pelas condicionantes indígenas previstas na Licença de Instalação n. 795/2011.

O não cumprimento dessas obrigações, inclusive com a contratação de pessoal necessários ao funcionamento das Unidades de Proteção das Terras Indígenas, por certo ofende o desiderato constitucional previsto no art. 231 da CRFB/88, além de constituir ofensa direta ao que fora determinado pela FUNAI como condicionante da Licença de Instalação do empreendimento, contribuindo para submeter as terras indígenas a indesejáveis processos de ocupação por parte de terceiros interessados apenas em explorar as riquezas naturais existentes nessas terras, em detrimento das comunidades indígenas que



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ



tradicionalmente as ocuparam.

Dado o contexto do caso em análise, o *periculum in mora* também está caracterizado, já que o retardamento na adoção das medidas previstas no Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas do Meio Xingu ostenta grande potencial para ocasionar prejuízos irreversíveis às comunidades indígenas afetadas pelo empreendimento hidrelétrico.

Ante o exposto, DEFIRO em parte a medida liminar requestada, determinando que:

- a) A FUNAI presente em juízo, no prazo de 20 (vinte) dias, novo cronograma para o cumprimento das ações de proteção que deverão ser executadas imediatamente pela NORTE ENERGIA após a sua apresentação a mesma;
- b) A NORTE ENERGIA se abstenha de executar as obras das Unidades de Proteção Territorial em padrões diversos do pactuado no Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas do Médio Xingu, não autorizados pela FUNAI;
- c) A NORTE ENERGIA avivente as picadas dos limites das 11 Áreas Indígenas afetadas pelo empreendimento hidrelétrico, bem como instale as respectivas placas de identificação a cada 3 Km nos perímetros dessas terras, conforme estabelecido no Plano Emergencial;
- d) A NORTE ENERGIA, tão logo receba o novo cronograma da FUNAI:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ



d.1) Promova a readequação das Unidades já construídas em desacordo com o Plano Emergencial;

d.2) Dê início às construções das demais Unidades de Proteção Territorial, conforme os padrões estabelecidos no Plano Emergencial;

d.3) Promova a contratação e capacitação do pessoal que irá atuar nessas Unidades de Proteção Territorial, num total de 112 agentes a serem alocados nos termos especificados no Plano Emergencial, cuja contratação deverá ocorrer na medida em que forem concluídas as construções das unidades de proteção (Bases Operacionais e Postos de Vigilância).

Para a FUNAI estabeleço multa diária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na forma do art. 461, §5º do CPC (*astreintes*), em caso de descumprimento da presente decisão, e para a NORTE ENERGIA, multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil) em caso de inobservância das presentes determinações.

Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Belém (PA) 31 de 03 de 2014

Frederico Botelho de Barros Viana
Frederico Botelho de Barros Viana

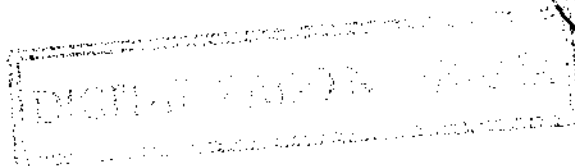
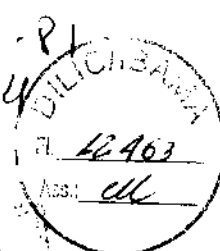
Juiz Federal Substituto da 3ª Vara
respondendo pela 9ª Vara

EMERGENCY



Usina Hidrelétrica Belo Monte

02001.007053/2014 - P1
17.04.14



CE 112/2014 - DS

Brasília, 17 de Abril de 2014

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz M. de Toledo
Diretor Substituto de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1º andar
70.818-900 Brasília – DF

Assunto: Relatório Quinzenal de acompanhamento das Famílias da Vila Santo Antônio

Referência: Resposta a Of. 02001.011364/2013-63 DILIC/IBAMA de 04 de setembro de 2013

Senhor Diretor

1. Em atendimento às recomendações inseridas no Of. 02001.011364/2013-63 DILIC/IBAMA encaminhado a Norte Energia em 06 de setembro de 2013, especificamente com relação ao item:

g) "apresentar, com periodicidade quinzenal, relatório de acompanhamento das famílias de Santo Antônio optantes por reassentamento e estágio de implantação do reassentamento".

2. Encaminhamos, em anexo, Relatório Técnico de Acompanhamento das Famílias Originárias da Vila Santo Antônio, referente ao período de 05/04/14 a 18/04/14.

Atenciosamente,

João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental

ANEXOS:

- ANEXO 1 VSA Relatório acompanhamento social período 04/04 18/04 2014
- ANEXO 2_RT referente ao período 04/04 18/04 2014

AO analista Henrique Silveira para
elaboração de análise de comportamento.

24/4/14

FR

Frederico Queiroga do Amaral
Matrícula nº. 1.512.156
Chefe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA



ANEXO 1 –

VSA Relatório acompanhamento social 04/04 18/04 2014

EM BRANCO



Período das informações: de 05.04.14 a 18.04.1414		Monitoramento
Famílias/ Período	Acompanhamento Quinzenal _ Reassentamento	Acompanhamento Social e psicológico
Amadeu F. Alcoforado (ALV)	Em visita ao senhor Amadeu, este informou que pretende negociar com a Norte Energia a definição de sua situação, uma vez que está descartada a possibilidade de remanejamento em área rural no Km 45, como era de seu interesse. Quanto à situação de sua saúde, o cartão SUS foi liberado - e ele aguarda a chegada do médico em Altamira para realizar exames especializados.	Foi providenciada a emissão do cartão SUS para que ele tenha acesso aos serviços de saúde, uma vez que pretende dar continuidade ao tratamento oftalmológico em Altamira (relata dificuldades para ir a Teresina, pois não conseguiu pessoa de sua confiança para cuidar do comércio). A Equipe de Acompanhamento Social agendou consultas com oftalmologista e neurologista para ele.
Claudemir Lima Pereira (ALV)	Na visita ao senhor Claudemir, foi entregue convite para reunião com a Norte Energia e Defensoria Pública realizada no dia 14.04.14. A reunião foi agendada pela SAF contando com a presença dos proprietários para a assinatura do contrato de aquisição do imóvel pretendido pelo Sr. Claudemir e esposa.	Sua esposa Tiara está trabalhando de servente na Escola Leonardo D'Vinci, quanto à saúde todos estão bem e que continua trabalhando na PMVX -Peti e nas horas vagas no corte de cabelo; seu irmão residindo com a família trabalhando como vigia na Sotreq.
Valdelina Sevenano Lima/ Josiel Benjô Cardoso (ALV)	Em visita realizada a casa da senhora Valdelina, foi reiterada a informação sobre a impossibilidade de ser atendida na Vila dos Trabalhadores, área descartada pela própria Sra. Valdelina por ocasião de reunião com a Defensoria Pública alguns meses atrás. Ela deverá indicar imóvel a ser negociado com a Norte Energia, já que não tem intenção, no momento, de permanecer na Agrovia Leonardo Da Vinci e nem em Belo Monte. Pretende conversar com a Defensoria para resolver sua situação.	Seu esposo foi efetivado na base da Petrobrás com carteira assinada, dessa forma não tem o perfil para acesso ao benefício eventual (cesta básica). Quanto a saúde todos estão bem. Referente à documentação escolar, foi entregue na visita anterior, cópia da ressalva para que a mesma efetue a matrícula, porém a Sra. Valdelina informou que não estudará pois não tem com quem deixar os filhos.
Helena Carmel Benjô (VMA)	Em visita realizada a casa da senhora Helena, foi reiterada a informação sobre a impossibilidade de ser atendida na Vila dos Trabalhadores, área descartada pela própria Sra. Helena por ocasião de reunião com a Defensoria Pública alguns meses atrás. Ela deverá indicar imóvel a ser negociado com a Norte Energia, já que não tem intenção, no momento, de permanecer na Agrovia Leonardo Da Vinci e nem em Belo Monte. Pretende conversar com a Defensoria para resolver sua situação.	Seu esposo foi efetivado na base da Petrobrás com carteira assinada, dessa forma não tem o perfil para acesso ao benefício eventual (cesta básica). Quanto a saúde todos estão bem. Referente à documentação escolar, foi entregue na visita anterior, cópia da ressalva para que a mesma efetue a matrícula, porém a Sra. Valdelina informou que não estudará pois não tem com quem deixar os filhos.
Kelly Gomes da Silva (VMA) Ardilto Souza Albuquerque	Em visita realizada a casa da senhora Kelly, foi reiterada a informação sobre a impossibilidade de ser atendida na Vila dos Trabalhadores, área descartada pela própria Sra. Kelly por ocasião de reunião com a Defensoria Pública alguns meses atrás. Ela deverá indicar imóvel a ser negociado com a Norte Energia, já que não tem intenção, no momento, de permanecer na Agrovia Leonardo Da Vinci e nem em Belo Monte. Pretende conversar com a Defensoria para resolver sua situação.	Seu esposo foi efetivado na base da Petrobrás com carteira assinada, dessa forma não tem o perfil para acesso ao benefício eventual (cesta básica). Quanto a saúde todos estão bem. Referente à documentação escolar, foi entregue na visita anterior, cópia da ressalva para que a mesma efetue a matrícula, porém a Sra. Valdelina informou que não estudará pois não tem com quem deixar os filhos.
Pedro Benjô Carneiro (VMA)	Em visita realizada a casa do senhor Pedro, foi reiterada a informação sobre a impossibilidade de ser atendida na Vila dos Trabalhadores, área descartada pela própria Sra. Pedro por ocasião de reunião com a Defensoria Pública alguns meses atrás. Ela deverá indicar imóvel a ser negociado com a Norte Energia, já que não tem intenção, no momento, de permanecer na Agrovia Leonardo Da Vinci e nem em Belo Monte. Pretende conversar com a Defensoria para resolver sua situação.	Seu esposo foi efetivado na base da Petrobrás com carteira assinada, dessa forma não tem o perfil para acesso ao benefício eventual (cesta básica). Quanto a saúde todos estão bem. Referente à documentação escolar, foi entregue na visita anterior, cópia da ressalva para que a mesma efetue a matrícula, porém a Sra. Valdelina informou que não estudará pois não tem com quem deixar os filhos.
Sergio da Costa Souza (VMA)	Em visita realizada a casa do senhor Sergio, foi reiterada a informação sobre a impossibilidade de ser atendida na Vila dos Trabalhadores, área descartada pela própria Sra. Sergio por ocasião de reunião com a Defensoria Pública alguns meses atrás. Ela deverá indicar imóvel a ser negociado com a Norte Energia, já que não tem intenção, no momento, de permanecer na Agrovia Leonardo Da Vinci e nem em Belo Monte. Pretende conversar com a Defensoria para resolver sua situação.	Seu esposo foi efetivado na base da Petrobrás com carteira assinada, dessa forma não tem o perfil para acesso ao benefício eventual (cesta básica). Quanto a saúde todos estão bem. Referente à documentação escolar, foi entregue na visita anterior, cópia da ressalva para que a mesma efetue a matrícula, porém a Sra. Valdelina informou que não estudará pois não tem com quem deixar os filhos.

As visitas de monitoramento são realizadas mensalmente.

EMBRANCO



ANEXO 2 –

RT_ referente ao período 04/04 18/04 2014

EM BRANCO

RELATÓRIO TÉCNICO

Assunto: UHE BELO MONTE – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS ORIGINÁRIAS DA VILA SANTO ANTÔNIO OPTANTES POR REASSENTAMENTO COLETIVO

Período de Referência: de 05/04/14 a 18/04/2014

Apresentação

Este relatório tem a finalidade atender Ofício IBAMA 02001.011364/2013-63 DILIC/IBAMA encaminhado a Norte Energia S.A em 06/09/13, que recomenda em seu item g). *"Apresentar, com periodicidade quinzenal, relatório de acompanhamento das famílias de Santo Antônio optantes por reassentamento e estágio de implantação do reassentamento"*.

I- Introdução

O Núcleo de Referência Vila Santo Antônio está localizado numa faixa de terra entre o Travessão km 50 da Transamazônica e a margem do Rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, estando na Área Diretamente Afetada- ADA, no trecho de vazão Restituída da UHE de Belo Monte. Quanto à situação fundiária dos imóveis rurais do Núcleo de Referência Rural de Santo Antonio (conforme informações do Projeto Básico Ambiental – PBA), verifica-se que todos são de pequeno porte de características urbanas. Foram constatados nesse núcleo 105 imóveis pertencentes a 80 proprietários/posseiros, 2 arrendatários, 4 agregados e 1 produtor agropecuário. A área total ocupada pelos 105 imóveis é de 59,04 ha, dos quais 49,00 ha são ocupados com vegetação natural. Os lotes variam de 300m² e 1,5 ha. Quanto à situação jurídica nenhum dos imóveis possui documentação regularizada.

Das famílias cadastradas no Cadastro Socioeconômico (CSE), um total de 7 (sete) delas fizeram a opção pelo remanejamento no tratamento de reassentamento coletivo. Estas famílias pleiteiam que o reassentamento coletivo seja construído nas mesmas condições que as famílias optantes viviam na Agrovila Santo Antônio, com igreja, campo de futebol, sede da associação, cemitério, escola e acesso ao Rio Xingu, em área escolhida pela comunidade, no ano de 2011, área esta que compreende toda a Vila dos Trabalhadores. Requerem a realização de outro planejamento da área visitada, com a construção do reassentamento coletivo para as famílias de forma separada e distinta da Vila dos Trabalhadores.

Visando atender ao pleito dos assistidos, e de forma condicionada à efetiva realização de uma composição amigável, a Norte Energia S.A. dispõe-se a readequar alguns pontos do projeto do reassentamento, conforme segue.

Inicialmente, no tocante as dimensões dos imóveis ofertados, a Norte Energia manterá o padrão disponibilizado, com terrenos de 300,00m² (trezentos metros quadrados) e

EM DRACO

casas em concreto com 63,00m² (sessenta e três metros quadrados), com piso cerâmico, 3 (três) quartos, sendo uma suíte, banheiro social, sala e cozinhas conjugadas. área de serviço e varanda, podendo ainda ser diferenciada quanto ao tamanho do banheiro (social ou suíte) caso haja na família algum idoso ou portador de necessidades especiais. Cumpre destacar que as casas disponibilizadas tem padrão superior ao exigido no PBA – Projeto Básico Ambiental, que prevê o reassentamento com unidades habitacionais de “60m² de área construída, com dois ou três dormitórios, sala/cozinha, banheiro, área de serviço etc”.

Os imóveis a serem concedidos pela Norte Energia S.A. serão construídos com atenção à toda a legislação aplicável à espécie e, ainda, serão devidamente regularizados em nome de cada um dos reassentados/assistidos, estando estes, portanto, prestes a realizarem o sonho de ter seu próprio bem, livre e desembaraçado, com segurança jurídica e sem risco à tranquilidade das famílias.

Além do acesso direto aos imóveis, e com objetivo de atender aos anseios das famílias/assistidos, a Norte Energia S.A. propõe-se a construir ao lado dos sete lotes, um galpão/sede e um campo de futebol, constituindo-se, assim, um espaço comunitário, de uso exclusivo e que contribuirá para o lazer e a integração social das famílias.

Será mantida, ainda, a construção de um acesso independente e provisório das famílias ao rio e a construção de um galpão necessário para o armazenamento de objetos de pesca, além da construção de um ancoradouro para pequenas embarcações pertencentes aos assistidos, o que propiciará a prática da pesca com maior comodidade e segurança às famílias.

Com relação ao cemitério, a Norte Energia S.A. irá manter o já existente na antiga Agrovila Santo Antônio, uma vez que este não será diretamente afetado pelo empreendimento e pela construção da nova Transamazônica. Neste contexto, os reassentados/assistidos podem continuar frequentando o local e fazendo suas orações para seus entes queridos e não há motivos para a construção de um novo. Vale lembrar que a construção de um novo cemitério depende de autorização municipal, de acordo com a conveniência da municipalidade e somente após o necessário licenciamento ambiental, mediante atendimento de normas públicas de saneamento. Não se mostra razoável, portanto, a construção de um novo cemitério apenas para eventual e hipotético uso dos futuros moradores da localidade.

II- Propostas para o Reassentamento das Famílias

Como propostas de áreas para o remanejamento das famílias, até a presente data a Norte Energia apresentou 6 (seis) alternativas, conforme abaixo discriminadas;

2.1. Opção 01 – Área situada próxima às margens da Rodovia BR-230 com distância média de acesso ao rio Xingú de 2.500 metros.

- **Concepção do projeto de reassentamento:** terrenos de 300,00m² (trezentos metros quadrados) e casas em concreto industrial com 63,00m² (sessenta e três metros quadrados), com piso cerâmico. 3 (três) quartos, sendo uma suíte, banheiro

EMERGENCY

social, sala e cozinhas conjugadas, área de serviço e varanda, podendo ainda ser diferenciada quanto ao tamanho do banheiro (social ou suite) caso haja na família algum idoso ou portador de necessidades especiais, mais construção ao lado dos sete lotes, um galpão/sede e um campo de futebol, constituindo-se, assim, um espaço comunitário, de uso exclusivo e que contribuirá para o lazer e a integração social das famílias, além da construção de um galpão necessário para o armazenamento de objetos de pesca e ancoradouro para pequenas embarcações pertencentes aos assistidos, o que propiciará a prática da pesca com maior comodidade e segurança às famílias.

2.2. Opção 02 – Área situada no acesso ao porto de extração de areia da UHE Belo Monte, com distância média de acesso ao rio Xingú de 800 metros;

- **Concepção do projeto de reassentamento:** terrenos de 300,00m² (trezentos metros quadrados) e casas em concreto industrial com 63,00m² (sessenta e três metros quadrados), com piso cerâmico, 3 (três) quartos, sendo uma suite, banheiro social, sala e cozinhas conjugadas, área de serviço e varanda, podendo ainda ser diferenciada quanto ao tamanho do banheiro (social ou suite) caso haja na família algum idoso ou portador de necessidades especiais, mais construção ao lado dos sete lotes, um galpão/sede e um campo de futebol, constituindo-se, assim, um espaço comunitário, de uso exclusivo e que contribuirá para o lazer e a integração social das famílias, além da construção de um galpão necessário para o armazenamento de objetos de pesca e ancoradouro para pequenas embarcações pertencentes aos assistidos, o que propiciará a prática da pesca com maior comodidade e segurança às famílias.

2.3. Opção 03 - Foi ofertado aos interferidos a compra pela Norte Energia e cessão em definitivo as famílias dos imóveis localizados na Vila Belo Monte e na Agrovila Leonardo da Vinci e que foram locados pela Norte Energia para residência temporária, até que o reassentamento coletivo fosse construído;

2.4. Opção 04 – Outra possibilidade apresentada pela Norte Energia foi a construção de uma casa igual às que serão oferecidas nos Reassentamentos Coletivos Urbanos da cidade de Altamira (PA), mas dentro da própria Vila dos Trabalhadores, próximo ao Sítio Belo Monte.

2.5. Opção 05 – Área de 25.000 metros quadrados, localizada as margens da BR-230 (Rodovia Transamazônica), km 57 sentido Altamira – Marabá, próximo a Vila dos Trabalhadores. Esta opção foi a mais recente proposta apresentada pela Norte Energia em 21/08/2013.

- **Concepção do projeto de reassentamento:** terrenos de 300,00m² (trezentos metros quadrados) e casas em concreto industrial com 63,00m² (sessenta e três metros quadrados), com piso cerâmico, 3 (três) quartos, sendo uma suite, banheiro social, sala e cozinhas conjugadas, área de serviço e varanda, podendo ainda ser diferenciada quanto ao tamanho do banheiro (social ou suite) caso haja na família algum idoso ou portador de necessidades especiais, mais construção ao lado dos sete lotes, um galpão/sede e um campo de futebol, constituindo-se, assim, um espaço comunitário, de uso exclusivo e que contribuirá para o lazer e a integração social das famílias, além da construção de um galpão necessário para o



EMERGENCY

armazenamento de objetos de pesca e ancoradouro para pequenas embarcações pertencentes aos assistidos, o que propiciará a prática da pesca com maior comodidade e segurança às famílias.

Nesta proposta, diferentemente das demais, ainda está prevista uma área de uso coletivo de 3.000 metros quadrados para cada família totalizando 21.000 metros quadrados para as famílias realizarem pequenos plantios de produtos para sua subsistência bem como desenvolver a criação de pequenos animais.

2.6. Opção 06 – atendendo a mais uma solicitação das famílias, a Norte Energia, seguindo os encaminhamentos firmados em reunião com o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) realizada em 07 de novembro de 2013, que contou com a participação do IBAMA, vai flexibilizar as opções de tratamento para aquelas famílias do Núcleo Santo Antônio que já manifestaram o interesse em permanecer definitivamente em seus locais atuais (Núcleo de Belo Monte e Núcleo Leonardo D'Vinci), no sentido de autorizar a aquisição de imóvel já com moradia construída ou ainda, nos casos de aquisição de terrenos, viabilizar a construção das moradias no padrão alvenaria.

III- Registros de Ocorrências

- **Sergio da Costa Souza:** mudou-se para o reassentamento urbano coletivo em Altamira (RUC/Jatobá) em 20/02/14, finalizando desta forma a quitação de seu tratamento de reassentamento pela Norte Energia.
- **Helena Gomes Benjó:** Com anuência da Defensoria Pública Estadual (representante legal da família perante as tratativas de quitação do tratamento junto a Norte Energia), foi formalizado com a família em 14/04/14 acordo para quitação do tratamento e conseqüente remanejamento definitivo no Povoado de Belo Monte. Com a formalização deste acordo, será dado encaminhamento para o pagamento do imóvel pela Norte Energia junto ao proprietário e mudança imediata da família ao local da nova moradia.



Foto 01 – Imóvel negociado pela NESA para quitação do tratamento de Helena Gomes Benjó (Povoado de Belo Monte)

EM BRANCO

- **Pedro Benjô Cardoso:** Com anuência da Defensoria Pública Estadual (representante legal da família perante as tratativas de quitação do tratamento junto a Norte Energia), foi formalizado com a família em 14/04/14 acordo para quitação do tratamento e consequente remanejamento definitivo no Povoado de Belo Monte. Com a formalização deste acordo, será dado encaminhamento para o pagamento do imóvel pela Norte Energia junto ao proprietário e início imediato da construção da nova moradia da família no terreno adquirido.
- **Adgildo Sousa Alcoforado:** Com anuência da Defensoria Pública Estadual (representante legal da família perante as tratativas de quitação do tratamento junto a Norte Energia), foi formalizado com a família em 14/04/14 acordo para quitação do tratamento e consequente remanejamento definitivo no município de Vitória do Xingu. Com a formalização deste acordo, será dado encaminhamento para o pagamento do imóvel pela Norte Energia junto ao proprietário e mudança imediata da família ao local da nova moradia.



Foto 02 – Imóvel negociado pela NESA para quitação do tratamento de Adgildo Sousa Alcoforado (Vitória do Xingu)

- **Claudemir L. Pereira:** Com anuência da Defensoria Pública Estadual (representante legal da família perante as tratativas de quitação do tratamento junto a Norte Energia), foi formalizado com a família em 14/04/14 acordo para quitação do tratamento e consequente remanejamento definitivo na Agrovila Leonardo D'Vinci. Com a formalização deste acordo, será dado encaminhamento para o pagamento do imóvel pela Norte Energia junto ao proprietário e mudança imediata da família ao local da nova moradia.



EM BRANCO



Foto 03 – Imóvel negociado pela NESA para quitação do tratamento de Claudemir Lima Pereira (Agrovia Leonardo D’Vinci – Km 18)

- **Amadeu Fiok Alcoforado:** A Norte Energia continua prospectando novos imóveis e negociando com o interferido novas indicações para continuidade do processo de quitação do tratamento
- **Valdelina Severiano Lima:** A Norte Energia continua prospectando novos imóveis e negociando com a interferida novas indicações para continuidade do processo de quitação do tratamento.

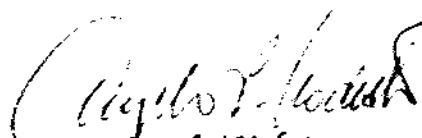
A Norte Energia, pelo compromisso de finalizar o atendimento a este grupo de famílias, vem realizando todos os esforços no sentido de agilizar ao máximo a quitação destes tratamentos com a segurança e responsabilidade necessária para proporcionar as famílias interferidas, condições iguais ou melhores que possuíam em suas áreas de origem.

Documentos de Referência (ANEXO):

- Anexo I - Planilha de acompanhamento social das famílias
-

DATA: 18 de Abril de 2014

Assinatura:



Angelo Pinfari Modesto
Gerente de Relação Rural
Norte Energia

EM BRANCO

02001.007196/2014-92
22.04.2014



Usina Hidrelétrica Belo Monte
CE 0114/2014 - DS



Brasília, 22 de abril de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor

Thomaz Miazak de Toledo

Diretor Substituto de Licenciamento Ambiental do

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -
IBAMA

SCEN Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA, Bloco A - 1º andar.

70.818-900 Brasília - DF

Assunto: Resposta ao ofício 02001.013049/201371 DILIC/IBAMA

Referente: Autorização para aquisição de terras e benfeitorias na área urbana de Altamira

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o cordialmente e em atenção ao ofício em epígrafe onde são solicitadas da Norte Energia informações acerca do processo comercial na área urbana de Altamira, cumpre-me informar-lhe o que segue¹.

- I. PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO** - O processo de negociação segue seu curso com a inclusão da avaliação das ocupações interferidas pelas pontes e centro náutico, intervenções constantes do Projeto Parques e Revitalização da Orla, bem como pelas famílias desabrigadas pelas fortes chuvas que assolam a cidade de Altamira. O **Quadro 1** apresenta os resultados destes trabalhos, atualizados até a presente data.

¹ Nesta correspondência, suprimiu-se o item "Termos de Aceite assinados" uma vez que a informação é redundante com as demais apresentadas, ou seja, uma família optante pelo RUC Jatobá, por exemplo, equivale a uma família signatária do Termo de Aceite.

À analista Eduardo Traggi
para acompanhamento.

24/4/14



Frederico Queiroga do Amaral
Matrícula nº: 1.512.156
Chefe
GPHB/GENE/DILIC/BAMA

Quadro 1 – Número de ofertas realizadas para a área urbana de Altamira. Norte Energia, abr/14.

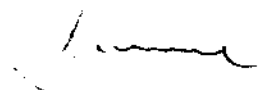
Evento	Nº absoluto	Percentual
Ofertas realizadas	354	100,00%
Reassentamento	215	60,73% (*)
• RUC Jatobá	192	54,24% (*)
• RUC São Joaquim(**)	21	5,93% (*)
• RUC Laranjeiras (**)	02	0,56% (*)
Indenização	89	25,14% (*)
Indenização + RUC²	03	0,85% (*)
Aluguel	22	6,21% (*)
Não elegíveis	21	5,93% (*)
Recusa	04	1,14%
Comércio negociado (***)	49	10%
• Optantes pela interrupção	09	18,37%
• Recomposição dentro do RUC	25	51,02%
• Recomposição fora do RUC	15	30,61%

(*) Percentual sobre ofertas realizadas.

(**) Não relocados.

(***) Incluídos nos números totais de relocações

Atenciosamente,



João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental

Anexos:

1. Mapa de negociação Igarapé Ambé. Norte Energia, abr/2014, SIGWEB.
2. Mapa de negociação Igarapé Altamira. Norte Energia, abr/2014, SIGWEB

² Referem-se aos moradores que desenvolvem atividades mistas nas áreas interferidas, no entanto em edificações distintas. Neste caso, os moradores optam, via de regra pela indenização do comércio e reassentamento.

ENCLOSURE

364,900

365,250

9.646.600

9.646.250

9.645.900

9.645.550



Mapa de negociação Igarapé Altamira



Legenda

Divisão dos setores

Rio Xingu

Processos em negociação

Atendimento

Aluguel

Indenização

Indenização e Reassentamento

Reassentamento

Não elegível

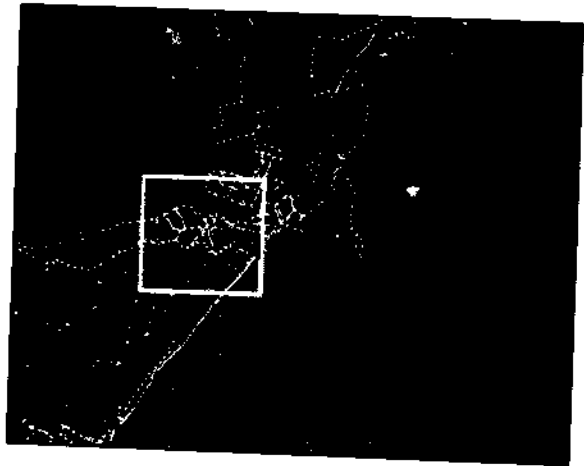
Cotas (curvas de nível)

cota 97

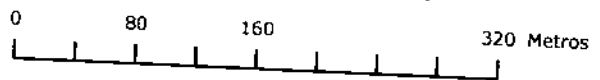
cota 98

cota 99

cota 100



Área urbana de Altamira / PA



FONTES E DADOS TÉCNICOS

Projeção: UTM - Fuso 22 S

Datum: SIRGAS 2000

K = 0,9996

Sector Censitário - Censo 2010, IBGE, 2010

Elaboração: Diagonal, 22/04/2014



EM BRANCO

EM BRANCO

Mapa de negociação Igarapé Ambé



Legenda

Divisão dos setores

Rio Xingu

Em negociação

Atendimento

Aluguel

Indenização

Indenização e Reassentamento

Reassentamento

Recusa

Não elegível

Cotas (curvas de nível)

cota 97

cota 98

cota 99

cota 100



Área urbana de Altamira / PA



FONTES E DADOS TÉCNICOS

Projeção: UTM - Fuso 22 S

Datum: SIRGAS 2000

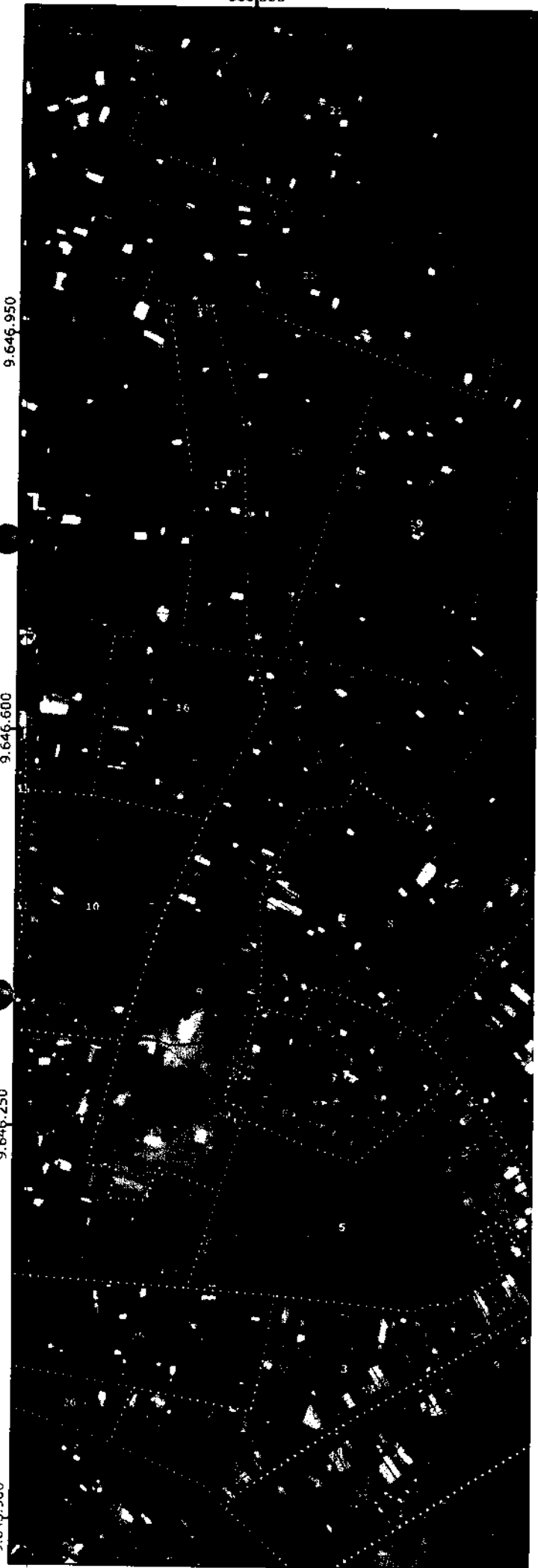
K = 0,9996

Setor Censitário - Censo 2010, IBGE, 2010

Elaboração: Diagonal, 22/04/2014



9.646.950
9.646.600
9.646.250
9.645.900



EM BRANCO

CE 115/2014 - DS

Brasília, 22 de abril de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Substituto de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1º andar
70.818-900 Brasília – DF

Assunto: UHE Belo Monte – Resposta ao Ofício 02001.011804/2013-82
DILIC/IBAMA – Envio de Informações do Plano de Requalificação Urbana.

Referência: Processo IBAMA/MMA Nº 2001.001848/2006-75

Senhor Diretor,

1. Em atendimento ao Ofício 02001.011804/2013-82 DILIC/IBAMA, recebido pela Norte Energia em 18 de setembro de 2013 e que solicita "...Relatório técnico relativo ao Plano de Requalificação Urbana, incluindo o Travessão 40...", apresentamos o referido documento em versão impressa e digital.
2. Cabe destacar que a Norte Energia tem emitido essa nova versão do relatório desde Outubro/2013, já tendo sido emitidas 06 (seis) atualizações, conforme tabela abaixo:

Ordem	Emissão
1	Em 22/10/2013 – CE 416/2013-
2	Em 26/11/2013 – CE 457/2013-
3	Em 20/12/2013 – CE 479/2013-
4	Em 22/01/2014 – CE 017/2014-
5	Em 21/02/2014 – CE 062/2014-
6	Em 24/03/2014 – CE 094/2014-

Atenciosamente,


João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental

Anexo:
Relatório Técnico das Obras do Plano de Requalificação Urbana

À analista Mathem Louro
para acompanhamento e análise.

24/4/14

FR

Frederico Queiroga do Amaral
Matricula nº: 1.512.156
Chefe
COHIDROGENE/DILIC/BAMA

02001.007233/2014-62
23.04.2014



Usina Hidrelétrica Belo Monte
CE 0116/2014 - DS

Brasília, 22 de abril de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Substituto de Licenciamento Ambiental do
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1º andar.
70.818-900 Brasília – DF

Assunto: UHE Belo Monte – Resposta ao Ofício 02001 002017-2014-21-DILIC-
IBAMA relativo ao transporte efetuado por carroceiros

Referência: Processo IBAMA/MMA Nº 2001.001848/2006-75

Senhor Diretor,

1. Em atendimento ao Ofício 02001 002017-2014-21-DILIC-IBAMA, recebido pela Norte Energia em 17 de março de 2014 e que solicita "... estudos sobre os impactos relacionados ao transporte efetuado por carroceiros...", apresentamos o relatório "NM263-5.1.8-46-NT-020 - Estudo da Atividade de Transporte dos Carroceiros em Altamira", documento em versão impressa e digital.
2. O documento apresenta a descrição da atividade de transporte realizada pelos carroceiros e avalia as interfaces com os projetos em execução de acordo com o PBA da UHE Belo Monte, em especial o Projeto de Parques e Reurbanização da Orla e o Plano de Articulação Institucional.
3. Importante destacar a Lei Municipal 3.086 de 29 de junho de 2012, que dispõem sobre a circulação de veículos de tração animal no Município de Altamira, entre outras providências e está anexa ao documento ora apresentado.
4. Esta lei representa um importante passo para a regulamentação desta atividade no município, que vem a décadas pleiteando o seu espaço e reconhecimento. A lei ressalta também as diversas responsabilidades e cuidados tanto operacionais como de segurança no transporte e para com os animais que fazem a tração das cargas.

Atenciosamente,


João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental

Anexo:

Relatório NM263-5.1.8-46-NT-020 - Estudo da Atividade de Transporte dos Carroceiros em Altamira

Aos analistas Henrique Silveira
e Eduardo Trozzi para conhecimento
e análise, após a reunião específica
a ser realizada no Caso de Governo
do Altamira no semana de 28/4 à
2/5/14.

24.4.14

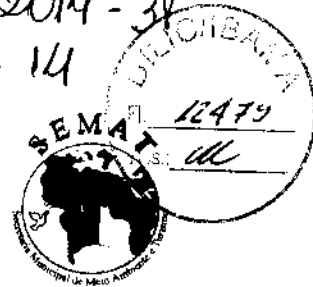


Frederico Queiroga do Amaral
Matricula nº: 1.512.156
Chefe
CGHIB/CGENE/DILIC/BAMA

DIGITALIZADO NO IBAMA



02001.007736/2014-37
29.04.14



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO**

**OF 72/2014 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO –
SEMAT.**

Vitória do Xingu, 22 de abril de 2014.

A Sua Senhoria, o Senhor

THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO

Diretor Substituto da DILIC/IBAMA.

SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama

BRASILIA – DF

CEP.: 70818-900

Cx.Postal nº 09566 – Telefone: (61)3316-1282-1670

Assunto: Aterro sanitário de Vitória do Xingu.

Em resposta ao OF 02001.002014/2014-97 DILIC/IBAMA

Senhor Diretor Substituto,

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo – SEMAT informa que o Aterro sanitário de Vitória do Xingu se encontra até o momento sob a responsabilidade da Norte Energia S/A, por tanto, qualquer atividade ou alteração no aterro esta sob a responsabilidade do titular do empreendimento.

Darli Silva Costa
Secretário de Meio Ambiente
Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu
Dec. nº 177/2013
DARLI SILVA COSTA

Secretario Municipal de Meio Ambiente e Turismo

Até analista Mathias Coura para conheci-
mento. Repassar informação a quem de interesse
na equipe.

02/05/14

Souza

Leonora Milagre de Souza

Analista Ambiental

Matr. 1771.366

COHID/GENE/DI/C/BA

Atente em 06.05.2014

Mathias R. Coura

Mathias Ribeiro Coura

Analista Ambiental

Matr. 1713.029

COHID/GENE/DI/C/BA



MEM. 000315/2014 PA/GABIN SANTAREM/IBAMA

Santarém, 23 de abril de 2014

Ao Senhor Diretor Substituto da DILIC

Assunto: **Gestão de Fauna no âmbito da Área de Impacto da UHE Belo Monte - Processo 02001.001848/2006-75**

1. Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, conduzido por esta DILIC/IBAMA, sob o número do processo 02001.001848/2006-75:
2. Considerando que a demanda pela entrega voluntária de espécimes da fauna silvestre tem aumentado no Escritório Regional do Ibama em Altamira;
3. Considerando a falta de estrutura desta unidade descentralizada em receber e manter os animais;
4. Considerando que parte do aumento destas entregas certamente se relaciona com as supressões de vegetação realizadas pelas obras da UHE Belo Monte, bem como pelo desequilíbrio, **causado pela soltura de indivíduos resgatados nas áreas suprimidas, em áreas de vegetação remanescente, desestabilizando comunidades pré-estabelecidas;**
5. Considerando que estamos recebendo animais de áreas remanescentes que tem sido utilizadas como áreas de soltura pela empresa;
6. Considerando as várias denúncias recebidas neste Escritório Regional sobre animais sob fuga de áreas suprimidas para implantação de loteamentos da Norte Energia S.A. e adentrando em residências;
7. Considerando a previsão de aumento no ritmo da supressão de vegetação no próximo semestre nas obras da UHE;
8. Considerando a possibilidade de haver, por ocasião das situações descritas acima, mortandade de animais sob cuidados do Escritório Regional do Ibama;
9. Solicito com brevidade encaminhamento técnico e operacional entre esta DILIC/IBAMA e o empreendedor da UHE Belo Monte quanto às medidas a serem adotadas para mitigar estes impactos ambientais na fauna, ocasionados pelas obras da hidrelétrica, que não obstante, não foram previstos no PBA referente à Licença de Instalação



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
 Gabinete de Santarém - Pa

outorgada. Desta forma, nos encontramos à disposição, no aguardo de breve retorno.

Atenciosamente,

Antonio Fernandes Torres Junior

ANTONIO HERNANDES TORRES JUNIOR
 Gerente Executivo do RA/GABIN SANTAREM/IBAMA

A COHID,

Para avaliação.

29.04.14

J. Amorim

*A analista Mécia
 para manifestação acerca
 do pertinência da solicitação
 da GBEX Santarém.*

216114

Frederico Queiroga do Amaral
 Matrícula nº. 1.512.156
 Chefe
 COHID/GEREN/DILIC/IBAMA

*Em tempo, sugiro subtermos
 relatório do ESREB, com histórico
 de entrega de animais, antes e
 depois do início do contrato
 do UHE Belo Monte*

216114

Frederico Queiroga do Amaral
 Matrícula nº. 1.512.156
 Chefe



CE 0119/2014 - DS

Brasília, 24 de abril de 2014

A Sua Senhoria o Senhor

Thomaz Miazak de Toledo

Diretor Substituto de Licenciamento Ambiental do

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1º andar

70.818-900 Brasília – DF

Assunto: UHE Belo Monte – Resposta ao Ofício 02001 002017-2014-21-DILIC-IBAMA relativo ao estudo da cadeia produtiva dos oleiros e ao ofício 02001.003838/2014-84 COHID/IBAMA, recebido em 24/4/2014

Referência: Processo IBAMA/MMA Nº 2001.001848/2006-75

Senhor Diretor,

1. Em atendimento ao Ofício 02001 002017-2014-21-DILIC-IBAMA, recebido pela Norte Energia em 17 de março de 2014 e que solicita "... estudos sobre os impactos relacionados ao transporte efetuado por carroceiros...", apresentamos o relatório "NM263-5.1.8-46-NT-020 - Estudo da Atividade de Transporte dos Carroceiros em Altamira", em versão impressa e digital.

2. Já em relação ao ofício 02001.003838/2014-84 COHID/IBAMA, cumpre destacar que pela CE 0111-2014-DS de 16 de abril de 2014, informamos que a apresentação da cadeia produtiva dos oleiros foi feita por ocasião do seminário ocorrido em Brasília, no dia 4 de abril. Este foi o entendimento de então, já que a apresentação deveria seguir os mesmos moldes do que foi feito para o caso dos areeiros. Entendemos que a solicitação do Ibama, de fato, se referia à necessidade de envio de relatório da cadeia produtiva dos oleiros, o que ficou mais evidente após contato telefônico, este é apresentado por meio desta carta (relatório NE-DS-SSE-0091-0 - Estudo da Cadeia Produtiva dos Oleiros de Altamira).

3. Sobre o estudo dos carroceiros este foi protocolado no dia de ontem (23 de abril de 2014) pela manhã junto ao Ibama. Tentamos, sem sucesso, protocolá-lo no dia 22/04. Destaca-se que, de acordo com o ofício 02001 002017-2014-21-DILIC-IBAMA, recebido pela Norte Energia em 17 de março de 2014, o prazo para sua apresentação foi definido em 45 dias. Ainda que em nossa carta CE 073-2014-DS de 5 de março de 2014 tenhamos informado que o prazo para o estudo dos carroceiros seria 22 de abril, considerando o ofício recebido pelo Ibama apenas em 17 de março, é nosso entendimento de que atendemos ao prazo estabelecido.

Atenciosamente,



João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental

Anexo:

Relatório NE-DS-SSE-0091-0 - Estudo da Cadeia Produtiva dos Oleiros de Altamira



Por analitos Henrique Silva
e Eduardo Truzzi para conhecimento
e análise.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica



DESPACHO 011185/2014 CGENE/IBAMA

Brasília, 24 de abril de 2014

À Coordenação de Energia Hidrelétrica

Assunto: **PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA - UHE BELO MONTE - PROC. Nº 0025999752010401390**

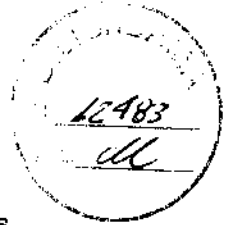
Em atenção ao PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA (PROC. Nº 0025999752010401390), no âmbito do processo de UHE Belo Monte, solicito a COHID-2, a análise crítica das contribuições das audiências públicas ao processo de licenciamento ambiental, relatando aquelas que foram incorporadas ao longo do processo, e os resultados desta incorporação, e as aquelas não incorporadas ao processo, e os motivos de sua não-incorporação.

H. Cesar Lemos Juca
HENRIQUE CESAR LEMOS JUCA
Coordenador-Geral Substituto da CGENE/IBAMA

*A equipe 1 para efetuar a análise
requerido pela Coordenação Geral, tendo
em conta as orientações e prazos estabelecidos
no referido Parecer de Força Executória.*

24/4/14

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1595 - 1596
www.ibama.gov.br

OF 02001.003838/2014-84 COHID/IBAMA

Brasília, 24 de abril de 2014.

Ao Senhor
João dos Reis Pimentel
Diretor da NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

Assunto: Estudos solicitados pela NT 02001.000346/2014-37 - relatório de vistoria de fevereiro de 2014.


Senhor Diretor,

1. Dado o descumprimento de prazo determinado para entrega do estudo sobre cadeia produtiva dos oleiros de forma a permitir dimensionar os impactos referentes à alteração do local de jazidas e à legalização da atividade junto aos órgãos competentes; e, o curto prazo para avaliação do estudo sobre impactos relatados pelo Sindicato de Carroceiros de Altamira (Sincal), a fim de permitir que a Prefeitura Municipal possa adotar medidas de ordenamento bem como de adaptação da atividade do setor, solicito encaminhamento imediato (cópia impressa e digital) dos referidos estudos para a Casa de Governo em Altamira e Prefeitura Municipal de Altamira, bem como para o Sincal (o estudo relacionado aos carroceiros) e para o Sindoalta e Cooperativa de oleiros (o relacionado à atividade oleira).

2. Informo ainda, que estes estudos serão discutidos na próxima semana (29 e 30 de abril, respectivamente, com os carroceiros e oleiros), em Altamira. A organização de tais eventos encontra-se sob responsabilidade da Casa de Governo em Altamira.

Atenciosamente,


FREDERICO QUEIROGA DO AMARAL
Chefe da COHID/IBAMA


Newberg Lobato Silva
Diretoria Socioambiental
Norte Energia S/A
24/04/14
15:11

ENCLOSURE



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1292
www.ibama.gov.br



OF 02001.003829/2014-93 CGENE/IBAMA

Brasília, 24 de abril de 2014.


Ao Senhor
João dos Reis Pimentel
Diretor da NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

Assunto: Solicitação de envio do relatório final de modelagem da qualidade da água - UHE Belo Monte.

Senhor Diretor,

1. Em atenção à decisão proferida pela Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região na Apelação Cível nº 0025999-75.2010.4.01.3900/PA, solicito antecipação da entrega do resultado final da modelagem de qualidade da água para os reservatórios Xingu e Intermediário e Trecho de Vazão Reduzida da UHE Belo Monte, objeto da condicionante 2.5 da Licença Prévia nº 342/2010 e condicionante 2.7 da Licença de Instalação nº 795/2011.
2. Deste modo, esclareço que o referido produto deverá ser encaminhado ao Ibama no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, devendo ser desconsiderada a proposta de cronograma apresentada pela Norte Energia, por meio do documento CE 072/2014-DS.

Atenciosamente,


HENRIQUE CESAR LEMOS JUCA
Coordenador-Geral Substituto da CGENE/IBAMA

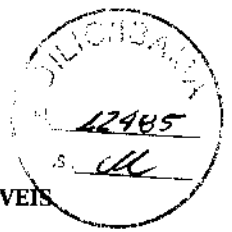
Recebemos
30/04/2014 às 14:35
Lucia A Santos

EMERGENCY



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Gabinete da Presidência

SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: 61) 3316-1001 até 1003
www.ibama.gov.br



OF 02001.003910/2014-73 GABIN/PRESI/IBAMA

Brasília, 24 de abril de 2014.

Ao Senhor
João dos Reis Pimentel
Diretor da NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

Assunto: **Resposta ao documento CE 028/2014 - PR.**

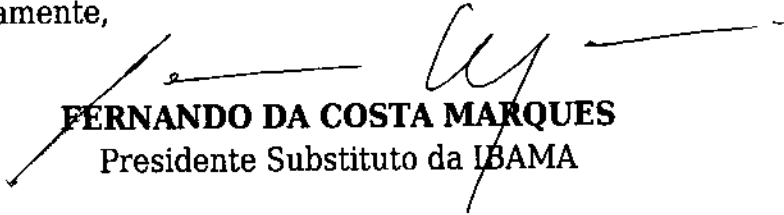
Senhor Diretor,

1. Em atenção ao documento CE 028/2014-PR, informo para os devidos fins que a Usina Hidrelétrica de Belo Monte se encontra em licenciamento ambiental no âmbito do Processo Administrativo nº 02001.001848/2006-75.
2. É importante registrar que o Ibama realiza avaliações periódicas sobre o atendimento das condicionantes da Licença de Instalação nº 795/2011 e implantação dos programas ambientais. Os Pareceres Técnicos que avaliaram os quatro primeiros Relatórios Semestrais Consolidados encontram-se disponíveis para consulta no sítio www.ibama.gov.br/licenciamento.
3. Informo adicionalmente que a referida empresa, até a presente data, foi autuada por cinco sanções administrativas do tipo multa, as quais são descritas a seguir: (i) Auto de Infração nº 586494-D - Data: 15/02/2012 - Valor: R\$ 7.000.000,00; (ii) Auto de Infração nº 496503-D - Data: 05/09/2013 - Valor: R\$ 100.500,00; (iii) Auto de Infração nº 723984-D - Data: 24/09/2013 - Valor: R\$ 3.000.000,00; e (iv) Auto de Infração nº 1181-E - Data: 01/10/2013 - Valor: R\$ 2.700.000,00; (v) Auto de Infração nº 390500 - D - Data: 05/04/14 - Valor: R\$ 5.655,73. Cabe esclarecer que as sanções aplicadas não ensejaram a suspensão ou cancelamento da Licença de Instalação nº 795/2011.
4. Deste modo, a Norte Energia S/A, responsável pela implantação da UHE Belo Monte, permanece autorizada a implantar o referido empreendimento observando o disposto na Licença de Instalação nº 795/2011.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Gabinete da Presidência
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: 61) 3316-1001 até 1003
www.ibama.gov.br

Atenciosamente,


FERNANDO DA COSTA MARQUES
Presidente Substituto da IBAMA

DIGITALIZADO NO IBAMA



FUNAI/SEPRO
Serviço de Expedição e Protocolo



08620.038779/2014-54

28.04.2014

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Setor Bancário Sul Qd. 02. Lote 14 - Edifício Cleto Meireles, 5º andar. Cep: 70070-120 - Brasília/DF
Fone: (61) 3247-6001 - 6808 e-mail: dpds@funai.gov.br



Ofício nº. 317/2014/DPDS/FUNAI-MJ

Brasília, 24 de abril de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo-
Diretor de Licenciamento Ambiental - IBAMA
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - CEP: 70818-900 - Brasília-DF.

Assunto: **Realocação de indígenas citadinos - UHE Belo Monte**
Referência: Processo Funai nº. 08620.2339/2000 - UHE Belo Monte.

Senhor Diretor,

1. Cumprimentando-o cordialmente, vimos através deste reiterar o convite realizado pela CGLIC, via email, para participar de reunião no dia 28/04/2014, na Funai/sede em Brasília, por solicitação das associações indígenas Kirinapã, Aima e Inkuri para tratar do processo de realocação dos indígenas residentes na cidade de Altamira.
2. A reunião tem o intuito de atualizar os representantes da comunidade quanto ao andamento do processo de realocação, áreas selecionadas e resultado das oficinas participativas realizadas com a população indígena citadina para discussão do processo de realocação. Estão previstas a participação da Norte Energia, Ministério da Pesca e Prefeitura de Altamira.
3. Certos de vossa participação, estamos à disposição para quaisquer eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO
Diretora Substituta

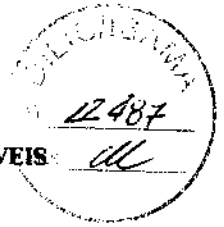
Ao analista Eduardo Truzzi para
arquivamento.

30/4/14

Souza
Sra. Milagre de Souza
Analista Ambiental
Matr. 1.771.306
CONE/DILIC/IBAM



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



DESP. ENC. VOL. 000791/2014 COHID/IBAMA

Brasília, 13 de junho de 2014

Ao Arquivo Setorial do SETORIAL DILIC

Solicitamos o encerramento de volume LXIV do processo de nº 02001.001848/2006-75, Após encerramento tramite o processo à Coordenação de Energia Hidrelétrica.

Atenciosamente,

MATHEUS RIBEIRO COURA
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Unidade Setorial da Diretoria de Licenciamento Ambiental



TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos 09 dias do mês de julho de 2014, procedemos ao encerramento deste volume nº LXIV do processo de nº 02001.001848/2006-75, contendo 200 folhas. Abrindo-se em seguida o volume nº LXV. Assim sendo subscrevo e assino.

Maycon Roberto da S. Martins
MAYCON ROBERTO DA S. MARTINS
Responsável do(a) SETORIAL DILIC/IBAMA

EM BRANCO